



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH
Programa de Pós Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos – PPGARQ
Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos – MPGA

FABRICIO VIEIRA BALMANT

TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA BRASILEIRA

estudo exploratório de publicações e termos

Rio de Janeiro
2016

FABRICIO VIEIRA BALMANT

TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA BRASILEIRA

estudo exploratório de publicações e termos

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito para obtenção do título de Mestre Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos.

Área de Concentração: Gestão de Arquivos na Arquivologia Contemporânea

Linha de Pesquisa: Gestão da Informação Arquivística

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Celina Soares de Mello e Silva

Rio de Janeiro
2016

[Ficha catalográfica elaborada pela equipe da biblioteca da CDI/ANP]

Balmant, Fabricio Vieira

Terminologia arquivística brasileira; estudo exploratório de publicações e termos / Fabricio Vieira Balmant. – Rio de Janeiro: UNIRIO, 2016.

252 p. : il.

1. Arquivologia – Brasil. 2. Arquivologia – Terminologia. 3. Gestão de documentos. 4. Gestão de arquivos. I. Título.

CDD - 401.4

FABRICIO VIEIRA BALMANT

Terminologia Arquivística Brasileira: estudo exploratório de publicações e termos

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) como requisito para a obtenção do título de Mestre Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos.

Aprovado em: 04/03/2016

Banca Examinadora

Orientador:

Prof.^a Dr.^a Maria Celina Soares de Mello e Silva
PPGARQ/ Museu de Astronomia e Ciências Afins

Examinador Interno:

Prof.^o Dr. Eliezer Pires da Silva
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Examinador Externo:

Prof.^a Dr.^a Ana Maria de Almeida Camargo
Universidade de São Paulo

Suplente:

Prof.^a Dr.^a Beatriz Kushnir
PPGARQ/ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

Suplente:

Prof.^a Dr.^a Ana Célia Rodrigues
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro, 4 de março de 2016.

*A minha esposa e a meu filho (a), que ainda
está chegando ao mundo. Duas pessoas que
amo em uma só.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, em especial, meus pais, minha irmã e minha sogra, incentivadores constantes e testemunhas de minha dedicação.

Agradeço a minha esposa, Ana Paula, minha maior incentivadora, apoiadora, psicóloga, administradora, revisora, tradutora, professora e, ainda, admiradora. Minha fonte de inspiração e equilíbrio. Sem ela, esta dissertação não seria mesma.

Sou grato aos colegas de trabalho que reconheceram e respeitaram esses momentos de dedicação intensa e de difícil conciliação com o cotidiano profissional. Faço uma menção especial aos colegas da biblioteca da CDI/ANP, a Andrea e Daniele (INPI) e a meu colega Evanildo, bibliotecário do INPI.

Agradeço ao professor José Maria Jardim, que não só acompanhou minha trajetória acadêmica e contribuiu substancialmente para esta pesquisa, mas também foi um personagem fundamental para a conclusão deste ciclo. Sua atenção e compreensão com o meu caso, quando era coordenador do PPGARQ, foi essencial para que eu pudesse me licenciar com tranquilidade e retornar ao mestrado sem prejuízos. Ademais, a sua referência como professor e profissional dispensa comentários.

Da mesma forma, agradeço aos professores do PPGARQ pela compreensão, em especial, Sérgio Albite, Ana Celeste e Paulo Elian.

Agradeço, também, a Rodrigo, secretário do PPGARQ, sempre solícito e eficiente.

Faço um agradecimento muito especial a meus colegas de turma do mestrado: Leandro, Kíssila, Carolina, Zenaide, Bianca, Karina, Vanessa, Duala, e Raquel. Revelaram-se mais do que colegas, mas verdadeiros amigos, pelo companheirismo, cooperação e união que demonstraram. Jamais esquecerei o apoio e demonstrações de carinho que tiveram por mim durante minha ausência. A criação do grupo “#voltapropppgarqfabricio” foi um lindo gesto e que me ajudou muito a superar os momentos de dificuldades. Sem dúvida, esse foi o “melhor grupo” que esse Programa já presenciou!

Incluo nesses agradecimentos meus colegas e professores do mestrado em Design da Esdi/Uerj. Lá, aprendi muito e conheci pessoas incríveis que tenho certeza que torcem por mim. De certa forma, encerro um ciclo na pós-graduação que iniciei lá.

Faço um agradecimento especial ao professor, e atual coordenador do PPGARQ, Eliezer, que acompanhou e fez parte de minha trajetória acadêmica. Hoje, tenho a felicidade de contar com sua participação na banca examinadora.

Meus sinceros e honrados agradecimentos à professora Ana Maria Camargo, que se dispôs ao deslocamento de São Paulo para minhas bancas de qualificação e defesa.

Por fim, agradeço especialmente a minha orientadora, Celina, a quem tive o prazer de conhecer no PPGARQ e a quem passei a admirar. Sua atenção, rigor, compreensão e presença foram fundamentais para o bom desempenho deste trabalho. Acredito que tivemos uma ótima sintonia.

Infelizmente, por questões formais, não há espaço para agradecer a tudo e a todos que contribuíram para esse momento da devida maneira. Este trabalho foi feito com muita dedicação e carinho e é fruto de lições e aprendizados que extrapolam a vida acadêmica.

Não faltam boas almas se dando como missão livrar o discurso de suas ambiguidades, por um tipo de “terapêutica da linguagem” que fixaria enfim o sentido legítimo das palavras, expressões e dos enunciados. É uma das significações políticas do desígnio neopositivista esta de visar construir logicamente, com a benção de certos linguistas, uma semântica universal suscetível de regulamentar não somente a produção e a interpretação dos enunciados científicos, tecnológicos, administrativos... mas também (um dia, por que não?) dos enunciados políticos.

Michel Pêcheux – “Ler o Arquivo Hoje”

LISTA DE SIGLAS

AAB	Associação dos Arquivistas Brasileiros
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ALA	Associação Latino-Americana de Arquivos
AN	Arquivo Nacional do Brasil
CBA	Congresso Brasileiro de Arquivística
Conarq	Conselho Nacional de Arquivos
CIN	Classificação Internacional de Normas
CTDE	Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos
DAT	Dictionary of Archival Terminology
DSE	Deutsche Stiftung für Internationale Entwicklung
ICA	International Council on Archives
InterPARES	International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems
ISAD (G)	Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística
ISDF	Norma Internacional para Descrição de Funções
ISO	International Organization for Standardization
NBR	Norma Brasileira
TOT	Tabela de Ocorrência de Termos
TGT	Teoria Geral da Terminologia
TCT	Teoria Comunicativa da Terminologia
UFBA	Universidade Federal da Bahia

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Definições de “terminologia” em dicionários genéricos da língua portuguesa.....	21
Quadro 2 – Definições de “termo” segundo o dicionário Houaiss da língua portuguesa.....	22
Quadro 3 – Problematização da terminologia arquivística (trechos selecionados).....	36
Quadro 4 - Obras brasileiras de padronização terminológica, segundo MARQUES (2011)...	46
Quadro 5 – Obras terminológicas brasileiras.....	47
Quadro 6 – Profissionais envolvidos com a elaboração do DTA.....	58
Quadro 7 – Publicações Terminológicas Selecionadas.....	72
Quadro 8 – Termos comuns verificados em cada combinação.....	76
Quadro 9 – Termos publicados exclusivamente em cada publicação.....	78
Quadro 10 – Relação dos termos em comum às seis publicações.....	79
Quadro 11 – Definições do termo “arquivo”.....	81
Quadro 11.1 – Quantidade de definições de “arquivo”.....	82
Quadro 11.2 – Ficha semântica das denominações utilizadas para definição de “arquivo”.....	83
Quadro 11.3 – Verbos qualificadores de “conjunto de documentos”.....	84
Quadro 11.4 – Agentes relacionados a “conjunto de documentos”.....	84
Quadro 11.5 – Finalidades associadas ao “conjunto de documentos”.....	84
Quadro 11.6 – Funções e responsabilidades do “arquivo”.....	86
Quadro 12 – Definições do termo “arquivo corrente”.....	88
Quadro 12.1 – Denominações-núcleo de “arquivo corrente”.....	89
Quadro 12.2 – Expressões que denotam frequência de uso e situação dos arquivos correntes.....	90
Quadro 12.3 – Funções que desempenha os agentes no “arquivo corrente”.....	90
Quadro 13 – Definições do termo “arquivologia”.....	92
Quadro 13.1 – Denominações-núcleo de “arquivologia”.....	93
Quadro 13.2 - Comparação entre definições de “arquivologia” como disciplina.....	93
Quadro 14 – Definições do termo “arranjo”.....	95
Quadro 14.1 – Denominações-núcleo de “arranjo”.....	96
Quadro 14.2 – Atividades envolvidas nas definições de “arranjo”.....	96
Quadro 15 – Definições do termo “classificação”.....	99
Quadro 15.1 – Denominações-núcleo de “classificação”.....	100
Quadro 16 – Definições do termo “coleção”.....	102
Quadro 16.1 – Denominações-núcleo de “coleção”.....	102

Quadro 16.2 – Atributos de “coleção”.....	103
Quadro 17 – Definições do termo “cópia”.....	104
Quadro 17.1 – Denominações-núcleo de “cópia”.....	104
Quadro 18 – Definições do termo “datas-limite”.....	106
Quadro 18.1 – Caracterização de “datas-limite”.....	106
Quadro 19 – Definições do termo “descrição”.....	107
Quadro 19.1 – Denominações-núcleo de “descrição”.....	108
Quadro 20 – Definições do termo “documento”.....	110
Quadro 20.1 – Denominações-núcleo de “documento”.....	110
Quadro 21 – Definições do termo “dossiê”.....	112
Quadro 21.1 – Denominações-núcleo de “dossiê”.....	112
Quadro 21.2 – Temas relacionados aos documentos nas definições de “dossiê”.....	112
Quadro 22 – Definições do termo “fundo”.....	114
Quadro 22.1 – Denominações-núcleo de “fundo”.....	115
Quadro 22.2 – Origem dos documentos em um “fundo”.....	115
Quadro 23 – Definições do termo “guia”.....	117
Quadro 23.1 – Denominações-núcleo de “guia”.....	117
Quadro 23.2 – Objetivos ou finalidades do “guia” nas publicações.....	118
Quadro 24 – Definições do termo “protocolo”.....	119
Quadro 24.1 – Denominações-núcleo de “protocolo”.....	119
Quadro 24.2 – Atribuição do setor ou serviço que denominam “protocolo”.....	120
Quadro 25 – Definições do termo “recolhimento”.....	121
Quadro 25.1 – Denominações-núcleo de “recolhimento”.....	121
Quadro 25.2 – Destino dos documentos descrito nas definições de “recolhimento”.....	122
Quadro 26 – Definições do termo “série”.....	123
Quadro 26.1 – Denominações-núcleo de “série”.....	124
Quadro 26.2 – Descrições das características de “série”.....	124
Quadro 27 – Definições do termo “tabela de equivalência”.....	125
Quadro 27.1 – Denominações-núcleo de “tabela de equivalência”.....	125
Quadro 27.2 – Função da “tabela de equivalência”.....	126

APÊNDICE A

Tabela de Ocorrência de Termos.....	153
-------------------------------------	-----

APÊNDICE B

Quadro 1 – Índice dos quadros e combinações das publicações	195
Quadro 1.1 – Termos em comum entre DTA, DBTA, MAT, CBA, DBAH e ABNT	196
Quadro 1.2 – Termos em comum entre DTA, DBTA, MAT, CBA e DBAH	196
Quadro 1.3 – Termos em comum entre DTA, DBTA, MAT, CBA e ABNT	197
Quadro 1.4 – Termos em comum entre DTA, DBTA, MAT, DBAH e ABNT	197
Quadro 1.5 – Termos em comum entre DTA, DBTA, CBA, DBAH e ABNT	197
Quadro 1.6 – Termos em comum entre DTA, DBTA, MAT e DBAH	197
Quadro 1.7 – Termos em comum entre DTA, DBTA, MAT e ABNT	198
Quadro 1.8 – Termos em comum entre DTA, DBTA, CBA e ABNT	198
Quadro 1.9 – Termos em comum entre DTA, DBTA, DBAH e ABNT	199
Quadro 1.10 – Termos em comum entre DBTA, MAT, CBA e DBAH	199
Quadro 1.11 – Termos em comum entre DTA, DBTA e MAT	199
Quadro 1.12 – Termos em comum entre DTA, DBTA e CBA	200
Quadro 1.13 – Termos em comum entre DTA, DBTA e DBAH	200
Quadro 1.14 – Termos em comum entre DTA, DBTA e ABNT	204
Quadro 1.15 – Termos em comum entre DTA, MAT e DBAH	204
Quadro 1.16 – Termos em comum entre DTA, CBA e DBAH	204
Quadro 1.17 – Termos em comum entre DTA, DBAH e ABNT	204
Quadro 1.18 – Termos em comum entre DBTA, MAT e CBA	204
Quadro 1.19 – Termos em comum entre DBTA, MAT e DBAH	204
Quadro 1.20 – Termos em comum entre DBTA, CBA e DBAH	204
Quadro 1.21 – Termos em comum entre DBTA, DBAH e ABNT	204
Quadro 1.22 – Termos em comum entre DTA e DBTA	205
Quadro 1.23 – Termos em comum entre DTA e MAT	208
Quadro 1.24 – Termos em comum entre DTA e CBA	208
Quadro 1.25 – Termos em comum entre DTA e DBAH	208
Quadro 1.26 – Termos em comum entre DBTA e MAT	210
Quadro 1.27 – Termos em comum entre DBTA e CBA	210
Quadro 1.28 – Termos em comum entre DBTA e DBAH	210
Quadro 1.29 – Termos em comum entre CBA e DBAH	211
Quadro 1.30 – Termos em comum entre CBA e ABNT	212
Quadro 1.31 – Termos em comum entre DBAH e ABNT	212

APÊNDICE C

Quadro 1 – Índice dos quadros e publicações.....	213
Quadro 1.1 - Termos publicados exclusivamente no CBA.....	213
Quadro 1.2 - Termos publicados exclusivamente na ABNT.....	215
Quadro 1.3 - Termos publicados exclusivamente no DBAH.....	215
Quadro 1.4 - Termos publicados exclusivamente no DTA.....	221
Quadro 1.5 - Termos publicados exclusivamente no DBTA.....	226
Quadro 1.6 - Termos publicados exclusivamente no MAT.....	231

APÊNDICE D

Quadro 1 – Termos de “A Glossary of Archival and Records Terminology”.....	236
Quadro 2 – Termos de “Glossary of Records and Information Management Terms”.....	236
Quadro 3 – Termos de “Dictionary of Archival Terminology (DAT III)”.....	236
Quadro 4 – Termos de “InterPARES 2: Terminology Database”.....	236
Quadro 5 – Termos de “InterPARES 3: Terminology Database”.....	237
Quadro 6 – Termos de “Glossário da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos”.....	238
Quadro 7 – Termos de “ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição”.....	239
Quadro 8 – Termos de “ISDF: Norma Internacional para Descrição de Funções”.....	239
Quadro 9 – Termos de “Glossário ICP-Brasil”.....	239
Quadro 10 – Termos de “Portaria Normativa n.º 5 do MPOG”.....	239
Quadro 11 – Termos de “Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa”.....	239

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Linha do tempo dos marcos terminológicos da arquivologia.....	45
Figura 2 – Termos em comum às seis publicações.....	79

RESUMO

Apresenta um estudo exploratório sobre a terminologia arquivística brasileira por meio da análise dos principais marcos terminológicos publicados na área de arquivologia e de seus termos. A terminologia arquivística é alvo constante de problematizações por interlocutores da arquivologia, entretanto, estudos aprofundados não se concretizaram a respeito. O trabalho tem por objetivos identificar o que é considerado como terminologia arquivística na realidade brasileira e construir um panorama sobre o assunto. Para tanto, realiza uma análise em duas fases distintas: a primeira, dividida em duas etapas, consiste no levantamento de termos e na identificação de ocorrências comuns entre as publicações terminológicas selecionadas; a segunda fase efetua uma análise comparativa das definições de um conjunto de termos em comum às publicações. Com base nos dados obtidos e nos fenômenos observados, descreve um panorama da terminologia arquivística brasileira. Dentre as conclusões, verifica que uma terminologia “consolidada” não existe na realidade brasileira e que o grau de homogeneidade e consonância entre as publicações terminológicas da área é baixo. É verificado, também, que um provável alinhamento aos postulados da “terminologia clássica” nos discursos predominantes sobre terminologia arquivística na área pode estar associado diretamente a uma postura conservadora da própria arquivologia. É indicada a substituição da noção de “consolidação” pela de “harmonização” dos termos nos discursos sobre terminologia arquivística. A Tabela de Ocorrência de Termos construída é um instrumento útil para representar ao menos parcialmente a realidade da terminologia arquivística brasileira. Como contribuições finais, é incentivada e induzida a realização de estudos aprofundados e complementares sobre o tema, bem como a proposição da adoção de novos recursos tecnológicos para elaboração de instrumentos terminológicos posteriores.

Palavras-chave: terminologia arquivística; terminologia; publicações terminológicas; dicionário de terminologia; termos arquivísticos; arquivologia; arquivística.

ABSTRACT

Presents an exploratory study about Brazilian archival terminology through the analysis of the main terminological marks published in the archivology area and its terms. The archival terminology is a constant target of questioning by archivology interlocutors, however, depth studies have not been materialized about it. The study aims to identify what is considered archival terminology in the Brazilian reality and to build a panorama about the subject. To do so, it makes an analysis in two different phases: the first one, divided in two steps, consists on a survey of terms and the identification of common occurrences between selected terminological publications; the second one makes a comparative analysis of definitions of a set of terms in common between publications. Based on the data obtained and the phenomenon observed, describes a panorama of Brazilian archival terminology. Among the conclusions, finds that a “consolidated” terminology do not exists in Brazilian reality and the degree of homogeneity and consonance between terminology publications in the area is low. It is also observed that a probable alignment on the postulated of “classic terminology” in the prevailing discourses about archival terminology in the area, can be associated directly with a conservative position of the own archivology. It is recommended the replacement of the notion of “consolidation” by “harmonization” of the terms in the discourses about archival terminology. As final contributions, it is supported and induced the conducting of depth and complementary studies about the subject, as well as the proposition of the adoption of new technology resources for the creation of posterior terminological instruments.

Key-words: archival terminology; terminology; archival science; terminological publications; terminological dictionaries; archivology; archival science.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	27
1 TERMINOLOGIA	31
1.1 Aspectos teóricos da terminologia.....	33
2 TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA	41
2.1 A Arquivologia como uma área de especialidade	42
2.2 A expressão “terminologia arquivística”	44
2.3 A problematização da terminologia arquivística	46
2.4 Marcos terminológicos nacionais e internacionais	51
3 PUBLICAÇÕES TERMINOLÓGICAS SELECIONADAS	59
3.1 “Terminologia Arquivística”	61
3.2 “Arquivos: Terminologia”	63
3.3 Dicionário de Termos Arquivísticos.....	65
3.4 Dicionário de Terminologia Arquivística	67
3.5 Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística	71
3.6 Multilingual Archival Terminology	75
4 EXPLORAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES SELECIONADAS.....	81
4.1 A Tabela de Ocorrência de Termos	82
<i>4.1.1 Metodologia das intervenções realizadas na transcrição dos termos.....</i>	<i>83</i>
4.2 Os termos em comum	87
4.3 Análise das definições dos termos em comum.....	90
<i>4.3.1 Arquivo</i>	<i>93</i>
<i>4.3.2 Arquivo Corrente</i>	<i>100</i>
<i>4.3.3 Arquivologia</i>	<i>104</i>
<i>4.3.4 Arranjo.....</i>	<i>107</i>
<i>4.3.5 Classificação.....</i>	<i>111</i>
<i>4.3.6 Coleção</i>	<i>114</i>

4.3.7 Cópia.....	115
4.3.8 Datas-Limite.....	118
4.3.9 Descrição	119
4.3.10 Documento	122
4.3.11 Dossiê.....	124
4.3.12 Fundo	126
4.3.13 Guia.....	129
4.3.14 Protocolo.....	131
4.3.15 Recolhimento.....	133
4.3.16 Série.....	135
4.3.17 Tabela de equivalência	137
5 PANORAMA DA TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA BRASILEIRA	139
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	153
REFERÊNCIAS.....	157
APÊNDICE A – Tabela de Ocorrência de Termos.....	165
APÊNDICE B – Relatório de Termos em Comum.....	207
APÊNDICE C – Relatório de Termos Exclusivos.....	225
APÊNDICE D – Lista dos termos citados em cada publicação no MAT.....	249

INTRODUÇÃO

Este trabalho é uma pesquisa sobre a terminologia arquivística brasileira.

A motivação com a pesquisa partiu de um interesse especial pelo tema. A terminologia arquivística é frequentemente citada em debates científicos e técnicos na arquivologia, seja como parte de problemas, ou como fonte de soluções. No entanto, verificamos a carência de estudos aprofundados a respeito. Embora haja uma problematização constante sobre o assunto, as abordagens observadas são todas de nível superficial. Essa situação já foi percebida por Maria Odila Fonseca (2005) em sua tese.

Sendo assim, existe uma lacuna nos estudos de arquivologia no Brasil relacionada à investigação científica sobre a terminologia da área, e este trabalho, em forma de dissertação, pretende contribuir para o seu preenchimento. Acreditamos que a terminologia é um terreno fértil de estudo, que oferece muitas questões de pesquisa e dados disponíveis, possuindo um grande potencial de contribuição para o conhecimento técnico e científico da arquivologia.

Uma abordagem científica sobre terminologia arquivística poderia ser realizada, a nosso ver, por três ângulos possíveis: a produção terminológica, seus contextos, conjunturas, sujeitos e políticas envolvidos; os produtos terminológicos e seu conteúdo; e as repercussões e reproduções da produção e dos produtos terminológicos em diversos ambientes e públicos: na comunidade científica, na literatura especializada, no âmbito profissional, na legislação, na administração pública, etc.

Optamos, nesta ocasião, por estudar a terminologia arquivística na perspectiva de seus produtos e do conteúdo destes, com foco na realidade brasileira. Assim, nossos objetos de pesquisa se restringem a publicações terminológicas, seus termos e suas definições.

O tipo de pesquisa adotado – “estudo exploratório” – foi escolhido justamente pelo quadro de carência diagnosticado sobre o tema. Segundo Fernandes e Gomes (2003, p. 6), a pesquisa exploratória “visa proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses, tendo como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições”. Nesse sentido, “o estudo exploratório é normalmente o passo inicial no processo de pesquisa pela experiência e auxílio que traz na formulação de hipóteses significativas para posteriores pesquisas” (Cervo e Bervian *apud* FERNADES; GOMES, 2003, p. 6).

Portanto, o objetivo geral desta pesquisa consistiu em realizar um estudo exploratório da terminologia arquivística brasileira, por meio da análise dos principais marcos terminológicos publicados da área e de seus termos.

Os passos iniciais e intrínsecos da pesquisa consistiram: na revisão bibliográfica sobre o assunto, no levantamento de fundamentos teóricos sobre terminologia – importados, majoritariamente, da linguística – e na exploração dos conceitos de “terminologia” e “terminologia arquivística”.

Partimos do pressuposto que a terminologia arquivística que nos interessava está contida nas publicações, ou instrumentos linguísticos, elaborados para esse fim. Isto é, os dicionários de terminologia, listas terminológicas e demais obras cuja intenção seja apresentar e definir os termos concebidos como arquivísticos.

Dessa forma, um de nossos objetivos específicos foi identificar o que é considerado como terminologia arquivística na realidade brasileira. Para tanto, procedemos à seleção dos principais marcos terminológicos publicados no Brasil. Em seguida, realizamos uma análise comparativa, de cunho quantitativo, dos termos de cada publicação, com a finalidade de apresentar uma lista dos termos publicados em cada obra e as ocorrências comuns entre elas.

O outro objetivo específico do trabalho foi construir um panorama da terminologia arquivística brasileira, com base nas análises realizadas. Para isso, a partir do levantamento de publicações e termos realizado, selecionamos um conjunto de termos em comum às publicações, de acordo com a proposta e as limitações desta pesquisa, e efetuamos uma análise comparativa de suas definições. Concluída essa análise, desenvolvemos uma exposição dissertativa relacionando os aspectos teóricos estudados com os dados obtidos e fenômenos observados.

Não almejamos nesta pesquisa responder a uma pergunta ou hipótese especificamente, mas, ao contrário, na medida do possível, levantar indagações, construir hipóteses, realizar reflexões, extrair conclusões e se posicionar a respeito de alguns pontos. Também não é nossa ambição esgotar o assunto, mas sim fornecer subsídios significativos para pesquisas futuras.

Acreditamos que os resultados colhidos nessa pesquisa sirvam como base para investigações e reflexões mais amplas. Os problemas de pesquisa relacionados à terminologia arquivística representam um vasto campo ainda pouco explorado por nossa comunidade científica. Assim, esperamos que o trabalho sirva de referência e contribua para o desenvolvimento técnico-científico da área.

Na seção 1 ocorre a fundamentação teórica da pesquisa. Abordamos aspectos teóricos sobre o conceito de “terminologia”, efetuamos uma revisão de literatura a respeito e nos posicionamos diante de alguns autores e teorias que tratam do tema.

Na seção 2, são explorados o tema e os objetos centrais desta pesquisa, a “terminologia arquivística”. Relacionamos a importância da terminologia para área. Definimos “arquivologia” como uma área de especialidade. Realizamos um levantamento da problematização, por parte de alguns autores, da terminologia arquivística na literatura da área. E, por fim, descrevemos os principais marcos terminológicos nacionais e internacionais da arquivologia.

As seções 3 e 4 representam a parte essencialmente empírica da dissertação. A pesquisa exploratória se dividiu em duas fases, detalhadas nas seções 3 e 4.

Na seção 3, apresentamos as publicações terminológicas selecionadas para análise e justificamos os critérios de suas escolhas; em seguida, descrevemos, com detalhes, informações e características de cada publicação e uma síntese de seus contextos de produção.

Na seção 4, promovemos a exploração das publicações selecionadas em duas etapas: apresentando a Tabela de Ocorrência de Termos (Apêndice A), O Relatório de Termos em Comum (Apêndice B) e o Relatório de Termos Exclusivos (Apêndice C), produtos do levantamento de termos das publicações e da análise quantitativa de ocorrências comuns entre elas; e analisando, comparativamente, as definições dos 17 (dezessete) termos em comum selecionados.

Na seção 5, concluímos o estudo exploratório. Nessa seção são expostos de forma dissertativa os resultados das análises teóricas e empíricas da pesquisa e da relação entre elas. A essa exposição demos o nome de “panorama da terminologia arquivística brasileira”.

1 TERMINOLOGIA

“Terminologia” é uma palavra corriqueira no discurso de cientistas e profissionais quando estes se referem a suas áreas de conhecimento. Todavia, é pouco comum a reflexão em torno de seu conceito e de suas possibilidades de significação. Geralmente, seu emprego trivial pressupõe que a definição oferecida pelo vocabulário comum é suficiente para gerar compreensão entre os interlocutores. No entanto, trata-se de uma palavra polissêmica e que possui um vasto campo teórico a ela associado.

Nos dicionários genéricos de língua portuguesa, encontramos algumas definições da palavra. O Quadro 1 transcreve as definições de terminologia em duas publicações distintas.

Quadro 1 – Definições de “terminologia” em dicionários genéricos da língua portuguesa	
Dicionário Houaiss	1. Conjunto de termos específicos ou sistema de palavras usadas numa disciplina particular (por exemplo, a terminologia da botânica, da marinharia, da matemática); nomenclatura.
	1.1. Tratado acerca de tais termos.
	2. Uso de palavras peculiares a um escritor, a uma região etc. Exemplos: a terminologia de Guimarães Rosa; a terminologia gaúcha.
	3. Estudo que tem por objeto a identificação e delimitação de conceitos próprios de uma arte, ciência, profissão etc., e a designação de cada um deles por um determinado vocábulo.
Dicionário Novo Aurélio	Conjunto dos termos duma arte ou duma ciência; nomenclatura.

Fonte: elaboração própria, com base em: INSTITUTO ANTONIO HOUAISS (2009); NOVO DICIONÁRIO AURÉLIO DA LÍNGUA PORTUGUESA (2004).

Identificamos nas transcrições dos dicionários variados significados e usos da palavra, entre os quais: conjunto de termos, sistema de palavras, tratado, uso de palavras, estudo e nomenclatura. Essas denominações são frequentemente associadas a disciplinas, ciências, artes, profissões, isto é, a áreas que delimitam especialidades do saber humano.

De acordo com tais acepções, percebemos que “terminologia” pode ser utilizada em pelo menos cinco diferentes ocasiões no vocabulário comum: 1) para designar um grupo de termos de uma determinada especialidade, que reunidos representam um todo, um conjunto; 2) significando uma publicação, obra ou tratado sobre os termos de uma determinada especialidade; 3) para designar o uso ou emprego de grupo de palavras peculiares a um tema específico, como de um escritor ou região, por exemplo; 4) como sinônimo de nomenclatura, denominação, palavra ou vocábulo utilizado para designar algo; e 5) como estudo, disciplina ou ciência que se dedica aos termos, para elaborá-los ou compreendê-los.

Desse modo, podemos deduzir que os diversos empregos possíveis de “terminologia” estão conectados diretamente com seu sentido etimológico. Etimologicamente, a palavra é

derivada da união *termino* e *logia*. O elemento *logia* é de origem grega e corresponde à composição de *log* (*o*) com *ia*, denotando o sentido de “discurso, expressão, linguagem, estudo, ciência, coleção” (NOVO DICIONÁRIO AURÉLIO DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2004). Já *termino*, provém do latim e corresponde à palavra termo.

Por sua vez, “termo” também é uma palavra polissêmica na língua portuguesa. Seu emprego mais comum é como sinônimo de palavra, vocábulo, unidade lexical. No entanto, denota uma série de outros sentidos e pode ser utilizado em circunstâncias semânticas diversas, como na área jurídica, na gramática, na lógica e na matemática. O Quadro 2, apresenta a transcrição das 15 (quinze) definições de “termo” disposta pelo dicionário Houaiss com o intuito de demonstrar essa diversidade.

Quadro 2 – Definições de “termo” segundo o dicionário Houaiss da língua portuguesa	
Nº	Definição
1	Fim, remate ou conclusão no espaço ou no tempo. Exemplos: o termo de um itinerário; o termo da existência.
2	Raia, limite ou marco divisório que estrema uma área circunscrita. Exemplos: os termos de uma herdade.
3	Região ou território que se estende em torno de uma cidade, vila etc.; circunvizinhança. Exemplo: o termo de Coimbra.
4	Baliza, marco.
5	Lugar afastado, longínquo; confim.
6	Extensão limitada; espaço.
7	Unidade do léxico; vocábulo, palavra. Exemplo: termo arcaico.
7.1	Palavra (ou locução) rigorosamente definida que designa um conceito próprio de um determinado campo das ciências, da tecnologia, das artes etc.
8	Época em que se deve efetuar qualquer coisa; prazo.
9	Modo ou estado em que se acha uma questão, um assunto, um negócio qualquer. Exemplo: quis saber em que termos as coisas estavam.
10	Conteúdo de um escrito ou de um documento; teor, forma, redação (mais usado no plural). Exemplo: os termos da declaração não o satisfizeram.
11	[Gramática]. Parte constituinte, elemento (de oração).
12	[Termo jurídico] Dia em que se inicia ou se extingue a eficácia de um negócio jurídico; prazo.
13	[Termo jurídico] Peça na qual certo ato processual é formalizado. Exemplo: termos da audiência.
14	[Lógica] Cada um dos dois elementos — sujeito ou predicado — que compõem as proposições em um silogismo categórico.
15	[Matemática] Expressão algébrica que não contém as operações de soma ou subtração.

Fonte: elaboração própria, com base em: INSTITUTO ANTONIO HOUAISS (2009).

Dentre as definições de “termo” apontadas no Quadro 2, podemos considerar que apenas a de número 7 e, por correlação a de 7.1, é pertinente ao significado de “terminologia”.

Observa-se que os sentidos designados pela palavra manifestam de alguma forma o significado de sua origem etimológica, proveniente do latim *termino* ou *términus*, que denota “limite, fim, extremidade” (INSTITUTO ANTONIO HOUAISS, 2009).

Nessa ótica, o termo, objeto da terminologia, compreende um significado para além do da palavra, vocábulo ou unidade lexical dos falantes comuns, representando, assim, uma delimitação, uma especificação ou circunscrição de uma determinada realidade, com um determinado rigor. Essa realidade, no contexto que abordaremos nesta dissertação, faz referência a uma determinada área de especialidade ou do conhecimento humano, seja esta uma ciência, tecnologia, arte ou etc.

Verificamos que tanto “terminologia” quanto “termo” são palavras polissêmicas e com grande diversidade de uso na língua portuguesa. Entretanto, a percepção de uma determinada acepção em detrimento de outra só é possível quando sua utilização ocorre em um contexto propício, isto em quando seu sentido é explicitado. Caso contrário, o uso ordinário destas tende a traduzir acepções mais genéricas.

Assim, em uma hipotética pesquisa que medisse a frequência das palavras no vocabulário comum, provavelmente a acepção menos usada para “terminologia” seria a que a designa como estudo, ciência ou disciplina que tem por objeto o termo. Isso porque tal significado está inserido em um contexto de reflexão sobre termos e sua elaboração, remetendo a um campo teórico e técnico ao qual um grupo limitado de pesquisadores e profissionais se dedicam.

1.1 Aspectos teóricos da terminologia

A prática terminológica, isto é, de dar nomes a elementos do conhecimento técnico e científico, é uma atividade vinculada aos primórdios do desenvolvimento da linguagem e da capacidade humana de criação do léxico:

A terminologia não é um fenômeno recente. Com efeito, tão longe quanto se remonte na história do homem, desde que se manifesta a linguagem, nos encontramos em presença de línguas de especialidade, é assim que se encontra a terminologia dos filósofos gregos, a língua de negócios dos comerciantes cretas, os vocábulos especializados da arte militar, etc. (RONDEAU *apud* FINATTO; KRIEGER, 2004, p. 24).

Como processo de sistematização e fixação de termos, a terminologia tem origens no século XVIII, estimulada pela autonomia das ciências e das áreas do conhecimento e

concretizada em trabalhos como os de Lavoisier e Lineu, que buscavam fixar denominações de conceitos científicos da química e da biologia, respectivamente. No século XIX, a internacionalização da ciência exigiu a discussão sobre regras para elaboração de termos nos colóquios científicos internacionais. Já no século XX, o desenvolvimento crescente de técnicas e tecnologias e a consequente preocupação com a harmonização das denominações inspirou estudos específicos sobre o tema (CABRÉ, 1992).

Nos anos 1930, o engenheiro austríaco Eugen Wüster publicou tese em que expôs sua metodologia de tratamento de dados terminológicos relacionados à eletrotécnica (WÜSTER, 1931 *apud* CABRÉ, 1992), demonstrando um interesse científico pioneiro pelo tema. Posteriormente, surgiram escolas teóricas dedicadas ao estudo da terminologia como ciência, como a austríaca, a soviética e a tcheca. Elas iriam compartilhar os fundamentos da Teoria Geral da Terminologia (TGT) – preconizada por Wüster –, concebida como uma disciplina científica, autônoma e de caráter interdisciplinar (CABRÉ, 1992), que fornece bases para o trabalho terminológico segundo os princípios de univocidade e monorreferencialidade na relação entre conceitos e termos (CAMPOS, 2001). Segundo Campos (2001, p. 66), “o grande avanço dado pela TGT foi sistematizar princípios terminológicos que deram a esta atividade um caráter científico próprio, diferenciando-a da atividade lexicográfica”.

A TGT marcou o início da terminologia clássica, também chamada de terminologia “moderna” (CABRÉ, 1992), que evoluiu, conforme Cabré (1992), de acordo com quatro períodos distintos: origem (de 1930 a 1960); estruturação (de 1960 a 1975); explosão¹ (de 1975 a 1985); e ampliação (a partir de 1985).

A terminologia clássica e suas escolas partem de um enfoque cognitivo dos termos (KRIEGER; FINATTO, 2004), isto é, visando à padronização dos termos técnicos e um aparelhamento das línguas para responderem às exigências de uma comunicação profissional eficiente. Esses teóricos preocupam-se em estabelecer orientações metodológicas para o tratamento de unidades terminológicas com base no princípio de que os termos são denominações de conceitos (Ibid., p. 31).

Krieger e Finatto (2004, p. 33) apontam essa visão como redutora, uma vez que unidades denominativas dos conceitos são vistas à parte do léxico comum da língua:

Para essa visão redutora da TGT, muito contribuiu a concepção de que os termos são designações de conhecimentos científicos. Em consequência, os termos não são vistos como elementos naturais das línguas naturais, pois são compreendidos como unidades de conhecimento que comportam denominações. Nessa ótica, os conceitos científicos são identificados por

¹ *L'esclat*, em catalão.

meio de rótulos, etiquetas denominativas criadas com determinadas peculiaridades que permitem fugir das ambiguidades do léxico comum. Isso evidencia uma valorização da dimensão conceitual das terminologias em detrimento do ponto de vista que considera como elementos naturais dos sistemas linguísticos com todas as implicações daí decorrentes.

Para as autoras, o afastamento do componente conceitual com o sistema linguístico, postulado por essa teoria, promove uma “dissociação entre pensamento e linguagem” (Ibid., p. 33).

As ideias da terminologia clássica contribuíram para a difusão de proposições prescritivas e normalizadoras das práticas terminológicas, transformando-a em uma disciplina, em seu sentido pragmático. A partir disso, iniciativas normativas para a expansão e consolidação da organização internacional da terminologia foram tomadas com o intuito de controlar e padronizar os usos terminológicos em escala mundial.

Na década de 1980, a *International Organization for Standardization* (ISO) publicou uma norma a respeito do trabalho terminológico, na qual define terminologia como qualquer atividade relacionada com a sistematização e representação de conceitos ou apresentação de termos baseados em princípios e métodos estabelecidos, e ainda como um conjunto de termos que constituem um sistema de conceitos de uma determinada área (DIAS, 2000, p. 90).

Entretanto, a partir da década de 1990, uma nova corrente de pensamento surgiu contrapondo as ideias da TGT. Conhecida como “terminologia contemporânea”, seus pensadores faziam uma crítica ao caráter normalizador e prescritivo, fundamentado em princípios extralinguísticos, os quais ignoram os aspectos comunicativos e pragmáticos que envolvem os léxicos temáticos. Lara (2004, p. 236) comenta:

Embora a terminologia clássica, base das normas terminológicas, dê excessiva ênfase ao referente extralinguístico e atribua à língua apenas o papel de designação - levando a crer que o conceito não variaria segundo as línguas -, a Terminologia contemporânea questiona essa rígida separação, vendo a terminologização como um processo que não é imune às diferentes línguas. Disso decorre a aceitação das variações linguístico-semânticas, devidas às diferentes formas culturais de delimitar o significado.

Alguns autores foram pioneiros nesses pensamentos, como Alain Rey na década de 1980, afirmando: “na origem das reflexões sobre o nome e a definição, base da terminologia, encontra-se toda a reflexão sobre a linguagem e o sentido” (REY *apud* KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 34).

Uma das expoentes da terminologia contemporânea é a linguista catalã Maria Teresa Cabré que, por meio de sua Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), propõe um debate

crítico e sistemático à Teoria Geral da Terminologia (TGT). Os aspectos criticados nessa teoria são vários: o limite no estudo dos termos visando sua padronização; a separação entre conceito e significado; o desinteresse pelas estruturas morfológicas e sintáticas das unidades lexicais; e a supervalorização da função denominativa (CABRÉ *apud* KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 35). Segundo Krieger e Finatto (2004, p. 35):

a TCT articula-se baseada na valorização dos aspectos comunicativos das linguagens especializadas em detrimento dos propósitos normalizadores, bem como na compreensão de que as unidades terminológicas formam parte da linguagem natural e da gramática das línguas. De acordo com o princípio comunicativo, uma unidade lexical pode assumir o caráter de termo em função de seu uso em um contexto e situação determinados. Consequentemente, o conteúdo de um termo não é fixo, mas relativo, variando conforme o cenário comunicativo em que se inscreve. Tais proposições levam a TCT a postular que *a priori* não há termos, nem palavras, mas somente unidades lexicais, tendo em vista que estas adquirem estatuto terminológico no âmbito das comunicações especializadas.

No bojo desse novo debate, surgiu a socioterminologia, definida por Enilde Faulstich (2006, p. 29) da seguinte maneira:

um ramo da terminologia que se propõe a refinar o conhecimento dos discursos especializados, científicos e técnicos, a auxiliar na planificação linguística e a oferecer recursos sobre as circunstâncias da elaboração desses discursos ao explorar as ligações entre a terminologia e a sociedade.

Para explorar tais ligações entre terminologia e sociedade é necessário, segundo a socioterminologia, levar em consideração as variantes, ou variações, linguísticas, categorizadas segundo Wüster – e a TGT, por correspondência – como “perturbações da unidade linguística” (WÜSTER *apud* FAULSTICH, 2006). Conforme afirma Faulstich (2006, p. 30):

a pesquisa socioterminológica deverá considerar que os termos, no meio linguístico e social, são entidades passíveis de variação e de mudança e que as comunicações entre membros da sociedade são capazes de gerar conceitos interacionais para um mesmo termo ou de gerar termos diferentes para um mesmo conceito.

A socioterminologia aponta, portanto, que o estudo da terminologia está em relação direta com o estudo da língua e com o espaço de interação social no qual os termos são usados, uma vez que toda língua é social, histórica e estilisticamente diversificada, de acordo com a origem social e geográfica de seus locutores, o momento e as situações sociais em que se encontram (FAULSTICH, 2006).

Nesse sentido, Faulstich entende que o conceito de “harmonização” é mais útil do que o de “normalização” para o trabalho de sistematização de terminologias e suas variantes. Depecker (*apud* FAULSTICH, 2006, p. 27) explica que “harmonizar quer dizer pôr em correspondência os termos uns com os outros no seio da mesma língua e entre línguas, gerenciando os usos”. Para Faulstich (2006, p. 27-29), existe uma diferença conceitual entre “uso normal” e “uso normativo” dos termos. Ela explica que um uso normativo “resulta da recomendação de uma ‘autoridade’ que prescreve qual deve ser o ‘bom uso’ da língua e na língua e, comumente, tal recomendação aparece registrada nos documentos prescritivos e normativos”. Já um uso normalizado, pode significar “o processo de tornar normais os usos linguísticos”. Desse modo, o conceito de “normalização” associa-se ao ato de padronizar e de uniformizar, enquanto o de “normativização”, ao de impor, por meio de uma postura prescritiva estabelecida por “uma única (pseudo-) autoridade”, o uso absoluto de determinadas palavras. Por outro lado, uma “harmonização” da terminologia considera as diversas manifestações terminológicas de acordo com o espaço sociocultural e linguístico envolvido.

Sobre o conceito de termo, Faulstich (2006, p. 27-28) afirma que “nenhum termo é usado fora da situação discursiva em que é criado”, e, portanto, podem ser definidos segundo três aspectos:

- I - signos que encontram sua funcionalidade nas linguagens de especialidade, de acordo com a dinâmica das línguas;
- II - entidades variantes, porque fazem parte de situações comunicativas distintas;
- III - itens do léxico especializado que passam por evoluções, por isso devem ser analisados no plano sincrônico e no plano diacrônico das línguas.

Neste trabalho, nos basearemos no entendimento de Cabré (1995) sobre terminologia. A autora considera pelo menos três maneiras distintas de defini-la, devido a sua natureza polissêmica: como disciplina, como prática e como produto gerado por essa prática.

A definição da terminologia como produto – também entendido como objeto –, apresentada pela autora, corresponde ao “conjunto de termos de uma determinada especialidade”. Para entender essa relação, segundo ela, é necessário abordar a tripla concepção dos termos a partir da ótica de distintas disciplinas. As disciplinas são: a linguística, a filosofia e as diferentes disciplinas tecnocientíficas. Todas elas coincidem ao conceber a terminologia como “um conjunto de unidades com uma finalidade essencial, portanto, com um valor funcional” (CABRÉ, 1995, s/p, tradução nossa). No entanto, elas distinguem-se por pelo menos dois motivos. O primeiro é devido ao fato de possuírem

diferentes concepções a respeito da unidade terminológica, que, para a linguística, é uma unidade de significação, para a filosofia é uma unidade de cognição, e para as especialidades, é uma unidade de denominação. O outro motivo diz respeito às funções prioritárias que as três áreas atribuem ao termo: para a linguística, a função é de significar; para a filosofia é de representar; e para as especialidades é de denominar.

Apesar das diferenças encontradas, Cabré afirma que as três “disciplinas” tratam do mesmo objeto científico, pois compartilham o mesmo conceito de “termo”, o que, no entendimento da autora, é “uma unidade poliédrica composta de três elementos (a mínima unidade poliédrica): o significado ou conceito, o nome ou denominação e a coisa ou referente” (CABRÉ, 1995, s/p, tradução nossa). Assim, sobre a terminologia como objeto ela conclui:

a terminologia para as três disciplinas é o conjunto de termos, concebidos como unidades sígnicas de três faces (coisa, nome e significado) que fazem referência à realidade especializada. As diferenças que podemos perceber se limitam simplesmente a posições ou prioridades distintas: distintas quanto ao marco situacional (a gramática, a ciência cognitiva ou o domínio especializado), distintas quanto à priorização da perspectiva com a qual se enfoca o termo (signo linguístico, unidade conceitual ou signo, somente), distintas quanto à função prioritária que atribuem ao termo (a significação, a representação ou a denominação) (CABRÉ, 1995, s/p, tradução nossa).

A terminologia como disciplina, na visão de Cabré (1995, s/p, tradução nossa), é “a matéria que se ocupa dos termos especializados” e existem três posições distintas que tentam compreendê-la como matéria de estudo. A primeira entende-a como uma disciplina autônoma e autossuficiente, que versa sobre uma matéria absolutamente original, com fundamentos próprios, apesar de conectada historicamente a outras disciplinas; a segunda, como parte dependente de outra disciplina, como um apêndice da linguística, da filosofia ou das especialidades; e a terceira, como uma disciplina autônoma, de caráter interdisciplinar, que configurou sua própria especificidade incorporando elementos das matérias em que se inspirou, construindo, assim, seu próprio âmbito científico. A autora deixa claro sua identificação com a terceira corrente.

Para Cabré, a terminologia é uma “interdisciplina” que possui bases teóricas delimitadas e um objeto de estudo definido. Tais vertentes teóricas são oriundas de outras áreas, como a linguística, das quais absorve alguns fundamentos. No entanto, a autora afirma que a terminologia é uma disciplina original, em primeiro lugar, porque seleciona das matérias que lhes são fonte apenas determinados elementos teóricos, e em segundo, porque

reconfigura tais fundamentos construindo um espaço próprio original, diferenciado de outros campos científicos.

Já a terminologia como prática pode ser entendida, segundo Cabré, como uma “disciplina aplicada”, ou “o conjunto de princípios direcionados à recopilação de termos”. Nesse sentido, a prática se distingue da lexicologia aplicada, ou lexicografia, que se ocupa da elaboração de dicionários, apesar de ambas lidarem com a elaboração de dicionários.

Ao longo dessa dissertação lidaremos com as três acepções de terminologia propostas por Cabré. Entretanto, a expressão “terminologia arquivística”, objeto central de nossa pesquisa, corresponde à acepção de terminologia como produto proposta pela autora.

2 TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA

Jean Dubois, em seu Dicionário de Linguística, define que “qualquer disciplina, e, com maior razão, qualquer ciência tem necessidade de um conjunto de termos, definidos rigorosamente, pelos quais ela designa as noções que lhe são úteis: este conjunto de termos constitui sua terminologia”, sendo categórico ao afirmar: “não há ciência sem terminologia” (DUBOIS, 2007, p.586).

Outros autores também afirmam que a terminologia, pela sua dimensão cognitiva, é fundamental para o estabelecimento do conhecimento científico e de sua legitimidade, colocando o termo, ou o ato de denominar, como algo inerente à existência de uma ciência:

A constituição de uma terminologia própria marca, em toda ciência, o advento ou desenvolvimento de uma conceitualização nova, assinalando, assim, um momento decisivo de sua história. Poder-se-ia mesmo dizer que a história particular de uma ciência se resume na de seus termos específicos. Uma ciência só começa a existir ou consegue se impor na medida em que faz existir e em que impõe seus conceitos, através de sua denominação. Ela não tem outro meio de estabelecer sua legitimidade senão por especificar seu objeto denominando-o, podendo este constituir uma ordem de fenômenos, um domínio novo ou um modo novo de relação entre certos dados. O aparelhamento mental consiste, em primeiro lugar, de um inventário de termos que arrolam, configuram ou analisam a realidade. Denominar, isto é, criar um conceito, é, ao mesmo tempo, a primeira e última operação de uma ciência (BENVENISTE *apud* KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 17).

Krieger e Finatto (2004, p.17), ao identificarem a importância do processo denominativo para as atividades de conceitualização e o conseqüente papel das terminologias na fixação e circulação do saber científico e técnico, salientam que a terminologia é algo inerente às comunicações especializadas, identificando sua dupla funcionalidade, a de representar e a de transmitir o conhecimento especializado:

O léxico temático configura-se, portanto, como um componente linguístico, não apenas inerente, mas também a serviço de comunicações especializadas, posto que os termos transmitem conteúdos próprios de cada área. Por isso, os termos realizam duas funções essenciais: a de representação e a de transmissão do conhecimento especializado.

Nessa relação entre conceitualização e denominação cabe o entendimento do significado de “conceito” que, segundo Abbagnano (2007), não pode ser confundido com “nome”, mas compartilha com a linguagem, entretanto, a mesma finalidade, ou seja, a comunicação. Assim, o *Dicionário de Filosofia* define “conceito” do seguinte modo:

Em geral, todo processo que torne possível a descrição, a classificação e a previsão dos objetos cognoscíveis. Assim entendido, esse termo tem significado generalíssimo e pode incluir qualquer espécie de sinal ou procedimento semântico, seja qual for o objeto a que se refere, abstrato ou concreto, próximo ou distante, universal ou individual, etc. [...]

Embora o C. seja normalmente indicado por um nome não é o nome, já que diferentes nomes podem exprimir o mesmo C. ou diferentes conceitos podem ser indicados, por equívoco, pelo mesmo nome. O C, além disso, não é um elemento simples ou indivisível, mas pode ser constituído por um conjunto de técnicas simbólicas extremamente complexas, como é o caso das teorias científicas que também podem ser chamadas de C. (o C. da relatividade, o C. de evolução, etc.).

O C. tampouco se refere necessariamente a coisas ou fatos reais, já que pode haver C. de coisas inexistentes ou passadas, cuja existência não é verificável nem tem um sentido específico.

Enfim, o alegado caráter de *universalidade subjetiva* ou validade intersubjetiva do C. na realidade é simplesmente a sua *comunicabilidade* de signo linguístico: a função primeira e fundamental do C. é a mesma da linguagem, isto é, a comunicação (ABBAGNANO, 2007, p. 164, grifo nosso).

O processo denominativo desenvolvido pela terminologia é, portanto, fundamental para o surgimento e sobrevivência das aqui denominadas áreas de especialidade, também entendidas como áreas do conhecimento, das quais o sentido de terminologia como objeto se refere. Estas se referem não apenas às ciências autodenominadas, mas também a técnicas, disciplinas e demais áreas do saber e do fazer do conhecimento humano.

Neste trabalho nos interessa abordar a “terminologia arquivística”, que reconhecemos como aquela associada à arquivologia, entendida por nós como uma área de especialidade do conhecimento humano que engloba tanto aspectos teóricos quanto práticos relacionados a arquivos.

2.1 A arquivologia como uma área de especialidade

Como será abordado no item 4.3.3 desta dissertação, o termo “arquivologia” é alvo de diferentes definições em publicações terminológicas da área. É designado como ciência, disciplina, estudo e até mesmo arte (Quadro 13.1) voltados ao objeto principal que é o arquivo.

“Arquivo”, por sua vez, é uma palavra polissêmica no vocabulário comum, o que também é verificado na terminologia da área (assunto abordado no item 4.3.1 da dissertação), podendo designar, dentre outras acepções, mobiliário, local, instituição, serviço, conjunto de

dados ou conjunto de documentos (Quadro 11.2). A definição majoritária observada, entretanto, é a que denomina arquivo como “conjunto de documentos”.

A palavra “arquivologia” é a justaposição do termo “arquivo” com o elemento de composição “logia”. O elemento “logia” é de origem grega e corresponde à união dos elementos de composição “log (o)” e “ia”, segundo o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2004). O primeiro está ligado diretamente ao vocábulo grego *logos*, que quer dizer “palavra, estudo, tratado” (CUNHA, 2010, p. 393). Na visão de Marcondes (2001), *logos*, que é uma das noções fundamentais do pensamento filosófico-científico, significa literalmente “discurso”. Chauí (2000, p. 28) apresenta as seguintes definições para *logos*: “pensamento racional, discurso racional, conhecimento”, “palavra” ou “uma síntese de três palavras ou ideias: fala/palavra, pensamento/ideia e realidade/ser” (Ibid., p. 175), e também “espírito” (Ibid., p. 275). Já o elemento “ia”, trata-se de uma derivação sufixal tônica do grego *ía* que, na composição de palavras, dentre outros empregos, é utilizada em “nome de ciência”, “doutrina” e “arte” (NOVO DICIONÁRIO AURÉLIO DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2004).

Assim, etimologicamente, arquivologia pretende significar estudo, discurso, conhecimento, razão sobre arquivos. Por conta disso, a palavra consagrou-se como capaz de designar a ciência, disciplina ou área que produz e se dedica ao pensamento racional sobre o tema.

No âmbito nacional, algumas publicações terminológicas consideram a palavra “arquivologia” como equivalente à “arquivística” (Quadro 13), no entanto não há uma compreensão geral da sinonímia entre os termos (SANTOS, 2011, p. 98). O uso da primeira é predominante no Brasil, todavia, a nível internacional, esta última palavra é a mais consagrada, principalmente na América hispano falante (RODÍGUEZ LOPES, 2000; SANTOS, 2011). Apesar das palavras possuírem composição etimológica diferentes, nesta pesquisa não nos debruçaremos sobre suas origem e a conveniência de seus empregos para a designação da área dedicada aos arquivos. Adotaremos, deste modo, “arquivologia” como termo preferencial.

Sobre o reconhecimento da arquivologia como uma área do conhecimento, Rodríguez López, pesquisadora espanhola, a considera – a “arquivística”, no caso – ao mesmo tempo uma ciência e uma técnica:

Todo ello hace que, tal como Romero Tallafigo, consideremos que la Archivística es la teoría científica sobre los archivos, consistente en una técnica para lograr que el proceso de acumulación, conservación y servicio

de la memoria, asentada en determinados soportes físicos y materiales, permanentes y durables (el conjunto de documentos de archivo) funcione con eficacia y economía. Es una técnica, además, científica porque parte de premisas racionales, críticas y rigurosas de aplicación universal a los archivos. Y es una técnica autónoma por la especificidad propia del archivo y sus procesos. Pero no se puede negar la dignidad científica a la Archivística en tanto que estudia el proceso completo de un archivo [...]

La Archivística como técnica es un campo autónomo del saber con aplicaciones sistemáticas muy concretas y prácticas, con términos y categorías muy peculiares, con conceptos y principios de valor universal, con indagaciones sobre archivos de variada naturaleza (RODRÍGUEZ LÓPEZ, 2000, p. 381-382).

Desse modo, entendemos aqui que a arquivologia corresponde tanto ao campo científico, consolidado em meados do século XIX (GIRALDO LOPERA, 2009), quanto às práticas ou técnicas de tratamento de arquivo como um todo, as quais remontam, pelo menos, à antiguidade (SILVA et al., 1999), podendo, assim, ser encarada como uma área de especialidade única do saber humano.

2.2 A expressão “terminologia arquivística”

Há uma ambiguidade a ser resolvida na definição de “terminologia arquivística”. Para nós, não há dúvidas de que o termo “arquivo” representa o conceito fundamental desta terminologia. No entanto, tendo em vista que, nessa ocasião, segundo o entendimento de Cabré (1995), terminologia significa o conjunto de termos de uma determinada especialidade, não é claro, na expressão, se a especialidade referida está ligada à ciência que estuda o arquivo ou às técnicas e práticas pertinentes ao arquivo, ou mesmo a ambas as hipóteses.

Morfologicamente, “arquivística” é composta pelo radical “arquiv” acrescido da derivação sufixal “ística”. Segundo especialistas em linguística (AREÁN-GARCÍA, 2012, p. 93), a derivação “-ístico (a)” pode configurar-se como sufixo em duas situações: como sufixo formador de substantivo; e como sufixo dessubstantival formador de adjetivo com significado relacional.

Em sua tese de doutorado em Filologia e Língua Portuguesa, Areán-García (2011) defende que o morfema “-ística” pode ser considerado como sufixo na língua portuguesa, ao contrário de outros autores que sustentam que o fragmento é resultado da combinação diacrônica dos sufixos de origem grega “-ista” e “-ica”. Além disso, a autora defende a sua produtividade na língua portuguesa. Em suas palavras:

[...] *-ística* tem produtividade própria, ou seja, existe a produção em *-ística* sem que haja o seu correspondente adjetival em *-ístico(a)*. Por exemplo, existe a palavra *dentística*, formada com *-ística*, para designar uma técnica na área de odontologia, porém os adjetivos correspondentes são *odontológico(a)* e *dentário(a)*, ou seja, considerando-se a mesma base do substantivo feminino temos uma formação com o sufixo *-ário(a)* e não com *-ístico(a)*. Além disso, o morfema *-ística* possui designação semântica e funcional diferenciada de *-ístico(a)*, isto é, *-ística*, segundo AREÁN-GARCÍA (2011: 243-247), forma substantivos femininos que designam semanticamente “ciência ou estudo especializado”, “técnica especializada”, “a arte de fazer algo”, e, ainda, transmitem a idéia de conjunto, diferentemente do morfema *-ístico(a)*, formador de adjetivos relacionais (AREÁN-GARCÍA, 2012, p. 96).

Definitivamente, a palavra “arquivística”, na ocasião citada, não desempenha função denominativa, como em “arquivística” (análoga à arquivologia), como vimos, uma das palavras possíveis para designar a área de especialidade de que tratamos neste trabalho. Supondo que houvesse a intenção de se referir a esta última, uma expressão apropriada seria, por exemplo, “terminologia da arquivística”. Logo, a palavra não exerce função substantiva, mas sim adjetiva, qualificando o substantivo “terminologia” como algo “relacionado ao arquivo”.

Dessa maneira, o sentido de “terminologia arquivística” traduz-se como terminologia relacionada a arquivo. Essa definição, apesar de objetiva, não atende à primeira acepção de terminologia proposta por Cabré (1995), vista como “conjunto de termos de uma determinada especialidade”, já que a questão em torno da especialidade a que o conjunto de termos se refere ainda permanece. As acepções de terminologia como prática ou como teoria dos termos propostas pela autora não se aplicam à expressão. Logo, o conceito “arquivo” não é gerador de termos, mas sim os agentes que com ele lidam, que no caso são os técnicos, cientistas e demais profissionais que atuam com arquivos. No contexto social, tais agentes são responsáveis por constituir, mesmo que de forma não intencional ou oficial, uma área de especialidade. Portanto, “arquivo” é o próprio termo designativo do conceito fundamental em torno do qual gira a terminologia abordada e da qual se quer definir o escopo, e não a área de especialidade produtora de termos.

Como abordamos anteriormente, estamos interessados, nessa pesquisa, na terminologia produzida pela arquivologia, ou pelos agentes com ela envolvidos, seja no âmbito científico, técnico ou prático em que ela esteja inserida. Uma expressão coerente com esse entendimento seria, portanto, “terminologia da arquivologia”. No entanto, não pretendemos utilizá-la no decorrer deste trabalho.

Diante da problemática constatada, assumimos a ambiguidade da expressão “terminologia arquivística” e a dificuldade em dar-lhe um escopo apropriado a respeito do conjunto de termos a que se refere. Contudo, consideradas as ressalvas aqui realizadas, optamos pela sua utilização nesta dissertação.

2.3 A problematização da terminologia arquivística

Foi afirmado na primeira seção que “terminologia” é uma palavra frequente no discurso de cientistas e profissionais. Logo, a referência à terminologia arquivística é constantemente utilizada pelos teóricos e técnicos interessados na arquivologia. Entretanto, é observável que uma grande parte dessas menções é fruto de questionamentos ou objetiva identificar um problema na área.

Maria Odila Fonseca já havia verificado isso, quando, ao expor que os limites e a configuração disciplinar da arquivologia não são objeto de pesquisa, identifica o estado das investigações sobre terminologia na área:

Outra questão que deve emergir destas conclusões, diz respeito à terminologia. Como se espera tenha ficado claro, há uma íntima relação entre a configuração da disciplina arquivística e a história política administrativa de cada país. Assim, a terminologia arquivística é um território bastante delicado, uma vez que a relação termo e conceito nem sempre é clara e ‘amigável’, porque se trata de traduzir termos e conceitos intrinsecamente associados a realidades político-administrativas muito específicas. Embora os levantamentos aqui feitos não indiquem a questão terminológica como tema prioritário de pesquisa, a revisão de literatura mostra que há uma preocupação com esse tema por parte de quase todos os autores envolvidos nas discussões mais renovadoras da área. Esses autores sugerem, sempre, a necessidade de seu aprofundamento. Isso, porém, não se verifica. Por quê? Tudo indica que este deve ser um estudo conduzido em perspectiva internacional, e não há na área instâncias acadêmicas internacionais. O Conselho Internacional de Arquivos não cumpre esse papel, tendo uma atuação marcada pelas configurações geopolíticas dos organismos internacionais aos quais se vincula (FONSECA, 2005, p. 98-99).

Parafraseando Fonseca, a preocupação com aspectos terminológicos é evidente na literatura da área. Apesar disso, a autora averigua que o desenvolvimento científico do tema não ocorreu até a elaboração de seu trabalho, sugerindo, inclusive, que isso é relacionado à ausência de iniciativas acadêmicas internacionais.

No Quadro 3, selecionamos alguns trechos de publicações brasileiras² que, apesar dos autores não tratarem da terminologia arquivística como objeto de pesquisa, apontam para a questão em suas obras:

Quadro 3 – Problematização da terminologia arquivística (trechos selecionados)	
Referência	Trecho
NAGEL; RICHTER (1988, p. 7)	“Durante várias viagens de estudo a Portugal e ao Brasil que tive a oportunidade de realizar, constatei que existe um problema de comunicação entre os arquivistas que reside na língua profissional, ou seja, na terminologia arquivística”
LOPEZ (2002, p. 17).	"[...] nota-se que a questão de uma normalização terminológica mais aprofundada continua necessária"
BRITO (2005, p. 46)	“Importante salientar a necessidade do desenvolvimento de uma terminologia consolidada para a área. A Arquivística se ressentida desta falta, e a elaboração de tal terminologia se constitui em um dos aspectos principais para a afirmação desta ciência no meio científico. Tal terminologia, em nosso entendimento, poderia se constituir no ponto de partida para a universalização dos termos utilizados pelos arquivistas, que, conforme visto no início deste artigo, sequer possuem consenso quanto à definição do objeto de estudo da arquivística”
SOUSA (2006, p. 121)	"O percurso feito buscou [...] apresentar a discussão sobre problemas terminológicos, que ultrapassam, comumente, a questão da língua e enveredam por diferenças conceituais e de tradições arquivísticas"
FONSECA; JARDIM (2008, p 2)	“No Brasil, na ausência de uma consolidação terminológica consensual, a definição de arquivo encontra a sua melhor expressão no texto da Lei n. 8.159”
MARQUES (2011, p. 106)	“A falta de padronização terminológica é um obstáculo para a cooperação internacional, como salienta Rastas, ao reconhecer a relevância dos glossários e publicações internacionais de correspondência terminológica que propiciam ao arquivista encontrar uma linguagem comum e, conseqüentemente, compreender as diferenças existentes entre as tradições profissionais”
ASSIS (2012, 29-30)	"Há um esforço pela instalação de um pensamento compreensível e mais unificado sobre determinados termos. Temos que levar em consideração, entretanto, a multiplicidade de tradições e práticas arquivísticas nos diferentes países e mesmo no interior deles"
SANTOS (2011, p. 116-117)	“É unânime a identificação da terminologia como ferramenta essencial para a comunicação e a interação profissional em nível nacional e internacional. Embora seja unânime, também, a concordância quanto à existência de problemas, segundo alguns, intransponíveis ou quase”

Fonte: elaboração própria.

As indagações e estudos sobre terminologia arquivística publicados internacionalmente não serão aqui abordados devido aos limites metodológicos definidos para a pesquisa. Contudo, destacamos as impressões de Silva et al. (1999) sobre o assunto.

Os autores começam o subcapítulo dedicado ao tema em sua obra ressaltando a importância da terminologia para a arquivologia – ou arquivística, como por eles definida –, bem como anunciar os desafios de sua concretização:

² Não incluímos as publicações terminológicas neste apanhado, uma vez que serão abordadas posteriormente na seção 3.

[...] à semelhança do que se passa com todas as outras ciências, como a Física, a Química, a Medicina, as Ciências farmacêuticas, as Ciências da computação, etc., que já constituíram o seu próprio léxico, também a Arquivística tenha que dispor de um vocabulário específico, claro, uniforme e tanto quanto possível unissêmico, devidamente circunscrito à sua área, para permitir a comunicação essencial e indispensável ao entendimento e à compreensão dos que se lhe dedicam.

Contudo, esta ingente tarefa de criação de um sistema linguístico singular que se constitua como um fiel tradutor quer dos conceitos quer das práticas imanentes à própria Arquivística não tem sido fácil de concretizar (SILVA et al., 1999, p. 227).

Em seguida, afirmam que, desde o início do século XX, a evolução do processo editorial e as necessidades de compreensão e de entendimento linguístico-conceitual a nível internacional, tornaram emergente o problema da terminologia arquivística:

O intercâmbio e a cooperação interna e externa entre os profissionais e as instituições de arquivos, essenciais para o desenvolvimento da ciência arquivística perspectivada de uma forma integral só poderão ser concretizados se a linguagem de comunicação for, de fato, a mesma (SILVA et al., 1999, p. 227).

Nos anos 1960, segundo os autores, o panorama terminológico da área configurava-se como “caótico” em um momento em que sua própria integridade como ciência estava sendo posta em risco, o que fez com que o tema voltasse a assumir força nas décadas de 1980 e 1990:

A revolução tecnológica emergente nos finais dos anos 1960, fortemente incentivada na década seguinte, veio muito naturalmente evidenciar o “caos” terminológico. Os múltiplos contributos introduzidos por outras áreas científicas, em que sobressai a “explosão” da informática, ajudaram a mostrar que o dicionário de terminologia da Elsevier, reconhecido como incompleto já à data de sua publicação, não era capaz de responder com soluções cabais aos problemas postos. Mais do que nunca após 20 anos de vida, ele revelava as suas várias debilidades substantivas e a sua desatualização, sobretudo quando a Arquivística se via confrontada com novos desafios no seu próprio seio, acrescidos pelo efeito das relações interdisciplinares. E as vias que se lhe abriam eram somente duas: ou a Arquivística se estatua como ciência, podendo, assim, escapar a tutelas exteriores, ou simplesmente perderia a sua reduzida autonomia para cair na dependência de outras ciências, comprometendo, assim, a sua existência.

Por isso, nas décadas de 80 e 90, o tema da terminologia foi de novo agitado, entre outros, como um dos mais fortes, passando até a ser considerado essencial para a sobrevivência da Arquivística no contexto de varias ciências da informação (SILVA et al., 1999, p. 230).

Por fim, os autores concluem seu ponto de vista a respeito do estágio atual da terminologia arquivística – no contexto do final da década de 1990, quando a obra foi elaborada – de um modo pessimista. Partindo do pressuposto de que “sem uma terminologia

de arquivo perfeitamente estruturada e sistematizada não é possível caminhar com segurança para uma Arquivística com sentido verdadeiramente científico” (SILVA et al., 1999, p. 231) alegam a dificuldade de se alcançar tal feito diante das iniciativas e subsídios observados, o que traduz-se como na própria inconsistência e incapacidade de se firmar da disciplina:

Do breve cotejo feito em edições sobre terminologia arquivística (unilíngues ou multilíngues) vindas a lume em vários países fica sobejamente confirmada a grande dificuldade que há em elaborar um corpo vocabular uno, devidamente estruturado e consistente, passível de ser aceite tanto nacional como internacionalmente. As publicações multilíngues existentes são tentativas frágeis de ultrapassar a disparidade linguístico-conceitual de cada país para criar um sistema de comunicação próprio dos Arquivos e da Arquivística [...]

Impõe-se, assim, que a nossa disciplina encontre o seu rumo certo e a terminologia assente antes numa ciência autêntica, fundada no conhecimento e, portanto, em bases teóricas genuínas. Sendo a Arquivística, na verdade, uma ciência, com um corpo de princípios consistentes e imune a quaisquer influências estranhas, é mais fácil criar um sistema lexical uno, estável, sistemático e circunscrito à própria disciplina. E nem as vicissitudes arquivísticas que ocorreram e hão de continuar a acontecer nos quatro cantos do mundo – sempre condicionantes das relações de dependência entre as estruturas jurídicas e orgânico-administrativas de cada país -, nem as tradições intelectuais, nem as mentalidades epocais ou as novas tecnologias de informação, nem outras disciplinas que hoje tão facilmente penetram no campo da Arquivística como ciência será possível fixar esse glossário essencial a uma salutar comunicação unívoca, pois a sua obtenção radica sempre na profundidade científica da disciplina (SILVA et al., 1999, p. 236-237).

Outra autora estrangeira que frequentemente se dedica ao tema das palavras e dos termos na arquivologia é a espanhola Antonia Heredia Herrera. Em sua obra de 1989, *Archivística general: teoría y práctica*, a autora considera:

Una ciencia o una disciplina necesitan tener como vehículo de expresión un léxico común para conseguir un entendimiento correcto. Es preciso contar con términos claros, exactos, que respondan a conceptos universales en materia de archivos. Sin embargo, estamos muy lejos de alcanzar esta situación, ya que la dificultad afecta no sólo a las simples denominaciones – que podrían salvarse con una tabla de equivalencias o glosarios –, sino a, lo que es más grave, la disparidad y sobre todo confusión de conceptos [...] (HEREDIA HERRERA, *apud* SILVA et al., p. 231).

Em 2007, a revista “Acervo”, do Arquivo Nacional, foi publicada contemplando o tema “Normas e Terminologia em Arquivos”. No periódico, dois artigos colocam a terminologia arquivística como foco central de estudo: são os textos de Michel Duchein e Heloísa Liberalli Bellotto.

Duchein, em “Os Arquivos na Torre de Babel”, aborda a problemática da terminologia arquivística do ponto de vista de seu uso internacional. O autor francês declara que “a terminologia é, de qualquer forma, o reflexo da prática profissional. Se a terminologia arquivística é pouco precisa, é bem a prova de que arquivologia, ela mesma, está longe de ser uma ciência exata” (DUCHEIN, 2007, p. 14). Ele acrescenta, ainda, que “ela [a terminologia] ajuda a precisar as noções, a dissipar o vapor do empirismo, obriga a colocar em questão as certezas adquiridas pela rotina” (DUCHEIN, 2007, p. 22).

No artigo, Duchein conclui que a tradução de termos de uso arquivístico para diferentes países esbarra em três aspectos: 1) a imprecisão muito frequente de definições e de usos nacionais; 2) divergências crescentes de vocabulários no interior de uma mesma língua entre países homófonos; e 3) o fato de a arquivologia ser extremamente ligada aos sistemas jurídicos governamentais e administrativos de cada país e que, por consequência, seu vocabulário reflete todo um conjunto de conceitos que, por definição, dificilmente são transportáveis de um país a outro.

Já Bellotto, em “A Terminologia das Áreas do Saber e do Fazer: o caso da arquivística”, discute os aspectos que envolvem a construção da terminologia arquivística no plano nacional. A autora observa que, no Brasil, a construção, sistematização e consolidação da terminologia arquivística vêm se dando não a partir da realidade concreta dos termos usados cotidianamente pelos profissionais da área, mas da tradução dos dicionários de outras línguas. Diante dessa situação, ela propõe que:

o aperfeiçoamento da nossa terminologia tem de se voltar para uma colaboração mais estreita, frequente e presente entre as instituições arquivísticas públicas, as privadas, os cursos universitários de arquivologia, os professores, pesquisadores, as associações de classe no sentido de uma progressiva e necessária justaposição entre o significado dos termos arquivísticos e o seu uso real (ou o não uso, se necessário) (BELLOTTO, 2007, p. 55).

Mais recentemente, em 2011, Vanderlei Batista Santos publica tese em que aborda em subcapítulo a questão da terminologia. Seu estudo foca-se na questão da origem e dos diferentes empregos do termo que designa a área de escopo entendida por ele como arquivística (arquivística, arquivologia, ciência arquivística ou arquivonomia). Além disso, faz algumas ponderações e breve revisão de literatura sobre o que já foi levantado sobre o tema e sua problemática. Sobre o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005) comenta:

Observamos, porém, que uma terminologia não se constrói por decreto. Mesmo o Arquivo Nacional tendo publicado esse dicionário buscando ‘a normalização conceitual das atividades inerentes ao fazer arquivístico’, há vários textos que são considerados como de referência para a área, constantes de bibliografias igualmente indicadas para os profissionais, com definições distintas desse dicionário. Citamos, por exemplo, o já mencionado “Dicionário da Bahia” e a obra de Camargo e Bellotto (1996), comumente denominada de “Dicionário de São Paulo”. Apesar de que há pouco tempo o Arquivo Nacional esteve recebendo sugestões para atualização do Dibrate [sic.], realizando a previsão de revisão do documento disposta na resolução, o que poderia resultar numa terminologia nacional única, a existência de mais de uma referência terminológica no país é exemplar da falta de consolidação teórica da arquivística brasileira (SANTOS, 2011, p. 97-98)

Conforme observou Fonseca no início desta seção, diversos autores problematizam o tema da terminologia arquivística, todavia, nenhum deles analisa o tema com profundidade. Os exemplos e fragmentos aqui descritos demonstram que os questionamentos resumem-se de simples críticas a reflexões em formato de ensaio. Observamos nessas abordagens que alguns aspectos são recorrentes. Após realizarmos o estudo exploratório pretendido, retomaremos esses aspectos na última seção desta dissertação, relacionando-os com os resultados da pesquisa.

2.4 Marcos terminológicos nacionais e internacionais

Não é objetivo desta dissertação expor todos os marcos terminológicos sobre arquivos já publicados, muito menos, efetuar uma pesquisa exaustiva sobre esses eventos. Embora reconheçamos a importância de uma tarefa nesse sentido, tanto a nível nacional quanto internacional, limitamo-nos a uma análise sintética para identificá-los, pois acreditamos que, em uma iniciativa exploratória inicial, o acesso a fontes secundárias que já versaram sobre o tema, além do contato direto com algumas das principais publicações, é suficiente para atender aos objetivos de nossa pesquisa.

Uma análise diacrônica sobre a terminologia arquivística e seus respectivos produtos terminográficos já foi realizada em algumas ocasiões em língua portuguesa. Entre elas, destacamos um subcapítulo da obra de Silva et al. (1999) e os prefácios do Dicionário de Terminologia Arquivística (CAMARGO; BELLOTTO, 1996) e do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005). Basearemos-nos nessas e nas demais fontes bibliográficas consultadas para descrever a trajetória dos principais marcos terminológicos sobre arquivos.

A preocupação concreta com a terminologia arquivística, ou pelo menos as iniciativas mais consistentes a respeito, originaram-se a partir do século passado. Como visto, no século XVII, surgiram na Europa as primeiras obras sobre os aspectos práticos da profissão de arquivista. No século XVIII, algumas publicações procuravam extrair alguns princípios arquivísticos. No século XIX, com o Manual dos Holandeses, a área começa a ganhar cientificidade, mas não tratava questões de terminologia. Porém, é somente no século XX que se torna patente na comunidade internacional a necessidade de ser criado “um corpo vocabular devidamente estruturado e singular – uma terminologia específica – para uso comum e para aplicação uniforme e normalizada pelos profissionais desta área científica” (SILVA et al., 1999, p. 227).

Pode-se dizer que os anseios a respeito da problemática envolvendo a terminologia sobre arquivos gerados naquele momento estão relacionados ao progressivo movimento de autonomia científica e consolidação disciplinar da arquivologia à época. Conforme visto, a terminologia é fundamental para o estabelecimento e desenvolvimento de uma ciência. As ciências naturais foram as primeiras a se preocupar com o problema no século XVIII, para no século XIX tornar-se uma preocupação latente a diversas disciplinas científicas e áreas técnicas. Isso se deve às necessidades essenciais de representação e comunicação internacional do conhecimento, exponenciadas pelo fenômeno da globalização.

Para a arquivologia, não por acaso, a necessidade de debruçar-se sobre sua terminologia ocorreu no século XX, uma vez que o dilúvio informacional ocorrido no período, bem como o advento de novas tecnologias de comunicação e produção documental, gerou uma demanda inédita pela disciplina e, conseqüentemente, por seu desenvolvimento científico.

A primeira instituição de cunho internacional a expor a problemática da terminologia na área de arquivos foi a Sociedade das Nações – organização criada após a Primeira Guerra Mundial, em 1919, e que precedeu a Organização das Nações Unidas (ONU) – ao instituir o Comitê Consultivo Permanente de Arquivistas da Sociedade das Nações que foi o responsável por apresentar, em 1931, proposta de unificação de terminologia arquivística internacional e de publicação de um léxico próprio (SILVA et al., 1999, p. 227).

No entanto, o organismo internacional a se empenhar efetivamente e dedicar atenção em âmbito global ao tema de forma pioneira foi o *International Council on Archives* (ICA), fundado em 1950. Além de promover as primeiras iniciativas amplas de estudo e produção terminológica relacionada ao conhecimento sobre arquivos, o Conselho estimulou o debate sobre o tema da terminologia arquivística nos primeiros eventos organizados pela instituição.

No 2º Congresso Internacional de Arquivos, em 1953, “os problemas da terminologia arquivística” faziam parte da temática do evento, assim como “terminologia arquivística” fez parte da pauta da primeira versão das *Conférences Internationales des Tables Rondes des Archives*, em 1954 (MARQUES, 2011, p. 112-113).

Nas décadas de 1950 e 1960 houve uma série de publicações, em diversos idiomas, contendo iniciativas de listagens terminológicas e de vocabulários técnicos da área (SILVA et al., 1999; MARQUES, 2011). Nesse contexto, o Comitê de Terminologia Arquivística instituído pelo ICA em 1953 publica, em 1964, a primeira tentativa de consolidação terminológica de uso internacional, o *Lexicon of Archival Terminology* (ELSEVIER LEXICA, 1964). A obra visava apresentar os principais termos referentes a arquivos e a arquivologia e fazer a correspondência dos termos em diversos idiomas.

A próxima publicação terminológica multilíngue de destaque ocorreu vinte anos depois, novamente por iniciativa do ICA, dessa vez com o apoio da Unesco. Em 1984 foi publicado o *Dictionary of Archival Terminology* (DAT), oriundo de um grupo de trabalho instituído por aquele Conselho em 1977 (SILVA et al., 1999, p. 232). O DAT foi alvo de duas novas edições nos anos de 1988 e 2002, respectivamente.

A iniciativa terminológica posterior que pode ser considerada como marco é também a mais recente publicada. Trata-se do *Multilingual Archival Terminology* (MAT), outra iniciativa liderada pelo ICA em conjunto com o *InterPARES³Project*, projeto de pesquisa que reúne pesquisadores de diversas nacionalidades. Elaborado a partir de 2010, a obra é pioneira por ser desenvolvida em formato de uma plataforma a ser disponibilizada de forma gratuita e universal na rede mundial de computadores, contando, além disso, com recursos de edição colaborativa e conexões hipertextuais entre os termos dos diversos idiomas por ela relacionados. A plataforma continua acessível atualmente em sítio eletrônico do *The Center for International Study of Contemporary Records and Archives*, unidade da *University of British Columbia*, Canadá, apoiadora do projeto⁴.

No Brasil, os primeiros marcos da terminologia arquivística coincidem, também não por acaso, com o momento de afirmação da disciplina no país, na década de 1970, quando ocorrem, dentre outros fatores, a inauguração de cursos de graduação, a legislação específica sobre a profissão, a promoção de eventos técnico-científicos sobre arquivos e a criação de associações profissionais (MARQUES, 2011; SANTOS, 2011). Ao mesmo tempo, as iniciativas voltadas à problemática terminológica da área, bem como a elaboração de

³ *The International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems*.

⁴ Disponível em: <<http://www.ciscra.org/mat/>>.

instrumentos terminográficos no país, refletem a preocupação deste tema a nível global e as já tomadas iniciativas sobre o assunto por parte de instituições internacionais.

Conforme abordado, o ICA foi um dos pioneiros a promover publicações terminográficas multilíngues sobre arquivos e por suscitar os primeiros debates globais sobre o tema em seus eventos técnico-científicos. Todavia, a língua portuguesa não foi contemplada nas primeiras obras, apesar do apelo à universalização dos termos da área (SILVA et al., 1999, p. 228).

Desse modo, a primeira obra terminológica em língua portuguesa publicada foi a listagem de termos apresentada em 1972 no I Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA) e incluído nos Anais do evento em 1979, conhecida como “Glossário Danneman”. Tanto o glossário como a listagem do I CBA foram elaborados pela Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), instituição fundada em 1971.

Em 1986 é publicado um novo compilado terminológico sobre arquivos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Com o *status* de norma técnica, a NBR 9578 é uma obra derivada de um projeto que uniu, desde 1982, um comitê da AAB e uma comissão da ABNT. Todavia, a AAB já havia mobilizado um grupo de trabalho desde 1977 com vistas a dar continuidade à publicação de 1972 (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 10).

Em 1988, dois anos após a publicação da primeira edição do DAT, a Associação Latino Americana de Arquivos (ALA) promove a sua tradução, levando ao surgimento de uma versão em português da obra do ICA, o Glossário de Terminologia Arquivística (FONSECA; PORTO MIGUÉIS, 1988). A tradução foi efetuada por Maria Amélia Porto Migueis e Maria Odila Kahl Fonseca que a submeteram, no mesmo ano, à I Conferência Nacional de Arquivos, a qual acabou por determinar a formação de grupos de trabalho para discutir e atualizar a obra, tendo em vista a já publicada segunda edição do DAT (CAMARGO; BELLOTTO, 1996). Sobre isso, Estevão (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 10) coloca:

As propostas derivadas da I Conferência Nacional de Arquivos não se constituíram em meras ratificações de uma nova tradução da versão de 1988. Sem perder de vista a terminologia internacional, alguns termos e conceitos de uso regional foram sistematizados e incorporados ao vocabulário técnico, passando a ser referenciados em obras a partir de então publicadas.

Nesse contexto, em 1989 é elaborado o Dicionário de Termos Arquivísticos, também conhecido como “Dicionário da Bahia”, uma iniciativa promovida em parceria da Universidade Federal da Bahia (UFBA) com a Fundação Alemã para o Desenvolvimento

Internacional. Oriundo de um trabalho realizado por professores de ambas as instituições em uma disciplina de um curso de especialização da UFBA, a obra baseou-se em diversas referências, dentre elas a segunda edição do DAT, publicada no ano anterior.

Em Portugal, em 1993, é publicado o Dicionário de Terminologia Arquivística (ALVES et al., 1993), a primeira obra terminológica editada no país sobre arquivos.

O marco terminológico seguinte no cenário nacional concretizou-se em 1996 com a publicação do Dicionário de Terminologia Arquivística (DTA) pelo Núcleo Regional de São Paulo da AAB. O dicionário apresentou inovações, como a correlação idiomática dos termos com o inglês, francês, espanhol e o português de Portugal.

Quase dez anos depois, o Arquivo Nacional do Brasil publica, em 2005, o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DBTA), fruto de um projeto iniciado na década de 1990. A obra foi a primeira a ser produzida por uma instituição pública e a obter um *status* de instrumento terminológico oficial devido à recomendação de adoção instituída por resolução específica do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), órgão definidor da política nacional de arquivos do país. O dicionário obteve ampla repercussão não apenas por essa condição, mas também por ser disponibilizado gratuitamente em formato digital no sítio eletrônico do Conarq. Ressalta-se que a obra faz referência à terceira edição do DAT, de 2002.

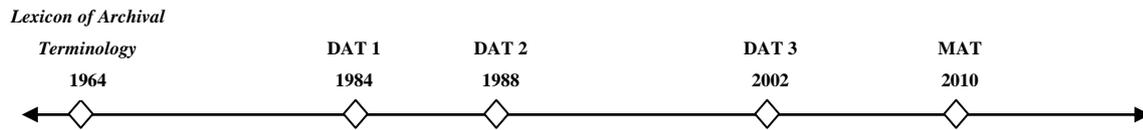
Desde então, não houve nenhuma publicação editorial que tenha a terminologia arquivística da arquivologia e dos arquivos como tema particular. Dessa afirmativa ficam excluídas publicações que, apesar de pertinentes e significativas para área, não declararam a arquivologia ou os arquivos como objetos únicos e centrais de análise, como são os casos do Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia (CUNHA; CAVALCANTI, 2008) e do Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação (PINHEIRO; FERREZ, 2014), além de glossários e demais listas terminológicas que trataram de temas específicos no universo dos arquivos.

A última iniciativa terminológica brasileira pode ser considerada a edição da lista de termos do *Multilingual Archival Terminology* por usuários brasileiros que compuseram a equipe de colaboradores do projeto, liderado pelo ICA e o *InterPARES Project*. A inclusão dos termos em português do Brasil ocorreu em 2012, segundo informações disponíveis na própria plataforma. Apesar de, conforme observado, grande parte dos termos inclusos serem transcrições do DBTA e serem efetuadas por apenas um mesmo usuário, pertencente a uma equipe de colaboradores limitada a funcionários do Arquivo Nacional majoritariamente, tratou-se de um recurso até então inédito de produção e difusão terminológica para área.

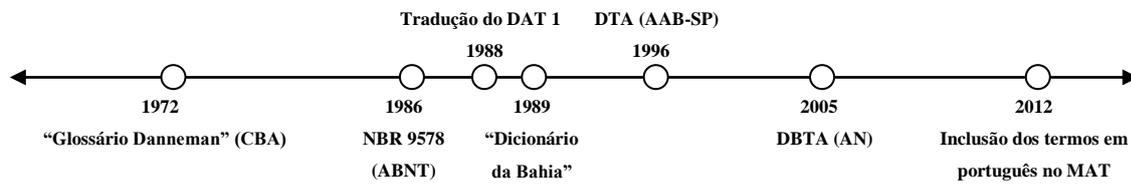
A Figura 1 esboça uma linha do tempo com os principais marcos terminológicos, internacionais e nacionais, aqui mencionados.

Figura 1 - Linha do tempo dos marcos terminológicos da arquivologia

Marcos terminológicos internacionais



Marcos terminológicos nacionais



Fonte: elaboração própria.

A autora Angélica Marques (2011, p. 104-105) dedica uma parte de sua tese a um levantamento de publicações de terminologia arquivística já publicadas, tanto no Brasil quanto em outros países, com base em fontes secundárias, detalhando no quadro “Obras de padronização da terminologia arquivística (1952-2005)” informações como local de publicação, edições e idiomas disponíveis. No Quadro 4, transcrevemos as informações do quadro original mantendo apenas as obras publicadas no Brasil e as informações referente a: ano de publicação, edições e línguas disponíveis.

Quadro 4 - Obras brasileiras de padronização terminológica, segundo MARQUES (2011)			
Autor/Obra	Ano	Edições	Línguas
DANNEMANN, Maria Luíza Stallard. et al. <i>Terminologia arquivística</i>	1972		
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). <i>NBR 9578: Arquivo – Terminologia</i>	1986		
NAGEL, Rolf; FREITAS, Maria José Rabello de. <i>Dicionário de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia arquivística brasileira</i>	1989	Reedição (1991)	Português e alemão
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. <i>Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística: contribuição para o estabelecimento de uma terminologia arquivística em língua portuguesa</i>	1990	Reedição (1996)	
SILVA, Jaime Antunes da (Coord.). <i>Dicionário de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia brasileira</i>	1991	1999	
ARQUIVO NACIONAL. <i>Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística.</i>	2005		

Fonte: MARQUES (2011, p. 104-105).

A seguir, nos propomos a fazer uma nova esquematização do levantamento de obras realizado por Marques, incluindo a publicação do MAT e as informações referentes aos autores e título da obra, discriminando-as. Ressalta-se que fizemos inclusões e adaptações no que diz respeito aos idiomas disponíveis nas obras. Além disso, consideramos como ano de publicação as versões finais das obras que possuíam versões preliminares, remetendo-nos a elas no campo “edições”.

Dessa forma, o Quadro 5 é uma esquematização das obras de terminologia arquivística elaboradas no Brasil.

Quadro 5 – Obras terminológicas brasileiras					
Instituição	Autor	Título	Ano	Edições	Idiomas
Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB	Maria Luíza Stallard Dannemann (coordenadora), Maria de Lourdes Costa e Souza, Wilma Schaefer Corrêa, Regina Alves Vieira e Marilena Leite Paes.	Terminologia arquivística	1972	1979 (Anais do I Congresso Brasileiro de Arquivologia)	Português
Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT	Maria de Lourdes Costa e Souza, Maria Amélia Porto Migueis, Irene de Menezes Dória, Marilena Leite Paes, Eloísa Helena Riani, Maria de la Encarnación E. Santos e José Lázaro de Souza Rosa.	NBR 9578: Arquivos – Terminologia	1986	1986	Português
Universidade Federal da Bahia – UFBA – e Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional – DSE	Rolf Nagel (coordenador), Maria José Rabello de Freitas, Isa Miriam de Almeida Poupard e alunos da UFBA.	Dicionário de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia arquivística brasileira	1989	1989 e 1991	Português
Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB (Núcleo Regional de São Paulo)	Ana Maria de Almeida Camargo, Heloísa Liberalli Bellotto (coordenadoras), Ana Maria P. M. Pagnocca, Aparecida S. L. Botani, Célia R. Camargo, Edite Maria da Silva, Felícia Musikman, Guita Mindlin, Isabel Maria Mezzalira, Janice Gonçalves, Maria Cecília F. de C. Cardoso e Viviane Tessitore.	Dicionário de Terminologia Arquivística	1996	1989, 1990 (versões preliminares), 1996, 2010 e 2012	Português, inglês, francês, espanhol e português de Portugal
Arquivo Nacional	Sílvia Ninita de Moura Estevão (coordenadora), Alba Gisele Gouget, Beatriz Moreira Monteiro, Cristina Ruth Santos, Elizabeth da Silva Maçulo, Maria Izabel de Oliveira, Maria Lúcia Cerutti Miguel, Nilda Barbosa Sampaio Sobrosa, Vera Lúcia Hess de Mello Lopes e Vitor Manoel Marques da Fonseca.	Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística	2005	1999, 2004 (versões preliminares) e 2005	Português, alemão, espanhol. Francês, inglês, italiano e português de Portugal
Conselho Internacional de Arquivos – CIA	Luciana Duranti, Corinne e Rogers (coordenadoras do projeto). Colaboradores do Brasil: Claudia Carvalho Masset Lacombe Rocha, José Márcio Batista Rangel, Vitor Manoel Marques Fonseca, Sílvia Ninita de Moura Estevão, Cristina Ruth Santos, Carlos Augusto Silva Ditadi, Brenda Brito Rocco e Carolina de Oliveira e Rosely Rondinelli.	Multilingual Archival Terminology	2010	2010 (início do projeto), 2012 (inclusão dos termos em português)	Português, bielorrusso, catalão; chinês, croata; holandês, inglês, finlandês, francês, alemão, grego, italiano, japonês, coreano, polonês, punjabi, romeno, russo, espanhol e sueco

Fonte: elaboração própria, reformulado a partir de MARQUES (2011, p. 104-105).

3 PUBLICAÇÕES TERMINOLÓGICAS SELECIONADAS

Na seção anterior fizemos uma exposição dos principais marcos terminológicos para a arquivologia. No Quadro 5, esboçamos uma relação das obras terminológicas mais significativas no contexto brasileiro. Como a intenção desta pesquisa é realizar um estudo exploratório da terminologia arquivística brasileira, optamos por selecionar determinadas publicações terminológicas nacionais que representassem significativamente tal cenário. Por isso, tomamos a identificação desses marcos como ponto de partida.

Pretendemos, a partir dessas publicações, contemplar a realidade da terminologia arquivística no âmbito nacional, isto é, identificar o que é considerado a terminologia arquivística brasileira a partir das próprias obras terminológicas da área. Detalharemos os passos metodológicos posteriores na seção seguinte. Todavia, a escolha dessas publicações como alvo de nossa pesquisa obedeceu, basicamente, a quatro critérios.

O primeiro critério foi o de serem elaborações de terminologias arquivísticas publicadas em português do Brasil. Já o segundo critério, diz respeito à intitulação dessas publicações como “terminologias”, isto é, ao fato de elas denominarem-se como publicações ou obras terminológicas. O terceiro selecionou apenas as que tratavam exclusivamente a temática dos Arquivos. Por fim, o quarto critério incluía somente as que faziam uma abordagem genérica sobre o assunto, excluindo possíveis trabalhos restritos a temas específicos de arquivo, como por exemplo os glossários.

Tais delimitações não permitiram a inclusão de importantes publicações na pesquisa, tais como: o Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia⁵; o Dicionário de Terminologia Arquivística⁶, de Portugal; a tradução, em português, do Dicionário de Terminologia Arquivística do ICA⁷; e possíveis glossários e outros instrumentos linguísticos produzidos na área de arquivologia e áreas afins. Porém, essa restrição foi necessária para estabelecer os limites e a viabilidade metodológica da pesquisa, levando em consideração o atendimento aos prazos e requisitos de uma dissertação de mestrado.

Desse modo, as seis publicações selecionadas, que serão contextualizadas a seguir, são: a lista terminológica “Terminologia Arquivística” da AAB, publicada no I Congresso Brasileiro de Arquivologia; a norma técnica NBR 9578 da ABNT, “Arquivos: Terminologia”; o Dicionário de Termos Arquivísticos, de Rolf Nagel e da UFBA; o Dicionário de

⁵ CUNHA; CAVALCANTI, 2008.

⁶ ALVES et al, 1993.

⁷ FONSECA; PORTO MIGUÉIS, 1988.

Terminologia Arquivística, do núcleo de São Paulo da AAB; o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, do Arquivo Nacional; e a lista em português do *Multilingual Archival Terminology*, elaborada por colaboradores brasileiros do projeto de iniciativa do ICA e *InterPARES Project*.

Utilizaremos as seguintes siglas para designá-las ao longo da dissertação:

CBA	“Glossário Danneman” do I CBA
ABNT	Norma Técnica NBR 9578: “Arquivos – terminologia” da ABNT
DBAH	Dicionário de Termos Arquivísticos, o “Dicionário da Bahia”
DBTA	Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, do AN
DTA	Dicionário de Terminologia Arquivística, da AAB
MAT	Multilingual Archival Terminology, do ICA/InterPARES

Apesar de a seleção não constituir a totalidade do que há publicado sobre a terminologia arquivística no país, acreditamos que tais publicações representam uma parcela significativa desse cenário, abrangendo, inclusive, âmbitos geográficos e sociais diferenciados.

É importante ressaltar que a seleção das publicações não se pautou por critérios qualitativos, isto é, não julgamos sua qualidade técnica, a relevância delas para a área, os sujeitos e instituições envolvidos ou o conteúdo e pertinência dos termos de cada uma. Baseamo-nos, além dos critérios já descritos, na instituição destas como marcos terminológicos da arquivologia brasileira, conforme analisado na seção anterior.

Salientamos que optamos pela inclusão do MAT na seleção das publicações mesmo ele sendo constituído – como abordaremos a seguir – majoritariamente por citações do DBTA (o que fica explícito principalmente em um apanhado de termos em comuns). Todavia, é uma publicação que, apesar de apresentar pouco conteúdo original, possui um número expressivo de citações de diversas outras obras, não sendo, assim, mera reprodução daquele instrumento (conforme será abordado no item 3.6). Além disso, sua pertinência na pesquisa se justifica por ser, dentre as publicações selecionadas, a mais atual e *sui generis*, o que a torna um objeto interessante de pesquisa em um estudo exploratório da terminologia arquivística brasileira.

Nas subseções a seguir, realizaremos uma breve análise do contexto de elaboração de cada uma das publicações selecionadas.

3.1 “Terminologia Arquivística”⁸

A lista terminológica “Terminologia Arquivística”, proposta pelo grupo de profissionais da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), em 1972, foi a primeira iniciativa de elaboração de uma lista do gênero publicada em idioma nacional. É também conhecida, segundo Belloto (2007, p. 55), como “Glossário Dannemann”, em referência à arquivista Maria Luiza Stallard Dannemann, uma de suas principais autoras. Sua publicação ocorreu nos Anais do I Congresso Brasileiro de Arquivologia, lançado sete anos após o evento, realizado no Rio de Janeiro em 1972. A apresentação do trabalho ocorreu durante a 7ª sessão do Congresso e teve Marilena Leite Paes como relatora.

O I Congresso Brasileiro de Arquivologia foi promovido pela AAB um ano após sua fundação, com o patrocínio do Arquivo Nacional, do Ministério da Saúde e do jornal O Globo. O evento ocorreu entre os dias 15 e 21 de outubro de 1972.

A Associação dos Arquivistas Brasileiros, foi fundada em 20 de outubro de 1971, com sede no Rio de Janeiro, se constituindo em uma entidade categorizada como “associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter técnico, científico, cultural, profissional e de pesquisa”⁹, tendo por finalidades, segundo seu estatuto:

- I – Contribuir para o desenvolvimento e aperfeiçoamento técnico, científico, cultural, profissional e de pesquisa dos profissionais de Arquivo e da Arquivologia;
- II – Cooperar com os órgãos governamentais, entidades nacionais e internacionais, públicas e privadas, em tudo que se relacionar com os arquivos e a Arquivologia;
- III – Promover a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho e do conhecimento arquivístico;
- IV – Promover o Congresso Brasileiro de Arquivologia;
- V – Organizar e/ou apoiar congressos, conferências, exposições, palestras, seminários, cursos de capacitação e treinamento, mesas redondas e outros eventos técnicos, científicos e culturais no campo arquivístico no Brasil e no exterior;
- VI – Editar a Revista Arquivo & Administração, o Boletim, e outras publicações pertinentes à Arquivologia;
- VII – Publicar e disseminar literatura de interesse arquivístico;
- VIII – Firmar convênios e prestar assistência e serviços técnicos, quando solicitada, aos governos federal, estaduais e municipais, bem como a entidades privadas;
- IX – Estabelecer e manter intercâmbio com associações congêneres no Brasil e no exterior;

⁸ ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1979.

⁹ ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS [sítio eletrônico]. Disponível em: <http://www.aab.org.br/?page_id=25>. Acesso em: 21 jul. 2015.

- X – Participar de eventos nacionais e internacionais que se relacionam com as atividades da área;
- XI – Colaborar com os arquivos federais, estaduais e municipais e demais entidades, no desenvolvimento de políticas de arquivo e de políticas associativistas;
- XII – Promover e apoiar ações que visem o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão no campo da Arquivologia.¹⁰

Recentemente, a Associação foi dissolvida¹¹.

As profissionais envolvidas em sua execução aparecem citadas na publicação como representantes da AAB. São elas: Maria Luíza Stallard Dannemann, Maria de Lourdes Costa e Souza, Wilma Schaefer Corrêa, Regina Alves Vieira e Marilena Leite Paes.

Segunda Nota Prévia escrita por Marilena Leite Paes e Lourdes Costa e Souza nos Anais do evento, o Congresso “atendeu a uma aspiração da Associação dos Arquivistas Brasileiros de reunir, pela primeira vez em nosso país, os profissionais e demais interessados na problemática arquivística” (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1979, p. XI).

O Regimento do evento, também veiculado nos Anais, descreve as finalidades do Congresso:

1. discutir os problemas relacionados com arquivos, em todos os seus aspectos.
2. divulgar informações técnicas.
3. promover o conagraçamento entre os interessados na matéria.
4. estudar e tornar conhecida a situação dos arquivos médicos no Brasil. (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1979, p. 1).

O texto “Terminologia Arquivística”, apresentado no evento e, consecutivamente, publicado em seus Anais, é composto por: breve resumo em português, inglês e francês; apresentação dos autores; e uma listagem de termos com suas definições, intitulada “Terminologia Arquivística”.

No resumo da publicação é dito:

Aborda a problemática da terminologia, agravada pela ausência de literatura especializada em língua portuguesa, o que obriga a recorrer a traduções imprecisas de obras estrangeiras, nem sempre adaptáveis às realidades brasileira. Propõe, em consequência, [sic] seja criada uma linguagem uniforme com o objetivo de ser adotada em todo território nacional e apresenta em caráter exploratório uma terminologia específica para ser

¹⁰ ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS [sítio eletrônico]. Estatuto da Associação dos Arquivistas Brasileiros. Art. 2º [alterado após Assembleia Geral Extraordinária de 21 de outubro de 2013]. Disponível em: <http://www.aab.org.br/?page_id=25>. Acesso em: 21 jul. 2015.

¹¹ A dissolução da AAB foi decidida na assembleia de 4 de fevereiro 2015. A assembleia de 30 de setembro de 2015 realizou a prestação final de contas da liquidação.

estudada e analisada. (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1979, p. 435).

A apresentação da publicação relata as dificuldades decorrentes da falta de uma terminologia nacional, bem como afirma a necessidade de se produzi-la, revelando, dessa forma, o pioneirismo contido nessa experiência:

Dentre as inúmeras dificuldades decorrentes do período de estagnação por que passamos, e como é do conhecimento de todos os congressistas, escassa é a literatura especializada, em língua portuguesa, levando-nos a lançar mão de traduções de obras estrangeiras.

Tal iniciativa apresenta, entretanto, dois grandes inconvenientes: quanto à organização, estrutura e princípios seguidos por outros países, que nem sempre se adaptam às realidades brasileiras, e quanto à tradução imprecisa dos textos, empregando-se, muitas vezes, o mesmo termo com sentidos diversos ou diferentes termos para designar uma só ideia.

A inexistência de uma terminologia própria, fixada por um corpo de especialistas, tem dificultado o trabalho não apenas dos tradutores como de todo, aqueles que se dedicam ao estudo e divulgação das técnicas utilizadas nos arquivos.

Torna-se, pois, necessário criar uma linguagem uniforme a ser adotada em todo o território nacional, fixar o sentido exato dos termos técnicos, com vistas a facilitar a comunicação e o intercâmbio de informações (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1979, p. 436-437).

A lista consta com um total de 132 entradas, organizadas em ordem alfabética, com a ressalva de dois subgrupos temáticos relativos às espécies documentais (que inclui: “acórdão”, “alvará”, “apostila”, “ata”, etc.) e ao que é considerado como “material” (que inclui: “arcazes”, “armário de aço”, “arquivo”, “caixas de transferência”, etc.).

3.2 “Arquivos: Terminologia”¹²

A obra é uma publicação da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) de setembro de 1986, categorizada sob a forma de norma. Intitulada como “Arquivos – Terminologia”, e identificada como “NBR 9578”. A norma está inserida na classe “Terminologia (princípios e coordenação)”, dentro da subclasse “Ciência da Informação”, de acordo com a Classificação Internacional de Normas (CIN), adotada pela ABNT.

A ABNT é uma entidade privada e sem fins lucrativos, fundada em 1940 e responsável pela publicação das normas técnicas brasileiras (NBR). A entidade define “normalização” como “atividade que estabelece, em relação a problemas existentes ou

¹² ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1986.

potenciais, prescrições destinadas à utilização comum e repetitiva com vistas à obtenção do grau ótimo de ordem, em um dado contexto” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2011, p. 30). A elaboração dessas normas fica a cargo de seus Comitês Brasileiros (CB), Organismos de Normalização Setorial (ONS) e Comissões de Estudos Especiais (CEE)¹³. Segundo a Associação, sua missão é:

Prover a sociedade brasileira de conhecimento sistematizado, por meio de documentos normativos, que permita a produção, a comercialização e o uso de bens e serviços de forma competitiva e sustentável nos mercados interno e externo, contribuindo para o desenvolvimento científico e tecnológico, proteção do meio ambiente e defesa do consumidor.¹⁴

“Norma técnica” é definida pela ABNT como:

um documento estabelecido por consenso e aprovado por um organismo reconhecido, que fornece regras, diretrizes ou características para atividades ou seus resultados, visando à obtenção de um grau ótimo de ordenação em um dado contexto. (ABNT *apud* INDOLFO, 2008, p. 91)

Segundo o disposto na Introdução do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 10), de Sílvia Estevão, e na Apresentação do Dicionário de Terminologia Arquivística (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1996, p. IX), de Ana Maria Camargo e Heloísa Liberalli Bellotto, a publicação foi fruto do projeto “Arquivos”, instituído em 1982, que teve origem na união entre o Comitê de Terminologia Arquivística da Associação dos Arquivistas Brasileiros e a Comissão de Estudos de Arquivologia da Associação Brasileira de Normas Técnicas, em 1980. Bellotto e Camargo afirmam que o Comitê da AAB havia sido criado em 1977 com vistas a retomar o trabalho do grupo que apresentou a “Terminologia Arquivística” (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1979) no I Congresso Brasileiro de Terminologia Arquivística, em 1972. Já a Comissão de Estudos de Arquivologia da ABNT fazia parte do Comitê Brasileiro de Finanças, Bancos, Seguros, Comércio, Administração e Documentação (conhecido como CB-14) da Associação.

O grupo responsável pela elaboração da publicação foi composto por: Maria de Lourdes Costa e Souza (AAB), Maria Amélia Porto Migueis, Irene de Menezes Dória, Marilena Leite Paes e Eloísa Helena Riani (Fundação Getúlio Vargas), Maria de la

¹³ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS [sítio eletrônico]. *Conheça a ABNT*. Disponível em: <<http://www.abnt.org.br/abnt/conheca-a-abnt>>. Acesso em: 21 jul. 2015.

¹⁴ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS [sítio eletrônico]. *Missão, visão e valores*. Disponível em: <<http://www.abnt.org.br/abnt/missao-visao-e-valores>>. Acesso em: 21 jul. 2015.

Encarnación E. Santos (Arquivo Nacional) e José Lázaro de Souza Rosa (Comercial Prontocópia S.A.) (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 10).

Estevão informa que o trabalho foi concluído em 1983, compreendendo 60 (sessenta) termos em português. A última edição da norma, publicada em 1986, entretanto, contém 65 (sessenta e cinco) termos.

Atualmente, a norma é considerada vigente pela ABNT e está disponível para venda pela instituição¹⁵.

3.3 Dicionário de Termos Arquivísticos¹⁶

O Dicionário de Termos Arquivísticos, também conhecido como “Dicionário da Bahia”, foi uma publicação de autoria da Universidade Federal da Bahia (UFBA) em parceria com a Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional. Sua edição original é de 1989. Houve uma segunda edição, sem alterações no texto, em 1991.

O editor responsável pela publicação foi Rolf Nagel, um professor alemão convidado pela Escola de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal da Bahia para reger a cadeira de “Introdução à Arquivística” do Curso de Especialização em Arquivologia, em 1988. Como produto da disciplina, o professor idealizou a elaboração do Dicionário diante da “necessidade de registrar em conceitos precisos centenas de palavras já incorporadas ao dia-a-dia dos profissionais de arquivo” (NAGEL, 1991, p. 13).

Nagel representava a *Deutsche Stiftung für internationale Entwicklung*¹⁷ (DSE), uma instituição criada em 1959 pelo governo alemão cujo objetivo consistia em “cultivar as relações da República Federal da Alemanha com os países em desenvolvimento na base do intercâmbio recíproco de experiências” (NAGEL, 1991). A Fundação, com sede em Berlim, desenvolveu projetos com vistas ao desenvolvimento econômico e social de países da África, Ásia e América Latina e, segundo a publicação:

as principais áreas [da DSE] de atividade são [...] o desenvolvimento rural e a segurança alimentar, bem como o fomento das instituições de formação profissionais nas áreas industrial e artesanal. Para além destes campos, a Fundação estimula medidas que visam o fortalecimento da capacidade de planejamento e organização dos países em desenvolvimento, em setores tais como administração pública, sistemas de saúde e ensino e planejamento do

¹⁵ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS [sítio eletrônico]. *Catálogo*. Disponível em: <<https://www.abntcatalogo.com.br/norma.aspx?ID=7435>>. Acesso em: 21 jul. 2015.

¹⁶ NAGEL, 1991.

¹⁷ Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional.

desenvolvimento. A DSE se dedica ainda à preparação de peritos alemães para missões em países em desenvolvimento, possuindo ainda um amplo departamento de documentação especializada nas matérias referidas. (NAGEL, 1991).

O trabalho foi desenvolvido com a colaboração e orientação da coordenadora do curso da UFBA, Maria José Rabello de Freitas, e com a assessoria de Isa Miriam de Almeida Poupard, sua vice-coordenadora.

Os 34 (trinta e quatro) alunos participantes do curso foram: Alberto Pimentel Carletto, Ana Angélica Mascarenhas Veloso, Ângela Maria Freitas Fonseca, Antônia Barros Pinheiro, Antonietta de Aguiar Nunes, Carmelinda Cantolino Leal, Célia Maria Seixas Nunes, Dario Crispim de Assis, Edwalter Santos Lima, Erenilda Custódio dos Santos Amaral, Gilda Ieda Sento Sé de Carvalho, Hildete Santos Pita Costa, José Francisco Oliveira Leite, Leda Maria Franco Boni da Silva, Lina Maria Castro e Trigo, Luciene Salies, Luiza Paraíso Guimarães, Maria Alice Santos Ribeiro, Maria da Paz Lemos de Carvalho, Maria da Graça Andrade Dias, Maria das Graças Teixeira Espinheira, Maria das Graças Borges Nunes Fernandes, Maria Ester Zurmele Sales, Maria Tereza Salles Navarro de Brito, Marilene Lobo Abreu Barbosa, Maristher Moura Vasconcelos, Marlene Assis de Deus Moreira, Miriam Beatriz Collares, Mônica Sepúlveda Fonseca Sampaio da Silva, Nívea Regina Salles da Silva, Renato Castano de Souza, Sergio Franklin Ribeiro da Silva, Venetia Durando Braga Rios e Zeny Duarte de Miranda Magalhães dos Santos.

A respeito do processo de elaboração do Dicionário, a Introdução escrita por Maria José Rabello de Freitas diz o seguinte:

O plano básico observou dois pontos essenciais: 1º tomar como instrumento orientador o *Dictionary of Archival Terminology* editado por Peter Walne, 2ª edição revista, editado em Munique, New York, Londres e Paris pela Sauer em 1988; 2º ater-se ao uso técnico-administrativo e científico nacional e só utilizar o conceito estrangeiro para adaptações em situações extremas.

[...]

O estudo coletivo para o aprendizado integral e escopo do Dicionário objetivou sempre a discussão acadêmica, dado que não é uniforme, no Brasil, o uso da terminologia arquivística. O intuito foi o de apresentar um vocabulário que retrate a Terminologia como ela é entendida e usada entre nós. (NAGEL, 1991, p. 13-14.).

A estrutura do Dicionário é composta por: uma lista com 537 (quinhentos e trinta e sete) entradas de termos; uma seção de referências bibliográficas; e uma relação de bibliotecas consultadas e entrevistas realizadas. Em determinados termos, após a descrição da definição é

informado uma numeração que corresponde ao respectivo termo no *Dictionary of Archival Terminology*.

Na seção de referências, são descritas 240 (duzentos e quarenta) obras, nas quais estão incluídas as publicações “Terminologia Arquivística”, do I CBA, e a norma “NBR 9578: Arquivos - Terminologia”.

3.4 Dicionário de Terminologia Arquivística¹⁸

A primeira edição da versão final do Dicionário de Terminologia Arquivística (DTA) foi publicada em 1996 pela parceria entre o Núcleo Regional de São Paulo da Associação dos Arquivistas Brasileiros e a Secretaria de Estado e Cultura do Governo Estadual de São Paulo.

A Apresentação da publicação, por Ana Maria de Almeida Camargo e Heloísa Liberalli Bellotto, afirma: “a elaboração de um instrumento de controle terminológico é velha aspiração da comunidade arquivística nacional”. A importância da obra para a comunidade arquivística é justificada no texto da seguinte forma:

O dicionário que ora apresentamos é fruto do amadurecimento das discussões terminológicas que envolveram os profissionais de arquivo nos últimos cinco anos, ante as exigências colocadas pelo incontestável crescimento de sua atuação em instituições públicas e privadas e pela conseqüente necessidade de ver com nitidez as fronteiras que distinguem as diferentes ciências da informação [...] Seria dispensável apontar aqui os problemas decorrentes da ausência de uma terminologia adequada e consensual (COUTURE, 1982): dificuldades de entendimento, redução da qualidade técnica dos trabalhos que vêm sendo realizados e, sobretudo, falta de instrumental básico para a formação e o treinamento de profissionais. [...] Afinal, como afirma Maygene Daniels (DANIELS, 1984), um dicionário de terminologia arquivística deve ser preciso o bastante para preservar a especificidade do material e das instituições acumuladores de documentos, mantendo a necessária flexibilidade para refletir sua natureza dinâmica.

As autoras descrevem que o grupo de trabalho responsável pela elaboração do Dicionário originou-se após a I Conferência Nacional de Arquivos (Rio de Janeiro, 1988), a qual determinou a formação de grupos de trabalho para discutir e atualizar o Dicionário de Terminologia Arquivística produzido por Maria Odila Kahl Fonseca e Maria Amélia Porto Migueis – uma versão traduzida da primeira edição do *Dictionary of Archival Terminology*, de 1984, que naquele momento já apresentava uma segunda edição.

¹⁸ CAMARGO; BELOTTO, 1996.

É afirmado, também, que a produção do Dicionário pela Associação dos Arquivistas Brasileiros retomou o trabalho desenvolvido pela instituição em 1972, o qual foi submetido ao I Congresso Brasileiro de Arquivologia (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1979).

Do primeiro grupo de trabalho promovido pela AAB após a Conferência, que atuou entre 1988 e 1990, resultaram duas versões preliminares do Dicionário. A primeira¹⁹, distribuída na II Conferência Nacional de Arquivos Públicos (realizada em Porto Alegre, 1989), teve como finalidade receber apreciações críticas dos interessados. Já a segunda (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1990), publicada em 1990, foi uma versão mais elaborada.

Do segundo grupo, que atuou de 1992 até 1996, resultou a edição de 1996.

A coordenação dos grupos de trabalho que produziram o Dicionário foi conduzida por Ana Maria de Almeida Camargo e Heloísa Liberalli Bellotto, contando com a colaboração de Aparecida Sales Linares Botani, Isabel Maria Mezzalira, Janice Gonçalves e Viviane Tessitore. A composição dos grupos distinguiu-se de acordo com o período e com as áreas de atuação temáticas, representados no Quadro 6:

¹⁹ No Dicionário é feita a seguinte referência bibliográfica: “CONTRIBUIÇÃO do Arquivo Público do Estado de São Paulo para a elaboração do dicionário de terminologia arquivística. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1989. (datilografado)” (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 135).

Quadro 6 – Profissionais envolvidos com a elaboração do DTA					
Nome	Período ²⁰	Temas			
		Arquivística	Conservação	Micrográfica	Informática
Ana Maria de Almeida Camargo	1988-1996	x			
Ana Maria Penha Mena Pagnocca	1988-1990	x			x
Aparecida Sales Linares Botani	1988-1996			x	
Célia Reis Camargo	1988-1990	x			
Edite Maria da Silva	1988-1990		x		
Felícia Musikman	1988-1990			x	
Guita Mindlin	1988-1990		x		
Helôisa Liberalli Bellotto	1988-1996	x			
Isabel Maria Mezzalira	1988-1996		x		
Janice Gonçalves	1988-1996	x			x
Maria Cecília Ferraz de Castro	1988-1990	x			
Viviane Tessitore	1988-1996	x		x	

Fonte: elaboração própria, baseado em ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS (1990).

A estrutura do Dicionário compõe-se de: listagem, em ordem alfabética, das 615 entradas de termos; índice temático; índice dos termos em inglês; índice dos termos em francês; índice dos termos em espanhol; índice dos termos usados em Portugal e uma bibliografia. O Índice Temático apresentado pela publicação tem por objetivo dividir a totalidade dos termos em conjuntos temáticos, organizados da seguinte forma (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 81-91):

- 1 TEORIA ARQUIVÍSTICA: PRINCÍPIOS E FUNÇÕES
 - 1.1 Conceitos gerais
 - 1.2 Administração, jurisdição e questões legais
- 2 METODOLOGIA E TRATAMENTO DOCUMENTAL
 - 2.1 Conceitos gerais
 - 2.2 Classificação
 - 2.3 Avaliação e destinação
 - 2.4 Descrição
- 3 DOCUMENTO E ANÁLISE DOCUMENTAL
 - 3.1 Conceitos Gerais
 - 3.2 Produção e tramitação
 - 3.3 Forma
 - 3.4 Formato

²⁰ São descritos dois períodos de atuação do grupo. O primeiro, de 1988-1990, e o segundo de 1992-1996.

- 3.5 Gênero documental
- 3.6 Elementos formais e de conteúdo
- 3.7 Suporte
- 4 ACESSO, UTILIZAÇÃO, DIFUSÃO
 - 4.1 Conceitos gerais
 - 4.2 Instrumentos
- 5 PRESERVAÇÃO (ACONDICIONAMENTO, ARMAZENAMENTO, CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO)
 - 5.1 Conceitos gerais
 - 5.2 Técnicas
 - 5.3 Material e equipamentos
 - 5.4 Instalações
- 6 REPROGRAFIA
 - 6.1 Conceitos gerais
 - 6.2 Fotografia
 - 6.3 Micrográfica
 - 6.4 Outras técnicas de reprodução
- 7 INFORMÁTICA

O Dicionário ainda inclui, na descrição dos termos, destaques em negrito de determinadas palavras para as quais já existem definições terminológicas.

Nas páginas da Apresentação do Dicionário são descritos alguns aspectos metodológicos a respeito das escolhas para supressão e acréscimos de termos em seu processo de elaboração. Sobre as supressões, as coordenadoras da publicação dizem:

Foram deliberadamente suprimidas as espécies documentais, já que as constantes em ambas as edições do *Dictionary of Archival Terminology* (e nas traduções de Portugal, Argentina e Brasil) não esgotam as áreas que representam; como já advertiu Bruno Delmas (ASSOCIATION FRANÇAISE DE NORMALISATION, 1986), seria arbitrário limitar o campo da diplomática a umas tantas espécies, deixando de lado uma infinidade de outras que se encontram nos arquivos públicos e privados. O mesmo se pode dizer dos tipos documentais, dada a sua acepção convergente de espécie documental aliada à atividade administrativa ou jurídica que a gerou. Idêntico procedimento foi adotado quanto aos documentos qualificados em função das entidades responsáveis por sua produção. (CAMARGO, 1996, p. xii).

E quanto aos acréscimos, ressaltam que foi necessário:

tendo em vista a necessidade de corrigir a excessiva ênfase dada, nos dicionários originais, aos arquivos permanentes e a total ausência de termos relacionados com a produção e a tramitação documental, bem como com os métodos aplicáveis aos arquivos correntes. Na busca de um equilíbrio maior entre os conceitos, no entanto, foi impossível escapar do peso de determinadas áreas, a exemplo da micrográfica e da informática, que

dispõem de um vocabulário próprio já consolidado. (CAMARGO, 1996, p. xii).

Na mesma seção, a respeito dos objetivos do Dicionário, é explicado que:

O dicionário é fruto do amadurecimento das discussões terminológicas que envolveram os profissionais de arquivo nos últimos cinco anos, ante as exigências de rigor colocadas pelo incontestável crescimento de sua atuação em instituições públicas e privadas e pela conseqüente necessidade de ver com nitidez as fronteiras que distinguem as diferentes ciências da informação.

Mais que uma simples tradução de verbetes, procuramos adaptá-lo à realidade brasileira, modificando o sentido de alguns vocábulos, incluindo outros e suprimindo aqueles que pareceram supérfluos ou inadequados. (CAMARGO, 1996, p. xii).

Na Bibliografia da publicação, são citadas, dentre as 80 (oitenta) referências descritas, a “Terminologia Arquivística” apresentada no I CBA, a norma técnica “NBR 9578: Arquivos - Terminologia” e o “Dicionário da Bahia”.

Em 2010 e 2012, novas edições do DTA foram publicadas²¹, editadas, respectivamente, pelo Centro de Memória da Educação, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (versão de bolso) e pela Associação dos Arquivistas de São Paulo. No entanto, essas versões nada acrescentaram ao conteúdo original de 1996, além da revisão ortográfica.

3.5 Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística²²

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DBTA) foi uma publicação editada pelo Arquivo Nacional e publicada pelo mesmo em versão física e digital em 2005. Sua elaboração foi resultado de um grupo de trabalho criado no âmbito da instituição em conjunto com o Conselho Nacional de Arquivos (Conarq).

O Arquivo Nacional é um órgão do Poder Executivo Federal da administração pública brasileira, criado em 1838, cujas competências atuais são a gestão e o recolhimento dos documentos produzidos e recebidos pelo Poder Executivo Federal, bem como preservar e facultar o acesso aos documentos sob sua guarda, além de acompanhar e implementar a

²¹ CAMARGO; BELLOTTO et al (2010, 2012).

²² ARQUIVO NACIONAL, 2005.

política nacional de arquivos²³. É definido, também, como órgão central do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA) da Administração Pública Federal²⁴.

O Conarq é um órgão colegiado, vinculado ao Arquivo Nacional, criado pela Lei de Arquivos em 1991²⁵, que tem por finalidade definir a política nacional de arquivos públicos e privados, bem como exercer orientação normativa, visando à gestão documental e à proteção especial aos documentos de arquivo²⁶. É definido, também, como órgão central do Sistema Nacional de Arquivos. Sua presidência é ocupada pelo Diretor-Geral do Arquivo Nacional²⁷.

A coordenação do grupo de trabalho responsável pela elaboração do DBTA foi liderada por Sílvia Ninita de Moura Estevão. O grupo, constituído com o objetivo de “auxiliar as atividades de normalização de procedimentos técnicos no mundo dos arquivos” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 7), era composto pelos seguintes funcionários do Arquivo Nacional: Alba Gisele Gouget, Beatriz Moreira Monteiro, Cristina Ruth Santos (a partir de 2003), Elizabeth da Silva Maçulo (a partir de 2003), Maria Izabel de Oliveira, Maria Lúcia Cerutti Miguel (a partir de 2003), Nilda Barbosa Sampaio Sobrosa, Sílvia Ninita de Moura Estevão (coordenadora), Vera Lúcia Hess de Mello Lopes e Vitor Manoel Marques da Fonseca. Como colaboradores especiais, indicados no verso da página de rosto da publicação, constam: Ana Celeste Indolfo (microfilmagem) e José Luiz M. de Faria Santos (cartografia).

Segundo a Introdução do Dicionário, escrita por Sílvia Estevão, o DBTA é um aperfeiçoamento de uma obra anterior, não publicada, intitulada “Dicionário de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia brasileira” (ARQUIVO NACIONAL, 1999). Ambas foram compiladas pelo mesmo grupo de trabalho, formado por técnicos do Arquivo Nacional.

A origem desse grupo, de acordo com Estevão, aconteceu em 1990, no âmbito do Arquivo Nacional, quando se buscou interligar os estudos de terminologia anteriores sobre terminologia arquivística e os que estavam em curso. Tal grupo era presidido por Jaime Antunes da Silva e composto por Elizabeth da Silva Maçulo, Helena Moesia de Albuquerque, Ingrid Beck, Maria Izabel de Oliveira, Paulo de Tarso Rodrigues Dias Paes Leme, Sílvia Ninita de Moura Estevão e Vitor Manoel Marques da Fonseca. Dessa iniciativa, originou-se a versão preliminar, não publicada. Após 1999, o projeto foi interrompido e somente retomado em 2003.

²³ BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, Art. 18.

²⁴ BRASIL. Decreto nº 4.915 de 12 de dezembro de 2003, Art. 3º, inciso I.

²⁵ BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, Art. 26.

²⁶ BRASIL. Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002, Art. 1º.

²⁷ BRASIL. Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002, Art. 3º, inciso I.

Em 2004, houve a edição, pelo mesmo grupo, de um novo compilado, chamado “Subsídios para um Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística” (ARQUIVO NACIONAL, 2004). Tal versão foi disponibilizada a público apenas em meio digital, no sítio eletrônico do Conarq, durante um período de tempo delimitado – entre novembro de 2004 e junho de 2005 –, para fins de consulta e envio de sugestões. Na Introdução, Estevão faz breve comentário sobre as sugestões recebidas, em forma de agradecimento (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 7).

Para chegar à versão final, publicada em 2005, segundo a coordenadora do grupo de trabalho, partiu-se de determinados referenciais terminológicos para a delimitação dos termos, os quais compreendiam:

os três DAT (1984, 1988, 2002), o Dicionário de terminologia arquivística de Portugal, em sua versão provisória (1989) e na definitiva (1993), as versões dos estudos do Arquivo Nacional de 1999 e de 2004 (Subsídios para um dicionário brasileiro de terminologia arquivística). (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 12).

Sobre o processo de elaboração do DBTA e suas fontes de referência e aquisição de dados, Sílvia Estevão considera:

Os estudos de 1999 do Arquivo Nacional, herdeiros de estudos anteriores, eram em boa parte resultantes de uma análise a que se procedeu sobre os trabalhos publicados no Brasil até então, com destaque para os dicionários de São Paulo (1989, 1990, 1996) e o da Bahia (1989). Desta maneira, o que há de especialmente novo nos Subsídios de 2004 e, em decorrência, neste Dicionário brasileiro de terminologia arquivística, é a tentativa de se observar a evolução dos conceitos, recorrendo-se à comparação entre os três DAT, procurando uma aproximação de ideias, nem sempre coincidentes nem de fácil percepção, e não uma mera tradução de termos ou versão de conceitos. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 12).

Em 2006, o Conarq recomenda a adoção do DBTA pelos integrantes do Sistema Nacional de Arquivos, por meio de sua Resolução nº 23. A Resolução ressalta a importância da questão terminológica para a área:

[...] Considerando que a terminologia arquivística é um instrumento de fundamental importância para a normalização conceitual das atividades inerentes ao fazer arquivístico;
Considerando que compete ao CONARQ estimular o inter-relacionamento de arquivos públicos e privados, com vistas ao intercâmbio e integração sistêmica das atividades arquivísticas;
Considerando as possibilidades de se promover a transferência de tecnologias e a difusão de normas e procedimentos quanto ao melhor gerenciamento dos arquivos, visando à efetiva integração sistêmica e a modernização da rede de arquivos públicos e privados do País;

Considerando a importância da adoção de uma correta terminologia arquivística para a produção e difusão de manuais e instrumentos de trabalho [...].²⁸

Apesar de a Introdução afirmar que o Dicionário é composto por 462 (quatrocentos e sessenta e dois) termos, observamos que o total de entradas contabiliza 595 (quinhentas e noventa e cinco) unidades, dentre termos com definições próprias e aqueles com apenas relações de sinonímias, ou “equivalência conceitual” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 15), os quais receberam a expressão “ver” ou “também chamado”.

O Dicionário preocupou-se em fazer relações conceituais entre seus próprios verbetes, utilizando, para isso, o destaque em negrito para palavras cujas referências se encontram na publicação.

O conteúdo dos verbetes é composto pela definição, ou definições, do termo e pela equivalência idiomática de cada uma das definições de acordo com as versões do *Dictionary of Archival Terminology*, do Conselho Internacional de Arquivo. São apresentadas equivalências a seis idiomas e suas respectivas correspondências em três edições diferentes do DAT: 1984, 1988 e 2002. Tais edições são identificadas, respectivamente, como “DAT 1”, “DAT 2” e “DAT 3”²⁹. Os diferentes idiomas apresentados são: alemão, espanhol, francês, inglês, italiano e português de Portugal.

O Dicionário possui, ainda, em sua estrutura índices para cada um dos seis idiomas, abrangendo, pela primeira vez, o alemão e o italiano em uma publicação terminológica brasileira.

Sílvia Estevão faz a seguinte consideração a respeito do DBTA:

Este trabalho resultou num conjunto de 462 termos, evidenciando ênfases e preocupações de cada um dos DAT. Nesse sentido, o Dicionário pode ser visto como um instrumento curioso de análise das influências e tradições recebidas pelo Brasil, adotadas e incorporadas regionalmente, na medida da intensidade do relacionamento de um conjunto de técnicos brasileiros com determinados países e culturas. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 13).

No Prefácio da publicação, escrito por Jaime Antunes da Silva, diretor-geral do Arquivo Nacional e presidente do Conarq à época, o Dicionário é qualificado como “instrumento de fundamental importância para a normalização conceitual das atividades inerentes ao fazer arquivístico” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 5).

²⁸ CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Resolução nº 23, 16 de junho de 2006.

²⁹ O DAT 3, ao qual se refere o DBTA, é uma versão esboçada da terceira edição, disponibilizada em 2002 no sítio da Universidade de Marbourg, Alemanha.

Nesse mesmo texto, foi disposto que a publicação seria alvo de uma revisão para a incorporação de alterações, em um prazo de dois anos, com vistas à concepção de uma nova edição³⁰:

O Dicionário brasileiro de terminologia arquivística nasce com data marcada para revisão e nova edição, decorrente do reconhecimento prévio do dinamismo e necessidade de aperfeiçoamento constante, características inerentes a trabalhos dessa natureza, resultantes do uso e da eficácia da difusão do instrumento nos serviços arquivísticos da Administração Pública, na rede de arquivos públicos e privados e entre os profissionais que, direta ou indiretamente, estejam envolvidos com as atividades, o ensino e a pesquisa na área dos arquivos no Brasil. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 5).

No entanto, até o presente momento, não houve uma nova edição da publicação. Também não há indícios oficiais de que projetos de revisão da publicação promovidos pelo Arquivo Nacional ocorreram ou estejam em andamento.

Nas referências bibliográficas do DBTA foram relacionadas 63 (sessenta e três) indicações, dentre as quais também constam a “Terminologia Arquivística” do I CBA, a norma “NBR 9578: Arquivos - Terminologia”, o “Dicionário da Bahia” e o “Dicionário de Terminologia Arquivística” da AAB.

3.6 Multilingual Archival Terminology³¹

O *Multilingual Archival Terminology* (MAT) é uma versão digital e *online* de um instrumento terminológico para área de arquivologia. Disponibilizado na Internet e acessível por meio de sítio eletrônico do Conselho Internacional de Arquivos, o MAT pretende ser um “recurso interativo, *online* e multilíngue de terminologia de arquivo”³².

³⁰ Segundo Sílvia Ninita de Moura Estevão: “Em julho de 2005, na 37ª Reunião do CONARQ foi firmado o compromisso de que o grupo de trabalho, o Arquivo Nacional e o próprio Conarq proverão a revisão, num prazo de dois anos, da presente versão, esperando contar com a colaboração ativa de técnicos, professores e estudantes de graduação e pós-graduação em arquivologia e áreas afins” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 7).

³¹ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES [sítio eletrônico]. *Multilingual Archival Terminology*. Disponível em: <<http://www.ciscra.org/mat/>>. Acesso em: 8 abr. 2015.

³² INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES [sítio eletrônico]. *Multilingual Archival Terminology*. News and events. Disponível em: <<http://www.ica.org/14867/mat-news-and-events/about-the-multilingual-archival-terminology.html>>. Acesso em: 21 jul. 2015.

Segundo informações divulgadas no sítio eletrônico do ICA³³, o projeto de criação do MAT teve início em 2010, a partir de uma iniciativa conjunta do Conselho com o Projeto InterPARES, tendo como liderança a pesquisadora Luciana Duranti.

O *International Council on Archives*³⁴ (ICA), criado em 1948, com sede em Paris (França), é uma organização não-governamental envolvida com as questões de arquivo e a gestão de documentos em escala mundial. Possui como membros instituições e profissionais de diversos países interessados na área. Segundo seu sítio eletrônico:

The International Council on Archives (ICA) is dedicated to the effective management of records and the preservation, care and use of the world's archival heritage through its representation of records and archive professionals across the globe. [...] The ICA is a neutral, non-governmental organization, funded by its membership, which operates through the activities of that diverse membership.³⁵

O Projeto InterPARES (*The International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems*) é uma ação colaborativa internacional, composta de equipes multinacionais, que visa promover a pesquisa sobre documentos arquivísticos autênticos em sistemas informatizados. A iniciativa dividiu-se em subprojetos temáticos, desenvolvidos sequencialmente para abordar o tema. O primeiro deles, o *InterPARES Project 1*, realizou-se entre 1998 e 2001. Atualmente, está sendo desenvolvido a quarta fase do Projeto, denominada *InterPARES Trust*, focada na autenticidade dos documentos digitais na Internet. A direção do projeto é comandada por Luciana Duranti (*University of British Columbia, Canadá*) e financiada pelo *The Social Sciences and Humanities Research Council of Canada's Community-University Research Alliances*. O *InterPARES* define-se da seguinte maneira:

The International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems (InterPARES) aims at developing the knowledge essential to the long-term preservation of authentic records created and/or maintained in digital form and providing the basis for standards, policies, strategies and plans of action capable of ensuring the longevity of such material and the ability of its users to trust its authenticity.³⁶

A descrição da publicação e seus objetivos estão dispostos no sítio eletrônico do ICA:

³³ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES [sítio eletrônico]. *Multilingual Archival Terminology*. News and events. Disponível em: <<http://www.ica.org/14867/mat-news-and-events/about-the-multilingual-archival-terminology.html>>. Acesso em: 21 jul. 2015.

³⁴ Conselho Internacional de Arquivos (CIA).

³⁵ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES [sítio eletrônico]. *Multilingual Archival Terminology*. News and events. Disponível em: <<http://www.ica.org/14867/mat-news-and-events/about-the-multilingual-archival-terminology.html>>. Acesso em: 21 jul. 2015.

³⁶ INTERNATIONAL RESEARCH ON PERMANENT AUTHENTIC RECORDS IN ELECTRONIC SYSTEMS, THE [sítio eletrônico]. Disponível em: <<http://www.interpares.org/>>. Acesso em: 21 jul. 2015.

The database is intended to facilitate communication and understanding of records-related concepts across a variety of languages, cultures, and traditions of archival practice.

As terminology is a living entity, this database provides a dynamic resource that can benefit from the affordances of digital networks, and the wisdom of crowd sourcing within the archival community. It is presented as a wiki, and registered users can add terms, definitions, links between definitions, and comments.

The goal of the database is to reflect, as much as possible, national/regional archival traditions through the choice and definition of terms. Although the database was initiated with 320 English terms that were then interpreted in several other languages, the result is a resource that does not preference one language or tradition over another, but presents terms and definitions as they are used by records professionals where they live and work.

As some of the languages represented in the database do not have equivalents for all the concepts expressed by the English terms or for the terms themselves, some terms and definitions have been translated from a standard English language source, identified by citations.

Thus, the database offers a tool to disseminate archival practice and research, and expand the archival discourse. Throughout, however, the desire to reflect national or regional practice remains paramount.

The choice of languages reflects the human resources available to the developing team, and is indicative of the high degree of international participation and cooperation.

More languages will be included as records professionals from around the world will start using the database, which is capable of accommodating any languages at any time.

The definitions are in the order in which they have been entered, rather than in authoritative order.³⁷

A finalidade do MAT também é descrita pelo ICA:

The purpose of the Multilingual Archival Terminology is to support archivists, records managers and information managers in the use of records-related terms, from the traditional ones to those related to the preservation of authentic records in digital systems. Founded on archival, diplomatic and records and information knowledge, the 320 initial terms express concepts that are central to both the ICA (many of the terms chosen appear in existing ICA dictionaries), and the InterPARES project.³⁸

Quanto à metodologia do projeto, ela foi assim descrita pelo organismo:

The project began with a core set of 320 English terms based on previous ICA dictionaries and InterPARES glossaries, chosen by the Project Director and approved by the ICA SAE. The initial work of translation was done by a team that consisted of graduate students (master's and PhD level) at the

³⁷ INTERNATIONAL RESEARCH ON PERMANENT AUTHENTIC RECORDS IN ELECTRONIC SYSTEMS, THE [sítio eletrônico]. *Multilingual Archival Terminology*. Disponível em: <<http://www.ica.org/14282/multilingual-archival-terminology/multilingual-archival-terminology.html>>. Acesso em: 21 jul. 2015.

³⁸ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES [sítio eletrônico]. *Multilingual Archival Terminology: news and events*. Disponível em: <<http://www.ica.org/14867/mat-news-and-events/about-the-multilingual-archival-terminology.html>>. Acesso em: 21 jul. 2015.

University of British Columbia's School of Archival, Library and Information Studies, expert practitioners and interns from several national archives, and archival scholars from leading universities. Definitions were drawn from standard authorities in each language, where such authorities existed, and from common practice.³⁹

A coordenação que executou o projeto foi composta por Luciana Duranti, Diretora de Projeto, Corinne Rogers (doutoranda, *University of British Columbia*, Canadá), Coordenadora de Projeto, e Giorgio Mammarella (*database designer*).

A lista dos colaboradores do MAT de cada país é disponibilizada no sítio eletrônico do ICA⁴⁰. O Brasil é o que conta com maior número de “pesquisadores/consultores. São eles: Claudia Carvalho Masset Lacombe Rocha, José Márcio Batista Rangel, Vitor Manoel Marques Fonseca, Sílvia Ninita de Moura Estevão, Cristina Ruth Santos, Carlos Augusto Silva Ditadi, Brenda Brito Rocco e Carolina de Oliveira – todos do Arquivo Nacional – e Rosely Rondinelli – da Fundação Casa de Rui Barbosa.

O MAT possui versões em vinte idiomas: bielorrusso; catalão; chinês (mandarim); croata; holandês; inglês; finlandês; francês; alemão; grego; italiano; japonês; coreano; polonês; português; punjabi (dialeto da Índia e Paquistão); romeno; russo; espanhol e sueco.

A lista de termos em português⁴¹ contabiliza 242 (duzentos e quarenta e dois) termos no total, disponibilizados em ordem alfabética e acessíveis individualmente por meio de *hiperlink* que direciona o usuário a uma nova página. Nessa página constam, além da definição do termo: um *hiperlink* para adição de novas definições ao termo; a descrição da classe gramatical do termo; a citação, quando ocorre, da fonte bibliográfica utilizada como referência ou transcrição; a região a qual o termo está associado; *hiperlinks* para acesso a definições em outros idiomas, quando relatadas no MAT; *hiperlink* para edição da definição do termo; campo de informação do usuário que adicionou o termo; campo de informação de última modificação do termo.

A análise do conteúdo das definições em português propostas pelo MAT revelou que a maioria dos termos é definida por citações diretas de outras obras. Apenas 17 (dezessete)

³⁹ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES [sítio eletrônico]. *Multilingual Archival Terminology: methodology*. Disponível em: <<http://www.ica.org/14716/methodology/lauching-the-project.html>>. Acesso em: 21 jul. 2015.

⁴⁰ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES [sítio eletrônico]. *Multilingual Archival Terminology: list of contributors*. Disponível em: <<http://www.ica.org/14293/list-of-contributors/list-of-contributors.html>>. Acesso em: 21 jul. 2015.

⁴¹ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES [sítio eletrônico]. *Multilingual Archival Terminology: termlist - portuguese*. Disponível em: <<http://www.ciscra.org/mat/termdb/termlist/l/Portuguese>>. Acesso em: 21 jul. 2015.

deles foram redigidos em nome de um “Grupo de Terminologia do Arquivo Nacional”⁴², do qual deduzimos fazer parte o usuário responsável por inserir os termos na lista em português da plataforma (cujo *login* é “josemarcio”). No entanto, nem todos apresentam definições originais dos termos⁴³. Os demais se dividem em citações extraídas do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DBTA) – a maioria (117 termos) – e de outras onze publicações distintas, mencionadas a seguir:

- a) “A Glossary of Archival and Records Terminology”⁴⁴: 17 termos (Quadro 1, Apêndice D);
- b) “Glossary of Records and Information Management Terms”⁴⁵: 4 termos (Quadro 2, Apêndice D);
- c) “Dictionary of Archival Terminology”⁴⁶: 2 termos (Quadro 3, Apêndice D);
- d) “InterPARES 2: Terminology Database”⁴⁷: 11 termos (Quadro 4, Apêndice D);
- e) “InterPARES 3: Terminology Database”⁴⁸: 53 termos (Quadro 5, Apêndice D);
- f) “Glossário da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos”⁴⁹: 13 termos (Quadro 6, Apêndice D);
- g) “ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística”⁵⁰: 2 termos (Quadro 7, Apêndice D);
- h) “ISDF: Norma Internacional para Descrição de Funções”⁵¹: 1 termo (Quadro 8, Apêndice D);
- i) “Glossário ICP-Brasil”⁵²: 2 termos (Quadro 9, Apêndice D);
- j) “Portaria Normativa n.º 5 [MPOG]”⁵³: 1 termo (Quadro 10, Apêndice D);
- k) “Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa”⁵⁴: 2 termos (Quadro 11, Apêndice D).

⁴² Termos: “capacidade de comprovação”, “custódia ininterrupta”, “direitos econômicos”, “documento operacional”, “elemento extrínseco”, “elemento intrínseco”, “evidência digital”, “fixidez”, “identificador de dossiê”, “informação armazenada eletronicamente”, “integridade do sistema”, “migração transformativa”, “proprietário”, “reavaliação”, “suporte de armazenamento”, “validador”, “valor de hash”.

⁴³ Apenas os termos “elemento extrínseco”, “elemento intrínseco”, “evidência digital”, “fixidez” e “identificador de dossiê” possuem definição redigida; para os outros doze termos é atribuída a seguinte redação: “Este termo não é utilizado no contexto brasileiro”.

⁴⁴ (PEARCE-MOSES, 2005).

⁴⁵ 3rd ed. [ARMA International, 2007].

⁴⁶ [Draft Third Edition/DAT III] (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 1999).

⁴⁷ Disponível em: <http://www.interpares.org/ip2/ip2_terminology_db.cfm>. Acesso 10. fev. 2016.

⁴⁸ Disponível em: <http://www.interpares.org/ip3/ip3_terminology_db.cfm>. Acesso 10. fev. 2016.

⁴⁹ (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2010).

⁵⁰ (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000).

⁵¹ (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2008).

⁵² [Versão 1.4, 2010] (INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO).

⁵³ (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2002).

Disponibilizamos a lista com os termos citados das obras listadas acima no Apêndice D deste trabalho.

As definições dos termos citados das obras letra “a”, “b”, “c” e “d”, no MAT, são transcrições traduzidas para o português, uma vez que as publicações originais não apresentam versões do idioma.

A edição do MAT é limitada por um controle de acesso restrito à lista de colaboradores autorizados pela coordenação do projeto. Logo, não é possível adicionar termos, editar termos e adicionar *hiperlinks* aos termos do MAT não sendo previamente autorizado e cadastrado junto a sua coordenação.

Atualmente, o MAT permanece disponível no sítio eletrônico do ICA. No entanto, não é possível afirmar que o projeto continua ativo. Ao menos em língua portuguesa do Brasil, pode-se concluir que os termos foram incluídos entre março e abril de 2012, apenas por um usuário – José Marcio Batista Rangel (funcionário do Arquivo Nacional) –, não havendo modificações ou complementações na lista original desde então⁵⁵.

⁵⁴ [Editora Objetiva, 2001].

⁵⁵ Durante o desenvolvimento do trabalho, houve uma atualização da plataforma do MAT, a princípio sem mudanças significativas que influenciem os dados obtidos para essa pesquisa. Destaca-se apenas uma nova referência nas datas de “última modificação” da lista de termos em português, para 30 de setembro de 2015. Todavia, verificamos que não houve mudanças na lista de termos e em suas definições, desde a edição anterior.

4 EXPLORAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES SELECIONADAS

Após uma breve síntese do contexto de produção de cada publicação, de seus elementos constituintes e dos agentes e instituições envolvidos, procederemos, nesta seção, a uma abordagem empírica de análise dessas publicações.

Nesta pesquisa fizemos uma opção metodológica pelo foco na análise do conteúdo das publicações terminológicas selecionadas como um viés de estudo exploratório da terminologia arquivística brasileira. Por conta disso, decidimos nos debruçar sobre os termos e as redações destes em cada uma das publicações.

Acreditamos que conhecer a realidade da terminologia arquivística brasileira implica, dentre outros aspectos, em observar como ela está representada formalmente em dicionários e demais obras terminológicas publicadas. Dessa maneira, nossa pesquisa exploratória se divide em duas fases: identificar o que é representado como terminologia arquivística brasileira e analisar o conteúdo da mesma.

A primeira fase consiste em identificar qual é a terminologia arquivística estabelecida por essas publicações, ou seja, de acordo com a delimitação proposta dos objetos de pesquisa, visamos detectar o que foi publicado ou o que há concretizado formalmente sobre o assunto. Para tanto, investigaremos quais são os termos e respectivas definições contidas em cada caso.

Realizaremos essa investigação a partir de uma abordagem quantitativa que se divide em duas etapas. A primeira etapa é constituída do levantamento de termos de cada publicação, isto é, a identificação de todas as palavras estabelecidas como termos, que possuem respectivas definições nas publicações, também consideradas aqui como “palavras-entrada” ou “entradas”. A segunda etapa, também de cunho quantitativo, é identificar e apontar as ocorrências comuns entre as publicações, detectadas a partir desse levantamento, por meio da comparação literal dos termos.

Todo esse processo está materializado na Tabela de Ocorrência de Termos, que será detalhada na próxima seção (item 4.1).

A segunda fase de nossa pesquisa exploratória consiste na análise das definições dos termos em comum, pautada por uma delimitação metodológica pré-estabelecida para essa dissertação. Nessa fase, nos dedicaremos a investigar e realizar uma análise comparativa da redação e composição das mesmas, expondo descritivamente os aspectos observados.

Visamos, com esse exercício, perceber o que diferentes agentes, instituições e distintos contextos de produção terminológica dizem, ou melhor, redigem de fato sobre um mesmo

termo. A partir desse empreendimento, esperamos apresentar elementos que reforcem ou contestem hipóteses a respeito do “estágio de consolidação” da terminologia arquivística brasileira, bem como a verificação de demais indícios que sirvam para construção de um cenário da terminologia arquivística nacional.

Essa fase será concretizada e melhor aprofundada posteriormente, no item 4.3.

4.1 A Tabela de Ocorrência de Termos

A Tabela de Ocorrência de Termos (TOT), disponibilizada no Apêndice A deste trabalho, é o produto do levantamento de termos das publicações selecionadas e da comparação literal das ocorrências comuns verificadas entre elas.

A tabela reflete a transcrição de todos os termos das seis publicações terminológicas selecionadas para análise. Na primeira coluna estão listados, em ordem alfabética e caixa alta, os termos levantados. Cada coluna posterior indica a ocorrência do termo em determinada publicação, que, em caso afirmativo, apresenta um “x” assinalado.

O levantamento de termos foi efetuado a partir da leitura e registro de todas as entradas disponíveis em todas as publicações, independentemente do conteúdo de suas definições. Os termos foram registrados em planilhas do programa *Microsoft Excel* (versão 2010), onde foi possível ordená-los alfabeticamente.

Após esse processo, identificamos determinados casos possíveis de provocar inconsistência na fase posterior, de comparação dos termos em comum, o que gerou a necessidade de certas intervenções e ajustes no levantamento de termos original. Essas ocorrências estão devidamente explicadas no item 4.1.1 desta seção. Na tabela, cada número correspondente às intervenções realizadas encontra-se assinalado ao lado do termo modificado ou que sofreu intervenção.

A comparação dos termos em comum se realizou automaticamente por meio de fórmulas no programa *Microsoft Excel*, as quais identificavam as ocorrências comuns segundo a exata correspondência gráfica entre o levantamento de termos das diferentes publicações. Dessa forma, um dos requisitos para a aplicação do método era a padronização e o ajuste gráfico das entradas dos termos publicados. O método adotado para tais ajustes está detalhado no item 4.1.1 desta seção.

As publicações terminológicas selecionadas e suas respectivas quantidades de termos verificadas estão descritas no Quadro 7, a seguir:

Quadro 7 – Publicações Terminológicas Selecionadas				
Ano	Título	Autor	Sigla	Nº de termos⁵⁶
1972	Terminologia Arquivística	Associação dos Arquivistas Brasileiros (I Congresso Brasileiro de Arquivologia)	CBA	133
1986	NBR 9578: Arquivos – Terminologia	Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)	ABNT	65
1989	Dicionário de Termos Arquivísticos	Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional	DBAH	548
1996	Dicionário de Terminologia Arquivística	Associação dos Arquivistas Brasileiros / Núcleo Regional de São Paulo	DTA	614
2005	Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística	Arquivo Nacional	DBTA	595
2012	Multilingual Archival Terminology (lista de termos em português)	Conselho Internacional de Arquivos (CIA)	MAT	242
Total de termos				2.197

Fonte: elaboração própria.

Após o levantamento de termos e as devidas intervenções efetuadas, identificamos que as seis publicações somaram, no total, 2.197 (dois mil cento e noventa e sete) termos publicados.

Todavia, depois do processo de comparação dos termos em comum, a TOT revelou que a quantidade de termos singulares, isto é, literalmente diferentes, somam 1.255 (mil duzentos e cinquenta e cinco) correspondências ao total.

4.1.1 Metodologia das intervenções realizadas na transcrição dos termos

Os termos coletados para composição da TOT necessitaram sofrer, em determinados casos, ajustes em sua versão original com o intuito de se adequarem à metodologia de comparação realizada. Isto é, com o objetivo de padronizar a grafia e os formatos de entrada dos termos, que variavam conforme a publicação, determinadas alterações se fizeram

⁵⁶ A quantidade de termos aqui indicada não corresponde, necessariamente, ao total de entradas disponíveis nas publicações. O processo de comparação dos termos publicados exigiu, em alguns casos, a desvinculação com o tipo de entrada adotado, quando foram efetuados alterações ou ajustes. Tais situações estão descritas na seção 4.1.1 deste trabalho.

necessárias para o sucesso da comparação, a qual foi realizada automaticamente pelo *Microsoft Excel*.

Além dos ajustes de ordem gráfica, optamos por estabelecer termos padrões para relações de quase homonímia, como, por exemplo, a ocorrência de termos no singular e no plural. Em determinados casos, para efeito de comparação, consideramos apenas um termo. Todavia, nos limitamos a esse tipo de intervenção, priorizando manter a individualidade semântica de cada termo. Assim, não realizamos intervenções em termos e expressões que possuíam radicais comuns ou com suposta proximidade semântica, como: documento(s)/documentação, acesso restrito/restrição de acesso; aquisição/adquirir; entre outros. Desse modo, almejamos preservar a literalidade de cada termo, com vistas a atender os objetivos do levantamento de termos proposto e os respectivos índices de ocorrência.

A seguir, são listados e justificados os procedimentos de intervenção adotados, por meio da descrição da causa e da conseguinte intervenção adotada, enumerando, em seguida, os episódios encontrados. A numeração sequencial faz correspondência, na TOT (Apêndice A), com os respectivos termos alterados, por meio de sua indicação entre parênteses, ao lado do termo. As intervenções foram organizadas de acordo com sete situações, enumeradas abaixo:

- 1 - Termo em cuja entrada é descrita a sigla: procedemos à separação do nome e da sigla, incluindo ambos na tabela. Casos:
 - i - “AMERICAN STANDARD CODE FOR INFORMATION INTERCHANGE – ASCII” (DTA). Divisão dos termos: “AMERICAN STANDARD CODE FOR INFORMATION INTERCHANGE” e “ASCII”;
 - ii - “CIM – MICROFILMAGEM DE ENTRADA DE COMPUTADOR” (DBAH). Divisão dos termos: “CIM” e “MICROFILMAGEM DE ENTRADA DE COMPUTADOR”;
 - iii - “COM – MICROFILMAGEM DE SAÍDA DE COMPUTADOR” (DBAH). Divisão dos termos: “COM” e “MICROFILMAGEM DE SAÍDA DE COMPUTADOR”;
 - iv - “COMPACT DISK READ ONLY MEMORY – CD-ROM” (DTA). Divisão dos termos: “COMPACT DISK READ ONLY MEMORY” e “CD-ROM”;
 - v - “NUMERICAL OPTICAL DISK – NOD” (DTA). Divisão dos termos: “NUMERICAL OPTICAL DISK” e “NOD”;

2 - Termo possui dupla expressão em uma entrada: separamos os dois nomes, incluindo ambos na tabela. Casos:

- i - “ARQUIVOS TEXTUAIS OU ARQUIVOS DE TEXTO” (DBAH). Divisão dos termos: “ARQUIVOS TEXTUAIS” e “ARQUIVOS DE TEXTO”;
- ii - “CARTÃO PERFURADO, FITA PERFURADA” (DBAH). Divisão dos termos: “CARTÃO PERFURADO” e “FITA PERFURADA”;
- iii - “CENSO/RECENSEAMENTO” (DBAH). Divisão dos termos: “CENSO” e “RECENSEAMENTO”;
- iv - “CHANCELA OU TIMBRE” (CBA). Divisão dos termos: “CHANCELA” e “TIMBRE”;
- v - “COSTUMEIRO/CONSUE TUDINÁRIO” (DBAH). Divisão dos termos: “COSTUMEIRO” e “CONSUE TUDINÁRIO”;
- vi - “DEPÓSITO/ARMAZEM” (DBAH). Divisão dos termos: “DEPÓSITO” e “ARMAZEM”;
- vii - “DOCUMENTO/ ARQUIVOS ICONOGRÁFICOS” (DBAH). Divisão dos termos: “DOCUMENTO ICONOGRÁFICO” e “ARQUIVOS ICONOGRÁFICOS”;
- viii - “EDIÇÃO DIPLOMÁTICA OU EDIÇÃO PALEOGRÁFICA” (DBAH). Divisão dos termos: “EDIÇÃO DIPLOMÁTICA” e “EDIÇÃO PALEOGRÁFICA”;
- ix - “ESTANTE MÓVEL. FICHÁRIO ROTATIVO” (DBAH). Divisão dos termos: “ESTANTE MÓVEL” e “FICHÁRIO ROTATIVO”;
- x - “PROCEDÊNCIA/PROVENIÊNCIA” (DBAH). Divisão dos termos: “PROCEDÊNCIA” e “PROVENIÊNCIA”;
- xi - “PROCESSO/ DOSSIÊ ENCERRADO” (MAT). Divisão dos termos: “PROCESSO ENCERRADO” e “DOSSIÊ ENCERRADO”;
- xii - “ORDEM DE SERVIÇO OU INSTRUÇÃO” (CBA). Divisão dos termos: “ORDEM DE SERVIÇO” E “INSTRUÇÃO”;
- xiii - “REPERTÓRIO OU CALENDÁRIO” (CBA). Divisão dos termos: “REPERTÓRIO” e “CALENDÁRIO” (termo que já existia individualmente no CBA).

3 - O MAT grafou “BACK-UP”, originalmente. Neste caso, alterou-se a grafia para “BACKUP” para efeitos de comparação com as demais publicações.

- 4 - O DTA e o DBAH grafaram “ENTRADA/SAÍDA”, originalmente. Nestes casos, alterou-se a grafia para “ENTRADA-SAÍDA”, para melhor compreensão ortográfica, pois entende-se que as duas palavras formam uma só expressão, como em outras línguas: *input-output, entr e-sortir, entrada-salida*.
- 5 - O DBAH registra as entradas “RESTABELECIMENTO DA ORDEM ORIGINAL/REINTEGRAÇÃO” e “REINTEGRAÇÃO” na mesma publicação. Neste caso, separou-se a dupla expressão (“RESTABELECIMENTO DA ORDEM ORIGINAL” e “REINTEGRAÇÃO”) para efeitos de comparação com as demais publicações.
- 6 - Houve desmembramento da expressão na publicação original. Na tabela, o desmembramento foi desfeito e foram organizados segundo a ordem alfabética. Casos:
- i - “CLASSIFICAÇÃO DECIMAL, SISTEMA DE” (CBA), alterado para “SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO DECIMAL”;
 - ii - “DEPÓSITO, ARQUIVOS EM” (CBA), alterado para “ARQUIVOS EM DEPÓSITO”;
 - iii - “PESQUISA, MEIOS DE” (CBA), alterado para “MEIOS DE PESQUISA”.
- 7 - O termo foi submetido a ajuste ortográfico ou considerado como quase hom nimo. Casos:
- i - “SECAGEM   VÁCUO” (DBAH), alterado para “SECAGEM A VÁCUO”;
 - ii - “FAC-SIMILE” (DBAH), alterado para “FAC-SÍMILE”;
 - iii - “GUIA FORA” (DBAH), alterado para “GUIA-FORA”;
 - iv - “FICHA FANTASMA”, alterado para “FICHA-FANTASMA”;
 - v - “FOLIO” (DBAH), alterado para “FÓLIO”;
 - vi - “MARCA D’ÁGUA” (DBAH), alterado para “MARCA-D’ÁGUA”;
 - vii - “SUB-SÉRIE” (DBAH), alterado para “SUBSÉRIE”;
 - viii - “NATAÇÃO” (ABNT), alterado para “NOTAÇÃO”;
 - ix - “DATAS LIMITE” (DBAH e ABNT) e “DATA-LIMITE” (CBA), alterados para “DATAS-LIMITE”;
 - x - “SALA DE INSTRUMENTO DE PESQUISA” (DBAH), alterado para “SALA DE INSTRUMENTOS DE PESQUISA”;
 - xi - “SALA DE CONSULTA” (DTA), alterado pra “SALA DE CONSULTAS”;
 - xii - “ARQUIVOS CORRENTES” (CBA, ABNT e DBAH), alterado para “ARQUIVO CORRENTE”;
 - xiii - “ARQUIVOS FAMILIARES” (DBAH), alterado para “ARQUIVO FAMILIAR”;

- xiv - “ARQUIVOS FOTOGRÁFICOS” (DBAH), alterado para “ARQUIVO FOTOGRÁFICO”;
- xv - “ARQUIVOS INTERMEDIÁRIOS” (ABNT), alterado para “ARQUIVO INTERMEDIÁRIO”;
- xvi - “ARQUIVOS PERMANENTES” (ABNT e DBAH), alterado para “ARQUIVO PERMANENTE”;
- xvii - “ARQUIVOS PRIVADOS” (ABNT e DBAH), alterado para “ARQUIVO PRIVADO”;
- xviii - “ARQUIVOS TEXTUAIS” (DBAH), alterado para “ARQUIVO TEXTUAL”;
- xix - “CENTRO DE INFORMAÇÕES” (DBAH), alterado para “CENTRO DE INFORMAÇÃO”.

8 - O CBA registrou a entrada “DEPÓSITO DE ARQUIVO OU ARQUIVOS”. Compreendemos tratar-se de duas versões do termo, no singular, “DEPÓSITO DE ARQUIVO”, e no plural, “DEPÓSITO DE ARQUIVOS”. Optamos por manter apenas a versão singular, “DEPÓSITO DE ARQUIVO”, na tabela.

4.2 Os termos em comum

A Tabela de Ocorrência de Termos é um instrumento útil para identificar individualmente a ocorrência simultânea de termos em diferentes publicações. Entretanto, com o auxílio do *Microsoft Excel* foi possível realizar um processo de filtragem de termos a partir da Tabela disposta em planilha, o que permitiu a verificação de forma automática das ocorrências comuns em combinações desejadas.

O mecanismo de filtragem descrito viabilizou a quantificação e relação das ocorrências em comum em quaisquer das 57 (cinquenta e sete) combinações possíveis entre as seis diferentes publicações. Dessa forma, todos os termos existentes em pelo menos mais de uma publicação puderam ser identificados e relacionados.

As relações dos termos em comum obtidas com base nesse processo estão disponíveis no Relatório de Termos em Comum, apresentado no Apêndice B. No Quadro 8, são descritas as quantidades de termos em comum verificados em cada uma das 57 (cinquenta e sete) combinações, cujos resultados totalizam 503 (quinhentos e três) termos.

Quadro 8 – Termos comuns verificados em cada combinação
--

Nº combinação	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT	Termos	Relatório (Apêndice B)
1	x	x	x	x	x	x	17	Quadro 1.1
2	x		x	x	x	x	8	Quadro 1.2
3	x	x		x	x	x	2	Quadro 1.3
4		x	x	x	x	x	12	Quadro 1.4
5	x	x	x	x	x		10	Quadro 1.5
6	x	x	x	x		x	0	-
7	x	x	x		x	x	0	-
8	x			x	x	x	0	-
9			x	x	x	x	30	Quadro 1.6
10		x		x	x	x	1	Quadro 1.7
11	x	x		x	x		0	-
12	x		x	x	x		8	Quadro 1.8
13		x	x	x	x		12	Quadro 1.9
14	x		x	x		x	0	-
15	x	x		x		x	0	-
16		x	x	x		x	0	-
17	x	x	x	x			0	-
18	x		x		x	x	1	Quadro 1.10
19	x	x			x	x	0	-
20		x	x		x	x	0	-
21	x	x	x		x		0	-
22	x	x	x			x	0	-
23				x	x	x	15	Quadro 1.11
24	x			x	x		1	Quadro 1.12
25			x	x	x		131	Quadro 1.13
26		x		x	x		3	Quadro 1.14
27	x			x		x	0	-
28			x	x		x	2	Quadro 1.15
29		x		x		x	0	-
30	x		x	x			4	Quadro 1.16
31	x	x		x			0	-
32		x	x	x			1	Quadro 1.17
33	x				x	x	1	Quadro 1.18
34			x		x	x	4	Quadro 1.19
35		x			x	x	0	-
36	x		x		x		1	Quadro 1.20
37	x	x			x		0	-
38		x	x		x		1	Quadro 1.21

Quadro 8 – Termos comuns verificados em cada combinação								
Nº combinação	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT	Termos	Relatório (Apêndice B)
39	x		x			x	0	-
40	x	x				x	0	-
41		x	x			x	0	-
42	x	x	x				0	-
43				x	x		100	Quadro 1.22
44				x		x	5	Quadro 1.23
45	x			x			3	Quadro 1.24
46			x	x			56	Quadro 1.25
47		x		x			0	-
48					x	x	21	Quadro 1.26
49	x				x		1	Quadro 1.27
50			x		x		37	Quadro 1.28
51		x			x		0	-
52	x					x	0	-
53			x			x	0	-
54		x				x	0	-
55	x		x				12	Quadro 1.29
56	x	x					2	Quadro 1.30
57		x	x				1	Quadro 1.31
Total de termos em comum							503	

Fonte: elaboração própria.

A quantidade de termos publicados exclusivamente em cada publicação também foi alvo de verificação. A relação desses termos está descrita no Relatório de Termos Exclusivos – disponível no Apêndice C –, cuja soma totaliza 751 (setecentos e cinquenta e um) termos, conforme o Quadro 9.

Quadro 9 – Termos publicados exclusivamente em cada publicação		
Publicação	Termos	Relatório (Apêndice C)
Terminologia Arquivística (CBA)	61	Quadro 1.1
Arquivos – Terminologia (ABNT)	3	Quadro 1.2
Dicionário de Termos Arquivísticos (DBAH)	193	Quadro 1.3
Dicionário de Terminologia Arquivística (DTA)	193	Quadro 1.4
Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DBTA)	178	Quadro 1.5
Multilingual Archival Terminology (MAT)	123	Quadro 1.6
Total de termos exclusivos	751	

Fonte: elaboração própria.

4.3 Análise das definições dos termos em comum

A próxima fase da pesquisa é a última atividade essencialmente empírica de nosso trabalho, cujo objetivo é proceder a uma análise das diferentes definições de cada termo em comum.

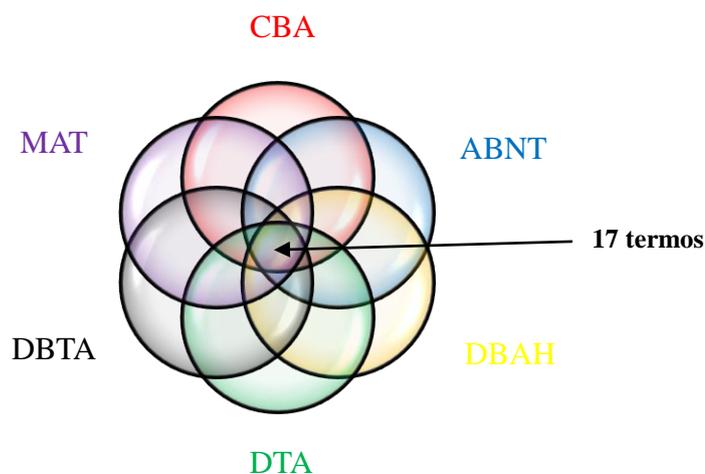
Por motivos dos prazos a cumprir e da delimitação metodológica estabelecida, a proposta desta pesquisa limitou-se à análise das definições dos termos comuns a todas as publicações terminológicas estudadas (Combinação nº 1 do Quadro 8).

Ressaltamos que não consideramos que esse conjunto seja suficiente para atingir a compreensão plena da realidade da terminologia arquivística brasileira, mas que representa o início de uma investigação exploratória, porém aprofundada, sobre o assunto. Acreditamos que uma pesquisa abrangente compreenderia a análise de todas as combinações que resultaram na existência de termos em comum possíveis – no caso, os 503 termos em comum. Ainda assim, não seria uma pesquisa completa, pois os próprios objetos terminológicos selecionados correspondem a um fragmento da realidade terminológica que pretendemos abordar e que está em constante atualização. Todavia, consideramos que este seria um ponto de partida significativo para a construção de um cenário da terminologia arquivística nacional.

Não obstante, elegemos tal combinação, e não as outras possíveis, por abarcar uma quantidade razoável de termos para consecução do trabalho e por representar o que foi identificado como unanimidade na ocorrência de termos entre as publicações.

Sendo assim, o levantamento comparativo das seis publicações (Combinação nº 1 do Quadro 8) verificou a ocorrência de 17 (dezessete) termos em comum, conforme ilustrado em diagrama (não proporcional) na Figura 2.

Figura 2 – Termos em comum às seis publicações.



Fonte: elaboração própria.

Os 17 (dezesete) termos verificados estão relacionados, em ordem alfabética, no Quadro 10:

Quadro 10 – Relação dos termos em comum às seis publicações
ARQUIVO
ARQUIVO CORRENTE
ARQUIVOLOGIA
ARRANJO
CLASSIFICAÇÃO
COLEÇÃO
CÓPIA
DATAS-LIMITE
DESCRIÇÃO
DOCUMENTO
DOSSIÊ
FUNDO
GUIA
PROTOCOLO
RECOLHIMENTO
SÉRIE
TABELA DE EQUIVALÊNCIA

Fonte: elaboração própria.

A análise dos termos relacionados foi baseada na transcrição da definição de cada termo em cada publicação. Procuramos efetuar a transcrição literal das definições, mantendo eventuais erros ortográficos ou gramaticais constatados nas versões originais. Quando necessário, inserimos comentários ou observações entre chaves.

A partir de um confronto comparativo entre as diferentes definições dos termos de cada publicação, visamos identificar e expor, de forma descritiva, semelhanças e diferenças observadas na composição da redação de cada uma delas, como por exemplo: a comparação dos “nomes-cabeça” de cada definição, isto é, os substantivos ou locuções que principiam a definição, chamados por nós aqui de “nomes-núcleo”; a multiplicidade dos significados dos termos, ou polissemias, quando existir; a identificação de diferentes categorias semânticas de acordo com os fenômenos polissêmicos observados; dentre outros aspectos.

Não nos interessa, nesse momento da pesquisa, refletir ou analisar subjetivamente aspectos sobre as equivalências ou divergências observadas, tampouco abordar questões conceituais específicas de cada termo, mas sim fornecer elementos para avaliar e esboçar o cenário ou panorama da terminologia arquivística brasileira.

Isto posto, nos itens seguintes, procederemos a uma análise descritiva comparativa de cada um dos dezessete termos selecionados, com base nas definições apresentadas pelas respectivas publicações.

4.3.1 Arquivo

As definições do termo “arquivo” estão transcritas no Quadro 11. A numeração das definições, quando não explicitada nas publicações, foi atribuída para facilitar a compreensão.

Quadro 11 – Definições do termo “arquivo”	
Publicação	Definição
CBA	<ol style="list-style-type: none"> 1. ‘Conjunto de documentos oficialmente produzidos e recebidos por um governo, organização ou firma no decorrer das suas atividades, arquivados e conservados por si e seus sucessores para efeitos futuros’ (Solon Buck). A palavra arquivo pode também ser usada para designar: <ul style="list-style-type: none"> - O conjunto de documentos; - O móvel de aço, de madeira, usado para guardar documentos; - O local, o edifício onde os documentos deverão ser conservados; - Títulos de revistas ou periódicos (usada, geralmente, no plural). 2. Móvel de aço ou de madeira, com 2, 3, 4 ou mais gavetas, de diversas dimensões, onde são guardados os documentos⁵⁷.
ABNT	<ol style="list-style-type: none"> 1. Designação genérica de um conjunto de documentos produzidos e recebidos por uma pessoa física ou jurídica, pública ou privada, caracterizado pela natureza orgânica de sua acumulação e conservado por essas pessoas ou por seus sucessores, para fins de prova ou informação. De acordo com a natureza do suporte, o arquivo terá a qualificação respectiva, como, por exemplo: arquivo audiovisual, fotográfico, iconográfico, de microformas, informático. 2. O prédio ou uma de suas partes, onde são guardados conjuntos arquivísticos. 3. Unidade administrativa cuja função é a de reunir, ordenar, guardar e dispor para o uso conjuntos de documentos, segundo os princípios e técnicas arquivísticas. 4. Móvel destinado à guarda de documentos.
DBAH	<ol style="list-style-type: none"> 1. Conjunto de documentos produzidos e recebidos por uma pessoa física ou jurídica, pública ou privada caracterizado pela natureza orgânica de sua acumulação, e conservado para fins de prova ou informação. 2. Instituição, ou unidade administrativa cuja função é de recolher, conservar e arranjar [def. 1] os documentos [def. 1], segundo critérios e princípios arquivísticos, assim como propiciar sua comunicação. 3. Prédio ou uma de suas partes onde são armazenadas conjunto de documentos. 4. Móvel destinado à guarda de documentos [def. 2]. 5. Título de revistas.
DTA	<ol style="list-style-type: none"> 1. Conjunto de documentos que, independentemente da natureza do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privadas. 2. Entidade administrativa responsável pela custódia, pelo tratamento documental e pela utilização dos arquivos [def. 1] sob sua jurisdição. 3. Edifício em que são guardados os arquivos [def. 1]. 4. Móvel destinado à guarda de documentos. 5. Em processamento de dados, conjunto de dados relacionados, tratados como uma totalidade.
DBTA	<ol style="list-style-type: none"> 1. Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte.

⁵⁷ Corresponde à definição de “arquivo” listada na categoria temática “Material” (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1979p. 443).

	<ol style="list-style-type: none"> 2. Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso [def. 1] a documentos. 3. Instalações onde funcionam arquivos [def. 2]. 4. Móvel destinado à guarda de documentos
MAT	<ol style="list-style-type: none"> 1. Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte. 2. Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos. 3. Instalações onde funcionam arquivos.

Fonte: elaboração própria, com base na transcrição das publicações selecionadas.

A multiplicidade de significados do termo “arquivo” é verificável nas seis publicações, pois todas contêm mais de uma definição para o termo. A quantidade de definições em cada publicação está distribuída conforme apresentado no Quadro 11.1.

Publicação	Nº de definições
CBA ⁵⁸	5
ABNT	4
DBAH	5
DTA	5
DBTA	4
MAT	3

Fonte: elaboração própria.

O MAT utiliza como referência as três primeiras das quatro definições elaboradas pelo DBTA (“conjunto de documentos”, “instituição ou serviço” e “instalações”), ignorando a definição de arquivo como “móvel”. As definições apresentadas são citações diretas do dicionário do Arquivo Nacional.⁵⁹

Ao analisarmos as definições propostas, percebemos a existência de diferentes categorias semânticas, de acordo com os substantivos, ou locuções substantivas, núcleos das definições de “arquivo”. Ao todo, identificamos sete grupos (listados de A a G), sendo que em dois deles foi possível unir diferentes palavras que, embora não sejam necessariamente sinônimas entre si, no contexto de análise, representam a mesma ideia, ou intenção, de atribuir significado ao termo.

⁵⁸ Consideramos que o CBA estabeleceu cinco diferentes significados para a definição de “arquivo”, pois a primeira entrada do termo (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1979, p. 437-438) elenca, na mesma redação, quatro formas possíveis de designá-lo. A segunda entrada (Ibid, p. 443) apresenta apenas uma definição em sua redação.

⁵⁹ Diante disso, apresentaremos a expressão DBTA/MAT quando nos referirmos às definições em comum às duas publicações. Quando necessário, faremos referência às obras individualmente.

Após identificá-los, procuramos verificar não só a ocorrência das categorias semânticas nas publicações, mas também os “nomes-núcleo”, que são os substantivos ou locuções que principiam a definição do termo, construindo, dessa forma, o Quadro 11.2.

Quadro 11.2 – Ficha semântica das denominações utilizadas para definição de “arquivo”.							
Categoria Semântica	Nome-núcleo	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
A	conjunto de documentos	x	x	x	x	x	x
B	conjunto de dados				x		
C	móvel	x	x	x	x	x	
D	local	x					
	edifício	x			x		
	prédio ou uma de suas partes		x	x			
	instalações					x	x
E	título de revista ou periódicos	x		x			
F	unidade administrativa		x	x			
	entidade administrativa				x		
	instituição			x		x	x
G	serviço					x	x

Fonte: elaboração própria.

A seguir, analisaremos as definições de cada publicação a partir de cada uma das categorias semânticas identificadas, buscando encontrar semelhanças, divergências e particularidades entre as seis publicações:

Categoria A – “arquivo” como conjunto de documentos

A definição de “arquivo” como “conjunto de documentos” é a única que ocorre nas seis publicações.

A definição de “arquivo” proposta pelo CBA é construída a partir de uma citação de Solon Justus Buck, ex-arquivista dos Estados Unidos. Após o trecho citado, são expostas outras acepções possíveis do termo, como: “o conjunto de documentos” (apenas), “o móvel [...]”, “o local, o edifício [...]” e “títulos de revista ou periódicos”.

Todas as definições possuem palavras que qualificam a locução “conjunto de documentos”. A seguir, no Quadro 11.3, apontamos quais são esses qualificadores e em que publicações eles ocorrem.

Quadro 11.3 – Verbos qualificadores de “conjunto de documentos”						
Qualificadores	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
produzido	x	x	x		x	x
recebido	x	x	x			
arquivado	x					
conservado	x	x				
reunido				x		
acumulado ⁶⁰		x	x	x	x	x

Fonte: elaboração própria.

Nessas definições também são estabelecidos agentes relacionados ao “conjunto de documentos” e seus qualificadores, conforme o Quadro 11.4.

Quadro 11.4 – Agentes relacionados a “conjunto de documentos”						
Agentes	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
governo	x					
organização	x					
firma	x					
sucessores	x	x				
pessoa física		x	x	x		
pessoa jurídica		x	x	x		
público ⁶¹		x	x	x	x	x
privado ⁶²		x	x	x	x	x
entidade coletiva					x	x
pessoa					x	x
família					x	x

Fonte: elaboração própria.

Em determinadas publicações ocorre, também, a definição de finalidades associadas ao “conjunto de documentos”, conforme Quadro 11.5.

Quadro 11.5 – Finalidades associadas ao “conjunto de documentos”						
Finalidades	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
efeitos futuros	x					
prova		x	x			
informação		x	x			

Fonte: elaboração própria.

⁶⁰ Em ABNT e DBAH, “caracterizado pela natureza orgânica de sua acumulação”. Em DTA, “reunidos por acumulação”.

⁶¹ Pessoa física ou jurídica (ABNT, DBAH, DTA) e entidade (DBTA/MAT).

⁶² Pessoa física ou jurídica (ABNT, DBAH, DTA) e entidade (DBTA/MAT).

A menção de “atividades” como dispositivo de constituição do “conjunto de documentos” também é uma ocorrência frequente. Ela consta no CBA, no DTA e no DBTA/MAT.

A publicação da ABNT, e o DBAH são os únicos a caracterizar a “natureza orgânica” da acumulação do conjunto de documentos.

Uma divergência encontrada na definição dos termos diz respeito à “natureza do suporte”. Para o da ABNT, suporte (que não é publicado como termo) é capaz de definir a qualificação do arquivo (audiovisual, fotográfico, iconográfico, etc.), estando intimamente ligado à definição de “gênero de documentos” proposta pela publicação⁶³. Já para o DTA e o DBTA/MAT, a caracterização do arquivo independe da natureza do suporte, que, para estes, restringe-se à noção de “material”.

Categoria B – “arquivo” como conjunto de dados

O DTA apresenta a única definição de “arquivo” associada a “conjunto de dados”, dentro do contexto de “processamento de dados”, qualificando-os como “relacionados” e “tratados como uma totalidade”.

Categoria C – “arquivo” como mobiliário

A referência de “arquivo” como “móvel” transmite o significado de peça ou instrumento de mobília utilizada para guarda de documentos. Todas as definições apresentadas são sinônimas.

O DBAH deixa explícito que o significado de “documentos” a que se refere na definição faz referência à segunda acepção do termo na publicação, qual seja, “a menor unidade arquivística, indivisível, geralmente constituída de uma ou várias folhas de um caderno ou de um volume. Também chamado peça”. Os demais não fazem essa distinção.

Categoria D – “arquivo” como espaço físico

O grupo de palavras “local”, “edifício”, “prédio ou uma de suas partes” e “instalações” denota a noção de lugar, espaço ou construção física, onde são guardados os documentos, ou seu conjunto. A publicação da ABNT acrescenta que o prédio guarda “conjuntos arquivísticos”.

⁶³ Para o ABNT, “gênero de documentos” é: “designação dos tipos de documentos segundo o aspecto de sua representação nos diferentes suportes: textuais, audiovisuais, iconográficos e cartográficos”.

As definições diferem quanto ao que ocorre nesse lugar: ABNT e DTA definem que é a guarda, o CBA, a conservação e o DBAH, o armazenamento.

O DBTA define “arquivo”, nesse sentido, como “instalações onde funcionam arquivos”, deixando explícito que o sentido de “arquivos” refere-se a sua segunda definição, de arquivo como “instituição ou serviço”. O MAT não faz essa correspondência.

Categoria E – “arquivo” como títulos de periódicos

Somente o CBA e o DBAH consideram que uma determinada denominação de revista ou periódico, devido a sua homonímia, também possa equivaler ao termo “arquivo”, ou “arquivos”.

Categoria F – “arquivo” como instituição, parte ou condição organizacional

O grupo de palavras “unidade administrativa”, “entidade administrativa” e “instituição” denota uma condição organizacional, em determinado contexto administrativo ou institucional, do “arquivo”.

Apenas o CBA não apresentou definição que se enquadrasse nessa categoria semântica.

As funções, responsabilidades e finalidades do “arquivo”, nessa condição, são mencionadas da seguinte forma, de acordo com o Quadro 11.6:

Quadro 11.6 – Funções e responsabilidades do “arquivo”						
Funções e Responsabilidades	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
reunir		x				
recolher			x			
guardar		x				
custodiar				x	x	x
ordenar		x				
arranjar			x			
conservar			x			
tratar				x		
processar					x	x
propiciar comunicação			x			
dispor para o uso		x				
utilizar				x		
acessar					x	x

Fonte: elaboração própria.

No sentido analisado, DBAH e ABNT referem-se à função, DTA à responsabilidade, e DBTA/MAT à finalidade do “arquivo”. A publicação da ABNT define que as funções do “arquivo” devem ser realizadas segundo “princípios e técnicas arquivísticas”, e o DBAH, segundo “critérios e princípios arquivísticos”. A publicação da ABNT associa essas funções a “conjunto de documentos”, o DBAH aos “documentos”⁶⁴, o DTA aos “arquivos” – referindo-se a sua primeira acepção, a de conjunto de documentos –, e o DBTA/MAT a “documentos”.

O DBAH aponta, ainda, que a função “arranjar” está associada à primeira definição de arranjo em sua publicação⁶⁵ e o DBTA, ao definir “acesso” como uma das finalidades do “arquivo”, indica que está relacionada à sua primeira acepção⁶⁶. O MAT não faz esta última referência.

Categoria G – “arquivo” como serviço

Apenas o DBTA/MAT utiliza a palavra “serviço” para definir “arquivo”. Embora não consideremo-nas como sinônimas, “serviço” compartilha com “instituição” a mesma finalidade nesta acepção: “a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos”.

A partir da análise das definições do termo “arquivo” foi possível sistematizar os seguintes pontos:

- “Arquivo” é apresentado em todas as publicações terminológicas como um termo polissêmico (Quadro 11.1). Em nenhuma publicação há apenas uma redação ou paráfrase para defini-lo.
- Identificamos 12 (doze) diferentes nomes-núcleos para designar “arquivo” os quais agrupamos em 7 (sete) categorias semânticas distintas (Quadro 11.2).
- A denominação de “arquivo” como “conjunto de documentos” foi a única unanimidade verificada. No entanto, nos verbos qualificadores, nos agentes relacionados e nas finalidades desse conjunto de documentos não foi observado consenso (Quadros: 11.3, 11.4, 11.5, respectivamente).

⁶⁴ O DBAH faz associação a sua primeira acepção de “documento” ou “unidade constituída pela informação e seu suporte”.

⁶⁵ A primeira acepção de “arranjo” no DBAH é: “operação intelectual, com base no princípio da proveniência e de acordo com um plano previamente estabelecido, desenvolvida para o tratamento de um núcleo, ou de parte de um núcleo, de modo a que reflita a estrutura administrativa e as funções exercidas pelas entidades produtoras do núcleo. Refere-se à ordenação dos núcleos, e dos itens dentro dos núcleos documentais uns em relação aos outros, ordenação das séries dentro dos núcleos documentais uns em relação aos outros, ordenação das séries dentro dos núcleos, e dos itens dentro das séries”.

⁶⁶ A primeira acepção de “acesso” no DBTA é: “possibilidade de consulta a documentos e informações”

- A denominação de “arquivo” como “móvel” é verificada em todas as publicações, com a exceção do MAT, que apesar de transcrever todas as outras três definições do DBTA, não inclui esse significado na designação do termo.
- O significado de “arquivo” como título de revista ou periódicos só é mencionado em duas publicações, o CBA (1972) e o DBAH (1989), não sendo repetido nas três publicações mais recentes, o que pode ser um indício de sua obsolescência.

4.3.2 Arquivo Corrente

As definições do termo “arquivo corrente” estão transcritas no Quadro 12. A numeração das definições, quando não explicitada nas publicações, foi atribuída para facilitar a compreensão.

Quadro 12 – Definições do termo “arquivo corrente”	
Publicação	Definição
CBA	Arquivos conservados nos órgãos de origem, para uma utilização cotidiana. São também conhecidos como arquivos de movimento.
ABNT	Conjunto de documentos em curso ou de uso frequente. Também denominados arquivos de movimento.
DBAH	Conjuntos de documentos em trâmite ou já fora de movimentação, mas que se constituem objeto de consultas frequentes nos setores de uma entidade, órgão ou instituição que os produziu ou recebeu e a quem compete sua administração.
DTA	<ol style="list-style-type: none"> 1. Conjunto de documentos estreitamente vinculados aos objetivos imediatos para os quais foram produzidos ou recebidos no cumprimento de atividades-fim e atividades-meio e que se conservam junto aos órgãos produtores em razão de sua vigência e da frequência com que são por eles consultados. 2. Unidade administrativa ou órgão encarregado do arquivo corrente [def. 1].
DBTA, MAT	<ol style="list-style-type: none"> 1. Conjunto de documentos, em tramitação ou não, que, pelo seu valor primário, é objeto de consultas frequentes pela entidade que o produziu, a quem compete a sua administração. 2. Arquivo [def. 2] responsável pelo arquivo corrente [def. 1].

Fonte: elaboração própria, com base na transcrição das publicações selecionadas.

Nas publicações CBA, ABNT e DBAH, a nomenclatura do termo é apresentada no plural: “arquivos correntes”. Para efeitos da análise comparativa adotada nesta pesquisa, foi efetuado um ajuste gráfico do termo para o singular “arquivo corrente”, uma vez que julgamos, neste caso, tratar-se do mesmo termo.

A definição de “arquivo corrente” pelo MAT é uma transcrição referenciada da redação do termo apresentada no DBTA, com a ressalva de que as especificações à segunda acepção do termo “arquivo” (como “instituição ou serviço”) e à primeira acepção do próprio termo “arquivo corrente”, realizadas na definição número “2” deste último, não são verificadas na publicação.

As denominações-núcleo da definição do termo são apresentadas no Quadro 12.1.

Quadro 12.1 – Denominações-núcleo de “arquivo corrente”						
Nomes-cabeça	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
arquivo	x				x	x
conjunto de documentos		x	x	x	x	x
unidade administrativa				x		
órgão				x		
arquivo de movimento	x	x				

Fonte: elaboração própria.

A multiplicidade de significados do termo só é observada nos DTA e DBTA/MAT, os quais apresentam duas acepções distintas para designá-lo. Em ambos os casos ocorre uma distinção entre o significado de “arquivo corrente” como “conjunto de documentos”, de outra acepção do termo, que no caso do DTA o designa como “unidade administrativa” ou “órgão”, e no DBTA/MAT como “arquivo” – no sentido, já mencionado, de “instituição ou serviço”.

A denominação como “conjunto de documentos” é quase unânime entre as publicações, com a exceção da publicação mais antiga, o CBA, que utiliza a expressão “arquivo” para tal sem, no entanto, atribuir-lhe nenhum sentido específico. “Arquivo” é retomado para esse fim somente no DBTA/MAT, porém com o sentido de “instituição ou serviço” responsável pelo “arquivo corrente”.

A expressão “arquivo de movimento” só é mencionada pelas publicações CBA e ABNT, não sendo consideradas nas publicações posteriores.

A condição do “arquivo corrente” como “conservado”, definida pelo CBA, só é retomada pelo DTA. Quanto ao local onde esse se conserva, o CBA determina que é nos “órgãos de origem”; já o DTA, junto aos “órgãos produtores”.

Os atributos, as características, a finalidade e os objetivos do “arquivo corrente” são descritos por diversas palavras e expressões nas definições, com destaque para as que denotam sua frequência de uso e situação. O Quadro 12.2 faz um apanhado de tais fragmentos, assinalando-os, em cada publicação.

Quadro 12.2 – Expressões que denotam frequência de uso e situação dos arquivos correntes	
Publicação	Expressões
CBA	utilização <i>cotidiana</i>
ABNT	<i>em curso</i> ou de uso <i>frequente</i>
DBAH	<i>em trâmite</i> ou já <i>fora de movimentação</i>
	objeto de consultas <i>frequentes</i>
DTA	<i>frequência</i> com que por ele são consultados
DBTA, MAT	<i>em tramitação</i> ou <i>não</i>
	objeto de consultas <i>frequentes</i>

Fonte: elaboração própria. Grifo nosso.

A utilização da palavra “consulta” na composição da definição do termo só é inserida a partir da publicação do DBAH, integrando também as publicações posteriores. Em todas elas, “arquivo corrente” é denotado como objeto de tal ação.

Com exceção da ABNT, em todas as publicações são descritos agentes ou sujeitos os quais desempenham uma função ativa perante o objeto “arquivo corrente”. O Quadro 12.3 elenca a correspondência entre a denominação desses agentes e qual papel ou função desempenham frente ao “arquivo corrente” nas definições das publicações.

Quadro 12.3 – Funções que desempenham os agentes no “arquivo corrente”		
Publicação	Agentes	Função
CBA	órgãos de origem	conserva
		utiliza
DBAH	setores de uma entidade, órgão ou instituição	produz, recebe
DTA	órgãos produtores	consulta
		compete administrar
		produz, recebe
		conserva
		consulta
DBTA, MAT	entidade	produz
		consulta
		compete administrar

Fonte: elaboração própria.

Nas definições número “2” do DTA e do DBTA, o próprio “arquivo corrente” é designado como agente “encarregado” (no caso do DTA) ou “responsável” (no caso do DBTA/MAT) pelo próprio “arquivo corrente”, considerando que as publicações apresentam dois sentidos para o termo: como conjunto de documentos e como órgão, unidade

administrativa ou arquivo (“instituição ou serviço”). Logo, em ambos os casos, uma das definições de “arquivo corrente” é dependente de outra.

Outro aspecto a ser observado é que um dos papéis designados pela “entidade” que produziu o conjunto de documentos no DBTA/MAT diz respeito à competência de administração do “arquivo corrente” – o que também já havia sido definido pelo DBAH –; entretanto, esse papel entra em conflito com o próprio sentido adicional estabelecido pela publicação – citado anteriormente –, o de o “arquivo” (instituição ou serviço) como “responsável” pelo “conjunto de documentos”.

O DTA aponta atributos que não foram verificados nas outras definições do termo, como: o fato de serem “documentos estreitamente vinculados aos objetivos imediatos para os quais foram produzidos ou recebidos no cumprimento de atividades-fim e atividades-meio” e a questão da “vigência” como motivo de conservação junto aos órgãos que o produzem.

A partir da análise das definições do termo “arquivo corrente” foi possível sistematizar os seguintes pontos:

- Observamos pelo menos duas categorias semânticas distintas nas definições de “arquivo corrente”. Uma diz respeito ao seu significado de conjunto de documentos e a outra ao de unidade administrativa ou órgão. Isso indica a existência de interpretações polissêmicas do termo.
- “Arquivo de movimento” é outra denominação que aparece nas primeiras publicações para designar o termo, mas que posteriormente é abandonado, indicando sua possível obsolescência.
- Quando ocorre a dupla significação do termo, no DTA e no DBTA, a segunda definição é dependente da primeira, isto é, o “arquivo corrente” como unidade administrativa ou órgão é responsável ou encarregado pelo “arquivo corrente” como conjunto de documentos. Tal proposição exige a coexistência dos dois significados para o mesmo termo e determina que o primeiro significado seja previamente conhecido para a compreensão do segundo.
- A relação dos agentes e dos papéis que eles desempenham no arquivo corrente é manifestada de diversas maneiras e com o uso de diversas palavras (Quadro 12.3).
- A menção à palavra consulta e às expressões que denotam frequência de uso e situação do arquivo corrente, apesar de serem constantes são também colocadas de diversas formas nas definições (Quadro 12.2).

4.3.3 Arquivologia

As definições do termo “arquivologia” estão transcritas no Quadro 13.

Quadro 13 – Definições do termo “arquivologia”	
Publicação	Definição
CBA	Ciência dos arquivos.
ABNT	Estudo, ciência e arte dos arquivos.
DBAH	Disciplina que tem por objetivo o conhecimento dos arquivos [def. 1 e 2] e dos princípios e técnicas a serem aplicados na sua constituição, organização, desenvolvimento e utilização.
DTA	O mesmo que arquivística. [Definição de “arquivística” pelo DTA] Disciplina – também conhecida como arquivologia – que tem por objeto o conhecimento da natureza dos arquivos [def. 1] [conjunto] e das teorias, métodos e técnicas a serem observados na sua constituição, organização, desenvolvimento e utilização.
DBTA, MAT	Disciplina que estuda as funções do arquivo [def. 2] e os princípios e técnicas a serem observados na produção, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos [def. 1]. Também chamada arquivística.

Fonte: elaboração própria, com base na transcrição das publicações selecionadas.

Em todas as publicações analisadas, é redigida apenas uma definição do termo “arquivologia”.

A definição de “arquivologia” pelo MAT é uma transcrição referenciada da redação do termo apresentada no DBTA, com a ressalva de que as duas indicações às acepções específicas do termo arquivo (como “instituição ou serviço” e como “conjunto de documentos”, respectivamente), observadas no DBTA, não são verificadas na publicação.

O termo é considerado como sinônimo de “arquivística” pelo DTA e pelo DBTA/MAT. O primeiro desenvolve apenas a definição do termo “arquivística”. Já na segunda situação, o DBTA/MAT desenvolve uma definição para “arquivologia”, além de mencionar sua equivalência de sentido com “arquivística”. No entanto, no DBTA o termo “arquivística” consta na publicação como um termo remissivo de “arquivologia”, enquanto no MAT sua ocorrência não foi verificada.

As definições do termo “arquivologia” selecionadas – considerando a definição de “arquivística” pelo DTA, devido à sinonímia apontada – apresentam diferentes denominações-núcleo, conforme esquematizado no Quadro 13.1.

Quadro 13.1 – Denominações-núcleo de “arquivologia”						
Nome-núcleo	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
ciência	x	x				
disciplina			x	x	x	x
estudo		x				
arte		x				

Fonte: elaboração própria.

O CBA sintetiza a definição de “arquivologia” atribuindo o complemento “dos arquivos” à denominação “ciência”. A ABNT amplia essa definição inserindo os nomes “estudo” e “arte” para designar o termo. Por sua vez, o DBAH o denomina como “disciplina”, o que será repetido pelas publicações posteriores.

O DBAH, o DTA e o DBTA/MAT definem, respectivamente, o objetivo, o objeto e o que estuda esta disciplina, conforme esquematizado no Quadro 13.2.

Quadro 13.2 - Comparação entre definições de “arquivologia” como disciplina				
DBAH	disciplina	objetivo	conhecimento dos arquivos e dos princípios e técnicas	a serem aplicados na sua constituição, organização, desenvolvimento e utilização
DTA		objeto	conhecimento da natureza dos arquivos e das teorias, métodos e técnicas	a serem observados na sua constituição, organização, desenvolvimento e utilização.
DBTA, MAT		estuda	funções do arquivo e os princípios e técnicas	a serem observados na produção, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos

Fonte: elaboração própria.

Em cada uma destas três definições são atribuídos sentidos específicos ao termo “arquivo”. No caso do DBAH, “arquivos” referem-se às duas primeiras definições do termo na publicação, ou seja, arquivo como “conjunto” e como “instituição ou unidade administrativa”; no DTA, é apontada a primeira definição de arquivo, como “conjunto”, para “arquivos”; já no DBTA, a primeira ocorrência do termo arquivo é relativa à segunda definição da publicação, isto é, como “instituição ou serviço”, enquanto a utilização seguinte, em “arquivos”, a primeira acepção é mencionada, ou seja, a de arquivo como “conjunto”.

A partir da análise das definições do termo “arquivologia” foi possível sistematizar os seguintes pontos:

- Ao termo “arquivologia” é atribuído apenas um significado, o que indica um consenso monossêmico a seu respeito.

- Duas publicações (DTA e DBTA/MAT) estabelecem a relação de sinonímia do termo com “arquivística”, o que afirma a existência de mais de um termo para designar o mesmo significado.
- A denominação de “arquivologia” como ciência ou disciplina é uma divergência comum entre as publicações, sendo que a primeira é utilizada nas publicações mais antigas (CBA e ABNT) e a segunda, nas posteriores, a partir do DBAH (Quadro 13.1).
- Todos os complementos atribuídos às denominações indicam que estas se relacionam a arquivo ou arquivos. Contudo, apenas o DBAH, o DTA e o DBTA fazem referência a acepções específicas do termo em suas publicações.

4.3.4 Arranjo

As definições do termo “arranjo” estão transcritas no Quadro 14. A numeração das definições, quando não explicitada nas publicações, foi atribuída para facilitar a compreensão.

Quadro 14 – Definições do termo “arranjo”	
Publicação	Definição
CBA	Ordenação de documentos em grupos, uns em relação aos outros, a ordenação das séries dentro dos grupos e, ocasionalmente, a ordenação das peças individuais dentro das séries.
ABNT	<ol style="list-style-type: none"> 1. Processo que, na organização de arquivos permanentes, consiste na ordenação (estrutural ou funcional) dos documentos em fundos, na ordenação das séries dentro dos fundos e, se necessário, dos itens documentais dentro das séries. 2. Processo que, na organização de arquivos correntes, consiste em colocar ou distribuir os documentos em uma sequência alfanumérica, de acordo com o método de arquivamento previamente adotado.
DBAH	<ol style="list-style-type: none"> 1. Operação intelectual, com base no princípio da proveniência e de acordo com um plano previamente estabelecido, desenvolvida para o tratamento de um núcleo, ou de parte de um núcleo, de modo a que reflita a estrutura administrativa e as funções exercidas pelas entidades produtoras do núcleo. Refere-se à ordenação dos núcleos, e dos itens dentro dos núcleos documentais uns em relação aos outros, ordenação das séries dentro dos núcleos, e dos itens dentro das séries. 2. Operação que consiste em atividades físicas de acondicionar os documentos nos depósitos, de acordo com a sua notação.
DTA	Denominação tradicionalmente atribuída à classificação [def. 1] nos arquivos permanentes [def. 1 e 2]. [Definição 1 de classificação pelo DTA] Sequência de operações que de acordo com as diferentes estruturas, funções e atividades da entidade produtora, visam a distribuir os documentos de um arquivo [def. 1].
DBTA, MAT	Sequência de operações intelectuais e físicas que visam à organização dos documentos de um arquivo [def. 1] ou coleção, de acordo com um plano ou quadro previamente estabelecido.

Fonte: elaboração própria, com base na transcrição das publicações selecionadas.

O termo “arranjo” apresenta dupla definição apenas nos casos da ABNT e do DBAH. Nos demais, é descrito apenas uma única definição.

A definição de “arranjo” pelo MAT é uma transcrição referenciada da redação do termo apresentada no DBTA, com a ressalva de que a especificação à primeira acepção do termo “arquivo” (como “conjunto de documentos”), observada neste último, não é verificada na publicação.

O DTA considera o significado de “arranjo” como o equivalente a sua primeira acepção do termo “classificação”⁶⁷ (como “sequência de operações”), com a particularidade de esta ser realizada “nos arquivos permanentes”.

Considerando a definição apontada de “classificação” pelo DTA – levando em consideração o complemento “nos arquivos permanentes”, enfatizado pela publicação –, as denominações-núcleo de “arranjo” pelas publicações apresentam-se conforme o Quadro 14.1.

Quadro 14.1 – Denominações-núcleo de “arranjo”	
Publicação	Nome-núcleo
CBA	Ordenação
ABNT	Processo
DBAH	Operação, operação intelectual
DTA	Sequência de operações
DBTA,MAT	Sequência de operações intelectuais e físicas

Fonte: elaboração própria.

Todas as definições contemplam atividades envolvidas ao significado de “arranjo”. O Quadro 14.2 evidencia tais trechos

Quadro 14.2 – Atividades envolvidas nas definições de “arranjo”	
Publicação	Atividade
CBA	ordenação
ABNT	ordenação
	colocar ou distribuir documentos em sequência alfanumérica
DBAH	ordenação
	acondicionar documentos nos depósitos
DTA	distribuir os documentos
DBTA,MAT	organização dos documentos

Fonte: elaboração própria.

O CBA define “arranjo” com três possibilidades distintas de ordenação: “de documentos em grupos, uns em relação aos outros, a ordenação das séries dentro dos grupos e, ocasionalmente, a ordenação das peças individuais dentro das séries”. Por outro lado, a ABNT, em sua primeira definição do termo, o define como processo que consiste na ordenação: “dos documentos em fundos, na ordenação das séries dentro dos fundos e, se necessário, dos itens documentais dentro das séries”. A publicação dispõe, ainda, que tal

⁶⁷ A primeira acepção do termo “classificação” no DTA é: “Sequência de operações que de acordo com as diferentes estruturas, funções e atividades da entidade produtora, visam a distribuir os documentos de um arquivo [como conjunto de documentos]”.

ordenação pode ser qualificada como estrutural ou funcional. Já o DBAH, considera que “arranjo”, segundo sua primeira acepção, é uma operação intelectual que se refere à ordenação: “dos núcleos, e dos itens dentro dos núcleos documentais uns em relação aos outros, ordenação das séries dentro dos núcleos documentais uns em relação aos outros, ordenação das séries dentro dos núcleos, e dos itens dentro das séries”.

A ABNT distingue “arranjo” como processo em duas situações: na organização de arquivos permanentes e na de arquivos correntes. Na definição da primeira, o processo consiste em ordenações e, na segunda, em colocar e distribuir documentos em sequência alfanumérica, segundo método de arquivamento. O DTA enfatiza que “arranjo” é uma sequência de operações realizada nos arquivos permanentes apenas.

O DBAH distingue “arranjo” como operação em duas definições. A primeira, como uma operação intelectual – baseada no princípio da proveniência – desenvolvida para o tratamento de um “núcleo”, ou de parte dele, com o objetivo de refletir a estrutura administrativa e as funções exercidas por sua entidade produtora. A essa operação se referem as atividades de ordenação. Quanto à segunda definição, o dicionário a descreve como operação consistida em “atividades físicas de acondicionar os documentos nos depósitos de acordo com sua notação”.

Por sua vez, o DTA coloca que a sequência de operações que estão relacionadas ao termo “arranjo”, no âmbito dos arquivos permanentes, visa distribuir os documentos de um arquivo (como conjunto de documentos) de acordo com as diferentes estruturas, funções e atividades da entidade produtora.

Já o DBTA/MAT, descreve que tais operações são intelectuais e físicas e que objetivam a organização dos documentos de um arquivo (como conjunto de documentos) ou coleção, com base em um plano ou quadro previamente estabelecido.

A partir da análise das definições do termo “arranjo” foi possível sistematizar os seguintes pontos:

- O termo apresenta-se como monossêmico nas publicações CBA, DTA e DBTA/MAT. Na ABNT e no DBAH é atribuído a ele duplo significado. Todavia, tais polissemias não são equivalentes.
- O DTA considera “classificação” (como “sequência de operações”) como sinônimo do termo “arranjo”, o que indica a dupla possibilidade terminológica do significado.

- Na dupla definição proposta pela publicação da ABNT, o significado do termo é condicionado à fase em que ele é empregado: nos arquivos correntes, ou nos arquivos permanentes. Essa distinção só é proposta por essa publicação. Apenas o DTA enfatiza que o termo é relacionado aos arquivos permanentes. As demais publicações não fazem nenhuma colocação a respeito. Por sua vez, o DBAH apresenta a dupla possibilidade de definição de arranjo, como operação intelectual ou como operação constituída por atividades físicas. Apenas o DBTA/MAT faz uma consideração sobre esse aspecto, propondo na mesma definição que o termo refere-se tanto a operações intelectuais como físicas. Os dois casos demonstram que o caráter de duplo sentido do termo é seletivo e não consensual.
- As denominações-núcleo propostas resumem-se a três: ordenação, processo e operação, sendo que esta última torna-se ocorrência comum a partir do DBAH (Quadro 14.1).
- Determinados aspectos que caracterizam a definição do termo não são consensuais.

4.3.5 Classificação

As definições do termo “classificação” estão transcritas no Quadro 15. A numeração das definições, quando não explicitada nas publicações, foi atribuída para facilitar a compreensão.

Quadro 15 – Definições do termo “classificação”	
Publicação	Definição
CBA	Enquadramento dos documentos num sistema de classificação preestabelecido.
ABNT	Ver “arranjo” (def. 2). [Definição 2 de “arranjo” pela ABNT] Processo que, na organização de arquivos correntes, consiste em colocar ou distribuir os documentos em uma sequência alfanumérica, de acordo com o método de arquivamento previamente adotado.
DBAH	Plano, tabela ou código contendo esquema e/ou critério de relações lógicas e sistemáticas agrupadas segundo suas semelhanças ou diferenças possibilitando localização de série ou dos itens dentro do plano ou esquema.
DTA	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sequência de operações que de acordo com as diferentes estruturas, funções e atividades da entidade produtora, visam a distribuir os documentos de um arquivo [def. 1]. 2. Restrição ao acesso e uso de arquivos [def. 1] imposta pela pessoa física ou jurídica de origem, para efeitos de segurança.
DBTA	<ol style="list-style-type: none"> 1. Organização dos documentos de um arquivo [def. 1] ou coleção, de acordo com um plano de classificação, código de classificação ou quadro de arranjo. 2. Análise e identificação do conteúdo de documentos, seleção da categoria de assunto sob a qual sejam recuperados, podendo-se lhes atribuir códigos. 3. Atribuição a documentos, ou às informações neles contidas, de graus de sigilo, conforme legislação específica. Também chamada classificação de segurança.
MAT	<ol style="list-style-type: none"> 1. Organização dos documentos de um arquivo ou coleção, de acordo com um plano de classificação, código de classificação ou quadro de arranjo. 2. Análise e identificação do conteúdo de documentos, seleção da categoria de assunto sob a qual sejam recuperados, podendo-se lhes atribuir códigos.

Fonte: elaboração própria, com base na transcrição das publicações selecionadas.

O termo “classificação” apresenta apenas uma definição pelo CBA e DBAH, duas pelo DTA e MAT e três pelo DBTA.

A ABNT estabelece uma relação de equivalência com a segunda definição do termo “arranjo” em sua publicação.

O MAT faz uma transcrição referenciada das duas primeiras definições do DBTA, com a ressalva de que, na primeira definição deste último (classificação como “organização dos documentos de um arquivo”), a especificação de “arquivo” como “conjunto de documentos” (primeira acepção do termo no DBTA), não é verificada na publicação.

Considerando a definição apontada de “arranjo” pela ABNT, as denominações-núcleo de “classificação” pelas publicações são apresentadas no Quadro 15.1.

Quadro 15.1 – Denominações-núcleo de “classificação”	
Publicação	Nome-núcleo
CBA	enquadramento
ABNT	processo
DBAH	plano, tabela ou código
DTA	sequência de operações
	restrição
DBTA,MAT	organização
	análise e identificação
	seleção
DBTA	atribuição
	classificação de segurança

Fonte: elaboração própria.

As definições de “classificação” nas publicações apresentam categorias semânticas heterogêneas como forma de designar o termo. O CBA o considera como “enquadramento de documentos”; a ABNT, como “processo que consiste em colocar ou distribuir os documentos em sequência alfanumérica”; o DBAH, como “plano, tabela ou código”; o DTA, como “sequência de operações” que distribuem os documentos, e como “restrição ao acesso e uso de arquivos”; e o DBTA, como “organização de documentos”, como “análise, identificação”, como “seleção” ou como atribuição de graus de sigilo a documentos ou às informações nele contidas.

O CBA define que o enquadramento dos documentos deve ser realizado em um “sistema de classificação preestabelecido”.

Segundo a ABNT, a “classificação” deve estar de acordo com o “método de arquivamento previamente adotado”. O DTA, por sua vez, em sua primeira definição, dispõe que o termo em questão depende das “diferentes estruturas, funções e atividades da entidade produtora”. Já o DBTA/MAT, em sua primeira definição, afirma que a classificação deve estar “de acordo com um plano de classificação, código de classificação ou quadro de arranjo”.

O DBAH é a única publicação a considerar “classificação” como um instrumento, o qual deve conter “esquema e/ou critério de relações lógicas e sistemáticas agrupadas segundo

suas semelhanças ou diferenças possibilitando localização de série ou dos itens dentro do plano ou esquema”.

A ABNT é a única publicação que enfatiza que o termo é um processo exclusivo da organização de arquivos correntes.

O DBTA/MAT dispõe que “classificação”, como análise e identificação, refere-se ao conteúdo dos documentos, enquanto a seleção, refere-se à categoria de assunto sob a qual sejam recuperados.

O DBTA apresenta um sentido específico de “classificação”, definindo-o como “atribuição de grau de sigilo a documentos ou às informações nele contidas”, de acordo com legislação sobre o assunto. A esse sentido, a publicação estabelece como expressão sinônima “classificação de segurança”.

O DTA, por sua vez, assume um sentido de “classificação” que, para efeitos de segurança, é definido como “restrição de acesso e uso de arquivos imposta pela pessoa física ou jurídica de origem”, sendo um sentido semelhante ao anterior, do DBTA, ou seja, o de que documentos classificados recebem diferentes graus de acesso.

A partir da análise das definições do termo “classificação” foi possível sistematizar os seguintes pontos:

- O termo “classificação” é definido de forma monossêmica em CBA, ABNT e DBAH. No DTA e MAT são apresentadas duas definições, e no DBTA três.
- A ABNT estabelece uma relação de sinonímia do termo com “arranjo”, indicando que sua definição é correspondente à segunda definição deste termo proposta pela publicação, isto é, de classificação como “processo que, na organização de arquivos correntes, consiste em colocar ou distribuir os documentos em uma sequencia alfanumérica”. Da mesma forma, o DBTA considera como sinônimo de sua terceira significação de “classificação” (como “atribuição de grau de sigilo”), o termo “classificação de segurança”.
- É observada uma variedade semântica nas diferentes denominações propostas pelas publicações para o termo, não havendo inclusive uma denominação em comum (Quadro 15.1).
- Determinados aspectos que caracterizam a definição do termo não são consensuais.

4.3.6 Coleção

As definições do termo “coleção” estão transcritas no Quadro 16. A numeração das definições, quando não explicitada nas publicações, foi atribuída para facilitar a compreensão.

Quadro 16 – Definições do termo “coleção”	
Publicação	Definição
CBA	Conjunto de documentos, sem relação orgânica, reunidos por critérios arbitrários.
ABNT	Conjunto de documentos, sem relação orgânica, aleatoriamente acumulados.
DBAH	<ol style="list-style-type: none"> 1. Conjunto de documentos, sem relação orgânica, agrupados em função de uma característica comum (modo de aquisição, tema, língua, suporte, tipo de documento, colecionador, e outros); 2. Este termo se opõe a núcleo documental de arquivos, visto serem documentos de diversas proveniências reunidos por critérios temáticos ou outros; 3. Termo também utilizado para designar o conjunto de documentos pertencentes a um arquivo privado.
DTA	Reunião artificial de documentos que, não mantendo relação orgânica entre si, apresentam alguma característica comum.
DBTA, MAT	Conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente.

Fonte: elaboração própria, com base na transcrição das publicações selecionadas.

O termo “coleção” é apresentado com uma definição por todas as publicações, com exceção do DBAH que desenvolve três redações distintas para defini-lo. Neste caso, consideramos que sua segunda definição não corresponde a um significado particular do termo, mas sim uma complementação ou consideração, redigida fragmentadamente na definição do termo. Todavia, consideramos como acepções diversas a primeira e a terceira definições propostas.

O MAT faz uma transcrição referenciada da definição do DBTA.

As denominações-núcleo de “coleção” pelas publicações estão esquematizadas no Quadro 16.1.

Quadro 16.1 – Denominações-núcleo de “coleção”						
Nome-núcleo	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
conjunto de documentos	x	x	x		x	x
reunião artificial de documentos				x		

Fonte: elaboração própria.

A ausência de relação orgânica como um atributo na definição de “coleção” pode ser observado em todas as publicações, com a exceção do DBTA/MAT. Esses atributos e as

características de constituição do conjunto ou reunião de documentos que designa “coleção”, assim como os critérios de reunião ou acumulação envolvidos, estão dispostos no Quadro 16.2.

Quadro 16.2 – Atributos de “coleção”		
Publicação	Relação orgânica	Constituição e critérios de reunião dos documentos
CBA	sem relação orgânica	critérios arbitrários
ABNT	sem relação orgânica	aleatoriamente acumulados
DBAH	sem relação orgânica	característica comum
		critérios temáticos ou outros
		diversas proveniências
DTA	não mantém relação orgânica	reunião artificial
		característica comum
DBTA,MAT	-	reunião intencional
		características comuns

Fonte: elaboração própria.

O DBAH descreve algumas considerações particulares em suas definições de “coleção”. Uma delas é a alegação de que “coleção” é o oposto de “núcleo documental de arquivos”. Outra diz respeito à consideração de que o termo é sinônimo de “conjunto de documentos pertencentes a um arquivo privado”.

A partir da análise das definições do termo “coleção” foi possível sistematizar os seguintes pontos:

- O DBAH apresenta dois significados distintos para o termo “coleção” enquanto as outras publicações estabelecem sua monossêmia.
- O DTA diverge do consenso entre as demais publicações na denominação do termo como “conjunto de documentos”. A publicação o denomina como “reunião artificial de documentos” (Quadro 16.1).
- A ausência de relação orgânica como atributo de definição do termo é um aspecto consensual em todas as publicações, com exceção do DBTA/MAT que não o explicita.

4.3.7 Cópia

As definições do termo “cópia” estão transcritas no Quadro 17. A numeração das definições, quando não explicitada nas publicações, foi atribuída para facilitar a compreensão.

Quadro 17 – Definições do termo “cópia”	
Publicação	Definição
CBA	Reprodução de um documento. Pode ser direta (cópia carbono, fotostática, fotográfica, xerox, etc.), ou por transcrição, podendo ou não ser autenticada.
ABNT	1. Reprodução de um documento, obtida simultaneamente à execução do original. 2. Reprodução de um documento, a partir do original.
DBAH	Reprodução de um documento, obtida simultaneamente ou não à execução do original e geralmente definida por sua função ou pelo método de duplicação, tal como: xerografia, carbono, fotocópia, fac-símile.
DTA	Forma sob a qual um documento é duplicado a partir do original por meio de diferentes métodos.
DBTA, MAT	Resultado da reprodução de um documento, geralmente qualificada por sua função ou processo de duplicação.

Fonte: elaboração própria, com base na transcrição das publicações selecionadas.

O termo “cópia” é apresentado com uma definição por todas as publicações, com exceção da ABNT que desenvolve duas redações distintas para defini-lo. No entanto, consideramos que as duas redações não se referem a dois sentidos diversos do termo, mas a uma dupla condição de um mesmo significado, que, no caso, foi redigido fragmentadamente.

O MAT faz uma transcrição referenciada da definição do DBTA.

As denominações-núcleo de “cópia” pelas publicações estão esquematizadas no Quadro 17.1.

Quadro 17.1 – Denominações-núcleo de “cópia”						
Nome-núcleo	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
reprodução	x	x	x			
forma				x		
resultado da reprodução					x	x

Fonte: elaboração própria.

Todas as denominações citadas possuem “documento” como complemento.

O CBA determina as seguintes possibilidades de “cópia”: direta ou por transcrição; e autenticada ou não autenticada.

A ABNT define “cópia” como dois tipos de “reprodução de um documento” possíveis: “simultaneamente à execução do original” ou “a partir do original”.

O DBAH afirma que a “reprodução de um documento” que designa “cópia” pode ser “obtida simultaneamente ou não à execução do original” e que a “função” ou “método de duplicação” a define.

O DTA associa “cópia” à “forma sob a qual o documento é duplicado”, o que ocorre “a partir do original” e “por diferentes métodos”.

O DBTA/MAT define o termo como “resultado da reprodução de um documento” pelo qual “sua função ou processo de duplicação” o qualificam.

A partir da análise das definições do termo “cópia” foi possível sistematizar os seguintes pontos:

- Apesar da dupla redação definida pela publicação da ABNT, verificamos que todas as definições apresentam condição monossêmica para designar o termo “cópia”.
- Com exceção do DTA, todas as publicações associam “cópia” à denominação “reprodução”. O DTA estabelece que o termo deve ser entendido como “forma”, relacionada ao ato de duplicação do documento (Quadro 17.1).
- Todas as definições têm o termo “documento” como complemento das denominações utilizadas para designar “cópia”.
- Determinados aspectos que caracterizam a definição do termo não são consensuais.

4.3.8 *Datas-Limite*

As definições do termo “datas-limite” estão transcritas no Quadro 18.

Quadro 18 – Definições do termo “datas-limite”	
Publicação	Definição
CBA	Elemento de identificação de uma unidade de arquivo, em que se indica a data de início e término do período abrangido.
ABNT	Elemento de identificação cronológica de uma unidade de arquivamento em que são indicadas as datas de início e término do período abrangido.
DBAH	Elemento de identificação cronológica de uma unidade de arquivamento, onde se registra o ano de início e de término do período abrangido pelos documentos.
DTA	Elemento de identificação cronológica em que são mencionados os anos de início e término do período abrangido pelos documentos de um processo, dossiê, série, fundo ou coleção.
DBTA, MAT	Elemento de identificação cronológica, em que são indicados o início e o término do período de uma unidade de descrição.

Fonte: elaboração própria, com base na transcrição das publicações selecionadas.

O termo “datas-limite” é apresentado com uma definição por todas as publicações.

O MAT faz uma transcrição referenciada da definição do DBTA.

Todas as denominações citadas definem “elemento de identificação cronológica” como expressão para designar “datas-limite”, com exceção do CBA que não faz referência ao adjetivo “cronológica”. As publicações ABNT e DBAH indicam que tal “elemento” corresponde a uma determinada “unidade de arquivamento”.

As definições descrevem como “datas-limite” são caracterizadas, conforme Quadro 18.1.

Quadro 18.1 – Caracterização de “datas-limite”	
Publicação	Características
CBA	indicação da data de início e término do período abrangido
ABNT	indicação das datas de início e término do período abrangido
DBAH	registro do ano de início e de término do período abrangido pelos documentos
DTA	menção dos anos de início e término do período abrangido pelos documentos de um processo, dossiê, série, fundo ou coleção.
DBTA, MAT	indicação do início e do término do período de uma unidade de descrição

Fonte: elaboração própria.

A partir da análise das definições do termo “datas-limite” foi possível sistematizar os seguintes pontos:

- O termo é definido de forma monossêmica em todas as publicações.
- A denominação “elemento de identificação” para designar o termo é unânime em todas as publicações.

4.3.9 Descrição

As definições do termo “descrição” estão transcritas no Quadro 19. A numeração das definições, quando não explicitada nas publicações, foi atribuída para facilitar a compreensão.

Quadro 19 – Definições do termo “descrição”	
Publicação	Definição
CBA	Narração, por escrito, de um documento.
ABNT	Processo intelectual de sintetizar elementos formais e conteúdo textual de unidades de arquivamento, adequando-os ao instrumento de pesquisa que se tem em vista produzir (inventário sumário ou analítico, guia, etc.)
DBAH	Atividade fundamental do arquivista. Processo intelectual de sintetizar elementos formas [sic] e conteúdo textual de unidades de arquivamento, adequando-os ao instrumento de pesquisa que se tem em vista produzir.
DTA	Conjunto de procedimentos que, a partir de elementos formais e de conteúdo, permitem a identificação de documentos e a elaboração de instrumentos de pesquisa.
DBTA	Conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa.
MAT	<ol style="list-style-type: none"> 1. Conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa. 2. A elaboração de uma acurada representação de uma unidade de descrição e de suas partes componentes, caso existam, por meio da extração, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar documentos de arquivo e o contexto e o sistema de arquivo que os produziu. Este termo também se aplica ao produto desse processo.

Fonte: elaboração própria, com base na transcrição das publicações selecionadas.

O termo “descrição” é apresentado de forma monossêmica por todas as publicações, exceto pelo MAT que desenvolve duas definições distintas.

Em sua primeira acepção de “descrição”, o MAT faz uma transcrição referenciada da definição do DBTA. A segunda acepção do MAT (“descrição” como “elaboração de representação”) é uma transcrição referenciada da definição do termo presente no glossário da

obra Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD (G)⁶⁸, do Conselho Internacional de Arquivos.

As denominações-núcleo de “descrição” pelas publicações estão esquematizadas no Quadro 19.1.

Quadro 19.1 – Denominações-núcleo de “descrição”						
Nome-núcleo	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
narração	x					
atividade			x			
processo intelectual		x	x			
conjunto de procedimentos				x	x	x
elaboração de representação						x
produto						x

Fonte: elaboração própria.

As definições de “descrição” pelas publicações apresentam distintas categorias semânticas como forma de designar o termo. O CBA o considera como “narração de um documento”; a ABNT e o DBAH, como “processo intelectual de sintetizar elementos formais e conteúdo textual de unidades de arquivamento”; o DTA, como “conjunto de procedimentos que permitem a identificação de documentos e a elaboração de instrumentos de pesquisa”; o DBTA/MAT, como “conjunto de procedimentos” necessários para elaboração de instrumentos de pesquisa; e o MAT como elaboração de “representação de uma unidade de descrição e de suas partes componentes”.

O CBA, que estabelece um sentido de “descrição” mais heterogêneo frente aos demais, ao estabelecer o termo como narração, considera-a como sendo apenas efetuada “por escrito”.

Com exceção do CBA, todas as publicações mencionam em suas respectivas definições a produção ou elaboração de “instrumentos de pesquisa”. A ABNT e o DBAH afirmam que a “descrição” deve se adequar ao instrumento de pesquisa que se tem em vista produzir. O DTA afirma que a “descrição” permite, além da identificação de documentos, a elaboração de instrumentos de pesquisa. O DBTA/MAT entende que a elaboração de instrumentos de pesquisa depende do “conjunto de procedimentos” que designa “descrição”.

A referência “elementos formais e de conteúdo” também aparece nas publicações, com a exceção do CBA. A ABNT e o DBAH definem que a descrição sintetiza “elementos formais e conteúdo textual de unidades de arquivamento”. O DTA dispõe que o termo deve “partir de

⁶⁸ CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000.

elementos formais e de conteúdo”. Já o DBTA/MAT define que “descrição” deve “levar em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos”.

O MAT afirma que “descrição” como “elaboração de representação” (segunda acepção) se refere a uma “unidade de descrição e de suas partes componentes”, caso estas existam, e que se realiza “por meio da extração, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar documentos de arquivo e o contexto e o sistema de arquivo que os produziu”. É ressaltado, ainda, que “descrição” também designa o “produto” de tal processo de representação. Portanto, consideramos que esta segunda definição do MAT apresenta a capacidade polissêmica do termo na mesma redação. A denominação de “descrição” como a “elaboração de uma acurada representação” não se distingue semanticamente da primeira acepção proposta pela publicação (“descrição” como “conjunto de procedimentos”) sendo somente uma versão distinta de paráfrase do termo para o mesmo significado. Já a segunda acepção de “descrição” do MAT insere uma nova possibilidade de significação do termo, qual seja, o “produto” desse processo de “elaboração de representação”.

O DBAH inclui na definição que “descrição” trata-se de “atividade fundamental do arquivista”.

A partir da análise das definições do termo “descrição” foi possível sistematizar os seguintes pontos:

- O termo é apresentado de forma polissêmica apenas pelo MAT, que em sua segunda acepção, veicula essa dupla possibilidade de “descrição” como “elaboração de acurada representação” e como “produto” dessa representação.
- Existe uma heterogeneidade semântica nas denominações do termo (Quadro 19.1).
- Determinados aspectos que caracterizam a definição do termo não são consensuais.

4.3.10 Documento

As definições do termo “documento” estão transcritas no Quadro 20. A numeração das definições, quando não explicitada nas publicações, foi atribuída para facilitar a compreensão.

Quadro 20 – Definições do termo “documento”	
Publicação	Definição
CBA	Tudo aquilo que possa fixar e transmitir uma informação.
ABNT	Registro de uma informação independentemente da natureza do suporte que a contém.
DBAH	<ol style="list-style-type: none"> 1. Unidade constituída pela informação e seu suporte. 2. A menor unidade arquivística, indivisível, geralmente constituída de uma ou várias folhas de um caderno ou de um volume. Também chamado peça. 3. Em processamento de dados, conjunto de dados tratados como uma unidade.
DTA	Registro de uma informação independentemente da natureza do suporte que a contém.
DBTA, MAT	Unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato.

Fonte: elaboração própria, com base na transcrição das publicações selecionadas.

O termo “documento” é apresentado com uma definição por todas as publicações, com exceção do DBAH que desenvolve três redações distintas para defini-lo.

O MAT faz uma transcrição referenciada da definição do DBTA.

O CBA não estabelece um nome específico para definir “documento”, considerando-o como “tudo” com possibilidade de “fixar e transmitir uma informação”. As demais denominações-núcleo de “documento” pelas publicações estão esquematizadas no Quadro 20.1.

Quadro 20.1 – Denominações-núcleo de “documento”					
Nome-núcleo	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
Registro	x		x		
Unidade		x			
Unidade arquivística		x			
Unidade de registro				x	x
Peça		x			
Conjunto de dados		x			

Fonte: elaboração própria.

A palavra “informação” é citada nas definições de todas as publicações. Para o CBA, o “documento” é capaz de fixá-la e transmiti-la. Para o DBAH, em sua primeira definição,

“informação” é um dos elementos constituintes da “unidade” que designa o termo. Para a ABNT, o DTA e o DBTA/MAT, “documento” significa seu registro.

A palavra “suporte”, com exceção do CBA, também é mencionada nas publicações. Para a ABNT, o DTA e o DBTA/MAT, a “natureza do suporte” é algo independente do “registro de uma informação” que designa “documento”. Para o DBAH, em sua primeira definição, “suporte” é um dos elementos constituintes da “unidade” que designa o termo.

O DBAH atribui, em sua segunda definição, um significado específico de “documento”, designando-o como “a menor unidade arquivística”, cujas características consistem em ser “indivisível” e “geralmente constituída de uma ou varias folhas de um caderno ou de um volume”. Nesse sentido, o termo é considerado sinônimo de “peça” pela publicação.

Outro significado específico de “documento” estabelecido pelo DBAH, em sua terceira definição, está relacionado ao contexto de “processamento de dados”, no qual o termo é considerado como “conjunto de dados tratados como uma unidade”.

A partir da análise das definições do termo “documento” foi possível sistematizar os seguintes pontos:

- O termo apresenta caráter polissêmico para o DBAH, que a ele atribui três sentidos possíveis, e monossêmico para as demais publicações.
- O DBAH estabelece uma relação de sinonímia do termo com “peça”.
- Existe uma heterogeneidade semântica nas denominações do termo, contudo, as que se referem a registro são as mais frequentes (Quadro 20.1).
- Determinados aspectos que caracterizam a definição do termo não são consensuais.

4.3.11 Dossiê

As definições do termo “dossiê” estão transcritas no Quadro 21.

Quadro 21 – Definições do termo “dossiê”	
Publicação	Definição
CBA	Conjunto de documentos referentes a uma pessoa ou assunto.
ABNT	Unidade de arquivamento formada por documentos diversos, pertinentes a um determinado assunto ou pessoa.
DBAH	Conjunto de documentos referentes a determinada pessoa, fato, acontecimento, produto, assunto, reunidos em uma pasta exclusiva para cada um.
DTA	Unidade documental em que se reúnem informalmente documentos de natureza diversa, para uma finalidade específica.
DBTA, MAT	Conjunto de documentos relacionados entre si por assunto (ação, evento, pessoa, lugar, projeto), que constitui uma unidade de arquivamento.

Fonte: elaboração própria, com base na transcrição das publicações selecionadas.

O termo “dossiê” é apresentado com uma definição por todas as publicações.

O MAT faz uma transcrição referenciada da definição do DBTA.

As denominações-núcleo de “dossiê” pelas publicações estão esquematizadas no Quadro 21.1.

Quadro 21.1 – Denominações-núcleo de “dossiê”						
Nome-núcleo	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
conjunto de documentos	x		x		x	x
unidade de arquivamento		x				
unidade documental				x		

Fonte: elaboração própria.

Os temas relacionados aos documentos – assinalados como “conjunto de documentos”, “unidade documental” ou “documentos diversos” – citados nas definições de “dossiê”, apresentam-se no Quadro 21.2.

Quadro 21.2 – Temas relacionados aos documentos nas definições de “dossiê”	
Publicação	Tema
CBA	pessoa ou assunto
ABNT	pessoa ou assunto
DBAH	pessoa, fato, acontecimento, produto, assunto
DTA	de natureza diversa
DBTA, MAT	assunto (ação, evento, pessoa, lugar, projeto)

Fonte: elaboração própria.

A ABNT e o DBTA/MAT consideram que uma “unidade de arquivamento” é constituída por “documentos diversos” ou por um “conjunto de documentos”, respectivamente.

O DBAH afirma que o “conjunto de documentos” que designa “dossiê” é reunido em uma “pasta exclusiva” para cada.

O DTA considera que os “documentos de natureza diversa” constituem a “unidade documental” que denomina “dossiê” para uma “finalidade específica”.

A partir da análise das definições do termo “dossiê” foi possível sistematizar os seguintes pontos:

- Todas as definições apontam apenas um significado para o termo.
- Há uma distinção semântica na denominação de “dossiê” como “conjunto de documentos” ou como “unidade” (de arquivamento ou documental) (Quadro 21.1).
- Determinados aspectos que caracterizam a definição do termo não são consensuais.

4.3.12 *Fundo*

As definições do termo “fundo” estão transcritas no Quadro 22. A numeração das definições, quando não explicitada nas publicações, foi atribuída para facilitar a compreensão.

Quadro 22 – Definições do termo “fundo”	
Publicação	Definição
CBA	Conjunto de documentos provenientes de uma unidade administrativa.
ABNT	<ol style="list-style-type: none"> 1. A principal unidade de arranjo estrutural nos arquivos permanentes, constituída pelos documentos provenientes de uma mesma fonte geradora de arquivos. 2. A principal unidade de arranjo funcional nos arquivos permanentes, constituída pelos documentos provenientes de mais de uma fonte geradora de arquivo, reunidas pela semelhança de suas atividades, mantido o princípio da proveniência.
DBAH	Ver: núcleo [Definição de “núcleo pelo DBAH] Conjunto de documentos produzidos e recebidos por uma única instituição, mantendo entre si relações orgânicas, e que são preservados no arquivo permanente como prova ou testemunho legal e/ ou cultural. O núcleo de arquivo de determinada instituição constitui a essência de sua documentação, pois já deve ter sido avaliada para fins de descarte antes de chegar ao Arquivo Permanente, não devendo ser misturado com documentos de outras instituições.
DTA	Unidade constituída pelo conjunto de documentos acumulados por uma entidade que, no arquivo permanente, passa a conviver com arquivos de outras.
DBTA, MAT	Conjunto de documentos de uma mesma proveniência. Termo que equivale a arquivo [def. 1].

Fonte: elaboração própria, com base na transcrição das publicações selecionadas.

O termo “fundo” é apresentado com uma definição pelo CBA, DTA e DBTA/MAT. A ABNT apresenta duas definições distintas para o termo.

O DBAH considera o significado de “fundo” como o equivalente ao de “núcleo” definido pelo mesmo.

O MAT faz uma transcrição referenciada da definição do DBTA, com a ressalva de que a indicação à acepção específica do termo “arquivo” (como “conjunto de documentos”), observada no DBTA, não é verificada na publicação.

Considerando a definição de “núcleo” pelo DBAH, as denominações-núcleo de “fundo” pelas publicações estão esquematizadas no Quadro 22.1.

Quadro 22.1 – Denominações-núcleo de “fundo”						
Nome-núcleo	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
conjunto de documentos	x		x		x	x
arquivo				x	x	x
unidade				x		
unidade de arranjo		x				
núcleo			x			

Fonte: elaboração própria.

Todas as definições explicitam de onde ou como os documentos que designam “fundo” se originam. O Quadro 22.2 transcreve tais trechos.

Quadro 22.2 – Origem dos documentos em um “fundo”	
Publicação	Origem
CBA	proveniente de uma unidade administrativa
ABNT	provenientes de uma mesma fonte geradora
	provenientes de mais de uma fonte geradora
DBAH	produzidos e recebidos por uma única instituição
DTA	acumulados por uma entidade
DBTA, MAT	de uma mesma proveniência

Fonte: elaboração própria.

A ABNT distingue diferentes “unidades de arranjo” em suas duas definições de “fundo”. A primeira designa “fundo” como “a principal unidade de arranjo estrutural” e dispõe que sua proveniência é derivada de “uma mesma fonte geradora”. A segunda designa o termo como “a principal unidade de arranjo funcional” e dispõe que sua proveniência é derivada de “mais de uma fonte geradora, reunidas pela semelhança de suas atividades, mantido o princípio da proveniência”. Ambas as definições situam-se, segundo a publicação, no âmbito dos arquivos permanentes. Apesar de ser explicitada diferença da caracterização das “unidades de arranjo” de acordo com sua qualificação, a denominação-núcleo comum a ambas demonstra que pertencem a uma mesma categoria semântica. Portanto, a nosso ver, a dupla definição proposta não é um indicador de polissemia do termo.

O DTA também faz uma referência ao arquivo permanente, alegando que nele o “conjunto de documentos acumulados por uma entidade”, que constitui a unidade designadora de “fundo”, passa a “conviver com os arquivos de outras”.

O DBAH, a partir de sua definição de “núcleo” – que é equivalente a “fundo”, segundo a publicação –, dispõe que o “conjunto de documentos” que designa o termo mantém “relações orgânicas entre si” e “são preservados no arquivo permanente como prova ou

testemunho legal e/ ou cultural”. A publicação expõe, ainda, uma consideração sobre o termo em que alega ser o “núcleo” de arquivo de determinada instituição “a essência de sua documentação, pois já deve ter sido avaliada para fins de descarte antes de chegar ao Arquivo Permanente, não devendo ser misturado com documentos de outras instituições”.

O DBTA/MAT estabelece uma relação de equivalência do termo “fundo” com “arquivo”, considerando, para este último, o sentido de “conjunto de documentos”, conforme publicado no DBTA.

A partir da análise das definições do termo “fundo” foi possível sistematizar os seguintes pontos:

- As definições atribuem um caráter monossêmico ao termo, levando em consideração que a dupla definição proposta pela ABNT não é um indicador de polissemia, a nosso ver.
- É estabelecida relação de sinonímia com os termos “núcleo” (DBAH) e “arquivo” (DBTA/MAT).
- Não há consenso quanto a denominação-núcleo para designar o termo, sendo “conjunto de documentos” a mais utilizada (Quadro 22.1).
- É consensual nas definições, que “fundo” é constituído por documentos ou pelo conjunto destes.
- Determinados aspectos que caracterizam a definição do termo não são consensuais.

4.3.13 Guia

As definições do termo “guia” estão transcritas no Quadro 23.

Quadro 23 – Definições do termo “guia”	
Publicação	Definição
CBA	Instrumento de trabalho que tem por objetivo orientar os pesquisadores no conhecimento e utilização do acervo do arquivo. É o meio de pesquisa mais genérico.
ABNT	Instrumento de pesquisa destinado à orientação dos usuários no conhecimento e utilização dos fundos que integram o acervo de um arquivo permanente.
DBAH	Instrumento de pesquisa genérico que se propõe a informar sobre a totalidade dos núcleos documentais no Arquivo. É destinado à orientação dos usuários no conhecimento e na utilização dos núcleos documentais que integram o acervo. Sua finalidade é informar sobre o histórico, a natureza, a estrutura, o período do tempo, a quantidade de cada núcleo documental integrante do acervo total do Arquivo. O Guia deve incluir informações básicas sobre a própria instituição responsável pelo Arquivo e como chegar até ele, requisitos para uso, recursos técnicos oferecidos, regulamento da sala de consulta etc. A descrição dos núcleos documentais no Guia baseia-se na informação preparada quando da produção de outros instrumentos de pesquisa ou busca.
DTA	Instrumento de pesquisa que fornece informações básicas sobre um ou mais arquivos [def. 2] e seus fundos.
DBTA, MAT	Instrumento de pesquisa que oferece informações gerais sobre fundos e coleções existentes em um ou mais arquivos [def. 2].

Fonte: elaboração própria, com base na transcrição das publicações selecionadas.

O termo “guia” é apresentado com uma definição por todas as publicações.

O MAT faz uma transcrição referenciada da definição do DBTA, com a ressalva de que a indicação à acepção específica do termo “arquivos” (como “instituição ou serviço”), observada no DBTA, não é verificada na publicação.

As denominações-núcleo de “guia” pelas publicações estão esquematizadas no Quadro 23.1.

Quadro 23.1 – Denominações-núcleo de “guia”						
Nome-núcleo	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
instrumento de trabalho	x					
instrumento de pesquisa		x	x	x	x	x
meio de pesquisa	x					

Fonte: elaboração própria.

Todas as publicações denominam “guia” como “instrumento”. Para o CBA, o termo é considerado como “instrumento de trabalho”, além da denominação alternativa “meio de pesquisa”. Para as demais, “guia” é um “instrumento de pesquisa”.

Os objetivos ou finalidades do “guia” como instrumento dispostos nas publicações estão esquematizados no Quadro 23.2.

Quadro 23.2 – Objetivos ou finalidades do “guia” nas publicações	
Publicação	Objetivo/finalidade
CBA	[orientar] os pesquisadores no conhecimento e utilização do acervo do arquivo
ABNT	orientação dos usuários no conhecimento e utilização dos fundos que integram o acervo de um arquivo permanente
DBAH	informar sobre a totalidade dos núcleos documentais no Arquivo
	orientação dos usuários no conhecimento e na utilização dos núcleos documentais que integram o acervo
	informar sobre o histórico, a natureza, a estrutura, o período do tempo, a quantidade de cada núcleo documental integrante do acervo total do Arquivo
DTA	[fornecer] informações básicas sobre um ou mais arquivos
DBTA,MAT	[oferecer] informações gerais sobre fundos e coleções existentes em um ou mais arquivos

Fonte: elaboração própria.

O CBA e o DBAH afirmam que o “guia” trata-se de um instrumento “genérico”.

O DBAH, em sua definição do termo, faz considerações a respeito das informações inclusas em um guia e sobre a relação deste com a descrição dos núcleos documentais.

A partir da análise das definições do termo “guia” foi possível sistematizar os seguintes pontos:

- O termo é definido de forma monossêmica por todas as publicações.
- Há um consenso a respeito da denominação de “guia” como “instrumento de pesquisa” a partir da publicação da ABNT (Quadro 23.1).
- Determinados aspectos que caracterizam a definição do termo não são consensuais.

4.3.14 Protocolo

As definições do termo “protocolo” estão transcritas no Quadro 24. A numeração das definições, quando não explicitada nas publicações, foi atribuída para facilitar a compreensão.

Quadro 24 – Definições do termo “protocolo”	
Publicação	Definição
CBA	Registro de entrada e saída de documentos, e também registro de atos notariais.
ABNT	<ol style="list-style-type: none"> 1. Denominação geralmente atribuída a setores encarregados do recebimento, registro, distribuição e movimentação de documentos em curso. 2. Denominação atribuída ao próprio número de registro dado ao documento. 3. Livro de registro de documentos recebidos e/ou expedidos.
DBAH	<ol style="list-style-type: none"> 1. Setor encarregado do recebimento, registro, distribuição e movimentação de documentos em curso (nos arquivos correntes). 2. Série ordenada das escrituras e outros documentos que um notário autoriza e custodia. 3. Ata ou caderno de atas relativas a um acordo diplomático sujeito a ratificações.
DTA	Setor encarregado do recebimento, registro [def. 3], distribuição e tramitação de documentos.
DBTA, MAT	Serviço encarregado do recebimento, registro, classificação [def. 2], distribuição, controle da tramitação e expedição de documentos.

Fonte: elaboração própria, com base na transcrição das publicações selecionadas.

O termo “protocolo” é apresentado com uma definição pelo CBA, DTA e DBTA/MAT. A ABNT apresenta duas definições para o termo e o DBAH, três.

O MAT faz uma transcrição referenciada da definição do DBTA, com a ressalva de que a indicação à aceção específica do termo “classificação” (como “análise e identificação do conteúdo de documentos”), observada no DBTA, não é verificada na publicação.

As denominações-núcleo de “protocolo” pelas publicações estão esquematizadas no Quadro 24.1.

Quadro 24.1 – Denominações-núcleo de “protocolo”						
Nome-núcleo	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
registro	x					
setor		x	x	x		
número de registro		x				
livro de registro		x				
série			x			
ata ou caderno de atas			x			
serviço					x	x

Fonte: elaboração própria.

O CBA descreve dois tipos de “registro” que designam protocolo: o de “entrada e saída de documentos” e o de “atos notariais”.

A designação de “protocolo” como setor ou serviço é mencionada por todas as publicações, com exceção do CBA. O Quadro 24.2 apresenta a atribuição descrita desses setores, no caso da ABNT, DBAH e DTA, e do serviço, no caso do DBTA/MAT.

Quadro 24.2 – Atribuição do setor ou serviço que denominam “protocolo”	
Publicação	Atribuição
ABNT	recebimento, registro, distribuição e movimentação de documentos em curso
DBAH	recebimento, registro, distribuição e movimentação de documentos em curso
DTA	recebimento, registro, distribuição e tramitação de documentos
DBTA,MAT	recebimento, registro, classificação, distribuição, controle da tramitação e expedição de documentos

Fonte: elaboração própria.

A ABNT e o DBAH atribuem a “protocolo” dois sentidos distintos, além de sua designação como “setor”. A primeira publicação considera o termo como o “número de registro dado ao documento” e também como o “livro de registro de documentos recebidos e/ou expedidos”. Já a segunda, acrescenta as seguintes definições: protocolo como “série ordenada das escrituras e [de] outros documentos que um notário autoriza e custodia”, e como “ata ou caderno de atas relativas a um acordo diplomático sujeito a ratificações”.

O DBAH faz uma consideração na primeira definição do termo em que afirma que o setor designado como protocolo está inserido no âmbito dos “arquivos correntes”.

A partir da análise das definições do termo “protocolo” foi possível sistematizar os seguintes pontos:

- A polissemia do termo é verificada nas publicações a ABNT e o DBAH, as demais elaboram uma definição monossêmica.
- De acordo com as denominações-núcleo e as respectivas definições é possível afirmar que cada uma delas representa uma categoria semântica distinta, o que amplia a capacidade polissêmica do termo (Quadro 24.1).
- Determinados aspectos que caracterizam a definição do termo não são consensuais.

4.3.15 Recolhimento

As definições do termo “recolhimento” estão transcritas no Quadro 25. A numeração das definições, quando não explicitada nas publicações, foi atribuída para facilitar a compreensão.

Quadro 25 – Definições do termo “recolhimento”	
Publicação	Definição
CBA	Ato pelo qual os documentos são transferidos, de pleno direito, à guarda de um arquivo de custódia.
ABNT	Transferência de documentos dos arquivos intermediários para os permanentes.
DBAH	É o ato de transferir documentos do arquivo intermediário para o arquivo permanente; a tabela de temporalidade é o instrumento técnico nesta operação.
DTA	Passagem de documentos do arquivo intermediário para o arquivo permanente.
DBTA, MAT	<ol style="list-style-type: none"> 1. Entrada de documentos públicos em arquivos permanentes [def. 2], com competência formalmente estabelecida. 2. Operação pela qual um conjunto de documentos passa do arquivo intermediário [def. 2] para o arquivo permanente [def. 2].

Fonte: elaboração própria, com base na transcrição das publicações selecionadas.

Com exceção do DBTA/MAT, o termo “recolhimento” é apresentado com uma definição por todas as publicações.

O MAT faz uma transcrição referenciada da definição do DBTA, com a ressalva de que as indicações às acepções específicas dos termos “arquivos permanentes” (como “instituição ou serviço”) e “arquivo intermediário” (também como “instituição ou serviço”), observadas no DBTA, não são verificadas na publicação.

As denominações-núcleo de “recolhimento” pelas publicações estão esquematizadas no Quadro 25.1.

Quadro 25.1 – Denominações-núcleo de “recolhimento”						
Nome-núcleo	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
ato	x		x			
transferência		x				
passagem				x		
entrada					x	x
operação					x	x

Fonte: elaboração própria.

O CBA, a ABNT e o DBAH utilizam a palavra transferência para definir “recolhimento”. No primeiro, o termo é descrito como “ato pelo qual os documentos são transferidos”. Na ABNT, a própria denominação de “recolhimento” é feita por meio da palavra “transferência”. Já o DBAH o entende como “ato de transferir documentos”.

O DTA compreende “recolhimento” como “passagem de documentos” e o DBTA/MAT como “entrada de documentos públicos” ou, de acordo com a outra definição, “operação pela qual um conjunto de documentos passa”.

Os destinos dos documentos descritos pelas definições das publicações estão dispostos no Quadro 25.2.

Quadro 25.2 – Destino dos documentos descrito nas definições de “recolhimento”	
Publicação	Destino
CBA	guarda de um arquivo de custódia
ABNT	dos arquivos intermediários para os permanentes
DBAH	do arquivo intermediário para o arquivo permanente
DTA	do arquivo intermediário para o arquivo permanente
DBTA,MAT	arquivos permanentes
	do arquivo intermediário para o arquivo permanente

Fonte: elaboração própria.

O CBA dispõe que a transferência dos documentos ao arquivo de custódia ocorre por “pleno direito”.

O DBAH faz uma consideração a respeito da tabela de temporalidade na definição de “recolhimento”, afirmando que esta “é o instrumento técnico nesta operação”.

A primeira definição disposta pelo DBTA/MAT afirma que o arquivo permanente, no qual ocorre a entrada de documentos públicos, deve possuir “competência formalmente estabelecida”.

A partir da análise das definições do termo “recolhimento” foi possível sistematizar os seguintes pontos:

- Apenas o DBAT/MAT estabelece um caráter polissêmico com dupla definição para o termo. A segunda acepção proposta pela publicação é a única que diverge semanticamente das demais.
- Não há “denominação-núcleo” consensual para designar o termo (Quadro 25.1).
- Há um consenso a respeito da destinação dos documentos na definição de “recolhimento” quanto ao “arquivo permanente” ou “de custódia” (CBA). A ideia

de passagem do arquivo intermediário para o permanente também é unânime a partir da publicação da ABNT.

4.3.16 Série

As definições do termo “série” estão transcritas no Quadro 26. A numeração das definições, quando não explicitada nas publicações, foi atribuída para facilitar a compreensão.

Quadro 26 – Definições do termo “série”	
Publicação	Definição
CBA	Conjunto de documentos da mesma espécie, dispostos numa determinada ordem.
ABNT	Designação dada às subdivisões de um fundo que refletem a natureza de sua composição, seja ela estrutural, funcional ou por espécie documental. As séries podem ser subdividas em subséries.
DBAH	Designação atribuída às divisões de um núcleo, que constam de documentos classificados em conjunto e mantidos agrupados por se relacionarem com uma função e uma espécie de documento que resulta de uma mesma atividade.
DTA	Sequência de unidades de um mesmo tipo documental.
DBTA	Subdivisão do quadro de arranjo que corresponde a uma sequência de documentos relativos a uma mesma função, atividade, tipo documental ou assunto.
MAT	<ol style="list-style-type: none"> 1. Subdivisão do quadro de arranjo que corresponde a uma sequência de documentos relativos a uma mesma função, atividade, tipo documental ou assunto. 2. Documentos organizados de acordo com um sistema de arquivamento ou mantidos como uma unidade, seja por resultarem de um mesmo processo de acumulação ou arquivamento, ou de uma mesma atividade, seja por terem uma forma particular ou devido a qualquer outro tipo de relação derivada de sua produção, recebimento ou uso. É também conhecida como uma série de documentos ("record series").

Fonte: elaboração própria, com base na transcrição das publicações selecionadas.

O termo “série” é apresentado com uma definição por todas as publicações, exceto pelo MAT, que atribui duas ao termo.

Em sua primeira acepção de “série” (como “subdivisão do quadro de arranjo”), o MAT faz uma transcrição referenciada da definição do DBTA. A segunda acepção do MAT (como “documentos organizados”) é uma transcrição referenciada da definição do termo presente no glossário da obra Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD (G)⁶⁹, do Conselho Internacional de Arquivos.

As denominações-núcleo de “série” pelas publicações estão esquematizadas no Quadro 26.1.

⁶⁹ CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000.

Quadro 26.1 – Denominações-núcleo de “série”						
Nome-núcleo	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
conjunto de documentos	x					
subdivisão de um fundo		x				
divisão de um núcleo			x			
sequência de unidades				x		
subdivisão do quadro de arranjo					x	x
documentos organizados						x
série de documentos						x

Fonte: elaboração própria.

As denominações de “série” são complementadas por suas características de composição ou natureza. Tais trechos descritos nas publicações estão dispostos no Quadro 26.2.

Quadro 26.2 – Descrições das características de “série”	
Publicação	Características
CBA	mesma espécie, dispostos numa determinada ordem
ABNT	[reflete a] natureza de sua composição, seja ela estrutural, funcional ou por espécie documental
DBAH	documentos classificados em conjunto e mantidos agrupados por se relacionarem com uma função e uma espécie de documento que resulta mesma atividade
DTA	mesmo tipo documental
DBTA,MAT	[corresponde a] sequência de documentos relativos a uma mesma função, atividade, tipo documental ou assunto
MAT	de acordo com um sistema de arquivamento ou mantidos como uma unidade, seja por resultarem de um mesmo processo de acumulação ou arquivamento, ou de uma mesma atividade, seja por terem uma forma particular ou devido a qualquer outro tipo de relação derivada de sua produção, recebimento ou uso

Fonte: elaboração própria.

A ABNT faz uma consideração em sua definição em que afirma que “as séries podem ser subdivididas em subséries”.

O MAT, em sua segunda definição, deixa explícito uma relação de equivalência do termo “série” com “série de documentos” que, em inglês, denomina-se “*record series*”.

A partir da análise das definições do termo “série” foi possível sistematizar os seguintes pontos:

- Apenas o MAT atribui dupla definição para o termo “série”, os demais o definem como monossêmico.
- Todas as denominações-núcleos são heterogêneas e singulares (Quadro 26.1).

- Determinados aspectos que caracterizam a definição do termo não são consensuais.

4.3.17 Tabela de equivalência

As definições do termo “tabela de equivalência” estão transcritas no Quadro 27.

Quadro 27 – Definições do termo “tabela de equivalência”	
Publicação	Definição
CBA	Lista que dá as equivalências dos símbolos antigos aos atuais.
ABNT	Instrumento de pesquisa auxiliar que dá a equivalência de antigas notações para as novas que tenham sido adotadas, em decorrência de alterações no sistema de arranjo de um arquivo.
DBAH	Também conhecida como tabela de concordância, é um instrumento de pesquisa auxiliar que dá a equivalência no caso de um núcleo documental ou parte de núcleos documentais terem recebido novas notações, em decorrência de alterações no sistema de arranjo.
DTA	Instrumento que estabelece relação de concordância entre diferentes notações dos mesmos documentos.
DBTA, MAT	Instrumento que estabelece uma correspondência entre notações diferentes.

Fonte: elaboração própria, com base na transcrição das publicações selecionadas.

O termo “tabela de equivalência” é apresentado com uma definição por todas as publicações.

O MAT faz uma transcrição referenciada da definição do DBTA.

As denominações-núcleo de “tabela de equivalência” pelas obras estão esquematizadas no Quadro 27.1.

Quadro 27.1 – Denominações-núcleo de “tabela de equivalência”						
Nome-núcleo	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
lista	x					
instrumento				x	x	x
instrumento de pesquisa		x	x			
tabela de concordância			x			

Fonte: elaboração própria.

A função do instrumento ou lista (CBA) que denomina “tabela de equivalência” é descrita pelas publicações conforme apresentado no Quadro 27.2.

Quadro 27.2 – Função da “tabela de equivalência”	
Publicação	Função
CBA	dá as equivalências dos símbolos antigos aos atuais
ABNT	dá a equivalência de antigas notações para as novas que tenham sido adotadas, em decorrência de alterações no sistema de arranjo de um arquivo.
DBAH	dá a equivalência no caso de um núcleo documental ou parte de núcleos documentais terem recebido novas notações, em decorrência de alterações no sistema de arranjo
DTA	estabelece relação de concordância entre diferentes notações dos mesmos documentos
DBTA,MAT	estabelece uma correspondência entre notações diferentes

Fonte: elaboração própria.

A partir da análise das definições do termo “tabela de equivalência” foi possível sistematizar os seguintes pontos:

- Todas as definições apresentam o termo de forma monossêmica.
- É estabelecida uma relação de sinonímia com “tabela de concordância” (DBAH).
- A denominação de “tabela de equivalência” como instrumento ou instrumento de pesquisa é a mais utilizada, sendo que apenas o CBA utiliza “lista” para designação do termo (Quadro 27.1).
- Determinados aspectos que caracterizam a definição do termo não são consensuais.

5 PANORAMA DA TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA BRASILEIRA

Nesta seção final da dissertação, objetivamos a partir do estudo aqui desenvolvido descrever um panorama da terminologia arquivística brasileira.

Como apontamos na segunda seção, a expressão “terminologia arquivística” é problemática em si mesmo. Afinal, a quem essa terminologia está relacionada? Qual o seu escopo? Morfologicamente, a adjetivação de terminologia estabelecida na expressão afirma que ela é constituída por termos relacionados a arquivo. Nesse caso, quais limites estabeleceriam por quem, onde e em que circunstâncias esses termos são criados? O conceito de arquivo é suficiente para criar uma terminologia em torno de si? Ou seria o conjunto de práticas, pensamentos, objetos, métodos e teorias ligados diretamente a esse conceito que a definiria? Não seria mais exata a expressão “terminologia da arquivologia”?

Talvez, o problema nessa expressão esteja relacionado com um possível emprego indiscriminado de “arquivística (o)” para adjetivação de diversos fenômenos, objetos, práticas e conceitos observados na literatura da arquivologia, no vocabulário de seus falantes, nos manuais técnicos, nos glossários e na legislação da área. Uma análise em nossa TOT revelou a existência de 21 (vinte uma) expressões com essa adjetivação⁷⁰. Nessa lista percebemos, ainda, a ausência de várias expressões utilizadas com frequência, como: “gestão arquivística”, “instituição arquivística”, “informação arquivística”, “literatura arquivística”, dentre outras. Seria interessante estudar o emprego do adjetivo em cada caso e investigar quais fenômenos linguísticos agem nesse processo.

Outra hipótese de emprego do adjetivo “arquivística (o)” tem relação com sua origem a partir da tradução direta de termos estrangeiros, uma vez que o adjetivo também é comum em outros idiomas, principalmente em inglês (*archival*), espanhol (*archivístico*) e francês (*archivistique*). Possivelmente, nesses idiomas se encontram as raízes dessa contradição.

Todavia, essas hipóteses ou especulações necessitam de verificação a partir de um estudo mais aprofundado. Uma pesquisa de caráter inter ou transdisciplinar, que unisse a arquivologia em interface com a linguística, seria adequada para discorrer sobre o tema.

⁷⁰ “arranjo arquivístico”, “contencioso arquivístico”, “descrição arquivística”, “documento arquivístico”, “fundo arquivístico”, “história arquivística”, “indivisibilidade arquivística”, “integridade arquivística”, “jurisdição arquivística”, “legislação arquivística”, “litígio arquivístico”, “metodologia arquivística”, “patrimônio arquivístico”, “preservação arquivística”, “princípio de respeito à estrutura arquivística”, “processamento arquivístico”, “qualidade arquivística”, “recenseamento arquivístico”, “sucessão arquivística”, “tratamento arquivístico”, “valor arquivístico”.

Com relação ao escopo de termos ao qual essa terminologia se refere, independente do entendimento se são termos relacionados a arquivo ou a área de especialidade, é necessário definir se esses termos são aqueles apenas produzidos em tais âmbitos ou fazem parte de um contexto comunicativo maior. Isto é, a terminologia arquivística é composta por termos genuinamente originados pelos sujeitos e pelo contexto da área? Ou, caso contrário, essa terminologia envolve todos os termos que entram em contato ou interessem a área/objeto, mesmo se tiverem sua etimologia e significados originados de outras áreas do conhecimento ou contextos? Neste último caso, em que circunstância palavras ou termos de outras áreas ou contextos tornam-se “termos arquivísticos”?

Essas questões não são claras nos discursos proferidos sobre terminologia arquivística, nem nas iniciativas terminológicas estudadas. E reflexões em torno disso são necessárias.

A TOT é uma resposta parcial do que são considerados “termos arquivísticos” na realidade brasileira. O Quadro 8, por sua vez, aponta a quantidade de ocorrências comuns em cada combinação entre as obras. No Relatório de Termos em Comum (Apêndice B) listamos quais são esses termos. Os dezessete termos em comum identificados na comparação com as seis obras (Quadro 10) não podem ser encarados como “termos fundamentais” ou “consagrados” da terminologia arquivística, apesar da unanimidade verificada. Foram identificadas 503 (quinhentas e três) ocorrências comuns a partir da TOT, logo, uma hipotética “busca” por tais termos deveria contemplar um leque mais amplo de combinações comparativas. Mesmo assim, deveriam ser estudadas as circunstâncias pelas quais determinados termos foram publicados exclusivamente em cada publicação (Relatório de Termos Exclusivos, Apêndice C).

Entretanto, com base no levantamento de termos aqui dedicado, um exercício interessante – não realizado em nossa análise – seria avaliar quais os termos que possuem significados originados no âmbito do conhecimento sobre arquivos e quais aqueles que provêm de outras áreas de conhecimento ou que possuem definições importadas do próprio vocabulário comum. Essa investigação seria importante para afirmar não só a autonomia da arquivologia como área de conhecimento, mas também a sua vocação multi, pluri e interdisciplinar (JARDIM, 2010).

Apesar de nos propormos nessa pesquisa a estudar a terminologia arquivística em âmbito nacional em detrimento de um estudo global do tema, essa dissociação não pode ser feita. A terminologia arquivística brasileira é intimamente relacionada com a terminologia arquivística internacional e um estudo dedicado especificamente a essa relação é fundamental no futuro.

As primeiras iniciativas terminológicas internacionais não contemplaram a língua portuguesa. O *Lexicon of Archival Terminology* (ELSEVIER LEXICA, 1964) abrangeu os idiomas francês, inglês, alemão, espanhol, italiano e holandês, e o DAT, até sua terceira edição (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 1999), somente incluiu os idiomas inglês, francês, espanhol, alemão e russo. Em 1988, é realizada uma tradução em português do Brasil da primeira edição do DAT (FONSECA; PORTO MIGUÉIS, 1988), entretanto, foi uma iniciativa regional da ALA em promover uma versão traduzida da publicação. O português só viria a ser contemplado em uma obra internacional e multilíngue no século XXI, com a publicação virtual do MAT.

A importância da terminologia para a área de documentação já havia sido notada no Brasil desde a década de 1960 (GOMES, 1970). Como foi abordado aqui, a preocupação com o tema a nível internacional tem origens na década de 1950. No entanto, no que tange a arquivologia, iniciativas a respeito, no Brasil, só foram tomadas no I CBA, em 1972. O Congresso foi o primeiro evento nacional com fins de reunir profissionais e demais interessados na problemática arquivística. Foi, também, uma das primeiras iniciativas da recém-criada AAB, cuja responsabilidade de promover o evento era prevista em seu estatuto. Uma daquelas sessões dedicou-se exclusivamente à causa da terminologia arquivística, quando foi divulgada a primeira relação terminológica elaborada no país. Pode ser considerada, também, como a primeira obra terminológica publicada em português da área, uma vez que Portugal só desenvolveu iniciativas a esse respeito no final da década de 1980 (SILVA et al., 1999; ALVES; et al, 1993).

Na apresentação do trabalho, o grupo da AAB responsável pela publicação expõe uma crítica à falta de literatura especializada produzida no Brasil e à dependência de referências estrangeiras sobre o assunto. Na publicação, eles reconhecem os problemas e contradições da tradução dos termos quando empregados na realidade brasileira. Afirmaram, ainda, que essas dificuldades constituíam-se como barreiras para identificação de uma terminologia própria no país.

Há de que se destacar o pioneirismo da Associação dos Arquivistas Brasileiros no processo de construção da terminologia arquivística brasileira. A apresentação da lista terminológica no I Congresso Brasileiro de Arquivologia em 1972, não apenas motivou posteriores projetos e grupos de trabalhos voltados ao assunto, levados a cabo tanto pela própria AAB quanto por outros atores e instituições, mas também serviu de influência, ou ao menos referência bibliográfica, para a maior parte das iniciativas subsequentes.

Após o I CBA, a AAB esteve à frente das publicações da ABNT e do DTA. Na primeira, foi representada por um comitê que atuou junto a uma comissão da própria ABNT. Já a segunda, foi produto exclusivo do núcleo regional de São Paulo da instituição.

A publicação da NBR 9578, da ABNT, diferencia-se das demais terminologias aqui analisadas devido a seu *status* de norma. O viés normatizador adotado buscou atender os critérios de objetividade e de consenso geralmente demandados na produção de instrumentos terminológicos. Esses critérios estão associados à necessidade de consolidação e delimitação dos termos da arquivologia no momento da produção da publicação, no início da década de 1980, o que é um reflexo dos legados e conquistas da área na década anterior (FONSECA, 2005).

Apesar de sua limitação de conteúdo, a publicação da NBR 9578 revela uma carência associada aos assuntos de arquivos e de sua terminologia no cenário técnico nacional à época, bem como um momento singular de reconhecimento da dimensão técnica da arquivologia em nível nacional.

A publicação posterior, o Dicionário de Termos Arquivísticos (DBAH), tem a peculiaridade de ser uma elaboração autônoma às demais publicações que aqui foram abordadas. Isto é, produzida pela parceria entre UFBA e a DSE – na figura de Rolf Nagel –, a obra esteve alheia aos processos de desenvolvimento terminológico e aos grupos de trabalho liderados pela AAB e, subsequentemente, pelo AN. É o único trabalho desenvolvido por uma instituição acadêmica, a UFBA. No entanto, as publicações anteriores são citadas como referências. É enfatizado, também, que a publicação é orientada pela segunda edição do DAT, sendo efetuadas, inclusive, correspondências entre os termos, o que é mais um indício da dependência terminológica com o exterior.

O DBAH foi a primeira publicação terminológica nacional a se consolidar sob o formato de livro. A quantidade de termos apresentada também destaca a publicação de suas antecessoras, assim como a inclusão de um índice e de referências bibliográficas.

Outra peculiaridade do “Dicionário da Bahia” foi o fato de o trabalho ter sido desenvolvido a partir do apoio mútuo de uma instituição superior de ensino público federal (UFBA) e uma fundação governamental estrangeira (DSE, Alemanha). Tal cooperação, que por um lado tinha um objetivo acadêmico, e por outro, um econômico-diplomático internacional, desenvolveu-se no contexto de uma disciplina de pós-graduação. Esse contexto é capaz de revelar possíveis características particulares do conhecimento sobre arquivologia em âmbito regional, além de possíveis aspectos relacionados à realidade europeia da qual proveio o alemão Rolf Nagel.

Na análise de termos realizada na subseção 4.3 pudemos observar discrepâncias nas definições de alguns termos com relação às demais publicações (como, por exemplo: arranjo, fundo e série) e algumas particularidades (como ser o único a atribuir a denominação de “tabela de concordância” ao termo “tabela de equivalência”). Tais aspectos podem servir de indícios dessa possível marca de regionalidade ou de influência externa das conceituações e denominações hegemônicas da arquivologia brasileira.

Já o dicionário de 1996 da AAB apresentou novos elementos, como os índices para outros idiomas, um índice temático e a correspondência sistemática entre os termos (com a utilização do negrito) da própria obra. Além de possuir uma quantidade significativa de termos – assim como o “Dicionário da Bahia” – o Dicionário de Terminologia Arquivística também foi publicado em formato de livro, podendo ser considerado como uma publicação mais consistente em nível editorial que as publicações terminológicas antecessoras. Possivelmente, também, foi submetido a uma maior distribuição e divulgação, obtendo ampla repercussão no país.

O DTA teve origem após a I Conferência Nacional de Arquivos, que recomendou a formação de grupos de trabalho para discutir a tradução do DTA por Fonseca e Porto Miguéis (1988). É alegado que a edição final do DTA resultou de uma continuidade do trabalho iniciado pela AAB no I CBA. Embora o Dicionário de Terminologia Arquivística seja um produto institucional da Associação dos Arquivistas Brasileiros, sua elaboração foi essencialmente conduzida por um grupo de profissionais do Núcleo Regional de São Paulo da Associação, distinto do grupo que promoveu a primeira iniciativa terminológica, em 1972, o qual foi predominantemente formado por profissionais vinculados a instituições do Rio de Janeiro. Ressalta-se, ainda, que o trabalho foi desenvolvido em parceria com o governo do Estado de São Paulo. Essa circunstância pode servir de explicação para possíveis divergências técnicas e teóricas que envolvam manifestações regionais da disciplina, uma vez que supomos haver disparidades tanto na realidade acadêmica quanto na profissional, bem como na realidade política administrativa de cada estado. Entretanto, não cabe neste trabalho, debruçar-se em uma investigação desse tipo.

A edição de 1996 do DTA representa, ao mesmo tempo, o principal e último produto significativo sobre o tema elaborado pela AAB. As edições posteriores da publicação (2010 e 2012) não se engajaram em desenvolver e atualizar o conjunto de termos vigente, limitando-se a ajustes de ordem ortográfica apenas. Em 2015, a Associação veio a se dissolver, encerrando uma história de participação como sujeito ativo da arquivologia nacional. Todavia,

suas iniciativas frente à terminologia arquivística brasileira, pela qual atuou de forma pioneira e, durante algum tempo hegemônica, encerram-se a partir da edição final do DTA.

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística foi a primeira publicação terminológica elaborada e editada por um órgão público federal, o Arquivo Nacional – por intermédio do Conselho Nacional de Arquivos. Devido à autoridade atribuída à instituição nos assuntos que envolvem arquivo, entende-se que a publicação assumiu um caráter “oficial” como referencial terminológico, pelo menos no âmbito da administração pública brasileira. A resolução nº 23 do Conarq, que recomenda a adoção do dicionário, reforça essa ideia.

O DBTA, além de assumir essa dimensão “oficial”, apresentou outros novos elementos em relação às terminologias predecessoras aqui analisadas. Para cada termo definido foram incluídas, junto à definição, as respectivas correspondências em seis diferentes idiomas, segundo cada uma das três edições do *Dictionary of Archival Terminology*, o que revela, novamente, uma íntima relação da terminologia brasileira com a internacional.

Além disso, mais uma vez, o DAT foi tomado como ponto de partida para a pretendida elaboração da terminologia arquivística brasileira. Podemos, inclusive, identificar esse instrumento como um importante responsável pela difusão do conhecimento arquivístico no Brasil e na própria configuração da arquivologia nacional ao longo de sua história.

É interessante notar que o DBTA cita em suas referências bibliográficas as demais publicações aqui abordadas. Com exceção do MAT, essa correferenciação ocorre em todas elas a partir da ABNT. Isso explica os possíveis fenômenos de repetição, da ocorrência dos termos e das definições, uma vez que as publicações já eram conhecidas e consultadas. Por outro lado, nessa relação de referenciação entre as publicações há também a opção pelas omissões, inclusões e alterações, que ocasionalmente podem ter ocorrido. Esses casos podem ser fruto de discordâncias técnicas ou teóricas, necessidade de atualização ou revisão, surgimento de novas denominações e novos significados atribuídos ao termo ou interesses específicos em sua divulgação. Tais fenômenos – de repetições ou de divergências – variam de acordo com os diferentes sujeitos, épocas, circunstâncias políticas e socioculturais envolvidos.

Esses fenômenos podem ser observados em diversos pontos da análise de termos realizada. As ocorrências comuns e as divergências verificadas na identificação das “denominações-núcleo” das definições dos termos são exemplos. Em alguns casos foi verificada a transcrição literal de fragmentos ou até mesmo de definições completas redigidas por publicações anteriores. As próprias citações do MAT ao DBTA representam um fenômeno de continuidade – especialmente nos casos em que a reprodução foi integral –, ou

seja, o reflexo de uma escolha por aquela definição específica, e não outras, para parafrasear o termo. Da mesma forma, as heterogeneidades semânticas e os aspectos não consensuais identificados servem como exemplo de possíveis rupturas conceituais ou de interpretações alternativas na designação dos termos da área.

O dicionário do Conarq, além de ser uma obra pública, elaborada, editada e financiada pelo governo federal, foi disponibilizado virtualmente (em formato “pdf”) de maneira gratuita, o que contribuiu para sua difusão e repercussão em diversos ambientes e para variados públicos.

Apesar de o Arquivo Nacional não apresentar continuidade e nem revisão do trabalho após sua publicação, a obra consolidou a instituição como autoridade sobre o assunto, dando início a uma nova hegemonia institucional nas iniciativas relativas à terminologia arquivística brasileira. Estudos específicos sobre a repercussão do DBTA na comunidade arquivística e na sociedade em geral são necessários. Verificar as referências à publicação em diversas situações, como na legislação arquivística, em concursos públicos, nos manuais e publicações técnicas, na literatura científica, dentre outras, é um tipo de pesquisa importante para avaliar o grau de influência desta obra na sociedade. Ficou claro, por exemplo, que na lista em português do MAT o DBTA é a publicação mais influente, o que é fruto também da atuação do grupo definido pelo ICA. Embora tais estudos não tenham sido realizados, podemos afirmar que, até os dias de hoje, o AN constitui-se como principal referência na definição da terminologia arquivística brasileira.

O *Multilingual Archival Terminology* é o mais recente instrumento terminológico arquivístico produzido no país, considerando sua lista de termos em português, que teve como colaboradores um grupo de trabalho constituído quase em sua totalidade por funcionários do Arquivo Nacional.

Não foi por acaso que o AN foi requisitado pelo ICA/InterPARES a compor, de forma exclusiva, a equipe de colaboradores responsável por elaborar o rol de termos em português, efetuando as correspondências idiomáticas de forma compatível com as demais listas das publicações de acordo com um procedimento metodológico não detalhado. A relação entre o ICA e o AN extrapola o tema terminologia, adentrando outros assuntos da arquivologia, por se tratarem de organismos com ampla influência nessa área do conhecimento em suas esferas. No entanto, são, além disso, duas instituições que assumiram o protagonismo sobre terminologia arquivística – o ICA desde a década de 1950 – nos domínios internacional e brasileiro, respectivamente. Portanto, a escolha do ICA/InterPares do AN como responsável pela elaboração terminológica na versão brasileira deu-se nesse contexto. Apesar de, na

descrição da metodologia do projeto, afirmarem que as traduções do termo seriam efetuadas por profissionais de arquivos nacionais e estudiosos de universidades, no Brasil, somente foram convocados os primeiros. Isto é, nenhuma instituição de cunho exclusivamente acadêmico aparece na relação de colaboradores da lista em português do MAT. O “Grupo de Terminologia” responsável pela elaboração dos termos é composto por funcionários do Arquivo Nacional e apenas uma integrante de outra instituição, a Fundação Casa de Rui Barbosa.

O MAT apresentou diversos aspectos inovadores como publicação de referência terminológica arquivística. Por ser um instrumento construído em uma plataforma digital, em um formato de banco de dados em rede, disponibilizado e editado exclusivamente *online*, ele é capaz de oferecer recursos inéditos na busca, produção e difusão de informações terminológicas. A consulta gratuita e instantânea pela *Internet*, bem como os recursos facilitadores de navegação da plataforma, contribuem para um acesso amplo e rápido a nível global. Já o mecanismo de edição de termos, por meio de inclusões ou modificações, oferece a possibilidade de atualização e inclusão constante dos termos. No entanto, os agentes com liberdade para efetuar tais intervenções são, como visto, ainda restritos, selecionados de acordo com os critérios do ICA/InterPARES.

Apesar de seus recursos interativos e de sua natureza colaborativa, é afirmado que a elaboração do MAT em diversas línguas pautou-se na tradução dos 320 termos iniciais considerados como essenciais pelo ICA/InterPARES e baseados nos instrumentos terminológicos anteriores publicados pelas instituições, nos quais incluem-se os DAT. Assim, a lista terminológica em português, assim como de outros idiomas, originou-se da tradução desses termos.

No entanto, o grupo brasileiro designado a elaborar a lista em português da publicação, formado majoritariamente por funcionários do AN, efetuou a seleção e definição dos termos a partir da transcrição de definições de outras publicações, na maior parte dos casos. A maioria das transcrições realizadas referiu-se ao DBTA. Ressalta-se, todavia, que não foram consideradas as autocorrespondências entre termos e definições apresentadas na publicação original, como ficou claro na análise dos termos selecionados apresentada na seção anterior (são os casos de: arquivo, arquivologia, arquivo corrente, arranjo, classificação, fundo, guia, protocolo e recolhimento), favorecendo a interpretação do termo fora de seu contexto original. Outras publicações nacionais foram utilizadas como referência, inclusive produzidas ou traduzidas pelo Conarq (AN), como o glossário da CTDE, a ISAD (G) e a ISDF. Os termos transcritos de obras estrangeiras foram alvo de tradução para o português

pelo grupo. Em alguns casos, quando um termo não correspondia à realidade da arquivologia brasileira, foi descrito que o termo “não é utilizado no contexto brasileiro”. Na minoria dos casos houve a formulação de definições para termos realizada pelo grupo do AN⁷¹.

Fonseca (2005) observou com pertinência que o estudo e aprofundamento da terminologia arquivística devem ser realizados a partir de uma perspectiva internacional. Ainda nos dias atuais não há instâncias acadêmicas internacionais dedicadas ao tema. Essa situação foi determinada como obstáculo pela autora. O ICA, segundo ela, é uma instituição limitada por interesses geopolíticos. Isso talvez explique a limitação do MAT como mecanismo colaborativo de elaboração e difusão da terminologia da área, uma vez que o caso brasileiro demonstra a exclusão de atores – sujeitos e instituições – acadêmicos do projeto, sendo privilegiada a instituição que já detém a hegemonia sobre o tema no país, representada pelo AN.

Fonseca (2005) e Duchein (2007) perceberam que as traduções de termos são fontes de inconsistências devido às especificidades da realidade política-administrativa de cada país. No entanto, constatamos que, além disso, no que tange à arquivologia, a própria realidade política-administrativa pode nascer importada, da tradução de ideias, de literaturas e, conseqüentemente, de termos.

A existência de uma terminologia própria é um fator fundamental para a existência da ciência, disciplina ou técnica, seja qual for a denominação da área do conhecimento em questão. Como disse Dubois (2007): não há ciência sem terminologia. Não há maneiras de se difundir o conhecimento senão através da linguagem. Para a área do conhecimento, o termo é a maneira de denominar o significado ou conceito de alguma coisa ou referente. Para ela sobreviver precisa representar, impor e transmitir seus conceitos. Além de servir à representação e comunicação, a terminologia pode ser encarada como um registro epistemológico da área. Como afirmou Benveniste (BENVENISTE *apud* KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 17): “a história particular de uma ciência se resume na de seus termos específicos”.

Assim, podemos afirmar que a história da arquivologia está transparecida na história de seus termos. Portanto, conhecer esses termos é uma forma de entender a epistemologia da área. A TOT serve como um instrumento para identificá-los, ao menos parcialmente. Em uma breve análise da ocorrência particular de termos entre as três publicações mais antigas, o CBA (Quadro 1.1, Apêndice C), a ABNT (Quadro 1.2, Apêndice C) e o DBAH (Quadro 1.3,

⁷¹ Ver nota de rodapé nº43, pg. 79.

Apêndice C), e suas combinações (Quadro 1.29, 1.30 e 1.31, Apêndice B) encontramos termos, que embora não estejam extintos, possivelmente são utilizados com menos frequência, ou representam discursos de outras épocas da arquivologia, como: “arquivoconomia”, “arcazes”, “armazém” e “maço”.

Da mesma forma, quando analisamos os termos exclusivamente publicados no MAT (Quadro 1.6, Apêndice C), a publicação mais recente, nos deparamos com termos como: “assinatura eletrônica”, “cadeia de bits”, “captura”, “componente digital”, “hipertexto”, “migração”, “trilha de auditoria”, dentre outros. Isso demonstra que a terminologia da arquivologia incorpora novas palavras e expressões à medida que a área do conhecimento lida com novos objetos e práticas.

Não queremos dizer com isso que essa incorporação seja percebida ou “documentada” instantaneamente, nem que estes sejam caminhos naturais dos termos da área. A terminologia publicada em dicionários e outros instrumentos terminológicos é sempre uma representação do conjunto de termos da área por um sujeito – na figura de uma instituição ou de um grupo de pessoas – refletindo o ambiente político e sociocultural ao qual ele está inserido e, por conseguinte, sua compreensão a respeito do que deve ou não ser denominado e definido (BARROS, 2000). O conjunto de termos apresentado por esses instrumentos é fruto de escolhas, não apenas de quais termos serão incluídos na publicação, mas também da seleção das palavras que designam os referentes. Da mesma maneira, as definições elaboradas também são alvo de escolhas e interpretações parciais.

É útil para nós o pressuposto de Duchein (2007) a respeito das relações da terminologia com a arquivologia. Para ele, a terminologia arquivística é o reflexo da prática profissional da arquivologia. Não sendo esta uma ciência exata, segundo o autor, é natural que sua terminologia enfrente problemas de precisão ou uniformização.

Na seção 2, após o mapeamento da problematização da terminologia arquivística por parte de autores da área, identificamos que é comum e predominante a qualificação de terminologia como um dispositivo de “consolidação” de termos da área. A esse atributo estão imbuídas outras noções, como as de normalização, universalização, unificação, padronização e consensualidade. Todas elas traduzem a ideia de que a terminologia deve almejar a univocidade e precisão dos termos. Associado a isso está o pressuposto de que o “grau de desenvolvimento” da terminologia tem íntima correspondência com a afirmação, ou mesmo “consolidação”, científica da área do conhecimento a que se relaciona, no caso, a arquivologia. Tais visões são confirmadas, de forma explícita ou implícita, nos prefácios e apresentações das publicações terminológicas que aqui analisamos.

Diante disso, podemos supor que a visão de terminologia que predomina na arquivologia é alinhada com a “terminologia clássica”, aquela fundada nos princípios da Teoria Geral da Terminologia. A visão prescritiva, normalizadora, redutora, que dissocia pensamento e linguagem, é típica dessa corrente teórica de estudo dos termos. Os princípios teóricos da TGT baseiam-se na univocidade e monorreferencialidade da relação entre conceitos e termos, o que quer dizer que um conceito só pode comportar uma denominação terminológica e o termo, por sua vez, só deve se referenciar a apenas um significado ou conceito para uma condição plena de terminologia. Nesse contexto teórico, as ideias de padronização e universalização dos termos se fazem propícias e conseguem prosperar, traduzindo-se como soluções para a eficiência da comunicação profissional e até mesmo dos problemas epistemológicos da área.

Entretanto, vimos que esses enfoques cognitivos e tentativas de aparelhamento da língua (KRIEGER; FINATTO, 2004) não se concretizaram em nenhuma das publicações terminológicas analisadas. Verificamos, na análise dos termos, variados casos de polissemias e de categorias semânticas distintas entre as definições apresentadas. “Arquivo” é um caso típico de termo representado por mais de uma definição em todas as publicações da área. Além disso, verificamos a ocorrência de sete categorias semânticas em uma análise comparativa conjunta das definições deste termo. Segundo os princípios de monorreferencialidade e univocidade dos termos, esse caráter polissêmico não seria desejável em uma elaboração terminológica. Da mesma forma, na análise dos termos escolhidos, identificamos casos de sinonímias entre termos, isto é, diferentes termos utilizados para designar o mesmo significado (como por exemplo: arquivo corrente e arquivo de movimento; arquivologia e arquivística; arranjo e classificação; documento e peça; fundo, núcleo e arquivo; tabela de equivalência e tabela de concordância).

Como foi abordado na primeira seção, a corrente que se opõe aos postulados da TGT é a Teoria Comunicativa da Terminologia. Para a TCT, a terminologização é um processo que não é imune às diferentes línguas. Nessa concepção, os termos formam parte da linguagem natural e da gramática das línguas, assim como as demais unidades lexicais e, por isso, estão sujeitos aos mesmos processos de construção e fenômenos linguísticos. Portanto, a TCT aceita as diferentes formas culturais de delimitar o significado que produz as variações linguístico-semânticas dos termos. No entanto, são raras as manifestações sobre terminologia arquivística que se enquadram nesse ponto de vista. Alguns autores salientam a questão da multiplicidade de tradições ligadas a diferentes contextos nacionais e regionais como

responsáveis pela heterogeneidade dos termos da área (SOUSA, 2006; ASSIS, 2012), todavia, são minoria.

Sendo assim, percebemos que há um consenso a ser desconstruído na visão sobre a terminologia da área. O que os autores e profissionais entendem como uma terminologia unificada, universalizada ou consolidada? Certamente, é uma ambição do pleno estabelecimento do conjunto de termos da área que proporcione um grau ótimo de consonância e homogeneidade nos discursos, publicações, instrumentos, métodos e outros artifícios gerados pelos sujeitos e instituições que participam ou se comunicam com a arquivologia, e que tal tarefa seja guiada por um senso de univocidade, monorreferencialidade e precisão de modo a impossibilitar qualquer incoerência na relação entre os termos ou “ruidos” em sua comunicação. Todavia, essa é uma condição possível?

Na análise das definições dos termos selecionados constatamos que o índice de polissemias dos termos foi frequente em todas as obras e a condição monossêmica dos termos foi minoritária na comparação entre as publicações (apenas ocorreu consenso monossêmico em: “arquivologia”, “cópia”, “datas-limite”, “dossiê”, “fundo”, “guia” e “tabela de equivalência”). Verificamos também que as relações de homônimas apresentadas nas definições ocorreram em todas elas. Apenas com base nesses elementos, e considerando o entendimento de consolidação terminológica abordado, podemos afirmar que não há uma terminologia consolidada da arquivologia na realidade brasileira.

Quando analisamos comparativamente as definições dos termos selecionados, ficou evidente que a ocorrência de divergências foi maior do que a de convergências ou consensos entre as publicações. As esquematizações realizadas a partir da identificação das diferentes denominações-núcleo de cada situação ilustram esse quadro. Os nomes-núcleos – aqueles que “encabeçam” as paráfrases ou redações designadoras do termo – são as palavras ou expressões substantivas mais importantes para definir o significado do termo e, geralmente, têm a capacidade de sintetizar sua designação, além de embasar e delimitar a explicação redigida para defini-lo, embora, na maioria das vezes, não definam o termo com autossuficiência. Por isso, são elementos importantes para identificar o grau de similaridade e de homogeneidade semântica em uma análise comparativa entre publicações. Logo, ocorrências divergentes remetem, geralmente, a significados ou noções diferentes e, ao contrário, ocorrências comuns ou similares remetem a um entendimento consensual, na maioria dos casos. Assim, a constatação de que o dissenso entre esses elementos é uma condição frequente e que, também não raro, transparece a heterogeneidade semântica das

definições do termo, serve como indício de que a terminologia arquivística brasileira publicada não é homogênea ou consensual.

Portanto, além de concluirmos que uma terminologia arquivística consolidada não existe na realidade brasileira, podemos afirmar que o grau de homogeneidade e consonância entre publicações terminológicas é baixo.

Tais constatações reforçam que o estado de consolidação da terminologia almejado é muito difícil de ser alcançado, se não impossível. Contudo, considerando a possibilidade de se construir uma terminologia arquivística consolidada no país, seria ela realmente desejável?

Como foi abordado, os críticos da TGT expuseram as limitações dessa visão da terminologia. A consolidação da terminologia almejada passa, necessariamente, por um processo normalizador – ou até mesmo normativizador (vide publicação da ABNT e a resolução nº23 do Conarq, que dispõe sobre o DBTA) –, com a intenção de padronizar, uniformizar, e também por um processo impositivo, pois necessita de que uma (pseudo-) autoridade tome essa iniciativa. É um processo que inibe as variações linguísticas de cunho terminológico, consideradas como “perturbações” linguísticas, e até mesmo as exclui de acordo com seus princípios de univocidade e monorreferencialidade, agregando alto valor à função denominativa em detrimento das circunstâncias de uso do termo.

Isso é capaz de provocar uma série de implicações à área do conhecimento ao qual o conjunto de termos está circunscrito. A dissociação da relação entre pensamento e linguagem, ou seja, o fato de não ser levado em consideração a relação dos conceitos com fenômenos linguísticos ou sociolinguísticos na produção terminológica, é uma forma de reducionismo. Essa limitação pode constituir-se como obstáculo na construção do conhecimento da área envolvida. Do mesmo modo, o controle hegemônico sobre o assunto por uma determinada autoridade, ou de um grupo limitado delas, faz com que a elaboração da terminologia da área esteja sujeita a vários tipos de arbitrariedades.

A partir dessas observações, e levando em consideração todo o histórico epistemológico da arquivologia – o qual não foi abordado neste trabalho – formulamos a seguinte indagação: a predominância de um modo conservador de pensar e construir a terminologia reflete a hegemonia do conservadorismo na própria área do conhecimento? Não é possível, nesta pesquisa, responder a essa pergunta, mas consideramos como uma hipótese plausível a ser investigada. A arquivologia é uma área que se fundou epistemologicamente pela tradição manualística e normativa (FONSECA, 2005). Mudanças paradigmáticas (Ibid.) ou de visões sobre o seu objeto (SILVA, 2011) ocorreram ao longo da trajetória da área e continuam se desenvolvendo (COOK, 2007), no entanto, muitas das ideias e posturas

tradicionais e conservadoras ainda se mantêm, e, em alguns aspectos, são, inclusive, predominantes (BONAL-ZAZO, 2010).

Tais concepções a respeito da terminologia, a nosso ver, não são desejáveis para a construção da arquivologia como área do conhecimento. É necessário que as vozes de diversos grupos sociais, regionais, culturais, etc., sejam presentes, se comuniquem e participem desse processo. É fundamental haver uma ligação entre terminologia, arquivologia e sociedade. A socioterminologia é o ramo de estudo dos termos que explora as manifestações terminológicas levando em consideração a inserção destas no meio linguístico e social, relevando, a partir disso, que nas comunicações especializadas é possível se gerar diferentes termos para um mesmo conceito ou conceitos interacionais para um mesmo termo. O processo de construção terminológica da arquivologia deveria pautar-se nesses fundamentos. Nesse sentido, a busca por uma “harmonização” da terminologia arquivística, isto é, da correspondência dos termos uns com os outros de acordo com o cenário comunicativo e social em que são utilizados, em oposição a ideias de consolidação ou normalização da mesma, nos parece ser a postura adequada a se pautar.

Sobre esse aspecto, fazemos uma consideração com relação ao MAT que, apesar de todas as limitações de conteúdo e de agentes envolvidos, é um exemplo de como novos instrumentos tecnológicos estão à disposição da inclusão social e linguística da terminologia, tornando os instrumentos anteriores praticamente obsoletos, nesse sentido. O potencial de aproveitamento dos recursos hipertextuais e colaborativos na elaboração de instrumentos terminológicos (explorados de forma limitada pelo MAT, como vimos) é muito grande, pois torna-se possível permitir a integração, democratização, difusão e compartilhamento de informações entre diferentes sujeitos de maneira instantânea, virtual, acessível e global. Esses fatores são favoráveis e condizentes com a postura de harmonização almejada no processo de elaboração terminológica

Sendo assim, concluímos que as próximas iniciativas terminológicas da área deveriam, além de se pautar nesses fundamentos, utilizar-se dessas tecnologias. Tais medidas são capazes de reduzir o grau de arbitrariedades e anacronismos no processo de construção terminológica, possibilitando a almejada “harmonização” da terminologia arquivística e, conseqüentemente, aperfeiçoando a comunicação especializada e os contornos da arquivologia como área do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não pretendemos neste trabalho esgotar o tema da terminologia arquivística, nem mesmo na dimensão exploratória de suas publicações e termos. As possibilidades de análises nesse campo são muitas e, no âmbito desta dissertação, foi preciso traçar delimitações. Optamos por uma análise circunscrita a determinadas publicações e termos que, em conjunto, tivessem o potencial de representar a realidade da terminologia arquivística que queríamos explorar. Além disso, restringimos a análise comparativa das definições ao método descritivo, visando objetividade e privilegiando a exploração de determinados dados e aspectos. Não se aprofundar em outros elementos de análise ou na discussão de determinados conteúdos foi uma opção metodológica.

Acreditamos que a escolha das publicações terminológicas como objetos da pesquisa exploratória foi pertinente, pois conseguiu fornecer significativos elementos para construção de um panorama da terminologia arquivística brasileira.

Nesse sentido, ressaltamos o pioneirismo da AAB no processo de construção da terminologia arquivística brasileira e sua hegemonia, ou protagonismo, até a publicação do DTA sobre o assunto.

Observamos, também, que o viés normatizador na publicação da ABNT reflete a busca pela padronização e objetividade do assunto, e, por outro lado, está associado a uma conjuntura de afirmação da disciplina após o legado das décadas anteriores.

Além disso, frisamos o fato do DBAH ser uma obra peculiar às demais, pois foi a única desenvolvida por uma instituição acadêmica no país, e resultante de uma cooperação internacional com fins acadêmicos e diplomáticos envolvidos, sendo, ainda, capaz de indicar traços de regionalidade e de influência estrangeira.

Destacamos, ainda, que o DTA foi fruto de um grupo de trabalho exclusivo do Núcleo Regional de São Paulo da AAB, o que pode expor, no âmbito da arquivologia, posturas ideológicas e técnicas típicas do estado.

Em seguida, constatamos que, relativo às demais publicações, o DBTA assume um caráter "oficial" como instrumento terminológico. Apesar do contexto de produção da publicação apontar tratar-se do instrumento terminológico com maior difusão na realidade brasileira, indicamos a necessidade de um estudo mais aprofundado a respeito de sua repercussão, assim como das outras publicações, nos diversos ambientes, contextos e públicos em que ele se expôs.

Averiguamos, também, que o AN tem a pretensão de ser um agente hegemônico, ou protagonista, nas iniciativas terminológicas brasileiras, após a publicação do DBTA.

Ademais, indicamos o potencial de recursos do MAT para a construção terminológica da área e, ao mesmo tempo, as limitações que a publicação do ICA/InterPARES apresenta. Além disso, identificamos o ICA como principal instituição responsável pelas iniciativas internacionais de terminologia arquivística. Todavia, observamos, também, que seu protagonismo pode se constituir em uma barreira para o aprofundamento acadêmico sobre o assunto.

Apesar do contexto de produção terminológica e a repercussão dessas iniciativas não serem nosso foco de análise em nossa pesquisa, sugerimos que sobre isso sejam realizados estudos aprofundados. Tais iniciativas podem ser capazes de complementar, ampliar, ou até mesmo refutar os resultados obtidos neste trabalho.

Sobre a expressão “terminologia arquivística”, apesar de assumirmos seu uso, identificamos os problemas morfológicos nela envolvidos e as ambiguidades em seu emprego. Por conta disso, manifestamos a necessidade de investigação dos possíveis fenômenos linguísticos envolvidos no processo de adjetivação da expressão, assim como de diversos outros conceitos que se utilizam do adjetivo "arquivístico (a)".

Enfatizamos, também, a necessidade de se tornar claro a que escopo de termos a terminologia arquivística se relaciona. Aos produzidos pela própria área ou no próprio contexto sobre arquivos, ou todos aqueles que estejam em contato ou interessam a área ou o contexto sobre arquivos? E nesse último caso, em que circunstância se tornam "termos arquivísticos"? Acreditamos que nossa pesquisa e todo rigor metodológico aqui adotado, concretizado na TOT e nos relatórios, são capazes de fornecer subsídios para esclarecer essas questões.

O levantamento dos termos realizado foi capaz de responder, ao menos parcialmente, quais os termos, ou substancial parte deles, são divulgados como terminologia arquivística na realidade nacional. A Tabela de Ocorrência de Termos ilustra essa realidade.

A TOT e os relatórios de termos são importantes produtos desta pesquisa. Além de terem servido de fonte para nosso estudo, têm o potencial de auxiliar outros pesquisadores, profissionais e demais sujeitos interessados em conhecer, investigar, criticar ou se debruçar sobre a esquematização dos termos realizada. Por essa razão, julgamos conveniente colocá-los como apêndices nesse trabalho.

Da mesma forma, as transcrições e análises das definições dos dezessete termos em comum são capazes de oferecer subsídios ou funcionar como ponto de partida para posteriores análises complementares e demais investigações possíveis.

Cabe frisar que a análise descritiva das definições limitou-se, por questões metodológicas, a apenas um conjunto de uma das várias combinações possíveis de termos em comum às publicações selecionadas. A análise dos demais termos em comum tornaria a pesquisa mais completa, geraria novos dados e poderia oferecer recursos para novas abordagens.

Neste trabalho, também fazemos um apelo a inter ou transdisciplinaridade no estudo da terminologia arquivística. Não apenas recorrendo à linguística, mas também a outras áreas que a arquivologia faz fronteira ou compartilha conhecimento, pois acreditamos haver um grande potencial de reciprocidade entre as terminologias.

Outra questão que deixamos em aberto é a necessidade de descobrir até que ponto a terminologia arquivística brasileira está relacionada com a terminologia arquivística internacional. Percebemos que, assim como a maior parte do conhecimento científico e técnico da arquivologia no Brasil originou-se ou teve influência de fontes estrangeiras, a terminologia arquivística brasileira também é herança da terminologia internacional. Sendo assim, um estudo a respeito da originalidade da terminologia arquivística no Brasil merece ser empreendido.

Em outro momento, alegamos que a história epistemológica da arquivologia está transparecida na história de seus termos. Isso serve de apelo para que pesquisas epistemológicas da arquivologia dediquem-se ao estudo da história dos termos da área. E a nossa pesquisa exploratória é capaz de contribuir para essa argumentação, além de incentivar debates posteriores sobre o tema.

Na pesquisa, identificamos a predominância, nos discursos sobre terminologia arquivística, de uma visão tradicionalista ou "clássica" de terminologia, o que, a nosso ver, pode corresponder a uma própria postura conservadora da arquivologia. Verificamos que tal postura terminológica não coincide com a terminologia estabelecida na realidade brasileira. Apontamos os prejuízos de tal postura, como a intolerância às variações linguísticas, a exclusão de grupos sociais, os reducionismos, as arbitrariedades, etc. Logo, constatamos que há um consenso a ser desconstruído nos discursos sobre o tema.

Além disso, com base na pesquisa realizada, afirmamos que o grau de homogeneidade e consonância entre publicações terminológicas do gênero é baixo. Diante da falta de entendimento sobre o que significa "estado de consolidação" da terminologia, concluímos que

uma terminologia arquivística "consolidada" não existe na realidade brasileira. Ademais, consideramos tal atributo como indesejável para a nossa área do conhecimento, pois supomos que essa visão, típica da "terminologia clássica", alinha-se diretamente com uma postura conservadora da arquivologia.

Desse modo, concluímos que a construção da terminologia arquivística deve pautar-se nos fundamentos da "terminologia contemporânea" e da socioterminologia, especificamente, dando voz a diversos grupos sociais, regionais, culturais, etc. Defendemos que as manifestações terminológicas devem levar em consideração as variações, em detrimento dos princípios de univocidade e monorreferencialidade dos termos, considerando a inserção destes em um meio linguístico e social que é dinâmico e plural. Assim, apontamos que o conceito de "consolidação" seja substituído pelo de "harmonização" no processo de construção terminológica.

Dentro desse contexto, considerando as inovações e os recursos apresentados pelo MAT como instrumento terminológico, concluímos, ainda, que o modelo de instrumentos anteriores torna-se obsoleto, e que as novas iniciativas terminológicas deveriam ser elaboradas a partir dessa estrutura tecnológica.

Por fim, consideramos que o trabalho conseguiu atingir seu objetivo de realizar um estudo exploratório da terminologia arquivística. Todavia, este foi o passo inicial para ampliações e aprofundamentos posteriores sobre o assunto. Cabe ressaltar que o panorama da terminologia arquivística aqui descrito representa uma investigação parcial e correspondente a nossa visão sobre o assunto. Entretanto, acreditamos que os resultados da pesquisa aqui concretizados são úteis para arquivologia e para futuros pesquisadores e profissionais que porventura se interessem pelo tema.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ACERVO: revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 20, n. 1-2, jan./dez., 2007.

ALVES, Maria Ieda. Empréstimos nas línguas de especialidades: algumas considerações. *Ciência da Informação*. v. 24, n. 3, s/p, 1995. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/cienciadainformacao/index.php/ciinf>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

ALVES, Maria Ieda. A Renovação lexical nos Domínios de Especialidade. *Revista Ciência e Cultura*, v. 58, n. 2, p. 32-34, 2006.

ALVES, Ivone; et al. *Dicionário de Terminologia Arquivística*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993.

AREÁN GARCÍA, Nilsa. *Aspectos sincrônicos e diacrônicos do sufixo -ístico no português e no galego*. v. 1 e 2. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, São Paulo: 2011.

_____. -ístico e -ística: definição morfológica. *Acta Semiótica et Linguística*, v. 17, n. 2, p. 90-99, 2012.

ASSIS, João Marcus Figueiredo. Imaginação classificatória e cultura documental. *Informação Arquivística*, v. 1, n. 1, p. 27-47, 2012. Disponível em: <www.aaerj.org.br/informacao-arquivistica>. Acesso em: 10 fev. 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR9578*: Arquivo – Terminologia. Rio de Janeiro: ABNT, 1986.

_____. *História da normalização brasileira*. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

_____. *Catálogo*. Disponível em: <<https://www.abntcatalogo.com.br/norma.aspx?ID=7435>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. *Conheça a ABNT*. Disponível em: <<http://www.abnt.org.br/abnt/conheca-a-abnt>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. *Missão, visão e valores*. Disponível em: <<http://www.abnt.org.br/abnt/missao-visao-e-valores>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS (Núcleo Regional de São Paulo). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística: contribuição para o estabelecimento de uma terminologia arquivística em língua portuguesa*. São Paulo: CENADEM, 1990.

_____. Terminologia Arquivística. I CBA: Congresso Brasileiro de Arquivologia, 1972, Rio de Janeiro. *Anais...* Brasília: AAB, 1979. p. 435-445.

_____. [Sítio Eletrônico da Associação dos Arquivistas Brasileiros]. Disponível em: <http://www.aab.org.br/?page_id=25>. Acesso em: 8 abr. 2015.

_____. Estatuto da Associação dos Arquivistas Brasileiros. Disponível em: <http://www.aab.org.br/?page_id=1397>. Acesso em: 8 abr. 2015.

ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/publica%C3%A7%C3%B5es-2.html>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. *Dicionário de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia brasileira*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

_____. *Subsídios para um dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. (versão digital).

BABINI, Maurizio. Do Conceito à Palavra: os Dicionários Onomasiológicos. *Revista Ciência e Cultura*, v. 58, n. 2, p. 38-42, 2006.

BARBOSA, Maria Aparecida. Para uma Etno-Terminologia: recortes epistemológicos. *Revista Ciência e Cultura*, v. 58, n. 2, p. 48-51, 2006.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. O Discurso do Dicionário. *Alfa*, São Paulo, p. 75-96, 2000.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. A Terminologia das Áreas do Saber e do Fazer. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p. 47-56, jan./dez., 2007.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. O Conhecimento, a Terminologia e o Dicionário. *Revista Ciência e Cultura*, v. 58, n. 2, p. 35-37, 2006.

BONAL-ZAZO, José Luis. Paradigmas de investigación em archivística. In: Valentim, Marta (org.). *Gestão, mediação e uso da informação*, p. 69-90. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

BOULANGER, Jean-Claude. Alguns componentes linguísticos no ensino da terminologia. *Ciência da Informação*. v. 24, n. 3, s/p, 1995. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/cienciadainformacao/index.php/ciinf>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18159.htm>. Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4073.htm>. Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. Decreto nº 4.915, de 12 de dezembro de 2003. Dispõe sobre o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA, da administração pública federal, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4915.htm>. Acesso em: 10 fev. 2016.

BRITO, Djalma Mandu de. A Informação Arquivística na Arquivologia Pós-Custodial. *Arquivística.net*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 31- 50, jan./jun. 2005.

CABRÉ, Maria Teresa. La terminología hoy: concepciones, tendencias y aplicaciones. *Ciência da Informação*, v. 24, n. 3, s/p, 1995. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/cienciadainformacao/index.php/ciinf>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. *La terminologia. La teoria, els mètodes, les aplicacions*. Barcelona: Editorial Empúries, 1992.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli (Coord.). *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, Núcleo Regional de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

_____. et al. *Dicionário de Terminologia Arquivística* [versão de bolso]. São Paulo: Centro de Memória da Educação FEUSP/FAPESP, 2010.

_____. *Dicionário de Terminologia Arquivística*. 3ª ed. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2012.

CAMPOS, Maria Luiza Almeida. *Em Busca de Princípios Comuns na Área de Representação da Informação: uma comparação entre o método de classificação facetada, o método de tesouro baseado em conceito e a teoria geral da terminologia*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Rio de Janeiro: Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994.

_____. *Linguagem Documentária: teorias que fundamentam sua elaboração*. Niterói: EdUFF, 2001.

CARDOSO, Júlio César. Entrevista com José Maria Jardim. *Arquivística.net*, v. 2, n. 1, p. 7-21, 2006.

CHAUI, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *Glossário da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos*. Versão 5.1 (2010). Disponível em: <<http://www.documentoseletronicos.arquivonacional.gov.br>>. Acesso em: 7 nov. 2012.

_____. *Modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos e-ARQ Brasil*. Versão 1.1. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

_____. Resolução nº 23, 16 de junho de 2006. Dispõe sobre a adoção do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/legisla%C3%A7%C3%A3o/resolu%C3%A7%C3%B5es-do-conarq.html>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. *ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística: segunda edição*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/publica%C3%A7%C3%B5es-2/30-isad-g-norma-geral-internacional-de-descri%C3%A7%C3%A3o-arquiv%C3%ADstica.html>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. *ISDF: Norma internacional para descrição de funções*. 1. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. Disponível em: <<http://www.documentoseletronicos.arquivonacional.gov.br/publica%C3%A7%C3%B5es-2/31-isdf-norma-internacional-para-descri%C3%A7%C3%A3o-de-fun%C3%A7%C3%B5es.html>>. Acesso em 10 fev. 2016.

COOK, Terry. Archivística y posmodernismo: nuevas formulas para viejos conceptos. In: Hernández Oliveira, Luis; Cook, Terry. *Combates por la memoria - Archivística de la posmodernidad*, . p. 59-81. Salamanca: Asociación de Archiveros de Castilla y León, 2007.

CORREIA, Margarita. O léxico na economia da língua. *Ciência da Informação*, v. 24, n. 3, s/p, 1995. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/cienciadainformacao/index.php/ciinf>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

DIAS, Cláudia Augusto. Terminologia: conceitos e aplicações. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 29, n. 1, p. 90-92, jan./abr., p. 90-92, 2000. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/cienciadainformacao/index.php/ciinf>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de Linguística*. 15. ed. São Paulo: Cultrix, 2007.

DUCHEIN, Michel. Os Arquivos na Torre de Babel: problemas de terminologia arquivística internacional. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p. 13-22, jan./dez., 2007.

ELSEVIER LEXICA. *Lexicon of Archive Terminology*. Amsterdã; Londres; Nova Iorque: Elsevier Publishing Company, 1964.

FAULSTICH, Enilde. Socioterminologia: mais que um método de pesquisa, uma disciplina. *Ciência da Informação*, v. 24, n. 3, s/p, 1995. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/cienciadainformacao/index.php/ciinf>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. A Socioterminologia na Comunicação Científica e Técnica. *Revista Ciência e Cultura*, v.58, n. 2, p. 27-31, 2006.

FERNANDES, Geni Chaves. Informação, Documento e o Resto na construção da realidade social. *Informação Arquivística*, v. 1, n. 1, 2012. p. 5-26. Disponível em: <www.aaerj.org.br/informacao-arquivistica>. Acesso em: 8 abr. 2015.

FERNANDES, Luciane Alves; GOMES, José Mário Matsumura. Relatórios de pesquisa nas ciências sociais: características e modalidades de investigação. *Contexto*, Porto Alegre, v. 3, n. 4, 1º sem. 2003, p. 1-23.

FONSECA, Maria Odila da. *Arquivologia e Ciência da Informação*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____; JARDIM, José Maria. Arquivos. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CALDEIRA, Paulo da Terra; MACEDO, Vera Amália Amarante (Orgs.). *Formas e Expressões do Conhecimento: introdução às fontes de informação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____; PORTO MIGUÉIS, Maria Amélia. *Glossário de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro, 1988.

GIRALDO LOPERA, Marta Lucía. Archivística: fundamentación teórica y tradición formativa. *Revista Interamericana de Bibliotecología*, jan./jun., 2009, v. 32, n. 1, p. 31-45.

GOMES, Hagar Espanha. Comissões Nacionais e Internacionais de Terminologia. In: Congresso Regional sobre Documentação (II), Rio de Janeiro, 1969. *Anais*, p. 382-385. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1970.

HERNÁNDEZ, Luis Olivera; GONZÁLEZ, Yolanda Martín; RÍOS, Ana Belén Hilario et al. La construcción de la archivística: una aproximación a la investigación científica a través de las tesis doctorales. In: MARIZ, Anna Carla Almeida; JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite. *Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil*. Rio de Janeiro: AAERJ / Mobile, 2012. p. 37-70.

HEREDIA HERRERA, Antonia. *Lenguaje y Vocabulario Archivísticos: algo más que um diccionario*. Junta de Andalucía, Consejería de Cultura, 2011.

_____. El nombre de las cosas o el valor de las palabras. *Revista Archivo General de la Nación*, nº 25, p. 27-32. Peru, 2005.

INDOLFO, Ana Celeste. *O uso de normas arquivísticas no Estado brasileiro: uma análise do Poder Executivo Federal*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal Fluminense e Instituto em Ciência e Tecnologia, Niterói, RJ, 2008.

_____. Gestão de Documentos: uma renovação epistemológica no universo dos arquivos. *Arquivística.net*, v. 3, n. 2, p. 28-60, 2007.

INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS. *Houaiss Eletrônico* [cd-rom]. Versão 3.0. Editora Objetiva, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. *Glossário ICP-Brasil* [versão digital]. Versão 1.4 (2010).

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES [website]. *Multilingual Archival Terminology*. Disponível em: <<http://www.ciscra.org/mat/>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *Dictionary of Archival Terminology* (Draft Third Edition/DAT III, 1999). Disponível em: <<https://internet.archivschule.uni-marburg.de/datiiii/index.html>>. Acesso em 10 fev. 2016.

_____. *Multilingual Archival Terminology: news and events*. Disponível em: <<http://www.ica.org/14867/mat-news-and-events/about-the-multilingual-archival-terminology.html>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. *About ICA*. Disponível em: <<http://icarchives.webbler.co.uk/102/about-ica/an-introduction-to-our-organization.html>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. *Welcome*. Disponível em: <<http://www.interpares.org/welcome.cfm>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. *Multilingual Archival Terminology: methodology*. Disponível em: <<http://www.ica.org/14716/methodology/lauching-the-project.html>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. *Multilingual Archival Terminology: termlist - portuguese*. Disponível em: <<http://www.ciscra.org/mat/termdb/termlist/l/Portuguese>>. Acesso em 10 fev. 2016.

_____. *Multilingual Archival Terminology: list of contributors*. Disponível em: <<http://www.ica.org/14293/list-of-contributors/list-of-contributors.html>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

INTERNATIONAL research on permanent authentic records in electronic systems, the [website]. Disponível em: <<http://www.interpares.org/>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

INTERPARES 2: Terminology Database. Disponível em: <http://www.interpares.org/ip2/ip2_terminology_db.cfm>. Acesso em 10 fev. 2016.

INTERPARES 3: Terminology Database. Disponível em: <http://www.interpares.org/ip3/ip3_terminology_db.cfm>. Acesso em 10 fev. 2016.

ISQUIERDO, Aparecida Negri; ALVES, Ieda Maria. *As Ciências do Léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*, v. 3, 2007. Campo Grande / São Paulo: Ed. UFMS /Humanitas.

JAPIASSÚ, Hilton e MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

JARDIM, José Maria. A Pesquisa em arquivologia: um cenário em construção. In: Valentim, Marta (org.). *Gestão, mediação e uso da informação*, p. 135-153. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

KRIEGER, Maria da Graça. Terminologia técnico-científica: políticas linguísticas e Mercosul. *Revista Ciência e Cultura*, v. 58, n. 2, p. 45-48, 2006.

_____; FINATTO, Maria José Bocorny. *Introdução à terminologia: teoria e prática*. São Paulo: Contexto: 2004.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. Linguagem documentária e terminologia. *Transinformação*. Campinas, v. 3, n. 16, p. 231-240, set./dez., 2004.

LIMA, Vânia M. A. A organização do conhecimento no domínio da Ciência da Informação: o mapa conceitual e terminológico como instrumento referencial para o ensino e a pesquisa. *Ciência da Informação*, v. 4, n. 1, p. 26-48, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/cienciainformacao/index.php/ciinf>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

LOPEZ, André Porto Ancona. *Como Descrever Documentos de Arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

MARCONDES, Danilo. *Iniciação à História da Filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. *Interloquções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil*. Brasília: FCI/UnB, 2011.

_____; RODRIGUES, Georgete Medleg. Interloquções entre a Arquivologia internacional e a nacional: referenciais teóricos para a sua compreensão. *Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, 2010, Rio de Janeiro.

MARTINS, Neire do Rossio; FORTI, Maria Aparecida. Glossário de termos arquivísticos. In: Castilho, Ataliba Teixeira de (org.). *A Sistematização de Arquivos Públicos*, p. 109-137. Campinas: Editora Unicamp, 1991.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. Portaria Normativa n.º 5, de 19 de dezembro de 2002. Disponível em:

<http://www.comprasgovernamentais.gov.br/arquivos/outros_normas/portaria-normativa-no-5-de-19-de-dezembro-de-2002.pdf>. Acesso em 10 fev. 2016.

NAGEL, Rolf (editor). *Dicionário de Termos Arquivísticos*: subsídios para uma terminologia arquivística brasileira. 2ª Ed. Bonn: Deutsch Stiftung für intered Entwicklung; Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1991.

_____; RICHTER, Eneida Izabel Schirmer. *Elementos de Arquivologia*. Santa Maria; Bonn: Deutsch Stiftung für intered Entwicklung; Universidade Federal de Santa Maria, 1988.

NOVO DICIONÁRIO AURÉLIO DA LÍNGUA PORTUGUESA [software]. Versão 5.11a. Editora Positivo, 2004.

NUNES, José Horta. *Dicionários no Brasil: análise e história*. Campinas, SP: Pontes Editores; São Paulo, SP: Fapesp; São José do Rio Preto, SP: Faperp, 2006.

OLIVEIRA, Tamara Melo de. Terminologia, metáfora e outros fenômenos que desafiam o princípio da univocidade: análise qualitativa de unidades terminológicas. *Cadernos do IL*. Porto Alegre, n.º 42, jun. 2011, p. 308-319. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/cadernosdoil/>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *O que é Linguística?* 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

PÊCHEUX, Michel. Ler o Arquivo Hoje. In: Orlandi, Eni Puccinelli (org); et al. *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas, SP : Editora da Unicamp, 1994.

PEARCE-MOSES, Richard. *A Glossary of Archival and Records Terminology*. Chicago: Society of American Archivists, 2005. Disponível em: <<http://www2.archivists.org/glossary>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; FERREZ, Helena Dodd. *Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação*. Rio de Janeiro; Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibct), 2014.

RODRÍGUEZ LÓPEZ, María del Carmen. *La delimitación de la Archivística como ciencia*. Primer Congreso Universitario de Ciencias de la Documentación. Facultad de Ciencias de la Información, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, España, 2000. p. 379-388.

Disponível em:

<<http://www.ucm.es/info/multidoc/multidoc/revista/num10/paginas/pdfs/Mcrlopez.pdf>>.

Acesso em: 10 fev. 2016.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. *A teoria arquivística a partir de 1898: em busca da consolidação, da reafirmação e da atualização de seus fundamentos*. Tese (doutorado). Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2011.

SILVA, Armando Malheiro da; et al. *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Afrontamento, 1999.

SILVA, Eliezer Pires da. O conceito de informação arquivística. XI ENANCIB: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2010, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2010.

_____. A trajetória da Arquivologia: três visões sobre os arquivos. *Revista Eletrônica Documento Monumento*, n. 5. Universidade Federal do Mato Grosso/ Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, 2011. Disponível em: <www.ufmt.br/ndihr/revista/>. Acesso em: 10 fev. 2016.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa. Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito. *Arquivística.net*, v. 2, n. 2, p. 120-142, 2006.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim et al. Gestão, Mediação e Uso da Informação. In: Valentim, Marta (org.). *Gestão, mediação e uso da informação*, p. 13-32. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

APÊNDICE A – Tabela de Ocorrência de Termos

TABELA DE OCORRÊNCIA DE TERMOS						
TERMOS	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
ABREVIATURA			x	x	x	
ACCOUNTABILITY						x
ACERVO		x	x	x	x	x
ACESSIBILIDADE	x				x	x
ACESSO		x	x	x	x	x
ACESSO RESTRITO			x			
ACIDEZ			x	x	x	
ACONDICIONAMENTO				x	x	
ACÓRDÃO	x					
ACRÉSCIMO					x	
ACRÔNIMO					x	
ACUMULAÇÃO			x	x	x	
ACURÁCIA						x
ADITAMENTO			x	x	x	
ADMINISTRAÇÃO DE ARQUIVOS		x	x	x	x	
ADMINISTRAÇÃO DE DOCUMENTOS		x	x	x	x	
ADMINISTRADOR DE MANUSCRITOS			x			
ADQUIRIR						x
AEROFOTOGRAMETRIA					x	
AGENDA			x			
ALCALINIDADE			x		x	
ALIENAÇÃO			x	x	x	
ALISAMENTO	x					
ALVARÁ	x					
ALVO				x		
AMERICAN STANDARD CODE FOR INFORMATION INTERCHANGE (1)				x		
AMOSTRAGEM	x		x	x	x	x
AMPLIAÇÃO			x	x	x	

TABELA DE OCORRÊNCIA DE TERMOS						
TERMOS	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
AMPLIADOR IMPRESSOR			x			
ANALÓGICO						x
ANEXAÇÃO				x	x	
ANEXO			x	x	x	x
ANOPISTÓGRAFO					x	
ANOTAÇÃO						x
ANTECEDENTE	x					
ANTROPONÍMIA					x	
APENSAÇÃO					x	
APENSAMENTO				x		
APENSO			x	x	x	
APLAINAMENTO					x	
APÓCRIFO					x	
APÓGRAFO					x	
APOSTILA	x		x	x	x	
AQUISIÇÃO	x		x	x	x	x
ARCAZES	x					
ARMÁRIO DE AÇO	x					
ARMAZÉM (2)			x			
ARMAZENAGEM					x	
ARMAZENAMENTO			x	x	x	
ARMAZENAMENTO DE DADOS					x	
ARMAZENAMENTO HORIZONTAL				x		
ARMAZENAMENTO VERTICAL				x		
ARQUIVAMENTO		x	x	x	x	
ARQUIVAMENTO HORIZONTAL			x			
ARQUIVAMENTO VERTICAL			x			
ARQUIVAR						x
ARQUIVISTA		x	x	x	x	x
ARQUIVÍSTICA	x	x	x	x	x	
ARQUIVO	x	x	x	x	x	x

TABELA DE OCORRÊNCIA DE TERMOS						
TERMOS	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
ARQUIVO ADMINISTRATIVO			x	x	x	
ARQUIVO CENTRAL			x	x	x	
ARQUIVO CORRENTE (7)	x	x	x	x	x	x
ARQUIVO DE DADOS				x		
ARQUIVO DE FAMÍLIA					x	
ARQUIVO DE SEGURANÇA			x	x	x	
ARQUIVO DESLIZANTE				x		
ARQUIVO DESLOCADO				x		
ARQUIVO DIGITAL					x	
ARQUIVO ELETRÔNICO					x	
ARQUIVO ESPECIAL					x	
ARQUIVO ESPECIALIZADO					x	
ARQUIVO ESTADUAL			x	x	x	
ARQUIVO FAMILIAL					x	
ARQUIVO FAMILIAR (7)			x		x	
ARQUIVO FEDERAL				x	x	
ARQUIVO FILMOGRÁFICO					x	
ARQUIVO FOTOGRÁFICO (7)			x		x	
ARQUIVO GERAL					x	
ARQUIVO HISTÓRICO			x	x	x	
ARQUIVO ICONOGRÁFICO					x	
ARQUIVO IMPRESSO					x	
ARQUIVO INTERMEDIÁRIO (7)		x	x	x	x	x
ARQUIVO MUNICIPAL			x	x	x	
ARQUIVO NACIONAL			x	x	x	
ARQUIVO PARTICULAR					x	
ARQUIVO PERMANENTE (7)		x	x	x	x	
ARQUIVO PESSOAL					x	x
ARQUIVO PRIVADO (7)		x	x	x	x	x
ARQUIVO PÚBLICO				x	x	x

TABELA DE OCORRÊNCIA DE TERMOS						
TERMOS	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
ARQUIVO REGIONAL			x	x	x	
ARQUIVO SETORIAL			x	x	x	
ARQUIVO SUPRANACIONAL				x		
ARQUIVO TÉCNICO					x	
ARQUIVO TEXTUAL (7)			x		x	
ARQUIVOCONOMIA	x					
ARQUIVOLOGIA	x	x	x	x	x	x
ARQUIVOS AUDIOVISUAIS	x		x			
ARQUIVOS CARTOGRÁFICOS			x			
ARQUIVOS CARTORIAIS			x			
ARQUIVOS CINEMATOGRÁFICOS			x			
ARQUIVOS COMPUTADORIZADOS			x			
ARQUIVOS DE CUSTÓDIA	x					
ARQUIVOS DE EMPRESA			x			
ARQUIVOS DE GABINETE			x			
ARQUIVOS DE IMPRESSOS			x			
ARQUIVOS DE TEXTOS (2)			x			
ARQUIVOS DIPLOMÁTICOS			x			
ARQUIVOS ECLESIASTICOS			x			
ARQUIVOS EM DEPÓSITO (6)	x	x				
ARQUIVOS EMPRESARIAIS			x			
ARQUIVOS ICONOGRÁFICOS (2)			x			
ARQUIVOS LITERÁRIOS			x			
ARQUIVOS MINISTERIAIS			x			
ARQUIVOS NOTARIAIS			x			
ARQUIVOS PÚBLICOS		x	x			
ARQUIVOS REMOVIDOS			x			
ARQUIVOS TOTAIS			x			
ARRANJO	x	x	x	x	x	x
ARRANJO ARQUIVÍSTICO						x
ARRANJO DESCONTÍNUO			x			

TABELA DE OCORRÊNCIA DE TERMOS						
TERMOS	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
ARRANJO ESTRUTURAL					x	
ARRANJO FUNCIONAL					x	
ARRANJO ORGANIZACIONAL					x	
ASCII				x		
ASSINATURA			x	x	x	x
ASSINATURA DIGITAL					x	x
ASSINATURA ELETRÔNICA						x
ASSUNTO	x					
ATA	x		x			
ATENDIMENTO AO PÚBLICO				x		
ATESTAÇÃO					x	x
ATIVIDADE						x
ATIVIDADE FACILITADORA				x		
ATIVIDADE FINALÍSTICA					x	
ATIVIDADE MANTENEDORA					x	
ATIVIDADE SUBSTANTIVA				x		
ATIVIDADE-FIM				x	x	
ATIVIDADE-MEIO				x	x	
ATIVIDADES CULTURAIS			x			
ATO			x	x		
ATO ADMINISTRATIVO				x		
ATRIBUTO DE UM DOCUMENTO						x
ATRIL			x	x		
ATUALIZAÇÃO DE SUPORTE						x
AUTENTICAÇÃO			x	x	x	x
AUTENTICAR						x
AUTENTICIDADE				x		x
AUTO	x					
AUTOCLAVE				x		
AUTÓGRAFO		x	x	x	x	

TABELA DE OCORRÊNCIA DE TERMOS						
TERMOS	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
AUTOMAÇÃO				x		
AUTOR				x	x	x
AUTORIDADE					x	
AUTORIZAÇÃO DE CONSULTA			x			
AUTOS				x	x	
AUTUAÇÃO				x		
AVALIAÇÃO		x	x	x	x	x
AVALIAÇÃO DOCUMENTAL			x			
AVERBAÇÃO					x	
AVISO	x					
BACKUP (3)				x	x	x
BAIXA DE DOCUMENTOS						x
BANCO DE DADOS			x	x	x	
BASE DE DADOS			x	x	x	x
BECAPE					x	
BILHETE			x			
BIOGRAFIA						x
BIT				x		x
BLUEPRINT					x	
BORDAGEM			x			
BORRADOR				x	x	
BRAQUIGRAFIA					x	
BREVE	x		x			
BROCHURA			x			
BULA	x		x			
BYTE				x		x
CABEÇALHO						x
CABEÇALHO DE ASSUNTO					x	
CADASTRO			x	x		
CADEIA DE BITS						x
CADEIA DE CUSTÓDIA						x

TABELA DE OCORRÊNCIA DE TERMOS						
TERMOS	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
CADEIA DE PRESERVAÇÃO						x
CADERNO				x		
CAIXA				x		
CAIXA ARQUIVO			x			
CAIXA-FORTE					x	
CAIXAS DE TRANSFERÊNCIA	x					
CALENDÁRIO (2)	x		x			
CÂMARA DE FUMIGAÇÃO			x			
CÂMARA DE REPETIÇÃO			x			
CÂMARA DE SEGURANÇA			x	x	x	
CÂMARA FORTE				x	x	
CÂMARA INSTANTÂNEA				x		
CÂMARA PLANETÁRIA			x			
CÂMARA POLAROID				x		
CÂMARA ROTATIVA			x			
CAPA			x			
CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO				x		
CAPACIDADE DE COMPROVAÇÃO						x
CAPACIDADE DE DEPÓSITO			x			
CAPTURE						x
CAPTURAR						x
CARACTERE			x	x	x	
CARIMBAGEM			x			
CARIMBO				x		
CARIMBO DIGITAL DE TEMPO						x
CARRETEL			x			
CARTA	x		x	x		
CARTA RÉGIA			x			
CARTA DE NAVEGAÇÃO			x			
CARTA FECHADA			x			

TABELA DE OCORRÊNCIA DE TERMOS						
TERMOS	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
CARTA GEOGRÁFICA			x	x		
CARTA PATENTE	x		x			
CARTÃO DE USUÁRIO				x		
CARTÃO DO USUÁRIO			x			
CARTÃO JANELA			x			
CARTÃO PERFURADO			x	x		
CARTÃO-FLASH				x	x	
CARTÃO-JANELA				x	x	
CARTAZ			x	x	x	
CARTONADO			x			
CARTONAGEM			x	x	x	
CARTÓRIO				x		
CARTUCHO			x	x		
CARTULÁRIO			x	x	x	
CASSETE				x		
CATÁLOGO	x	x	x	x	x	
CATÁLOGO ANALÍTICO				x		
CATÁLOGO DE AUTORIDADE					x	x
CATÁLOGO SELETIVO				x		
CATÁLOGO SUMÁRIO				x		
CD					x	
CD-ROM				x		
CENSO (2)			x			
CENSO DE ARQUIVO					x	
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO					x	
CENTRO DE INFORMAÇÃO (7)			x		x	
CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS				x		
CENTRO DE REFERÊNCIA					x	
CERTIDÃO	x		x			
CERTIFICAÇÃO			x		x	
CESSÃO					x	

TABELA DE OCORRÊNCIA DE TERMOS						
TERMOS	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
CHANCELA (2)	x					
CICLO VITAL					x	
CICLO VITAL DOS DOCUMENTOS			x	x		x
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO			x	x	x	
CIFRA			x	x	x	
CIFRAGEM						x
CIM			x	x	x	
CINEMATECA				x	x	
CIRCULAR	x					
CITAÇÃO	x					
CLASSE	x		x		x	x
CLASSE DOCUMENTAL				x		
CLASSIFICAÇÃO	x	x	x	x	x	x
CLASSIFICAÇÃO DE SEGURANÇA			x	x	x	
CLASSIFICAÇÃO DECIMAL			x	x	x	
CLASSIFICAR						x
CLIMATIZAÇÃO			x	x	x	
CÓDICE				x	x	
CODICOLOGIA				x		
CÓDIGO			x	x	x	
CÓDIGO BINÁRIO						x
CÓDIGO DE CLASSIFICAÇÃO					x	
CÓDIGO DE REFERÊNCIA					x	
COFRE-FORTE					x	
COLEÇÃO	x	x	x	x	x	x
COLECIONADOR					x	
COM			x	x	x	
COMANDO				x		
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E DESTINAÇÃO					x	
COMODATO					x	

TABELA DE OCORRÊNCIA DE TERMOS						
TERMOS	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
COMPACT DISC					x	
COMPACT DISK READ ONLY MEMORY (1)				x		
COMPATIBILIDADE REVERSA						x
COMPETÊNCIA						x
COMPLETEZA						x
COMPONENTE DIGITAL						x
COMPUTADOR			x	x		
COMPUTER INPUT MICROFILM				x	x	
COMPUTER OUTPUT MICROFILM				x	x	
COMUNICAÇÃO			x	x		
CONFIABILIDADE						x
CONFIDENCIALIDADE			x	x		
CONSERVAÇÃO			x	x	x	x
CONSERVADOR DE MANUSCRITOS			x			
CONSOLIDAÇÃO				x		
CONSTITUIÇÃO	x					
CONSUETUDINÁRIO (2)			x			
CONSULENTE				x	x	
CONSULTA				x	x	
CONSULTA POR DERROGAÇÃO				x		
CONTENCIOSO ARQUIVÍSTICO			x	x	x	
CONTEÚDO				x		
CONTEÚDO ESTÁVEL						x
CONTEXTO						x
CONTEXTO ADMINISTRATIVO						x
CONTEXTO DE PROCEDIMENTOS						x
CONTEXTO DE PROVENIÊNCIA						x
CONTEXTO DOCUMENTAL						x
CONTEXTO JURÍDICO-ADMINISTRATIVO						x
CONTEXTO TECNOLÓGICO						x
CONTRA-FORTE			x			

TABELA DE OCORRÊNCIA DE TERMOS						
TERMOS	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
CONTRA-SELO			x	x	x	
CONTRASTE			x	x	x	
CONTRATO			x			
CONTROLE AMBIENTAL					x	
CONTROLE DE ACERVO				x		
CONTROLE DE AUTORIDADE					x	x
CONTROLE DE DEPÓSITO					x	
CONTROLE DE REQUISIÇÃO				x		
CONTROLE INTELECTUAL						x
CONVERSÃO						x
CÓPIA	x	x	x	x	x	x
CÓPIA AUTÊNTICA						x
CÓPIA AUTENTICADA					x	
CÓPIA AZUL					x	
CÓPIA BLUEPRINT					x	
CÓPIA CARBONO			x	x	x	
CÓPIA COM VALOR DE ORIGINAL						x
CÓPIA DE ARQUIVO			x			
CÓPIA DE DISTRIBUIÇÃO				x		
CÓPIA DE MICROFILME DE SEGURANÇA			x			
CÓPIA DE SEGURANÇA				x	x	x
CÓPIA DIAZO					x	
CÓPIA ELETROSTÁTICA				x	x	
CÓPIA EM PAPEL			x	x		
CÓPIA FIGURADA			x	x	x	x
CÓPIA FOTOSTÁTICA			x	x	x	
CÓPIA HELIOGRÁFICA					x	
CÓPIA OZALID					x	
CÓPIA POR CONTATO			x	x	x	
CÓPIA TERMOGRÁFICA					x	

TABELA DE OCORRÊNCIA DE TERMOS						
TERMOS	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
CÓPIA XEROGRÁFICA					x	
CÓPIA-CONTATO					x	
COPIADOR		x	x	x	x	
COPYRIGHT				x	x	
CORREDOR			x			
CORREDOR PRINCIPAL E CIRCULAÇÃO			x			
CORREIO ELETRÔNICO						x
CORRESPONDÊNCIA		x	x		x	
CORRESPONDÊNCIA ATIVA			x			
CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA			x			
CORROBORAÇÃO						x
CORTE DE SÉRIE			x			
COSTUMEIRO (2)			x			
COTA				x	x	
CPU				x		
CREDIBILIDADE						x
CRIPTOGRAFIA					x	
CRISOGRAFIA					x	
CRONOLOGIA			x		x	
CUSTÓDIA			x	x	x	x
CUSTÓDIA ININTERRUPTA						x
CUSTÓDIA LEGAL						x
CUSTODIADOR					x	
CUSTODIADOR CONFIÁVEL						x
DAÇÃO					x	
DACTILOSCRITO				x		
DADO			x	x	x	x
DATA CRÔNICA				x	x	x
DATA DE ACESSO			x	x	x	
DATA DE ACUMULAÇÃO					x	
DATA DE CAPTURA						x

TABELA DE OCORRÊNCIA DE TERMOS						
TERMOS	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
DATA DE DESTINAÇÃO						x
DATA DE ELIMINAÇÃO				x		
DATA DE PRODUÇÃO					x	
DATA TÓPICA				x	x	
DATA-ASSUNTO					x	
DATAÇÃO				x		
DATAS-BALIZA				x		
DATAS-LIMITE (7)	x	x	x	x	x	x
DECRETO	x					
DECRETO LEI	x					
DEFINIÇÃO			x		x	
DENSIDADE			x	x	x	
DENSITÔMETRO			x			
DEPARTAMENTO DE MANUSCRITOS			x			
DEPÓSITO (2)		x	x	x	x	x
DEPÓSITO DE ARQUIVAMENTO INTERMEDIÁRIO			x			
DEPÓSITO DE ARQUIVO (8)	x					
DEPÓSITO INTERMEDIÁRIO	x					
DEPÓSITO LEGAL			x	x		
DEPÓSITOS REGIONAIS			x			
DESACIDIFICAÇÃO	x		x	x	x	
DESAPENSAÇÃO					x	
DESCARTE	x	x	x	x	x	
DESCCLASSIFICAÇÃO		x	x	x	x	
DESCCLASSIFICAR						x
DESCRIÇÃO	x	x	x	x	x	x
DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA						x
DESCRIÇÃO MULTINÍVEL					x	
DESCRIPTOR				x	x	
DESENHO TÉCNICO			x			

TABELA DE OCORRÊNCIA DE TERMOS						
TERMOS	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
DESINFECÇÃO	x		x	x	x	
DESINFESTAÇÃO			x	x	x	
DESPACHO	x					
DESTINAÇÃO		x	x	x	x	x
DESTINATÁRIO				x		x
DESUMIDIFICAÇÃO			x	x	x	
DIAGNÓSTICO DE ARQUIVOS				x		
DIAPOSITIVO			x	x	x	
DIÁRIO	x		x			
DIAZO				x		
DIGITAL						x
DIGITALIZAÇÃO				x	x	
DIPLOMA	x		x	x		
DIPLOMÁTICA			x	x	x	x
DIREITO À INFORMAÇÃO			x	x		
DIREITO À PRIVACIDADE			x	x	x	
DIREITO AUTORAL			x	x	x	x
DIREITO DE INSPEÇÃO			x	x		
DIREITO DE PREEMPÇÃO				x		
DIREITO DE RETENÇÃO				x		
DIREITOS ECONÔMICOS						x
DISCO				x	x	
DISCO FLEXÍVEL				x		
DISCO LASER					x	
DISCO MAGNÉTICO			x	x	x	
DISCO ÓTICO			x	x	x	
DISCO RÍGIDO				x		
DISCO SONORO				x		
DISQUETE			x	x		
DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO					x	
DIVULGAÇÃO			x		x	x

TABELA DE OCORRÊNCIA DE TERMOS						
TERMOS	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
DOAÇÃO	x	x	x	x	x	
DOADOR			x	x		
DOCUMENTAÇÃO			x	x	x	
DOCUMENTAÇÃO AUDIOVISUAL				x		
DOCUMENTAÇÃO CARTOGRÁFICA				x		
DOCUMENTAÇÃO CINEMATOGRAFICA				x		
DOCUMENTAÇÃO ELETRÔNICA				x		
DOCUMENTAÇÃO EM MULTIMEIOS				x		
DOCUMENTAÇÃO ESPECIAL				x		
DOCUMENTAÇÃO FONOGRAFICA				x		
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRAFICA				x		
DOCUMENTAÇÃO ICONOGRAFICA				x		
DOCUMENTAÇÃO MICROGRAFICA				x		
DOCUMENTAÇÃO ORAL				x		
DOCUMENTAÇÃO SONORO				x		
DOCUMENTAÇÃO TEXTUAL				x		
DOCUMENTO	x	x	x	x	x	x
DOCUMENTO ANALÓGICO						x
DOCUMENTO APÓCRIFO				x		
DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO						x
DOCUMENTO ATIVO				x		
DOCUMENTO AUDIOVISUAL					x	
DOCUMENTO AUTENTICADO						x
DOCUMENTO AUTÊNTICO				x		x
DOCUMENTO AUTÓGRAFO				x		
DOCUMENTO BIBLIOGRÁFICO					x	
DOCUMENTO CARTOGRÁFICO					x	
DOCUMENTO CIFRADO			x	x		
DOCUMENTO CINEMATOGRAFICO					x	
DOCUMENTO CLASSIFICADO				x	x	x

TABELA DE OCORRÊNCIA DE TERMOS						
TERMOS	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
DOCUMENTO CONFIDENCIAL			x	x	x	
DOCUMENTO CORRENTE					x	x
DOCUMENTO DE ARQUIVO		x	x	x		
DOCUMENTO DE PRIMEIRA IDADE				x		
DOCUMENTO DE SEGUNDA IDADE				x		
DOCUMENTO DE TERCEIRA IDADE				x		
DOCUMENTO DESCLASSIFICADO				x		
DOCUMENTO DIGITAL					x	x
DOCUMENTO DINÂMICO						x
DOCUMENTO DIPLOMÁTICO				x		
DOCUMENTO DISPOSITIVO						x
DOCUMENTO ELETRÔNICO					x	x
DOCUMENTO ESPECIAL					x	
DOCUMENTO FALSO			x	x		
DOCUMENTO FILMOGRÁFICO					x	
DOCUMENTO FOTOGRÁFICO					x	
DOCUMENTO HABILITADOR						x
DOCUMENTO HETERÓGRAFO				x		
DOCUMENTO HOLÓGRAFO				x		
DOCUMENTO ICONOGRÁFICO			x		x	
DOCUMENTO IMPRESSO					x	
DOCUMENTO INATIVO				x		
DOCUMENTO INSTRUTIVO						x
DOCUMENTO MICROGRÁFICO				x	x	
DOCUMENTO OFICIAL		x	x	x	x	x
DOCUMENTO OPERACIONAL						x
DOCUMENTO ORIGINAL				x		
DOCUMENTO OSTENSIVO				x	x	
DOCUMENTO PESSOAL (7)			x		x	
DOCUMENTO PRIVADO				x	x	x
DOCUMENTO PÚBLICO		x		x	x	x

TABELA DE OCORRÊNCIA DE TERMOS						
TERMOS	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
DOCUMENTO RESERVADO				x	x	
DOCUMENTO SECRETO				x	x	
DOCUMENTO SEMI-ATIVO				x		
DOCUMENTO SIGILOSO (7)		x	x	x	x	
DOCUMENTO SONORO					x	
DOCUMENTO TEXTUAL					x	
DOCUMENTO ULTRA-SECRETO				x	x	
DOCUMENTO VITAL				x		
DOCUMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL			x			
DOCUMENTOS DE TRABALHO			x			
DOCUMENTOS INTERMEDIÁRIOS			x			
DOCUMENTOS PRELIMINARES			x			
DOCUMENTOS SEM VALOR			x			
DOMICÍLIO LEGAL DO DOCUMENTO				x		
DOSSIÊ	x	x	x	x	x	x
DOSSIÊ ABERTO			x			
DOSSIÊ CRONOLÓGICO			x			
DOSSIÊ ENCERRADO (2)						x
DOSSIÊ FECHADO			x			
DOSSIÊ PESSOAL			x			
DOSSIÊ POR ASSUNTO			x			
DRIVE				x		
DTD						x
DUPLICAÇÃO	x				x	
DUPLICATA				x		
EDIÇÃO CRÍTICA			x			
EDIÇÃO DE DOCUMENTOS			x	x		
EDIÇÃO DE TEXTOS				x		
EDIÇÃO DIPLOMÁTICA (2)			x			
EDIÇÃO FACSIMILAR			x			

TABELA DE OCORRÊNCIA DE TERMOS						
TERMOS	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
EDIÇÃO PALEOGRÁFICA (2)			x			
EDIÇÃO TÉCNICA			x			
EDITAL	x					
EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO					x	
EFÊMERA						x
EFETIVIDADE						x
ELEMENTO DE DESCRIÇÃO					x	
ELEMENTO EXTRÍNSECO						x
ELEMENTO INTRÍNSECO						x
ELETRÔNICO						x
ELIMINAÇÃO	x	x	x	x	x	
EMENDA			x		x	
EMENTA	x					
EMISSOR				x		
EMPRÉSTIMO			x	x	x	
EMULAÇÃO						x
EMULSÃO			x		x	
ENCADERNAÇÃO			x	x	x	
ENCADERNAÇÃO A COLA				x		
ENCADERNAÇÃO POR COLAGEM			x			
ENCAPSULAÇÃO			x	x	x	x
ENCOLAGEM			x		x	
ENDOSSO			x			
ENQUETE			x			
ENTIDADE COLETIVA					x	
ENTIDADE CORPORATIVA					x	
ENTIDADE CUSTODIADORA					x	x
ENTIDADE PRODUTORA					x	x
ENTRADA			x	x	x	
ENTRADA DE DOCUMENTOS			x	x	x	x
ENTRADA-SAÍDA (4)			x	x		

TABELA DE OCORRÊNCIA DE TERMOS						
TERMOS	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
ENVELOPE			x	x		
ESFRAGÍSTICA					x	
ESLAIDE					x	
ESPÉCIE	x					
ESPÉCIE DE DOCUMENTOS		x				
ESPÉCIE DOCUMENTAL				x	x	
ESPÉCIE DOCUMENTAL DIPLOMÁTICA				x		
ESPELHAMENTO						x
ESTANTE			x	x		
ESTANTE COMPACTA			x	x		
ESTANTE DE DUPLA FACE			x			
ESTANTE DUPLA				x		
ESTANTE MÓVEL (2)			x	x		
ESTATUTO	x					
ESTEREOFOTOGRAMETRIA					x	
ESTEREOGRAMA			x		x	
ESTERILIZAÇÃO				x		
ETIQUETA			x	x	x	
ETIQUETAGEM			x			
EVIDÊNCIA						x
EVIDÊNCIA DIGITAL						x
EXPEDIENTE				x		
EXPOSIÇÃO				x		
EXPOSIÇÃO DE DOCUMENTOS			x			
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS	x					
EXPURGO			x	x	x	
EXPURGO DE DOCUMENTOS					x	
EXTRATO			x	x	x	
EXTRAVIO DE DOCUMENTOS			x			
FAC-SÍMILE (7)			x	x	x	

TABELA DE OCORRÊNCIA DE TERMOS						
TERMOS	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
FANTASMA					x	
FATOR DE REDUÇÃO					x	
FATOR DE REPRODUÇÃO			x			
FAX				x	x	
FICHA	x			x		
FICHA DE CONSULTA			x			
FICHA DE LANÇAMENTO			x			
FICHA DE PROTOCOLO	x					
FICHA DE REQUISIÇÃO				x		
FICHA PERFURADA				x		
FICHA-FANTASMA (7)			x		x	
FICHA-GUIA				x		
FICHÁRIO	x		x	x	x	
FICHÁRIO DE LEITORES			x			
FICHÁRIO ROTATIVO (2)			x			
FILEIRA			x			
FILME			x	x	x	
FILME CINEMATOGRAFICO			x		x	
FILME DE ACETATO				x	x	
FILME DE NITRATO				x	x	
FILME DE POLIÉSTER				x		
FILME DE SAIS DE PRATA				x	x	
FILME DE SEGURANÇA				x	x	
FILME DIAZO			x	x	x	
FILME INVERSÍVEL					x	
FILME MATRIZ				x	x	
FILME NÃO REVERSÍVEL			x			
FILME POLIÉSTER					x	
FILME PRATA			x			
FILME REVERSÍVEL					x	
FILME STRIP			x			

TABELA DE OCORRÊNCIA DE TERMOS						
TERMOS	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
FILME UNITIZADO				x		
FILME VESICULAR			x	x	x	
FILME-CÓPIA				x		
FILMOTECA				x	x	
FITA AUDIOMAGNÉTICA					x	
FITA DE ÁUDIO				x	x	
FITA DE VÍDEO			x	x	x	
FITA MAGNÉTICA			x	x	x	
FITA PERFURADA (2)			x	x		
FITA SONORA				x	x	
FITA VIDEOMAGNÉTICA					x	
FIXIDEZ						x
FLASH				x	x	
FLUXO DE TRABALHO				x		
FLUXOGRAMA				x		
FOLHA			x	x	x	
FOLHA DE GUARDA				x	x	
FOLHA DE PAPEL			x			
FOLHETO					x	
FOLIAÇÃO			x	x	x	
FÓLIO (7)			x		x	
FONOTECA					x	
FORMA				x		
FORMA DOCUMENTAL						x
FORMA FÍSICA						x
FORMA FIXA						x
FORMA INTELECTUAL						x
FORMATO			x	x	x	
FORMATO DE ARQUIVO					x	x
FORMATO NORMALIZADO DO PAPEL				x		

TABELA DE OCORRÊNCIA DE TERMOS						
TERMOS	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
FORMULÁRIO			x	x		
FOTOCÓPIA			x	x	x	
FOTOGRAFIA			x	x	x	
FOTOGRAFIA AÉREA			x	x	x	
FOTOGRAFIA ESTEREOSCÓPICA					x	
FOTOGRAMA			x	x	x	
FOTOGRAMETRIA					x	
FOTOTECA				x	x	
FOXING				x		
FRAGMENTAÇÃO			x			
FUMIGAÇÃO			x	x	x	
FUNÇÃO						x
FUNCIONOGRAMA				x		
FUNDO	x	x	x	x	x	x
FUNDO ABERTO				x	x	
FUNDO ARQUIVÍSTICO						x
FUNDO FECHADO				x	x	
GENEALOGIA			x		x	
GÊNERO	x					
GÊNERO DE DOCUMENTOS		x				
GÊNERO DOCUMENTAL				x	x	
GERAÇÃO			x	x	x	
GERENTE DE DOCUMENTOS			x			
GESTÃO DA INFORMAÇÃO			x		x	
GESTÃO DE ARQUIVOS (7)			x		x	
GESTÃO DE CORRESPONDÊNCIA			x			
GESTÃO DE DEPÓSITOS					x	
GESTÃO DE DOCUMENTOS			x	x	x	x
GESTÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVOS CORRENTES			x			
GESTÃO DE DOCUMENTOS VITAIS			x			
GOVERNO ELETRÔNICO						x

TABELA DE OCORRÊNCIA DE TERMOS						
TERMOS	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
GRAU DE REDUÇÃO				x		
GRAU DE SIGILO				x	x	
GRAVAÇÃO SONORO			x			
GRAVURA					x	
GRUPO	x			x	x	
GRUPO DE MANUSCRITOS			x			
GUARDA			x		x	
GUARNECER			x			
GUIA	x	x	x	x	x	x
GUIA DE PONTOS				x		
GUIA-FORA (7)	x		x	x	x	
HARDWARE			x	x		
HERÁLDICA			x		x	
HERANÇA DE FUNDOS					x	
HIGIENIZAÇÃO			x	x	x	
HIGRÔMETRO			x	x		
HIPERTEXTO						x
HISTÓRIA ARQUIVÍSTICA						x
HISTÓRIA ORAL			x			
HOLÓGRAFO			x	x	x	
IDADE DOS DOCUMENTOS				x		
IDENTIDADE						x
IDENTIFICAÇÃO					x	
IDENTIFICADOR DE DOSSIÊ						x
IMAGEM			x	x	x	
IMAGEM DE ABERTURA					x	
IMAGEM DE ENCERRAMENTO					x	
IMPRESCRITIBILIDADE			x	x	x	
IMPRESSÃO			x		x	
IMPRESSO			x	x	x	

TABELA DE OCORRÊNCIA DE TERMOS						
TERMOS	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
IMPRESSORA				x		
IMUNIZAÇÃO			x			
INALIENABILIDADE			x	x	x	
INCINERAÇÃO			x	x		
INCORPORAÇÃO					x	x
INCUNÁBULO					x	
INDEXAÇÃO				x	x	
ÍNDICE	x	x	x	x	x	
ÍNDICE DE ARQUIVO			x			
ÍNDICE GERAL			x			
ÍNDICE TOPOGRÁFICO			x			
INDIVISIBILIDADE ARQUIVÍSTICA				x		
IN-FÓLIO				x	x	
INFORMAÇÃO			x	x	x	x
INFORMAÇÃO ARMAZENADA ELETRONICAMENTE						x
INFORMÁTICA				x		
INFORMATIZAÇÃO				x		
INSTRUÇÃO (2)	x					
INSTRUMENTO			x	x		x
INSTRUMENTO DE GESTÃO				x		
INSTRUMENTO DE PESQUISA		x	x	x	x	x
INSTRUMENTO DE RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO					x	
INSTRUMENTO PARTICULAR				x		
INSTRUMENTO PÚBLICO				x		
INTEGRIDADE						x
INTEGRIDADE ARQUIVÍSTICA			x	x	x	
INTEGRIDADE DO FUNDO					x	
INTEGRIDADE DO SISTEMA						x
INTERMEDIÁRIO				x		
INTERNEGATIVO			x			
INVENTÁRIO	x		x	x	x	x

TABELA DE OCORRÊNCIA DE TERMOS						
TERMOS	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
INVENTÁRIO ANALÍTICO		x		x	x	
INVENTÁRIO CRONOLÓGICO			x			
INVENTÁRIO ESPECIAL			x			
INVENTÁRIO NUMÉRICO			x			
INVENTÁRIO SUMÁRIO		x	x	x	x	
INVENTÁRIO TOPOGRÁFICO	x		x	x	x	x
ITEM DOCUMENTAL		x	x	x	x	
JAQUETA			x	x	x	
JAQUETA TABULÁVEL					x	
JORNAL			x			
JUNTADA				x	x	
JURISDIÇÃO ARQUIVÍSTICA				x	x	
JURISDIÇÃO DO ARQUIVO			x			
LABORATÓRIO DE RESTAURAÇÃO			x	x		
LAMINAÇÃO	x		x	x	x	
LÂMPADA ULTRAVIOLETA			x	x		
LEGADO	x	x	x	x	x	
LEGENDA			x			
LEGISLAÇÃO ARQUIVÍSTICA			x	x		
LEI	x					
LEITOR			x		x	
LEITOR COPIADOR			x			
LEITOR COPIADOR DE MICROFORMAS				x		
LEITOR DE MICROFORMAS				x		
LETREIRO				x		
LEVANTAMENTO DOCUMENTAL			x			
LIMPEZA	x					
LIOFILIZAÇÃO				x	x	
LISTA			x			
LISTA CONTROLE			x			

TABELA DE OCORRÊNCIA DE TERMOS						
TERMOS	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
LISTA DE ELIMINAÇÃO		x	x	x	x	
LISTA DE RECENSEAMENTO			x			
LISTA DE RECOLHIMENTO			x	x		
LISTA DE TRANSFERÊNCIA			x	x		
LISTA DESCRITIVA			x			
LISTAGEM				x		
LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO					x	
LISTAGEM DESCRITIVA DO ACERVO					x	
LITÍGIO ARQUIVÍSTICO				x		
LIVRE ACESSO	x					
LIVRO				x		
LIVRO CAIXA			x			
LIVRO DE REGISTRO			x		x	x
LIVRO DIÁRIO			x			
LIVRO RAZÃO			x			
LOCAL				x		
LOG						x
MACERAÇÃO			x	x		
MAÇO	x		x	x		
MAGAZINE				x		
MAGNIFICAÇÃO				x		
MAINFRAME				x		
MANCHADO			x			
MANDADO	x		x			
MANDATO	x					
MANIFESTO	x					
MANUSCRITO			x	x	x	
MANUSCRITO LITERÁRIO			x			
MAPA			x	x	x	
MAPA DE ORIENTAÇÃO			x			
MAPOTECA			x	x	x	

TABELA DE OCORRÊNCIA DE TERMOS						
TERMOS	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
MARCA-D'ÁGUA (7)			x	x	x	
MARGINÁLIA				x	x	
MATRIZ			x	x	x	
MATRIZ DE SEGUNDA GERAÇÃO					x	
MATRIZ DE SELO			x		x	x
MEIOS DE PESQUISA (6)	x					
MEMORANDO	x		x			
MEMÓRIA			x	x		
MENSURAÇÃO					x	
MESA DE SUCCÃO				x		
METADADOS					x	x
MÉTODO ALFABÉTICO				x	x	
MÉTODO ALFABÉTICO NUMÉRICO				x		
MÉTODO ALFANUMÉRICO				x	x	
MÉTODO CRONOLÓGICO				x		
MÉTODO DE ARQUIVAMENTO				x	x	
MÉTODO DECIMAL				x	x	
MÉTODO DÍGITO-TERMINAL				x	x	
MÉTODO DUPLEX				x	x	
MÉTODO ESTRUTURAL				x	x	
MÉTODO FUNCIONAL				x	x	
MÉTODO GEOGRÁFICO				x	x	
MÉTODO IDEOGRÁFICO					x	
MÉTODO NUMERALFA					x	
MÉTODO NUMÉRICO-CRONOLÓGICO				x	x	
MÉTODO NUMÉRICO-SIMPLES				x	x	
MÉTODO POR ASSUNTO				x	x	
MÉTODO SOUNDEX					x	
MÉTODO TEMÁTICO				x	x	
MÉTODO UNITERMO				x	x	

TABELA DE OCORRÊNCIA DE TERMOS						
TERMOS	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
MÉTODO VARIADIX					x	
METODOLOGIA ARQUIVÍSTICA						x
METRO CÚBICO			x	x	x	
METRO LINEAR			x	x	x	
METROLOGIA			x			
MICROCOMPUTADOR			x	x		
MICROCÓPIA			x	x	x	
MICROFICHA			x	x	x	x
MICROFICHA OPACA			x			
MICROFILMAGEM				x	x	
MICROFILMAGEM ADMINISTRATIVA			x			
MICROFILMAGEM DE COMPLEMENTAÇÃO			x			
MICROFILMAGEM DE COMPLEMENTO				x		
MICROFILMAGEM DE CONSERVAÇÃO				x		
MICROFILMAGEM DE ENTRADA DE COMPUTADOR			x			
MICROFILMAGEM DE PRESERVAÇÃO			x			
MICROFILMAGEM DE REFERÊNCIA			x	x		
MICROFILMAGEM DE SAÍDA DE COMPUTADOR			x			
MICROFILMAGEM DE SEGURANÇA			x	x		
MICROFILMAGEM DE SUBSTITUIÇÃO			x	x		
MICROFILME			x	x	x	x
MICROFILME DE CÂMARA				x		
MICROFILME DE COMPLEMENTO					x	
MICROFILME DE PRESERVAÇÃO					x	x
MICROFILME DE SEGURANÇA					x	
MICROFILME DE SUBSTITUIÇÃO					x	
MICROFILME INTERMEDIÁRIO				x		
MICROFILME NEGATIVO				x	x	
MICROFILME ORIGINAL				x		
MICROFILME POSITIVO			x	x	x	
MICROFILME UNITIZADO			x			

TABELA DE OCORRÊNCIA DE TERMOS						
TERMOS	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
MICROFLME NEGATIVO			x			
MICROFORMA			x	x	x	
MICROGRAFIA					x	
MICROGRÁFICA			x	x		
MICROIMAGEM			x	x		
MICROPROCESSADOR				x		
MICROPUBLICAÇÃO			x	x		
MIGRAÇÃO						x
MIGRAÇÃO TRANSFORMATIVA						x
MINICOMPUTADOR			x	x		
MINUTA	x		x	x	x	x
MODEM				x		
MOLDAGEM DE SELO			x			
MONITOR DE VÍDEO				x		
MONTANTE			x			
MOUSE				x		
MOVIMENTAÇÃO				x	x	
MULTIMÍDIA				x		
MUSEU DE ARQUIVOS			x			
NÃO-REPÚDIO						x
NEGATIVO			x	x	x	
NEGATIVO MATRIZ					x	
NÍVEL DE ARRANJO					x	x
NÍVEL DE DESCRIÇÃO					x	x
NIVELAMENTO			x			
NOD				x		
NOTA	x		x			
NOTA À MARGEM			x			
NOTAÇÃO (7)	x	x	x	x	x	
NOTAÇÃO BINÁRIA				x		

TABELA DE OCORRÊNCIA DE TERMOS						
TERMOS	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
NOTAÇÃO FÍSICA					x	
NOTAÇÃO LÓGICA					x	
NOTARIADO				x		
NOTIFICAÇÃO	x					
NÚCLEO			x	x	x	
NÚCLEO ABERTO			x			
NÚCLEO FECHADO			x			
NÚCLEOS DOCUMENTAIS DE ARQUIVO DO ESTADO			x			
NUMERICAL OPTICAL DISK (1)				x		
NÚMERO DE REGISTRO DE ENTRADA DE DOCUMENTOS						x
NUMISMÁTICA			x		x	
OBTURAÇÃO			x	x	x	
OFÍCIO	x					
ONOMÁSTICA			x		x	
OPISTÓGRAFO					x	
ORDEM DE SERVIÇO (2)	x					
ORDEM DICIONÁRIA					x	
ORDEM ENCICLOPÉDICA					x	
ORDENAÇÃO				x		
ORDENAÇÃO ALFABÉTICA				x		
ORDENAÇÃO CRONOLÓGICA				x		
ORDENAÇÃO GEOGRÁFICA				x		
ORDENAÇÃO PELO SISTEMA NUMÉRICO CRONOLÓGICO				x		
ORDENAÇÃO TEMÁTICA				x		
ORDENAÇÃO TEMÁTICA DICIONÁRIA				x		
ORDENAÇÃO TEMÁTICA ENCICLOPÉDICA				x		
ORDENANÇA			x			
ORDENAÇÃO PELO SISTEMA NUMÉRICO SIMPLES				x		
ORGANICIDADE				x	x	
ORGANOGRAMA				x		
ORIGINADOR						x

TABELA DE OCORRÊNCIA DE TERMOS						
TERMOS	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
ORIGINAL			x	x	x	x
ORIGINAL DE CÂMARA					x	
ORIGINALIDADE						x
PACOTILHA				x		
PÁGINA			x	x	x	
PAGINAÇÃO			x	x	x	
PALAVRA DE COMPUTADOR				x		
PALAVRA-CHAVE			x	x	x	
PALEOGRAFIA			x	x	x	
PALIMPSESTO			x	x	x	
PAPÉIS			x			
PAPÉIS PESSOAIS			x			
PAPEL			x	x		
PAPEL DESACIDIFICADO			x			
PAPEL DURÁVEL			x			
PAPEL NEUTRO				x	x	
PAPEL TIMBRADO			x	x		
PAPIRO			x	x	x	
PARECER	x					
PASTA	x		x	x		
PATRIMÔNIO ARQUIVÍSTICO			x	x	x	
PATRIMÔNIO ARQUIVÍSTICO COMUM					x	
PC				x		
PÉ	x					
PEAGÂMETRO				x		
PEÇA			x	x	x	
PELÍCULA				x	x	
PERGAMINHO			x	x	x	
PERIFÉRICO				x		
PERÍODO DE RETENÇÃO					x	

TABELA DE OCORRÊNCIA DE TERMOS						
TERMOS	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
PERTINÊNCIA FUNCIONAL					x	
PERTINÊNCIA TERRITORIAL			x	x	x	
PESQUISA	x					
PESQUISADOR				x	x	
PESSOA AUTORIZADA						x
PESSOA JURÍDICA						x
PETIÇÃO			x			
PH				x	x	
PH METRO			x			
PLANIFICAÇÃO					x	
PLANO					x	
PLANO DE ARMAZENAMENTO			x		x	
PLANO DE ARQUIVAMENTO				x		
PLANO DE CLASSIFICAÇÃO	x		x	x	x	x
PLANO DE CONTROLE DE DESASTRE					x	
PLANO DE DESASTRE					x	
PLANO DE DESTINAÇÃO				x	x	
PLANO DE EMERGÊNCIA			x		x	x
PLANO DE OCUPAÇÃO DE DEPÓSITOS					x	
PLANO GERAL DE ARQUIVO			x			
PLANTA			x	x	x	
POLARIDADE					x	
PONTO DE ACESSO					x	x
PORTA LIVRO			x			
PORTA-FÓLIO				x		
PORTARIA	x					
POSIÇÃO	x					
POSITIVO			x	x	x	
POSTER				x		
POTENCIAL HIDROGENIÔNICO				x		
PRATELEIRA			x	x		

TABELA DE OCORRÊNCIA DE TERMOS						
TERMOS	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
PRATELEIRA DUPLA			x			
PRAZO DE ELIMINAÇÃO			x		x	
PRAZO DE GUARDA					x	
PRAZO DE RETENÇÃO			x	x	x	
PRÉ-ARQUIVAMENTO			x			
PRÉ-ARQUIVO				x	x	
PRECEDENTE	x					
PREPARAÇÃO DO ORIGINAL			x			
PRESCRIÇÃO				x	x	
PRESERVAÇÃO			x	x	x	x
PRESERVAÇÃO ARQUIVÍSTICA						x
PRESERVAÇÃO DIGITAL						x
PRESERVADOR						x
PRESUNÇÃO DE AUTENTICIDADE						x
PRINCÍPIO DA ORDEM ORIGINAL						x
PRINCÍPIO DA PERTINÊNCIA					x	x
PRINCÍPIO DA PROVENIÊNCIA				x	x	x
PRINCÍPIO DA REVERSIBILIDADE					x	
PRINCÍPIO DE PERTINÊNCIA			x			
PRINCÍPIO DE PROVENIÊNCIA			x			
PRINCÍPIO DE RESPEITO À ESTRUTURA ARQUIVÍSTICA			x			
PRINCÍPIO DO RESPEITO À ORDEM ORIGINAL				x	x	x
PRINCÍPIO DO RESPEITO AOS FUNDOS				x	x	
PRINCÍPIO TEMÁTICO					x	
PRIVACIDADE					x	
PROCEDÊNCIA (2)			x		x	
PROCESSAMENTO ARQUIVÍSTICO			x		x	
PROCESSAMENTO AUTOMÁTICO DE DADOS			x			
PROCESSAMENTO DE DADOS				x	x	
PROCESSAMENTO TÉCNICO				x	x	x

TABELA DE OCORRÊNCIA DE TERMOS						
TERMOS	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
PROCESSO (2)	x	x	x	x	x	
PROCESSO ELETROSTÁTICO			x	x	x	
PROCESSO ENCERRADO						x
PROCESSO FOTOSTÁTICO				x		
PRODUTOR					x	
PRODUZIR DOCUMENTOS						x
PROGRAMA			x			
PROGRAMA DE COMPUTADOR			x	x		
PROJEÇÃO	x					
PROPRIETÁRIO						x
PROTEÇÃO DE DADOS			x	x	x	
PROTEÇÃO LEGAL DOS ARQUIVOS			x	x	x	
PROTOCOLO	x	x	x	x	x	x
PROTOCOLO CENTRAL						x
PROVENANCE	x					
PROVENIÊNCIA (2)		x	x	x	x	x
PROVENIÊNCIA FUNCIONAL			x		x	
PROVENIÊNCIA TERRITORIAL			x	x	x	
PUBLICAÇÃO EM MICROFILME				x		
QUADRO DE ARRANJO				x	x	x
QUADRO DE ARRANJO NORMATIZADO			x			
QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO			x	x		
QUADRO DE FUNDOS				x		
QUALIDADE ARQUIVÍSTICA			x	x	x	
QUANTIFICAÇÃO					x	
QUESTIONÁRIO			x			
QUIRÓGRAFO			x			
RASCUNHO			x	x	x	x
REAVALIAÇÃO						x
RECEBIMENTO	x					
RECENSEAMENTO (2)			x			

TABELA DE OCORRÊNCIA DE TERMOS						
TERMOS	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
RECENSEAMENTO ARQUIVÍSTICO			x			
RECIBO DE EMPRÉSTIMO	x					
RECLASSIFICAÇÃO			x		x	
RECOLHIMENTO	x	x	x	x	x	x
RECOLHIMENTO COMPLEMENTAR			x			
RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO			x	x	x	
REDATOR						x
REDE				x		
REDE DE ARQUIVOS				x		
REDUÇÃO				x	x	
REDUÇÃO DO GRAU DE SIGILO			x			
REENCOLAGEM					x	
REENFIBRAGEM				x		
REFERÊNCIA CRUZADA	x					
REFORÇO DE BORDAS			x			
REFORÇO DE BORDOS				x		
REGIMENTO	x					
REGISTRATUR					x	x
REGISTRO	x		x	x	x	x
REGISTRO CIVIL			x	x		
REGISTRO DE AUTORIDADE					x	x
REGISTRO DE ENTRADA			x			
REGISTRO DE ENTRADA DE DOCUMENTOS				x	x	x
REGISTRO DE IMÓVEIS			x			
REGISTRO PAROQUIAL			x	x		
REGISTRO SONORO			x			
REGISTRO TOPOGRÁFICO				x		
REGULAMENTO	x					
REINTEGRAÇÃO (5)			x	x	x	
REIVINDICAÇÃO			x			

TABELA DE OCORRÊNCIA DE TERMOS						
TERMOS	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
RELAÇÃO DE RECOLHIMENTO				x	x	
RELAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA				x	x	
RELAÇÃO ORGÂNICA						x
RELATÓRIO	x		x			
RELATÓRIO DE COMPUTADOR			x			
REMISSIVA	x			x		
REPERTÓRIO (2)	x	x	x	x	x	
REPERTÓRIO CRONOLÓGICO			x		x	
REPERTÓRIO NUMÉRICO			x		x	
REPLICAÇÃO REMOTA						x
REPOSIÇÃO			x			
REPOSITÓRIO				x		
REPRODUÇÃO	x		x	x	x	x
REPROGRAFIA			x	x	x	
REQUERIMENTO	x					
REQUISICÃO DE CONSULTA	x		x		x	
RESOLUÇÃO	x		x	x	x	
RESPECT DES FONDS	x			x		
RESPECT DES FONDS D'ARCHIVES		x				
RESPEITO À ORDEM ORIGINAL					x	
RESPEITO À PRIVACIDADE				x		
RESPEITO AOS FUNDOS					x	
RESTABELECIMENTO DA ORDEM ORIGINAL (5)			x			
RESTAURAÇÃO	x		x	x	x	
RESTRIÇÃO DE ACESSO				x	x	
RESUMO				x	x	
REVELAÇÃO				x	x	
REVISÃO			x			
REVISÃO DE ARQUIVO			x			
ROLO			x	x		
SAÍDA DE DADOS			x			

TABELA DE OCORRÊNCIA DE TERMOS						
TERMOS	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
SALA DE CONSULTAS (7)			x	x	x	
SALA DE INSTRUMENTOS DE PESQUISA (7)			x	x	x	
SALA DE LEITURA					x	
SALA DE PESQUISA					x	
SECAGEM A FRIO					x	
SECAGEM A VÁCUO (7)			x	x	x	
SECAGEM POR CONGELAMENTO				x	x	
SEÇÃO				x	x	x
SELAGEM			x			
SELEÇÃO	x	x		x	x	x
SELO				x	x	x
SELO ELETRÔNICO						x
SELO FISCAL					x	
SELO POSTAL					x	
SÉRIE	x	x	x	x	x	x
SERVIÇO DE APOIO CULTURAL				x		
SERVIÇO DE REFERÊNCIA			x	x	x	x
SERVIÇO EDUCATIVO			x	x	x	
SIGILOGRAFIA			x		x	
SIGLA				x	x	
SÍMBOLO	x	x				
SINAL DE VALIDAÇÃO				x		
SINAL DIGITAL				x		
SINALÉTICA			x	x	x	
SINALÉTICA BIBLIOGRÁFICA					x	
SINALÉTICA VISUAL					x	
SISTEMA	x					
SISTEMA ANALÓGICO						x
SISTEMA DE ARQUIVAMENTO					x	x
SISTEMA DE ARQUIVOS				x	x	

TABELA DE OCORRÊNCIA DE TERMOS						
TERMOS	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
SISTEMA DE ARRANJO					x	
SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO						x
SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO DECIMAL (6)	x					
SISTEMA DE DETECÇÃO DE INCÊNDIO				x		
SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME DE INCÊNDIO			x			
SISTEMA DE EXTINÇÃO DE INCÊNDIO			x	x		
SISTEMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS					x	
SISTEMA DE RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO			x		x	
SISTEMA JURÍDICO						x
SISTEMA OPERACIONAL				x		
SLIDE					x	
SOFTWARE			x	x		
SPRINKLER			x			
STATUS DE TRANSMISSÃO						x
SUBCLASSE					x	
SUBFUNDO					x	
SUBGRUPO			x	x	x	
SUBSEÇÃO					x	
SUBSÉRIE (7)			x	x	x	x
SUCCESSÃO ARQUIVÍSTICA			x	x	x	
SÚPLICA	x					
SUPORTE			x	x	x	x
SUPORTE DE ARMAZENAMENTO						x
TABELA DE EQUIVALÊNCIA	x	x	x	x	x	x
TABELA DE TEMPORALIDADE		x	x	x	x	x
TABELIONATO				x		
TAB-JAC					x	
TABULATING-JACKET					x	
TECLADO				x		
TÉCNICO DE ARQUIVO		x		x	x	
TEMPORALIDADE					x	

TABELA DE OCORRÊNCIA DE TERMOS						
TERMOS	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
TEORIA DAS TRÊS IDADES				x	x	
TERMINAL DE TELEPROCESSAMENTO				x		
TERMINAL DE VÍDEO				x		
TERMO	x					
TERMO DE ABERTURA				x	x	
TERMO DE DOAÇÃO					x	
TERMO DE ELIMINAÇÃO				x	x	
TERMO DE ENCERRAMENTO				x	x	
TERMO DE RECOLHIMENTO					x	
TERMO DE TRANSFERÊNCIA					x	
TERMOGRAFIA			x	x	x	
TESAURO				x	x	
TEXTO				x		
THESAURUS			x			
TIMBRE (2)	x					
TIPO DOCUMENTAL				x	x	
TIPOLOGIA DOCUMENTAL				x		
TIPOS DE ARQUIVAMENTO	x					
TIRA DE FILME				x	x	
TIRA DE MICROFILME			x	x	x	
TIRAS DE INSERÇÃO	x					
TÍTULO			x	x	x	
TOPOGRÁFICO					x	
TOPONÍMIA					x	
TRADIÇÃO DOCUMENTAL				x		
TRAMITAÇÃO				x	x	
TRÂMITE					x	
TRANSAÇÃO			x			
TRANSCRIÇÃO			x	x	x	
TRANSFERÊNCIA	x	x		x	x	x

TABELA DE OCORRÊNCIA DE TERMOS						
TERMOS	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
TRANSLITERAÇÃO					x	
TRANSMISSÃO						x
TRANSPARÊNCIA			x	x	x	
TRASLADO			x	x		
TRATAMENTO ARQUIVÍSTICO					x	
TRATAMENTO DOCUMENTAL				x		
TRATAMENTO TÉCNICO					x	
TRIAGEM		x	x	x	x	
TRILHA DE AUDITORIA						x
TRITURAÇÃO			x	x	x	
ULTRAFICHA			x	x	x	
UMIDADE RELATIVA			x	x	x	
UMIDIFICAÇÃO			x	x	x	
UNICIDADE				x		
UNIDADE	x					
UNIDADE CENTRAL DE PROCESSAMENTO				x		
UNIDADE CUSTODIADORA					x	
UNIDADE DE ARQUIVAMENTO		x		x	x	
UNIDADE DE DESCRIÇÃO				x	x	x
UNIDADE DE INSTALAÇÃO					x	
UNIDADE DOCUMENTAL DE ENSINO			x			
UNIDADE PERIFÉRICA				x		
UNIDADE PRODUTORA					x	
UNIDADE PROTOCOLIZADORA					x	
UNITERMO					x	
USUÁRIO			x	x	x	
VALIDADOR						x
VALOR ADMINISTRATIVO			x	x	x	x
VALOR ARQUIVÍSTICO			x		x	
VALOR DE HASH						x
VALOR DO PH					x	

TABELA DE OCORRÊNCIA DE TERMOS						
TERMOS	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
VALOR FINANCEIRO						x
VALOR FISCAL			x	x	x	
VALOR HISTÓRICO				x	x	
VALOR IMEDIATO				x		
VALOR INFORMATIVO			x	x	x	x
VALOR INSTRÍNSECO			x			
VALOR INTRÍNSECO				x	x	
VALOR JURÍDICO				x		
VALOR LEGAL			x	x	x	x
VALOR MEDIATO				x		
VALOR PERMANENTE			x	x	x	x
VALOR PH			x			
VALOR PRIMÁRIO			x	x	x	x
VALOR PROBATÓRIO			x	x	x	x
VALOR SECUNDÁRIO			x	x	x	x
VALORAÇÃO			x			
VELATURA			x	x	x	
VELINO			x	x	x	
VERBETE				x	x	
VETO	x					
VIDEO TAPE			x			
VIDEOCASSETE				x		
VIDEODISCO (7)			x	x	x	
VIDEOTEIPE				x	x	
VIDIMUS			x			
VIGÊNCIA				x		
VISOR			x			
VITRINA			x	x		
VOCABULÁRIO CONTROLADO				x	x	
VOLUME			x	x	x	x

TABELA DE OCORRÊNCIA DE TERMOS						
TERMOS	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT
WINCHESTER				x		
WORKFLOW				x		
XEROGRAFIA			x	x		
XEROX					x	
XML						x
ZELADOR			x			
Total de termos em comum: 1.255						

Fonte: elaboração própria.

APÊNDICE B – Relatório de Termos em Comum

Os termos em comum às publicações selecionadas, verificados a partir da Tabela de Ocorrência de Termos (Apêndice A), estão apresentados nos quadros a seguir, divididos de acordo com as combinações que resultaram em coincidência de termos.

O Quadro 1 indica a relação dos quadros seguintes com as combinações e os respectivos números dos termos em comum.

Quadro 1 – Índice dos quadros e combinações das publicações							
Quadro	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT	Termos em comum
Quadro 1.1	x	x	x	x	x	x	17
Quadro 1.2	x		x	x	x	x	8
Quadro 1.3	x	x		x	x	x	2
Quadro 1.4		x	x	x	x	x	12
Quadro 1.5	x	x	x	x	x		10
Quadro 1.6			x	x	x	x	30
Quadro 1.7		x		x	x	x	1
Quadro 1.8	x		x	x	x		8
Quadro 1.9		x	x	x	x		12
Quadro 1.10	x		x		x	x	1
Quadro 1.11				x	x	x	15
Quadro 1.12	x			x	x		1
Quadro 1.13			x	x	x		131
Quadro 1.14		x		x	x		3
Quadro 1.15			x	x		x	2
Quadro 1.16	x		x	x			4
Quadro 1.17		x	x	x			1
Quadro 1.18	x				x	x	1
Quadro 1.19			x		x	x	4
Quadro 1.20	x		x		x		1
Quadro 1.21		x	x		x		1
Quadro 1.22				x	x		100
Quadro 1.23				x		x	5
Quadro 1.24	x			x			3
Quadro 1.25			x	x			56
Quadro 1.26					x	x	21
Quadro 1.27	x				x		1
Quadro 1.28			x		x		37

Quadro 1 – Índice dos quadros e combinações das publicações							
Quadro	CBA	ABNT	DBAH	DTA	DBTA	MAT	Termos em comum
Quadro 1.29	x		x				12
Quadro 1.30	x	x					2
Quadro 1.31		x	x				1

Fonte: elaboração própria.

Quadro 1.1 – Termos em comum entre DTA, DBTA, MAT, CBA, DBAH e ABNT
ARQUIVO
ARQUIVO CORRENTE
ARQUIVOLOGIA
ARRANJO
CLASSIFICAÇÃO
COLEÇÃO
CÓPIA
DATAS-LIMITE
DESCRIÇÃO
DOCUMENTO
DOSSIÊ
FUNDO
GUIA
PROTOCOLO
RECOLHIMENTO
SÉRIE
TABELA DE EQUIVALÊNCIA

Fonte: elaboração própria.

Quadro 1.2 – Termos em comum entre DTA, DBTA, MAT, CBA e DBAH
AMOSTRAGEM
AQUISIÇÃO
INVENTÁRIO
INVENTÁRIO TOPOGRÁFICO
MINUTA
PLANO DE CLASSIFICAÇÃO
REGISTRO
REPRODUÇÃO

Fonte: elaboração própria.

Quadro 1.3 – Termos em comum entre DTA, DBTA, MAT, CBA e ABNT
SELEÇÃO
TRANSFERÊNCIA

Fonte: elaboração própria.

Quadro 1.4 – Termos em comum entre DTA, DBTA, MAT, DBAH e ABNT
ACERVO
ACESSO
ARQUIVISTA
ARQUIVO INTERMEDIÁRIO
ARQUIVO PRIVADO
AVALIAÇÃO
DEPÓSITO
DESTINAÇÃO
DOCUMENTO OFICIAL
INSTRUMENTO DE PESQUISA
PROVENIÊNCIA
TABELA DE TEMPORALIDADE

Fonte: elaboração própria.

Quadro 1.5 – Termos em comum entre DTA, DBTA, CBA, DBAH e ABNT
ARQUIVÍSTICA
CATÁLOGO
DESCARTE
DOAÇÃO
ELIMINAÇÃO
ÍNDICE
LEGADO
NOTAÇÃO
PROCESSO
REPERTÓRIO

Fonte: elaboração própria.

Quadro 1.6 – Termos em comum entre DTA, DBTA, MAT e DBAH
ANEXO
ASSINATURA
AUTENTICAÇÃO
BASE DE DADOS
CONSERVAÇÃO
CÓPIA FIGURADA
CUSTÓDIA

DADO
DIPLOMÁTICA
DIREITO AUTORAL
ENCAPSULAÇÃO
ENTRADA DE DOCUMENTOS
GESTÃO DE DOCUMENTOS
INFORMAÇÃO
MICROFICHA
MICROFILME
ORIGINAL
PRESERVAÇÃO
RASCUNHO
SERVIÇO DE REFERÊNCIA
SUBSÉRIE
SUPORTE
VALOR ADMINISTRATIVO
VALOR INFORMATIVO
VALOR LEGAL
VALOR PERMANENTE
VALOR PRIMÁRIO
VALOR PROBATÓRIO
VALOR SECUNDÁRIO
VOLUME

Fonte: elaboração própria.

Quadro 1.7 – Termos em comum entre DTA, DBTA, MAT e ABNT
DOCUMENTO PÚBLICO

Fonte: elaboração própria.

Quadro 1.8 – Termos em comum entre DTA, DBTA, CBA e ABNT
APOSTILA
DESACIDIFICAÇÃO
DESINFECÇÃO
FICHÁRIO
GUIA-FORA
LAMINAÇÃO
RESOLUÇÃO

RESTAURAÇÃO

Fonte: elaboração própria.

Quadro 1.9 – Termos em comum entre DTA, DBTA, DBAH e ABNT
ADMINISTRAÇÃO DE ARQUIVOS
ADMINISTRAÇÃO DE DOCUMENTOS
ARQUIVAMENTO
ARQUIVO PERMANENTE
AUTÓGRAFO
COPIADOR
DESCCLASSIFICAÇÃO
DOCUMENTO SIGILOSO
INVENTÁRIO SUMÁRIO
ITEM DOCUMENTAL
LISTA DE ELIMINAÇÃO
TRIAGEM

Fonte: elaboração própria.

Quadro 1.10 – Termos em comum entre DBTA, MAT, CBA e DBAH
CLASSE

Fonte: elaboração própria.

Quadro 1.11 – Termos em comum entre DTA, DBTA e MAT
ARQUIVO CORRENTE
AUTOR
BACKUP
CÓPIA DE SEGURANÇA
DATA CRÔNICA
DOCUMENTO CLASSIFICADO
DOCUMENTO PRIVADO
PRINCÍPIO DA PROVENIÊNCIA
PRINCÍPIO DO RESPEITO À ORDEM ORIGINAL
PROCESSAMENTO TÉCNICO
QUADRO DE ARRANJO
REGISTRO DE ENTRADA DE DOCUMENTOS
SEÇÃO
SELO

UNIDADE DE DESCRIÇÃO

Fonte: elaboração própria.

Quadro 1.12 – Termos em comum entre DTA, DBTA e CBA
--

GRUPO

Fonte: elaboração própria.

Quadro 1.13 – Termos em comum entre DTA, DBTA e DBAH

ABREVIATURA

ACIDEZ

ACUMULAÇÃO

ADITAMENTO

ALIENAÇÃO

AMPLIAÇÃO

APENSO

ARMAZENAMENTO

ARQUIVO ADMINISTRATIVO

ARQUIVO CENTRAL

ARQUIVO DE SEGURANÇA

ARQUIVO ESTADUAL

ARQUIVO HISTÓRICO

ARQUIVO MUNICIPAL

ARQUIVO NACIONAL

ARQUIVO REGIONAL

ARQUIVO SETORIAL

BANCO DE DADOS

CÂMARA DE SEGURANÇA

CARACTERE

CARTAZ

CARTONAGEM

CARTULÁRIO

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

CIFRA

CIM

CLASSIFICAÇÃO DE SEGURANÇA

CLASSIFICAÇÃO DECIMAL

CLIMATIZAÇÃO

CÓDIGO
COM
CONTENCIOSO ARQUIVÍSTICO
CONTRA-SELO
CONTRASTE
CÓPIA CARBONO
CÓPIA FOTOSTÁTICA
CÓPIA POR CONTATO
DATA DE ACESSO
DENSIDADE
DESINFESTAÇÃO
DESUMIDIFICAÇÃO
DIPOSITIVO
DIREITO À PRIVACIDADE
DISCO MAGNÉTICO
DISCO ÓTICO
DOCUMENTAÇÃO
DOCUMENTO CONFIDENCIAL
EMPRÉSTIMO
ENCADERNAÇÃO
ENTRADA
ETIQUETA
EXPURGO
EXTRATO
FAC-SÍMILE
FILME
FILME DIAZO
FILME VESICULAR
FITA DE VÍDEO
FITA MAGNÉTICA
FOLHA
FOLIAÇÃO
FORMATO
FOTOCÓPIA
FOTOGRAFIA

FOTOGRAFIA AÉREA
FOTOGRAMA
FUMIGAÇÃO
GERAÇÃO
HIGIENIZAÇÃO
HOLÓGRAFO
IMAGEM
IMPRESCRITIBILIDADE
IMPRESSO
INALIENABILIDADE
INTEGRIDADE ARQUIVÍSTICA
JAQUETA
MANUSCRITO
MAPA
MAPOTECA
MARCA-D'ÁGUA
MATRIZ
METRO CÚBICO
METRO LINEAR
MICROCÓPIA
MICROFILME POSITIVO
MICROFORMA
NEGATIVO
NÚCLEO
OBTURAÇÃO
PÁGINA
PAGINAÇÃO
PALAVRA-CHAVE
PALEOGRAFIA
PALIMPSESTO
PAPIRO
PATRIMÔNIO ARQUIVÍSTICO
PEÇA
PERGAMINHO
PERTINÊNCIA TERRITORIAL

PLANTA
POSITIVO
PRAZO DE RETENÇÃO
PROCESSO ELETROSTÁTICO
PROTEÇÃO DE DADOS
PROTEÇÃO LEGAL DOS ARQUIVOS
PROVENIÊNCIA TERRITORIAL
QUALIDADE ARQUIVÍSTICA
RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO
REINTEGRAÇÃO
REPROGRAFIA
SALA DE CONSULTAS
SALA DE INSTRUMENTOS DE PESQUISA
SECAGEM A VÁCUO
SERVIÇO EDUCATIVO
SINALÉTICA
SUBGRUPO
SUCESSÃO ARQUIVÍSTICA
TERMOGRAFIA
TIRA DE MICROFILME
TÍTULO
TRANSCRIÇÃO
TRANSPARÊNCIA
TRITURAÇÃO
ULTRAFICHA
UMIDADE RELATIVA
UMIDIFICAÇÃO
USUÁRIO
VALOR FISCAL
VELATURA
VELINO
VIDEODISCO

Fonte: elaboração própria.

Quadro 1.14 – Termos em comum entre DTA, DBTA e ABNT
INVENTÁRIO ANALÍTICO
TÉCNICO DE ARQUIVO
UNIDADE DE ARQUIVAMENTO

Fonte: elaboração própria.

Quadro 1.15 – Termos em comum entre DTA, MAT e DBAH
CICLO VITAL DOS DOCUMENTOS
INSTRUMENTO

Fonte: elaboração própria.

Quadro 1.16 – Termos em comum entre DTA, CBA e DBAH
CARTA
DIPLOMA
MAÇO
PASTA

Fonte: elaboração própria.

Quadro 1.17 – Termos em comum entre DTA, DBAH e ABNT
DOCUMENTO DE ARQUIVO

Fonte: elaboração própria.

Quadro 1.18 – Termos em comum entre DBTA, MAT e CBA
ACESSIBILIDADE

Fonte: elaboração própria.

Quadro 1.19 – Termos em comum entre DBTA, MAT e DBAH
DIVULGAÇÃO
LIVRO DE REGISTRO
MATRIZ DE SELO
PLANO DE EMERGÊNCIA

Fonte: elaboração própria.

Quadro 1.20 – Termos em comum entre DBTA, CBA e DBAH
REQUISIÇÃO DE CONSULTA

Fonte: elaboração própria.

Quadro 1.21 – Termos em comum entre DBTA, DBAH e ABNT
CORRESPONDÊNCIA

Fonte: elaboração própria.

Quadro 1.22 – Termos em comum entre DTA e DBTA
ACONDICIONAMENTO
ANEXAÇÃO
ARQUIVO FEDERAL
ATIVIDADE-FIM
ATIVIDADE-MEIO
AUTOS
BORRADOR
CÂMARA FORTE
CARTÃO-FLASH
CARTÃO-JANELA
CINEMATECA
CÓDICE
COMPUTER INPUT MICROFILM
COMPUTER OUTPUT MICROFILM
CONSULENTE
CONSULTA
CÓPIA ELETROSTÁTICA
COPYRIGHT
COTA
DATA TÓPICA
DESCRITOR
DIGITALIZAÇÃO
DISCO
DOCUMENTO MICROGRÁFICO
DOCUMENTO OSTENSIVO
DOCUMENTO RESERVADO
DOCUMENTO SECRETO
DOCUMENTO ULTRA-SECRETO
ESPÉCIE DOCUMENTAL
FAX
FILME DE ACETATO
FILME DE NITRATO
FILME DE SAIS DE PRATA
FILME DE SEGURANÇA

FILME MATRIZ
FILMOTECA
FITA DE ÁUDIO
FITA SONORA
FLASH
FOLHA DE GUARDA
FOTOTECA
FUNDO ABERTO
FUNDO FECHADO
GÊNERO DOCUMENTAL
GRAU DE SIGILO
INDEXAÇÃO
IN-FÓLIO
JUNTADA
JURISDIÇÃO ARQUIVÍSTICA
LIOFILIZAÇÃO
MARGINÁLIA
MÉTODO ALFABÉTICO
MÉTODO ALFANUMÉRICO
MÉTODO DE ARQUIVAMENTO
MÉTODO DECIMAL
MÉTODO DÍGITO-TERMINAL
MÉTODO DUPLEX
MÉTODO ESTRUTURAL
MÉTODO FUNCIONAL
MÉTODO GEOGRÁFICO
MÉTODO NUMÉRICO-CRONOLÓGICO
MÉTODO NUMÉRICO-SIMPLES
MÉTODO POR ASSUNTO
MÉTODO TEMÁTICO
MÉTODO UNITERMO
MICROFILMAGEM
MICROFILME NEGATIVO
MOVIMENTAÇÃO
ORGANICIDADE

PAPEL NEUTRO
PELÍCULA
PESQUISADOR
PH
PLANO DE DESTINAÇÃO
PRÉ-ARQUIVO
PRESCRIÇÃO
PRINCÍPIO DO RESPEITO AOS FUNDOS
PROCESSAMENTO DE DADOS
REDUÇÃO
RELAÇÃO DE RECOLHIMENTO
RELAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA
RESTRICÇÃO DE ACESSO
RESUMO
REVELAÇÃO
SECAGEM POR CONGELAMENTO
SIGLA
SISTEMA DE ARQUIVOS
TEORIA DAS TRÊS IDADES
TERMO DE ABERTURA
TERMO DE ELIMINAÇÃO
TERMO DE ENCERRAMENTO
TESAURO
TIPO DOCUMENTAL
TIRA DE FILME
TRAMITAÇÃO
VALOR HISTÓRICO
VALOR INTRÍNSECO
VERBETE
VIDEOTEIPE
VOCABULÁRIO CONTROLADO

Fonte: elaboração própria.

Quadro 1.23 – Termos em comum entre DTA e MAT
AUTENTICIDADE
BIT
BYTE
DESTINATÁRIO
DOCUMENTO AUTÊNTICO

Fonte: elaboração própria.

Quadro 1.24 – Termos em comum entre DTA e CBA
FICHA
REMISSIVA
RESPECT DES FONDS

Fonte: elaboração própria.

Quadro 1.25 – Termos em comum entre DTA e DBAH
ATO
ATRIL
CADASTRO
CARTA GEOGRÁFICA
CARTÃO PERFURADO
CARTUCHO
COMPUTADOR
COMUNICAÇÃO
CONFIDENCIALIDADE
CÓPIA EM PAPEL
DEPÓSITO LEGAL
DIREITO À INFORMAÇÃO
DIREITO DE INSPEÇÃO
DISQUETE
DOADOR
DOCUMENTO CIFRADO
DOCUMENTO FALSO
EDIÇÃO DE DOCUMENTOS
ENTRADA-SAÍDA
ENVELOPE
ESTANTE
ESTANTE COMPACTA
ESTANTE MÓVEL

FITA PERFURADA
FORMULÁRIO
HARDWARE
HIGRÔMETRO
INCINERAÇÃO
LABORATÓRIO DE RESTAURAÇÃO
LÂMPADA ULTRAVIOLETA
LEGISLAÇÃO ARQUIVÍSTICA
LISTA DE RECOLHIMENTO
LISTA DE TRANSFERÊNCIA
MACERAÇÃO
MEMÓRIA
MICROCOMPUTADOR
MICROFILMAGEM DE REFERÊNCIA
MICROFILMAGEM DE SEGURANÇA
MICROFILMAGEM DE SUBSTITUIÇÃO
MICROGRÁFICA
MICROIMAGEM
MICROPUBLICAÇÃO
MINICOMPUTADOR
PAPEL
PAPEL TIMBRADO
PRATELEIRA
PROGRAMA DE COMPUTADOR
QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO
REGISTRO CIVIL
REGISTRO PAROQUIAL
ROLO
SISTEMA DE EXTINÇÃO DE INCÊNDIO
SOFTWARE
TRASLADO
VITRINA
XEROGRAFIA

Fonte: elaboração própria.

Quadro 1.26 – Termos em comum entre DBTA e MAT

ARQUIVO PESSOAL
ASSINATURA DIGITAL
ATESTAÇÃO
CATÁLOGO DE AUTORIDADE
CONTROLE DE AUTORIDADE
DOCUMENTO CORRENTE
DOCUMENTO DIGITAL
DOCUMENTO ELETRÔNICO
ENTIDADE CUSTODIADORA
ENTIDADE PRODUTORA
FORMATO DE ARQUIVO
INCORPORAÇÃO
METADADOS
MICROFILME DE PRESERVAÇÃO
NÍVEL DE ARRANJO
NÍVEL DE DESCRIÇÃO
PONTO DE ACESSO
PRINCÍPIO DA PERTINÊNCIA
REGISTRATUR
REGISTRO DE AUTORIDADE
SISTEMA DE ARQUIVAMENTO

Fonte: elaboração própria.

Quadro 1.27 – Termos em comum entre DBTA e CBA
DUPLICAÇÃO

Fonte: elaboração própria.

Quadro 1.28 – Termos em comum entre DBTA e DBAH
ALCALINIDADE
ARQUIVO FAMILIAR
ARQUIVO FOTOGRÁFICO
ARQUIVO TEXTUAL
CENTRO DE INFORMAÇÃO
CERTIFICAÇÃO
CRONOLOGIA
DEFINIÇÃO
DOCUMENTO ICONOGRÁFICO

DOCUMENTO PESSOAL
EMENDA
EMULSÃO
ENCOLAGEM
ESTEREOGRAMA
FICHA-FANTASMA
FILME CINEMATOGRAFICO
FÓLIO
GENEALOGIA
GESTÃO DA INFORMAÇÃO
GESTÃO DE ARQUIVOS
GUARDA
HERÁLDICA
IMPRESSÃO
LEITOR
NUMISMÁTICA
ONOMÁSTICA
PLANO DE ARMAZENAMENTO
PRAZO DE ELIMINAÇÃO
PROCEDÊNCIA
PROCESSAMENTO ARQUIVÍSTICO
PROVENIÊNCIA FUNCIONAL
RECLASSIFICAÇÃO
REPERTÓRIO CRONOLÓGICO
REPERTÓRIO NUMÉRICO
SIGILOGRAFIA
SISTEMA DE RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO
VALOR ARQUIVÍSTICO

Fonte: elaboração própria.

Quadro 1.29 – Termos em comum entre CBA e DBAH
ARQUIVOS AUDIOVISUAIS
ATA
BREVE
BULA
CALENDÁRIO
CARTA PATENTE

CERTIDÃO
DIÁRIO
MANDADO
MEMORANDO
NOTA
RELATÓRIO

Fonte: elaboração própria.

Quadro 1.30 – Termos em comum entre CBA e ABNT
ARQUIVOS EM DEPÓSITO
SÍMBOLO

Fonte: elaboração própria.

Quadro 1.31 – Termos em comum entre DBAH e ABNT
ARQUIVOS PÚBLICOS

Fonte: elaboração própria.

APÊNDICE C – Relatório de Termos Exclusivos

Os termos publicados exclusivamente em cada publicação, verificados a partir da Tabela de Ocorrência de Termos (Apêndice A), estão apresentados nos quadros a seguir.

O Quadro 1 indica os quadros respectivos a cada publicação, bem como a quantidade de termos observada.

Quadro 1 – Índice dos quadros e publicações		
Quadro	Publicações	Termos
Quadro 1.1	Terminologia Arquivística (CBA)	61
Quadro 1.2	Arquivos – Terminologia (ABNT)	3
Quadro 1.3	Dicionário de Termos Arquivísticos (DBAH)	193
Quadro 1.4	Dicionário de Terminologia Arquivística (DTA)	193
Quadro 1.5	Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DBTA)	178
Quadro 1.6	Multilingual Archival Terminology (MAT)	123

Fonte: elaboração própria.

Quadro 1.1 - Termos publicados exclusivamente no CBA
ACÓRDÃO
ALISAMENTO
ALVARÁ
ANTECEDENTE
ARCAZES
ARMÁRIO DE AÇO
ARQUIVOCONOMIA
ARQUIVOS DE CUSTÓDIA
ASSUNTO
AUTO
AVISO
CAIXAS DE TRANSFERÊNCIA
CHANCELA
CIRCULAR
CITAÇÃO
CONSTITUIÇÃO
DECRETO
DECRETO LEI

DEPÓSITO DE ARQUIVO
DEPÓSITO INTERMEDIÁRIO
DESPACHO
EDITAL
EMENTA
ESPÉCIE
ESTATUTO
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
FICHA DE PROTOCOLO
GÊNERO
INSTRUÇÃO
LEI
LIMPEZA
LIVRE ACESSO
MANDATO
MANIFESTO
MEIOS DE PESQUISA
NOTIFICAÇÃO
OFÍCIO
ORDEM DE SERVIÇO
PARECER
PÉ
PESQUISA
PORTARIA
POSIÇÃO
PRECEDENTE
PROJEÇÃO
PROVENANCE
RECEBIMENTO
RECIBO DE EMPRÉSTIMO
REFERÊNCIA CRUZADA
REGIMENTO
REGULAMENTO
REQUERIMENTO
SISTEMA

SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO DECIMAL
SÚPLICA
TERMO
TIMBRE
TIPOS DE ARQUIVAMENTO
TIRAS DE INSERÇÃO
UNIDADE
VETO

Fonte: elaboração própria

Quadro 1.2 - Termos publicados exclusivamente na ABNT
ESPÉCIE DE DOCUMENTOS
GÊNERO DE DOCUMENTOS
RESPECT DES FONDS D'ARCHIVES

Fonte: elaboração própria.

Quadro 1.3 - Termos publicados exclusivamente no DBAH
ACESSO RESTRITO
ADMINISTRADOR DE MANUSCRITOS
AGENDA
AMPLIADOR IMPRESSOR
ARMAZÉM
ARQUIVAMENTO HORIZONTAL
ARQUIVAMENTO VERTICAL
ARQUIVOS CARTOGRÁFICOS
ARQUIVOS CARTORIAIS
ARQUIVOS CINEMATOGRAFICOS
ARQUIVOS COMPUTADORIZADOS
ARQUIVOS DE EMPRESA
ARQUIVOS DE GABINETE
ARQUIVOS DE IMPRESSOS
ARQUIVOS DE TEXTOS
ARQUIVOS DIPLOMÁTICOS
ARQUIVOS ECLESIASTICOS
ARQUIVOS EMPRESARIAIS
ARQUIVOS ICONOGRAFICOS
ARQUIVOS LITERÁRIOS

ARQUIVOS MINISTERIAIS
ARQUIVOS NOTARIAIS
ARQUIVOS REMOVIDOS
ARQUIVOS TOTAIS
ARRANJO DESCONTÍNUO
ATIVIDADES CULTURAIS
AUTORIZAÇÃO DE CONSULTA
AVALIAÇÃO DOCUMENTAL
BILHETE
BORDAGEM
BROCHURA
CAIXA ARQUIVO
CÂMARA DE FUMIGAÇÃO
CÂMARA DE REPETIÇÃO
CÂMARA PLANETÁRIA
CÂMARA ROTATIVA
CAPA
CAPACIDADE DE DEPÓSITO
CARIMBAGEM
CARRETEL
CARTA RÉGIA
CARTA DE NAVEGAÇÃO
CARTA FECHADA
CARTÃO DO USUÁRIO
CARTÃO JANELA
CARTONADO
CENSO
CONSERVADOR DE MANUSCRITOS
CONSUETUDINÁRIO
CONTRA-FORTE
CONTRATO
CÓPIA DE ARQUIVO
CÓPIA DE MICROFILME DE SEGURANÇA
CORREDOR
CORREDOR PRINCIPAL E CIRCULAÇÃO

CORRESPONDÊNCIA ATIVA
CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA
CORTE DE SÉRIE
COSTUMEIRO
DENSITÔMETRO
DEPARTAMENTO DE MANUSCRITOS
DEPÓSITO DE ARQUIVAMENTO INTERMEDIÁRIO
DEPÓSITOS REGIONAIS
DESENHO TÉCNICO
DOCUMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
DOCUMENTOS DE TRABALHO
DOCUMENTOS INTERMEDIÁRIOS
DOCUMENTOS PRELIMINARES
DOCUMENTOS SEM VALOR
DOSSIÊ ABERTO
DOSSIÊ CRONOLÓGICO
DOSSIÊ FECHADO
DOSSIÊ PESSOAL
DOSSIÊ POR ASSUNTO
EDIÇÃO CRÍTICA
EDIÇÃO DIPLOMÁTICA
EDIÇÃO FACSIMILAR
EDIÇÃO PALEOGRÁFICA
EDIÇÃO TÉCNICA
ENCADERNAÇÃO POR COLAGEM
ENDOSSO
ENQUETE
ESTANTE DE DUPLA FACE
ETIQUETAGEM
EXPOSIÇÃO DE DOCUMENTOS
EXTRAVIO DE DOCUMENTOS
FATOR DE REPRODUÇÃO
FICHA DE CONSULTA
FICHA DE LANÇAMENTO
FICHÁRIO DE LEITORES

FICHÁRIO ROTATIVO
FILEIRA
FILME NÃO REVERSÍVEL
FILME PRATA
FILME STRIP
FOLHA DE PAPEL
FRAGMENTAÇÃO
GERENTE DE DOCUMENTOS
GESTÃO DE CORRESPONDÊNCIA
GESTÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVOS CORRENTES
GESTÃO DE DOCUMENTOS VITAIS
GRAVAÇÃO SONORO
GRUPO DE MANUSCRITOS
GUARNECER
HISTÓRIA ORAL
IMUNIZAÇÃO
ÍNDICE DE ARQUIVO
ÍNDICE GERAL
ÍNDICE TOPOGRÁFICO
INTERNEGATIVO
INVENTÁRIO CRONOLÓGICO
INVENTÁRIO ESPECIAL
INVENTÁRIO NUMÉRICO
JORNAL
JURISDIÇÃO DO ARQUIVO
LEGENDA
LEITOR COPIADOR
LEVANTAMENTO DOCUMENTAL
LISTA
LISTA CONTROLE
LISTA DE RECENSEAMENTO
LISTA DESCRITIVA
LIVRO CAIXA
LIVRO DIÁRIO
LIVRO RAZÃO

MANCHADO
MANUSCRITO LITERÁRIO
MAPA DE ORIENTAÇÃO
METROLOGIA
MICROFICHA OPACA
MICROFILMAGEM ADMINISTRATIVA
MICROFILMAGEM DE COMPLEMENTAÇÃO
MICROFILMAGEM DE ENTRADA DE COMPUTADOR
MICROFILMAGEM DE PRESERVAÇÃO
MICROFILMAGEM DE SAÍDA DE COMPUTADOR
MICROFILME UNITIZADO
MICROFILME NEGATIVO
MOLDAGEM DE SELO
MONTANTE
MUSEU DE ARQUIVOS
NIVELAMENTO
NOTA À MARGEM
NÚCLEO ABERTO
NÚCLEO FECHADO
NÚCLEOS DOCUMENTAIS DE ARQUIVO DO ESTADO
ORDENANÇA
PAPÉIS
PAPÉIS PESSOAIS
PAPEL DESACIDIFICADO
PAPEL DURÁVEL
PETIÇÃO
PH METRO
PLANO GERAL DE ARQUIVO
PORTA LIVRO
PRATELEIRA DUPLA
PRÉ-ARQUIVAMENTO
PREPARAÇÃO DO ORIGINAL
PRINCÍPIO DE PERTINÊNCIA
PRINCÍPIO DE PROVENIÊNCIA
PRINCÍPIO DE RESPEITO À ESTRUTURA ARQUIVÍSTICA

PROCESSAMENTO AUTOMÁTICO DE DADOS
PROGRAMA
QUADRO DE ARRANJO NORMALIZADO
QUESTIONÁRIO
QUIRÓGRAFO
RECENSEAMENTO
RECENSEAMENTO ARQUIVÍSTICO
RECOLHIMENTO COMPLEMENTAR
REDUÇÃO DO GRAU DE SIGILO
REFORÇO DE BORDAS
REGISTRO DE ENTRADA
REGISTRO DE IMÓVEIS
REGISTRO SONORO
REIVINDICAÇÃO
RELATÓRIO DE COMPUTADOR
REPOSIÇÃO
RESTABELECIMENTO DA ORDEM ORIGINAL
REVISÃO
REVISÃO DE ARQUIVO
SAÍDA DE DADOS
SELAGEM
SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME DE INCÊNDIO
SPRINKLER
THESAURUS
TRANSAÇÃO
UNIDADE DOCUMENTAL DE ENSINO
VALOR INSTRÍNSECO
VALOR PH
VALORAÇÃO
VIDEO TAPE
VIDIMUS
VISOR
ZELADOR

Fonte: elaboração própria.

Quadro 1.4 - Termos publicados exclusivamente no DTA
ALVO
AMERICAN STANDARD CODE FOR INFORMATION INTERCHANGE
APENSAMENTO
ARMAZENAMENTO HORIZONTAL
ARMAZENAMENTO VERTICAL
ARQUIVO DE DADOS
ARQUIVO DESLIZANTE
ARQUIVO DESLOCADO
ARQUIVO SUPRANACIONAL
ASCII
ATENDIMENTO AO PÚBLICO
ATIVIDADE FACILITADORA
ATIVIDADE SUBSTANTIVA
ATO ADMINISTRATIVO
AUTOCLAVE
AUTOMAÇÃO
AUTUAÇÃO
CADERNO
CAIXA
CÂMARA INSTANTÂNEA
CÂMARA POLAROID
CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO
CARIMBO
CARTÃO DE USUÁRIO
CARTÓRIO
CASSETE
CATÁLOGO ANALÍTICO
CATÁLOGO SELETIVO
CATÁLOGO SUMÁRIO
CD-ROM
CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS
CLASSE DOCUMENTAL
CODICOLOGIA
COMANDO

COMPACT DISK READ ONLY MEMORY
CONSOLIDAÇÃO
CONSULTA POR DERROGAÇÃO
CONTEÚDO
CONTROLE DE ACERVO
CONTROLE DE REQUISIÇÃO
CÓPIA DE DISTRIBUIÇÃO
CPU
DACTILOSCRITO
DATA DE ELIMINAÇÃO
DATAÇÃO
DATAS-BALIZA
DIAGNÓSTICO DE ARQUIVOS
DIAZO
DIREITO DE PREEMPÇÃO
DIREITO DE RETENÇÃO
DISCO FLEXÍVEL
DISCO RÍGIDO
DISCO SONORO
DOCUMENTAÇÃO AUDIOVISUAL
DOCUMENTAÇÃO CARTOGRÁFICA
DOCUMENTAÇÃO CINEMATOGRÁFICA
DOCUMENTAÇÃO ELETRÔNICA
DOCUMENTAÇÃO EM MULTIMEIOS
DOCUMENTAÇÃO ESPECIAL
DOCUMENTAÇÃO FONOGRÁFICA
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA
DOCUMENTAÇÃO ICONOGRÁFICA
DOCUMENTAÇÃO MICROGRÁFICA
DOCUMENTAÇÃO ORAL
DOCUMENTAÇÃO SONORO
DOCUMENTAÇÃO TEXTUAL
DOCUMENTO APÓCRIFO
DOCUMENTO ATIVO
DOCUMENTO AUTÓGRAFO

DOCUMENTO DE PRIMEIRA IDADE
DOCUMENTO DE SEGUNDA IDADE
DOCUMENTO DE TERCEIRA IDADE
DOCUMENTO DESCLASSIFICADO
DOCUMENTO DIPLOMÁTICO
DOCUMENTO HETERÓGRAFO
DOCUMENTO HOLÓGRAFO
DOCUMENTO INATIVO
DOCUMENTO ORIGINAL
DOCUMENTO SEMI-ATIVO
DOCUMENTO VITAL
DOMICÍLIO LEGAL DO DOCUMENTO
DRIVE
DUPLICATA
EDIÇÃO DE TEXTOS
EMISSOR
ENCADERNAÇÃO A COLA
ESPÉCIE DOCUMENTAL DIPLOMÁTICA
ESTANTE DUPLA
ESTERILIZAÇÃO
EXPEDIENTE
EXPOSIÇÃO
FICHA DE REQUISIÇÃO
FICHA PERFURADA
FICHA-GUIA
FILME DE POLIÉSTER
FILME UNITIZADO
FILME-CÓPIA
FLUXO DE TRABALHO
FLUXOGRAMA
FORMA
FORMATO NORMALIZADO DO PAPEL
FOXING
FUNCIÓNGRAMA
GRAU DE REDUÇÃO

GUIA DE PONTOS
IDADE DOS DOCUMENTOS
IMPRESSORA
INDIVISIBILIDADE ARQUIVÍSTICA
INFORMÁTICA
INFORMATIZAÇÃO
INSTRUMENTO DE GESTÃO
INSTRUMENTO PARTICULAR
INSTRUMENTO PÚBLICO
INTERMEDIÁRIO
LEITOR COPIADOR DE MICROFORMAS
LEITOR DE MICROFORMAS
LETREIRO
LISTAGEM
LITÍGIO ARQUIVÍSTICO
LIVRO
LOCAL
MAGAZINE
MAGNIFICAÇÃO
MAINFRAME
MESA DE SUÇÃO
MÉTODO ALFABÉTICO NUMÉRICO
MÉTODO CRONOLÓGICO
MICROFILMAGEM DE COMPLEMENTO
MICROFILMAGEM DE CONSERVAÇÃO
MICROFILME DE CÂMARA
MICROFILME INTERMEDIÁRIO
MICROFILME ORIGINAL
MICROPROCESSADOR
MODEM
MONITOR DE VÍDEO
MOUSE
MULTIMÍDIA
NOD
NOTAÇÃO BINÁRIA

NOTARIADO
NUMERICAL OPTICAL DISK
ORDENAÇÃO
ORDENAÇÃO ALFABÉTICA
ORDENAÇÃO CRONOLÓGICA
ORDENAÇÃO GEOGRÁFICA
ORDENAÇÃO PELO SISTEMA NUMÉRICO CRONOLÓGICO
ORDENAÇÃO TEMÁTICA
ORDENAÇÃO TEMÁTICA DICIONÁRIA
ORDENAÇÃO TEMÁTICA ENCICLOPÉDICA
ORDENAÇÃO PELO SISTEMA NUMÉRICO SIMPLES
ORGANOGRAMA
PACOTILHA
PALAVRA DE COMPUTADOR
PC
PEAGÂMETRO
PERIFÉRICO
PLANO DE ARQUIVAMENTO
PORTA-FÓLIO
POSTER
POTENCIAL HIDROGENIÔNICO
PROCESSO FOTOSTÁTICO
PUBLICAÇÃO EM MICROFILME
QUADRO DE FUNDOS
REDE
REDE DE ARQUIVOS
REENFIBRAGEM
REFORÇO DE BORDOS
REGISTRO TOPOGRÁFICO
REPOSITÓRIO
RESPEITO À PRIVACIDADE
SERVIÇO DE APOIO CULTURAL
SINAL DE VALIDAÇÃO
SINAL DIGITAL
SISTEMA DE DETECÇÃO DE INCÊNDIO

SISTEMA OPERACIONAL
TABELIONATO
TECLADO
TERMINAL DE TELEPROCESSAMENTO
TERMINAL DE VÍDEO
TEXTO
TIPOLOGIA DOCUMENTAL
TRADIÇÃO DOCUMENTAL
TRATAMENTO DOCUMENTAL
UNICIDADE
UNIDADE CENTRAL DE PROCESSAMENTO
UNIDADE PERIFÉRICA
VALOR IMEDIATO
VALOR JURÍDICO
VALOR MEDIATO
VIDEOCASSETE
VIGÊNCIA
WINCHESTER
WORKFLOW

Fonte: elaboração própria.

Quadro 1.5 - Termos publicados exclusivamente no DBTA
ACRÉSCIMO
ACRÔNIMO
AEROFOTOGRAMETRIA
ANOPISTÓGRAFO
ANTROPONÍMIA
APENSAÇÃO
APLAINAMENTO
APÓCRIFO
APÓGRAFO
ARMAZENAGEM
ARMAZENAMENTO DE DADOS
ARQUIVO DE FAMÍLIA
ARQUIVO DIGITAL
ARQUIVO ELETRÔNICO

ARQUIVO ESPECIAL
ARQUIVO ESPECIALIZADO
ARQUIVO FAMILIAL
ARQUIVO FILMOGRÁFICO
ARQUIVO GERAL
ARQUIVO ICONOGRÁFICO
ARQUIVO IMPRESSO
ARQUIVO PARTICULAR
ARQUIVO TÉCNICO
ARRANJO ESTRUTURAL
ARRANJO FUNCIONAL
ARRANJO ORGANIZACIONAL
ATIVIDADE FINALÍSTICA
ATIVIDADE MANTENEDORA
AUTORIDADE
AVERBAÇÃO
BECAPE
BLUEPRINT
BRAQUIGRAFIA
CABEÇALHO DE ASSUNTO
CAIXA-FORTE
CD
CENSO DE ARQUIVO
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
CENTRO DE REFERÊNCIA
CESSÃO
CICLO VITAL
CÓDIGO DE CLASSIFICAÇÃO
CÓDIGO DE REFERÊNCIA
COFRE-FORTE
COLECIONADOR
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E DESTINAÇÃO
COMODATO
COMPACT DISC
CONTROLE AMBIENTAL

CONTROLE DE DEPÓSITO
CÓPIA AUTENTICADA
CÓPIA AZUL
CÓPIA BLUEPRINT
CÓPIA DIAZO
CÓPIA HELIOGRÁFICA
CÓPIA OZALID
CÓPIA TERMOGRÁFICA
CÓPIA XEROGRÁFICA
CÓPIA-CONTATO
CRIPTOGRAFIA
CRISOGRAFIA
CUSTODIADOR
DAÇÃO
DATA DE ACUMULAÇÃO
DATA DE PRODUÇÃO
DATA-ASSUNTO
DESAPENSAÇÃO
DESCRIÇÃO MULTINÍVEL
DISCO LASER
DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO
DOCUMENTO AUDIOVISUAL
DOCUMENTO BIBLIOGRÁFICO
DOCUMENTO CARTOGRÁFICO
DOCUMENTO CINEMATOGRÁFICO
DOCUMENTO ESPECIAL
DOCUMENTO FILMOGRÁFICO
DOCUMENTO FOTOGRÁFICO
DOCUMENTO IMPRESSO
DOCUMENTO SONORO
DOCUMENTO TEXTUAL
EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO
ELEMENTO DE DESCRIÇÃO
ENTIDADE COLETIVA
ENTIDADE CORPORATIVA

ESFRAGÍSTICA
ESLAIDE
ESTEREOFOTOGRAMETRIA
EXPURGO DE DOCUMENTOS
FANTASMA
FATOR DE REDUÇÃO
FILME INVERSÍVEL
FILME POLIÉSTER
FILME REVERSÍVEL
FITA AUDIOMAGNÉTICA
FITA VIDEOMAGNÉTICA
FOLHETO
FONOTECA
FOTOGRAFIA ESTEREOSCÓPICA
FOTOGRAMETRIA
GESTÃO DE DEPÓSITOS
GRAVURA
HERANÇA DE FUNDOS
IDENTIFICAÇÃO
IMAGEM DE ABERTURA
IMAGEM DE ENCERRAMENTO
INCUNÁBULO
INSTRUMENTO DE RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO
INTEGRIDADE DO FUNDO
JAQUETA TABULÁVEL
LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO
LISTAGEM DESCRITIVA DO ACERVO
MATRIZ DE SEGUNDA GERAÇÃO
MENSURAÇÃO
MÉTODO IDEOGRÁFICO
MÉTODO NUMERALFA
MÉTODO SOUNDEX
MÉTODO VARIADIX
MICROFILME DE COMPLEMENTO
MICROFILME DE SEGURANÇA

MICROFILME DE SUBSTITUIÇÃO
MICROGRAFIA
NEGATIVO MATRIZ
NOTAÇÃO FÍSICA
NOTAÇÃO LÓGICA
OPISTÓGRAFO
ORDEM DICIONÁRIA
ORDEM ENCICLOPÉDICA
ORIGINAL DE CÂMARA
PATRIMÔNIO ARQUIVÍSTICO COMUM
PERÍODO DE RETENÇÃO
PERTINÊNCIA FUNCIONAL
PLANIFICAÇÃO
PLANO
PLANO DE CONTROLE DE DESASTRE
PLANO DE DESASTRE
PLANO DE OCUPAÇÃO DE DEPÓSITOS
POLARIDADE
PRAZO DE GUARDA
PRINCÍPIO DA REVERSIBILIDADE
PRINCÍPIO TEMÁTICO
PRIVACIDADE
PRODUTOR
QUANTIFICAÇÃO
REENCOLAGEM
RESPEITO À ORDEM ORIGINAL
RESPEITO AOS FUNDOS
SALA DE LEITURA
SALA DE PESQUISA
SECAGEM A FRIO
SELO FISCAL
SELO POSTAL
SINALÉTICA BIBLIOGRÁFICA
SINALÉTICA VISUAL
SISTEMA DE ARRANJO

SISTEMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS
SLIDE
SUBCLASSE
SUBFUNDO
SUBSEÇÃO
TAB-JAC
TABULATING-JACKET
TEMPORALIDADE
TERMO DE DOAÇÃO
TERMO DE RECOLHIMENTO
TERMO DE TRANSFERÊNCIA
TOPOGRÁFICO
TOPONÍMIA
TRÂMITE
TRANSLITERAÇÃO
TRATAMENTO ARQUIVÍSTICO
TRATAMENTO TÉCNICO
UNIDADE CUSTODIADORA
UNIDADE DE INSTALAÇÃO
UNIDADE PRODUTORA
UNIDADE PROTOCOLIZADORA
UNITERMO
VALOR DO PH
XEROX

Fonte: elaboração própria.

Quadro 1.6 - Termos publicados exclusivamente no MAT
ACCOUNTABILITY
ACURÁCIA
ADQUIRIR
ANALÓGICO
ANOTAÇÃO
ARQUIVAR
ARRANJO ARQUIVÍSTICO
ASSINATURA ELETRÔNICA
ATIVIDADE

ATRIBUTO DE UM DOCUMENTO
ATUALIZAÇÃO DE SUPORTE
AUTENTICAR
BAIXA DE DOCUMENTOS
BIOGRAFIA
CABEÇALHO
CADEIA DE BITS
CADEIA DE CUSTÓDIA
CADEIA DE PRESERVAÇÃO
CAPACIDADE DE COMPROVAÇÃO
CAPTURA
CAPTURAR
CARIMBO DIGITAL DE TEMPO
CIFRAGEM
CLASSIFICAR
CÓDIGO BINÁRIO
COMPATIBILIDADE REVERSA
COMPETÊNCIA
COMPLETEZA
COMPONENTE DIGITAL
CONFIABILIDADE
CONTEÚDO ESTÁVEL
CONTEXTO
CONTEXTO ADMINISTRATIVO
CONTEXTO DE PROCEDIMENTOS
CONTEXTO DE PROVENIÊNCIA
CONTEXTO DOCUMENTAL
CONTEXTO JURÍDICO-ADMINISTRATIVO
CONTEXTO TECNOLÓGICO
CONTROLE INTELECTUAL
CONVERSÃO
CÓPIA AUTÊNTICA
CÓPIA COM VALOR DE ORIGINAL
CORREIO ELETRÔNICO
CORROBORAÇÃO

CREDIBILIDADE
CUSTÓDIA ININTERRUPTA
CUSTÓDIA LEGAL
CUSTODIADOR CONFIÁVEL
DATA DE CAPTURA
DATA DE DESTINAÇÃO
DECLASSIFICAR
DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA
DIGITAL
DIREITOS ECONÔMICOS
DOCUMENTO ANALÓGICO
DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO
DOCUMENTO AUTENTICADO
DOCUMENTO DINÂMICO
DOCUMENTO DISPOSITIVO
DOCUMENTO HABILITADOR
DOCUMENTO INSTRUTIVO
DOCUMENTO OPERACIONAL
DOSSIÊ ENCERRADO
DTD
EFÊMERA
EFETIVIDADE
ELEMENTO EXTRÍNSECO
ELEMENTO INTRÍNSECO
ELETRÔNICO
EMULAÇÃO
ESPELHAMENTO
EVIDÊNCIA
EVIDÊNCIA DIGITAL
FIXIDEZ
FORMA DOCUMENTAL
FORMA FÍSICA
FORMA FIXA
FORMA INTELECTUAL
FUNÇÃO

FUNDO ARQUIVÍSTICO
GOVERNO ELETRÔNICO
HIPERTEXTO
HISTÓRIA ARQUIVÍSTICA
IDENTIDADE
IDENTIFICADOR DE DOSSIÊ
INFORMAÇÃO ARMAZENADA ELETRONICAMENTE
INTEGRIDADE
INTEGRIDADE DO SISTEMA
LOG
METODOLOGIA ARQUIVÍSTICA
MIGRAÇÃO
MIGRAÇÃO TRANSFORMATIVA
NÃO-REPÚDIO
NÚMERO DE REGISTRO DE ENTRADA DE DOCUMENTOS
ORIGINADOR
ORIGINALIDADE
PESSOA AUTORIZADA
PESSOA JURÍDICA
PRESERVAÇÃO ARQUIVÍSTICA
PRESERVAÇÃO DIGITAL
PRESERVADOR
PRESUNÇÃO DE AUTENTICIDADE
PRINCÍPIO DA ORDEM ORIGINAL
PROCESSO ENCERRADO
PRODUZIR DOCUMENTOS
PROPRIETÁRIO
PROTOCOLO CENTRAL
REAVALIAÇÃO
REDATOR
RELAÇÃO ORGÂNICA
REPLICAÇÃO REMOTA
SELO ELETRÔNICO
SISTEMA ANALÓGICO
SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO

SISTEMA JURÍDICO
STATUS DE TRANSMISSÃO
SUPORTE DE ARMAZENAMENTO
TRANSMISSÃO
TRILHA DE AUDITORIA
VALIDADOR
VALOR DE HASH
VALOR FINANCEIRO
XML

Fonte: elaboração própria.

APÊNDICE D – Lista dos termos citados em cada publicação no MAT

Quadro 1 – Termos de “A Glossary of Archival and Records Terminology”
ACCOUNTABILITY
ANOTAÇÃO
BAIXA DE DOCUMENTOS
CABEÇALHO
CIFRAGEM
CONTEXTO
CONTROLE INTELECTUAL
DOCUMENTO CORRENTE
DOCUMENTO DINÂMICO
DOCUMENTO DISPOSITIVO
EFÊMERA
FORMA FÍSICA
FORMA INTELECTUAL
PRESERVADOR
PROCESSO/DOSSIÊ ENCERRADO
REPLICAÇÃO REMOTA
TRANSMISSÃO

Fonte: elaboração própria.

Quadro 2 – Termos de “Glossary of Records and Information Management Terms”
CADEIA DE CUSTÓDIA
ESPELHAMENTO
SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO
XML

Fonte: elaboração própria.

Quadro 3 – Termos de “Dictionary of Archival Terminology (DAT III)”
DATA DE DESTINAÇÃO
NÚMERO DE REGISTRO DE ENTRADA DE DOCUMENTOS

Fonte: elaboração própria.

Quadro 4 – Termos de “InterPARES 2: Terminology Database”
ATESTAÇÃO
CONTEÚDO ESTÁVEL

CORROBORAÇÃO
DATA DE CAPTURA
DOCUMENTO INSTRUTIVO
EFETIVIDADE
ELETRÔNICO
METODOLOGIA ARQUIVÍSTICA
ORIGINADOR
ORIGINALIDADE
SELO ELETRÔNICO

Fonte: elaboração própria.

Quadro 5 – Termos de “InterPARES 3: Terminology Database”
ACURÁCIA
ANALÓGICO
ARQUIVAR
ASSINATURA DIGITAL
ASSINATURA ELETRÔNICA
ATIVIDADE
ATRIBUTO DE UM DOCUMENTO
BIT
CADEIA DE BITS
CAPTURAR
CARIMBO DIGITAL DE TEMPO
CÓDIGO BINÁRIO
COMPATIBILIDADE REVERSA
COMPETÊNCIA
COMPONENTE DIGITAL
CONFIABILIDADE
CONTEXTO ADMINISTRATIVO
CONTEXTO DE PROVENIÊNCIA
CONTEXTO DOCUMENTAL
CONTEXTO JURÍDICO ADMINISTRATIVO
CONTEXTO TECNOLÓGICO
CONVERSÃO
CÓPIA AUTÊNTICA
CÓPIA COM VALOR DE ORIGINAL

CÓPIA DE SEGURANÇA
CORREIO ELETRÔNICO
CREDIBILIDADE
CUSTÓDIA
CUSTODIADOR CONFIÁVEL
DESTINATÁRIO
DIGITAL
DOCUMENTO ANALÓGICO
DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO
DOCUMENTO AUTENTICADO
DOCUMENTO AUTÊNTICO
DOCUMENTO HABILITADOR
DOCUMENTO OFICIAL
DTD
EVIDÊNCIA
FORMA DOCUMENTAL
FORMA FIXA
GOVERNO ELETRÔNICO
IDENTIDADE
INTEGRIDADE
PESSOA AUTORIZADA
PESSOA JURÍDICA
PRESERVAÇÃO DIGITAL
PRESUNÇÃO DE AUTENTICIDADE
PRODUZIR DOCUMENTOS
REDATOR
SISTEMA ANALÓGICO
SISTEMA JURÍDICO
STATUS DE TRANSMISSÃO

Fonte: elaboração própria.

Quadro 6 – Termos de “Glossário da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos”
ATUALIZAÇÃO DE SUPORTE
AUTENTICIDADE
CADEIA DE PRESERVAÇÃO
CAPTURA

COMPLETEZA
CONTEXTO DE PROCEDIMENTOS
DOCUMENTO ELETRÔNICO
EMULAÇÃO
FORMATO DE ARQUIVO
HIPERTEXTO
MIGRAÇÃO
RELAÇÃO ORGÂNICA
TRILHA DE AUDITORIA

Fonte: elaboração própria.

Quadro 7 – Termos de “ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição”
BIOGRAFIA
HISTÓRIA ARQUIVÍSTICA

Fonte: elaboração própria.

Quadro 8 – Termos de “ISDF: Norma Internacional para Descrição de Funções”
FUNÇÃO

Fonte: elaboração própria.

Quadro 9 – Termos de “Glossário ICP-Brasil”
LOG
NÃO-REPÚDIO

Fonte: elaboração própria.

Quadro 10 – Termos de “Portaria Normativa n.º 5 do MPOG”
PROTOCOLO CENTRAL

Fonte: elaboração própria.

Quadro 11 – Termos de “Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa”
BYTE
INSTRUMENTO

Fonte: elaboração própria.

